



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PHILIPPE MURILLO SANTANA DE CARVALHO

TRABALHADORES, ASSOCIATIVISMO E POLÍTICA NO SUL DA BAHIA
(ILHÉUS E ITABUNA, 1918-1934)



SALVADOR

2015

PHILIPPE MURILLO SANTANA DE CARVALHO

**TRABALHADORES, ASSOCIATIVISMO E POLÍTICA NO SUL DA BAHIA
(ILHÉUS E ITABUNA, 1918-1934)**

Tese apresentada como requisito final para
a obtenção do título de Doutor em História,
pela Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Antonio Luigi Negro

**SALVADOR
2015**

C327 Carvalho, Philipe Murillo Santana de.

Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)./ Philipe Murillo Santana de Carvalho. – Salvador, 2015.
294f.: Il.

Orientador: Antonio Luigi Negro

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. 2015.

1. Trabalhadores 2. Associativismo 3. Política I. Universidade Federal da Bahia
II. Negro, Antonio Luigi III. Título.

CDD 344.01

PHILIPPE MURILLO SANTANA DE CARVALHO

**TRABALHADORES, ASSOCIATIVISMO E POLÍTICA NO SUL DA BAHIA
(ILHÉUS E ITABUNA, 1918-1934)**

Tese apresentada como requisito final para
a obtenção do título de Doutor em História,
pela Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 3 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Antonio Luigi Negro (orientador) _____

Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas
Docente da Universidade Federal da Bahia – UFBA

Maria das Graças Andrade Leal _____

Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Docente da Universidade do Estado da Bahia

Aldrin Armstrong Silva Castellucci _____

Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia
Docente da Universidade do Estado da Bahia

Robério Santos Souza _____

Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas
Docente da Universidade do Estado da Bahia

Rogério Rosa Rodrigues _____

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense
Docente da Universidade Estadual de Santa Catarina



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
PHILIPPE MURILLO SANTANA DE CARVALHO	211115545	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Antonio Luigi Negro (Orientador – UFBA)		941115320710
Maria das Graças Andrade leal (UNEB)		140118245-34
Robério Silva Souza (UNEB)		987923185-68
Rogério Rosa Rodrigues (UDESC)		015.432.797-24
Aldrin Armstrong Silva Castellucci (UNEB)		

ATA

Aos três dias mês de agosto do ano de 2015, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por PHILIPPE MURILLO SANTANA DE CARVALHO, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, o professor Antonio Luigi Negro, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu aprovar o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A tese preenche amplamente os pré-requisitos de um doutorado com pesquisa inédita e análise original, sendo portanto indicada a sua publicação.

SSA, 31/03/2015: Assinatura do aluno:

SSA, 31/03/2015: Assinatura da orientadora:

RESUMO

O principal objetivo desta tese é analisar a relação entre os trabalhadores, o associativismo e a política no sul da Bahia – Ilhéus e Itabuna – entre 1918 e 1934. Desde o final da década de 1910, o contingente de trabalhadores se tornou numeroso e heterogêneo nas duas principais cidades do sul do estado. Preocupados em fugir da pobreza extrema, artistas, operários, estivadores e caixeiros desenvolveram associações de classe, cujos objetivos eram o auxílio mútuo, a beneficência e a assistência. Estas sociedades expressavam os modos pelos quais o operariado enxergava a si próprio e o mundo ao seu redor. Em busca de reconhecimento social e de atenção dos poderes públicos, estas categorias profissionais cunhavam uma identidade baseada na ética positiva do trabalho para demonstrarem-se cidadãos laboriosos e honestos. Desta forma, pretendiam não apenas se distinguir do restante da população pobre e miserável – vista de forma pejorativa pelas autoridades como classes perigosas. Por acréscimo, as associações se tornaram também um palco para a política de convivência e reciprocidade entre trabalhadores e chefes políticos das oligarquias. O envolvimento dos de baixo com deputados, coronéis e partidos a partir destas agremiações nos permite por em os limites da participação política na I República. Em paralelo, os grêmios mutualistas não ficaram restritos apenas à prática do assistencialismo. Nos anos 1920, eles foram também protagonistas de campanhas e de protestos por direitos e contra a exploração de patrões, tocando em questões como jornada de 8 horas, caixa de aposentadoria e pensões, férias e demissão arbitrária. O saldo da cultura associativa de trabalhadores que se desenvolveu na I República se depara com o pós-1930, tempo em que o Estado interfere na questão social. Tornando-se um ator social coletivo emergente, as sociedades operárias vivenciaram de diferentes formas a política de sindicalização das classes e da criação de leis trabalhistas durante o Governo Provisório. Portanto, amparada em pesquisas de jornais, atas, relatórios, correspondências, boletins e fontes judiciais, coletadas em arquivos da Bahia e de outros estados, este trabalho se propõe a investigar como trabalhadores do interior da Bahia formaram suas próprias agremiações, atuaram nas franjas de uma República oligárquica, coronelista e excludente, encamparam a defesa de seus interesses e emergiram como sujeitos históricos em Ilhéus e Itabuna.

Palavras – chave: Trabalhadores, associativismo e política.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to analyze the relationship between workers, associations and politics in southern Bahia - Ilheus and Itabuna - between 1918 and 1934. Since the late 1910s, the number of workers has become large and heterogeneous in two major cities in the southern state. Anxious to escape from extreme poverty, artists, workers, longshoremen and clerks developed associations, whose objectives were mutual aid, beneficence and assistance. These companies expressed the ways in which the working class could see himself and the world around them. In search of social recognition and attention of the authorities, these professional categories coined an identity based on positive work ethic to show up industrious and honest citizens. Thus, they intended not only to distinguish from the poor and miserable people - view pejoratively by the authorities as dangerous classes. By extension, the associations have also become a stage for the coexistence and reciprocity policy between workers and political leaders of the oligarchies. The involvement with congressman, warlords and parties from these associations allows us to put in the limits of political participation in the 1st Republic. In parallel, mutual unions were not restricted only to the practice of welfare. In the 1920s, they were also protagonists of campaigns and protests for rights and against the exploitation of bosses, touching on issues such as 8-hour workday, retirement housing and pensions, holidays and arbitrary dismissal. The balance of the associative culture workers that developed in the First Republic faces the post-1930 period in which the state interferes in social issues. Becoming an emerging collective social actor, workers' societies experienced in different ways unionization policy of classes and the creation of labor laws during the Provisional Government. Therefore, based on research papers, minutes, reports, correspondence, newsletters and judicial sources, collected in Bahia's archives and other states, this study aims to investigate how the interior of Bahia workers formed their own associations, they acted on the fringes of an oligarchic Republic, landowner and exclusionary, have embraced the defense of their interests and emerged as historical subjects in Ilheus and Itabuna

Keywords: workers, associations and politics

LISTA DE ABREVIATURAS

- AAOP – Aliança dos Artistas e Operários de Pirangí
- ACIOS – Associação Comercial de Ilhéus
- ACITA – Associação Comercial de Itabuna
- AECI – Associação dos Empregados no Comércio de Itabuna
- AECITA – Associação dos Empregados no Comércio de Itabuna
- AIB – Ação Integralista Brasileira
- ANL – Aliança Nacional Libertadora
- APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia
- APMIJD – Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas
- APMIJM – Arquivo Público Municipal de Ilhéus João Mangabeira
- ASMPAI – Arquivo da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna
- BN – Biblioteca Nacional
- BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia
- CAP – Caixa de Aposentadorias e Pensões
- CCD – Centro de Cultura Democrática
- CEDOC – Centro de Documentação e Memória Regional
- CNT – Conselho Nacional do Trabalho
- COI – Centro Operário Itabunense
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea
- CRB – Concentração Republicana da Bahia
- EFIC – Estrada de Ferro Ilhéus à Conquista
- FEI – Filarmônica Euterpe Itabunense
- FCM – Fundação Clemente Mariani
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- IGHB – Instituto Geográfico Histórico da Bahia
- IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
- MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
- PCB – Partido Comunista do Brasil
- PRB – Partido Republicano da Bahia
- PRD – Partido Republicano Democrata

SBAOI – Sociedade Beneficente dos Artistas e Operário em Ilhéus

SFEFIC – Sociedade Beneficente dos Funcionários da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista

SEA – Sindicato dos Empregados Agrícolas

SMPAI – Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna

SUOEI – Sociedade União Operária dos Estivadores em Ilhéus

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UPAOI – União Protetora dos Artistas e Operários em Ilhéus

LISTAS DE IMAGENS

- Figura 1 – Sede do Banco do Brasil em Ilhéus, 1927. (p. 31)
- Figura 2 – Ponte de embarque e desembarque do porto de Ilhéus, 1923. (p. 38)
- Figura 3 – Notícia do Correio de Ilhéus sobre a construção de prédios requintados e considerados dentro dos padrões de civilização da "Princesa do Sul". (p. 44)
- Figura 4 – Vista geral do município de Ilhéus em 1914. Em destaque, a estação da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista e a região portuária da cidade. (p. 52)
- Figura 5 – Vista de cima da Estação de Ilhéus, s/d. (p. 59)
- Figura 6 – Fotografia da posse da primeira diretoria da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna, 1920. (p. 70)
- Figura 7 – Propaganda da inauguração da sede da União Protetora dos Artistas e Operários em Ilhéus, 1929. (p. 80)
- Figura 8 - Símbolo utilizado pela Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna até 1929. (p. 81)
- Figura 9 - Símbolo utilizado pela SMPAI a partir de 1929, que mantém alguns instrumentos de trabalho. (p. 81)
- Figura 10 – Fotografia da Filarmônica Euterpe Itabunense, 1930. (p. 101)
- Figura 11 – Estudantes da Escola Manoel Vitorino em frente à Sede da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna, s/d. (p. 120)
- Figura 12 – Propaganda eleitoral de João Mangabeira à eleição para deputado federal, 1924. (p. 128)
- Figura 13 – Fotografia de Flaviano Moreira, 1922. (p.139)
- Figura 14 – Posse do cel. Henrique Alves dos Reis em 1/1/1926. (p. 164)
- Figura 15 – Fotografia de Nelson Schaun publicada no Correio de Ilhéus, 1928. (p. 150)
- Figura 16 – Praça Luiz Viana, Ilhéus, década de 1920. (p. 182)
- Figura 17 – Fachada do edifício da firma F. Stevenson & Cia em Ilhéus, 1928. (p. 187)
- Figura 18 - Edifício da Wildberger & Cia em Ilhéus, 1928. (p. 191)
- Figura 19 - Ambiente interno da F. Stevenson & Cia em Ilhéus, 1928. (p. 194)
- Figura 20 - Chegada do trem a estação de Ilhéus, 1928. (p. 197)
- Figura 21 - Estação de Rio do Braço, de onde Raul Souza partiu com o trem carregado de grevistas para Ilhéus. 1928. (p. 207)

Figura 22 – Cartão promocional da Casa Variedades. (p. 218)

Figura 23 – Tenente José Anselmo, instrutor do Tiro 500 e liderança militar da Aliança Liberal no sul da Bahia. (p. 232)

Figura 24 – Fotografia do trabalho de descarga das sacas nos armazéns do Porto de Ilhéus, década de 1950. (p. 245)

Figura 25 – Aviso sobre a assembleia que trataria da Unificação das Classes Trabalhistas publicado na imprensa. (p. 247)

Figura 26 – Boletim do Centro de Propaganda Eleitoral dos Artistas e Operário de Ilhéus distribuído entre em ao apoio a eleição de Juraci Magalhães para governador constitucional, 1934. (p. 269)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População por sexo e geral dos municípios de Ilhéus e Itabuna, 1920 e 1940. (p. 33)

Tabela 2 - Movimento migratório do porto de Salvador - 1924-1928. (p. 34)

Tabela 3 - Dados demográficos segundo atividades profissionais, 1/9/1940. (p.40)

Tabela 4 - Lista de Sociedades Benéficas e Mutualistas de Ilhéus e de Itabuna, 1908-1934. (p. 111)

Tabela 5 - Quadro de salários da Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista, 1927. (p.203)

Tabela 6 - Lista de Sindicatos e Associações operárias criadas entre 1933-1934 entre Ilhéus e Itabuna. (p. 271)

Agradecimentos

Os quatro anos de um doutorado são suficientes não só para escrever uma tese. É um tempo também suficiente para que a vida seja escrita em linhas tortas, como diz a cultura popular. Em tom quase profético, Gino nos alertou para o quanto uma vida poderia mudar nesse intervalo de formação acadêmica que se chama doutorado. Comigo não foi diferente. Por isso, agradecer é mais do que um momento especial. Trata-se de um registro simbólico daqueles que, de alguma forma, permitiram-me chegar até aqui, apoiando-me em gestos, sentimentos e orações.

Infelizmente, no meio deste curso, eu perdi minha mãe – Maria Socorro Santana. Sempre preocupada com os meus estudos, ficaria orgulhosa de ver seu filho professor doutor e saíria ligando para todas as amigas. Ela se foi, mas em minha memória e gratidão, sempre ficará a garra e a fibra de uma mãe solteira que criou seu filho com afinco e dedicação. Dividido entre as aulas e as viagens, durante o período da sua doença no hospital, pude contar com o amparo e a proteção de minha família. Tias, tio, primas e primos me permitiram viver os difíceis momentos com a certeza de que eu não estava sozinho, com a certeza de que qualquer mal entendido anterior havia ficado para trás. Não teria palavras para agradecer a Ray Santana, Vitória Cristina, Paula Santana, Norma Sueli, Edísio Silva e Laís Silva pelo que fizeram – especialmente entre novembro de 2012 e janeiro de 2013 – e ainda fazem.

Sou grato ao meu orientador Antonio Luigi Negro – ou simplesmente Gino, como é conhecido por todos. A orientação de Gino é algo que qualquer estudante de pós-graduação almeja. Atenção, zelo e rigor foram marcas que me impressionaram a cada correção que recebia. Ter sido escolhido como orientando foi uma honra e um privilégio. O que houver de qualidade neste trabalho, se deve, sem dúvida, ao seu trabalho e a dedicação para com seu orientando. Por oposição, ele está isento de quaisquer problemas que constem nesta tese.

Faço uma menção de gratidão também à Cristina Santos, estudante do curso de história da UESC. Ela foi uma verdadeira mão amiga ao me auxiliar com a documentação da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna, contribuindo com a organização e a manutenção deste arquivo. Além disso, acompanhou também de perto os tempos difíceis com

minha mãe. Quase sempre, viu-se “obrigada” a me ouvir falar sobre os progressos desta tese. Por tudo isso, eu lhe serei eternamente grato.

Quero agradecer também a Daniel Romero, amigo e colega do IFBA – *campus* Salvador. Durante as aulas e as pesquisas na capital da Bahia, ele me acolheu com generosidade e solidariedade inigualáveis. Do mesmo modo, agradeço também a Igor Gomes por ter aberto as portas de seu apartamento no aprazível bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Graças a isso, pude fazer as pesquisas necessárias no CPDOC/FGV, no IHGB e na Biblioteca Nacional.

Externo minha gratidão à diretoria da Sociedade Monte Pio dos Artistas, que além de abrir seus arquivos, confiou-me a tarefa de levantamento, de higienização e de organização do corpo documental que se encontra em sua sede. Isso não teria sido possível sem o apoio e a confiança dos presidentes Carlos Gama e José Vanderlei Sousa.

Da mesma forma, agradeço a todos os trabalhadores dos arquivos públicos e dos centros de documentação pelos quais passei. Sabemos o quanto é difícil atuar nos arquivos brasileiros, enfrentando as limitações materiais e políticas da administração pública. Em especial, destaco Luiz Pedro Rosário (APEB) e João Cordeiro (CEDOC). Meus agradecimentos se estendem a Urano Andrade, exímio pesquisador do acervo do APEB e parceiro de tantos almoços no famoso “Cai Duro”, como chamamos o restaurante popular nas proximidades do arquivo.

Agradeço aos professores Aldrin Castellucci e Rogério Rosa pelas valiosas contribuições no exame de qualificação. De igual modo, agradeço aos professores/as Gabriela Sampaio, Lígia Belini, Antonio Guerreiro de Freitas, dos quais tive a honra de ser aluno nas disciplinas do doutorado. Também devo me lembrar dos colegas de curso, sempre divertidos e solidários: Adilson Amorim, Jairo Carvalho, Sérgio Guerra Filho, Lara Vanessa, Aldemir Barros, Gisele Oliveira, Alex Costa e Luiz. Por extensão, sou grato ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFBA pela oportunidade concedida e pelos serviços prestados. Obrigado a todos!

Por fim, mas não menos importante, vão os meus agradecimentos muito especiais a Adriana Oliveira da Silva, companheira e amante dedicada, que superando as barreiras das distâncias e do tempo, mantém-se firme ao meu lado, nos bons e nos maus momentos.

Sumário

Introdução	12
1 Sobrevivência e trabalho no Sul da Bahia	29
Entre sorrisos e carrancas	32
Os percalços da civilização: urbanização e conflito no Sul da Bahia	42
Os trabalhadores, os indesejáveis e o controle social	52
O universo associativo em Ilhéus e Itabuna	64
2 Nas tendas do trabalho	68
Caminhando na “vanguarda do progresso”	70
“Escudos formidáveis”: laboriosidade e identidade nas associações operárias	76
“Ao lado dos desprotegidos”: convivência e reciprocidade	88
Festas, lazer e sociabilidades	100
Cultura Associativa dos trabalhadores no Sul da Bahia	108
3 Trabalhadores em tempo de coronelismo	112
A Sociedade Monte Pio e o jogo das oligarquias	116
Os patronos do operariado	128
Um marceneiro na política das oligarquias	137
Um professor defensor das classes humildes	148
A hora e a vez dos comícios	156
O republicanismo dos de baixo em tempos de coronelismo	168
4 Na defesa dos sagrados interesses	172
Leis, direitos e civilização no Sul da Bahia	174
A Lei Humanitária: a jornada de trabalho dos caixeiros e a Semana Inglesa	184
Na defesa dos sagrados interesses: manifestações e greves em Ilhéus	197
Em defesa dos nobres propósitos: campanha caixeiral contra a demissão	213
A luta por direitos nos limites do Republicanismo dos de baixo	221
5 Associativismo operário em anos de incerteza	226
Ilhéus, “a cidade que mais sabe da revolução”	229
Humildes, rudes e laboriosos nos dias seguintes à Revolução	234
Carroceiros e carregadores entre greves e repressão	243
Estivadores e conflitos em dias de sindicalização das classes	251
Os rumos do associativismo operário no pós-1930	257
Considerações Finais	274
Arquivos e Fontes	226
Referências bibliográficas	285

Introdução

Em 1919, o artesão Daniel Alves de São Boaventura era mestre ferreiro conhecido e possuía um barracão entre a ladeira da Vitória e a Rua da Linha, no centro de Ilhéus. No local, ele tinha uma oficina muito frequentada, onde realizava seu trabalho e guardava seu material de serviço mecânico. Em abril daquele ano, a Intendência promoveu obras públicas na Praça cel. Pessoa que afetaram diretamente a propriedade do mestre de ofício – provavelmente vista como um barracão destoante dos padrões de civilidade e de progresso pelas autoridades. Intimado a desocupar o espaço, Daniel Alves pediu um tempo para conseguir outro lugar onde montar sua oficina. O tempo passou e o ferreiro permaneceu no lugar, sem atender a intimação da Intendência. Mais do que isso, ele decidiu procurar ajuda de advogados da oposição política para obter uma indenização dos poderes públicos no valor de 50 contos de réis. Segundo o *Jornal de Ilhéus*, periódico situacionista do Partido Republicano Democrata (PRD), o artista prometia levar seu caso aos amigos da capital, ao mesmo tempo em que “vociferava alguns impropérios contra a autoridade municipal”.¹

Em fins de abril de 1919, o barracão de Daniel São Boaventura foi demolido, em sua ausência, com autorização do intendente Misael Tavares. Seus pertences e instrumentos de trabalhos foram guardados por praças de polícia por um dia. Ao final deste prazo, o ferreiro não havia reclamado seus objetos e eles foram abandonados na via pública, em frente ao local onde ficava sua oficina. Em resposta, a imprensa do PRD disse que não fossem “os maus conselhos de seus correligionários, mestre Daniel talvez ainda estivesse ao pé da ladeira da

¹ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, ?/5/1919, ano VIII. Documento bastante danificado e sem datação correta.

Vitória, tirando os sons rítmicos, cadenciosos, do martelo na bigorna”, ironizando a profissão de ferreiro o *Jornal de Ilhéus*.² Nas palavras do periódico, fica evidente que por trás da demolição da oficina havia um sentido político de punição pelo fato de o mestre ter procurado a oposição para se defender. Apesar disso, esta história não acabou por aí.

Daniel Boaventura impetrou ação por indenização na Justiça contra a Intendência de Ilhéus. Ao longo dos anos de 1920, o processo tramitou da comarca local até o Supremo Tribunal de Justiça, que, finalmente, deu ganho de causa ao ferreiro em fins de 1930. Nesse intervalo, Ilhéus havia sido governada durante 18 anos por uma oligarquia liderada pelo cel. Antonio Pessoa, a mesma que havia sido conivente com a demolição de seu barracão. No entanto, em dezembro de 1930, a cidade tinha outro governo, desta feita, liderado por Eusínio Lavigne, chefe da Aliança Liberal e velho adversário das oligarquias que dominaram a política local na Primeira República. Não por acaso, ao solicitar o pagamento da indenização, o artista ressaltava sua inspiração nos “princípios puros” e nos “sentimentos tão nobres” que moviam o “esclarecido espírito” do novo chefe da comuna em 1930.³ Pouco tempo depois de outubro de 1930, Daniel Boaventura se aproveitava das mudanças ocorridas na República para justificar seu pleito perante o prefeito.

Em julho de 1931, a Prefeitura de Ilhéus efetuou o pagamento da indenização ao ferreiro no valor de 29:904\$513,⁴ demonstrando que apesar do tempo e das adversidades políticas, ele não desistiu de ver a justiça ser feita consigo. A história do mestre artesão Daniel Alves São Boaventura serve de entrada para as reflexões que permeiam os capítulos desta tese. Trata-se de um episódio em que um trabalhador, diante da arbitrariedade dos chefes do município, defendeu seus interesses atuando na brecha das rivalidades entre as oligarquias locais e recorreu à justiça pública para ser indenizado por suas perdas materiais. O mestre Daniel não estava sozinho. Ele viveu num contexto em que os trabalhadores se organizaram em sociedades, envolveram-se nas disputas políticas e realizaram campanhas por melhores condições de vida em Ilhéus e Itabuna. Portanto, o objetivo central deste trabalho é analisar a formação de uma cultura associativa dos trabalhadores e sua relação com a política entre o final da Primeira República e o Governo Provisório de Getúlio Vargas no Sul da Bahia.

O interesse por este tema surgiu ao final do mestrado, quando estudei a relação entre trabalhadores e os poderes públicos em Itabuna nas décadas de 1930 e 1940. O contato com as fontes mostrou-me a possibilidade de conhecer os mundos do trabalho e sua relação com a

² Idem, *Ibidem*.

³ APMIJM. *Livro de registro de petições da Prefeitura de Ilhéus*, 4/12/1930, p. 29v-33 .

⁴ Idem. *Livro de registro de petições da Prefeitura de Ilhéus*, 24/7/1931. f. 128-129.

política oligárquica do Sul da Bahia. Nesse sentido, a localização do acervo da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna foi muito importante. Instituição quase centenária, fundada em 1919, o arquivo da Sociedade Monte Pio é dotado de uma documentação expressiva e quase inédita sobre o associativismo operário em Itabuna e Ilhéus nos diversos períodos republicanos do Brasil. Seu corpo documental é constituído de atas, fichas de matrícula, correspondências, livros de contabilidade e alguns jornais. Por meio dele, foi possível acessar informações sobre: o tipo de associação que formavam, quem eram seus sócios e quais seus objetivos e que relações mantinham com as autoridades políticas. Sem dúvidas, representa um cabedal documental que permite um olhar distinto para a história sul baiana, especialmente porque os historiadores se acostumaram a trabalhar com os arquivos montados a partir de documentos fornecidos por famílias ricas e tradicionais. Este arquivo é um dos poucos em que se pode acessar fontes históricas produzidas por trabalhadores e com informações detalhadas sobre a agência de artistas e operários.

As fontes do acervo da ASMPAI, combinadas com documentações de outros arquivos estaduais e nacionais, possibilitaram enxergar uma movimentação de trabalhadores muito pouco observada pelas pesquisas acadêmicas no Sul da Bahia. Foi assim que verificamos, nos anos 1920, a formação de uma dinâmica cultura associativa⁵ composta por artistas, operários e caixeiros em Ilhéus e Itabuna. Tratava-se de organizações operárias que partilhavam rituais e símbolos, que estabeleciam práticas coletivas de ajuda mútua e de solidariedade, sobretudo, para proteger seus associados da insegurança estrutural do capitalismo⁶ e para defender seus interesses. Em particular, quatro sociedades destacaram-se neste contexto: a Sociedade União Operária dos Estivadores em Ilhéus (SUOEI), fundada em 1918; a Sociedade Monte Pio dos Artistas (SMPAI), criada em 1919; a Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus (AECI), organizada em 1920; e a União Protetora dos Artistas e Operários em Ilhéus (UPAOI), constituída em 1922.

As sociedades operárias surgiram para promover a proteção social, o auxílio jurídico e médico, a instrução primária e o lazer aos seus sócios e familiares. No entanto, suas funções

⁵ Claudio Batalha define cultura associativa por conjunto de propostas e de práticas culturais das organizações operárias, visão de mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdados de formas de organizações mais antigas, como as corporações. BATALHA, Claudio H. R. Cultura associativa no Rio de Janeiro. In. *Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Claudio H. R. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 97.

⁶ Mike Savage descreve, que por insegurança estrutural do capitalismo, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores gera pressões estruturais sobre a vida operária e sujeita os indivíduos às incertezas do cotidiano marcado por acidentes, doença e desamparo social. Cf. SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In. *Culturas de classe... Op. Cit.*, p. 33.

também se estendiam à defesa de direitos mediante campanhas políticas e greves. Deste modo, o conjunto de trabalhadores se constituía gradualmente numa força coletiva emergente, capaz de fazer pressão junto aos chefes e patrões, deputados e intendentes, num período em que a República era dominada por coronéis e partidos oligárquicos. Neste contexto, o mestre Daniel São Boaventura, por ser ferreiro, pode ter frequentado as sociedades de artistas de Ilhéus.

Em geral, quando se fala na História da Bahia republicana, quase sempre se reverbera um discurso em que os de baixo – quando aparecem – estão imobilizados pelo poder e pela riqueza dos coronéis. Enquanto a historiografia do século XIX “descoisificou” os negros e os escravos, e mostrou que eles podiam subverter a ordem senhorial, por negociação ou embate aberto,⁷ os estudos do século XX descreveram os trabalhadores livres subordinados e vitimizados pelas redes de poder e exploração econômica. No caso da Primeira República, esta situação é ainda mais sintomática, pois as experiências políticas parecem reduzidas ao controle, à manipulação e à repressão das classes dominantes.

Herdeiros do trato senhorial patriarcal dos tempos da escravidão, os chefes da República teriam dado continuidade a uma relação de desigualdade entre Estado e sociedade, especificamente entre o Estado e a classe trabalhadora. Nas narrativas sobre a violência dos coronéis e de seus exércitos de jagunços, os trabalhadores foram destituídos da sua própria história e submetidos ao mando e à obediência dos poderosos. É desta forma que Raimundo Faoro, por exemplo, refere-se ao dizer que o “fenômeno coronelista não é novo”, mas “liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império”. Para ele, “o coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico [...] que manda nos seus agregados, empregados ou dependentes”. Coronéis são proprietários de terra “que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropas de burros”, descreve Faoro.⁸

Vistos como pobres analfabetos do mundo rural e sujeitos amedrontados, os trabalhadores não conseguiam se desvencilhar das amarras do sistema político oligárquico brasileiro, de acordo com Victor Nunes Leal. No clássico *Coronelismo, enxada e voto*, ele analisa que “sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de

⁷ Cf. Há diversos estudos sobre a história das formas de luta dos escravos por sua liberdade. Entre os clássicos, podemos citar REIS, João J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês* (1835). São Paulo: Companhia das Letras, 2003; REIS, João J. A greve negra de 1857 na Bahia. In. *Revista USP*, n. 18, p. 6-29, ago. 1993; REIS, João J; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁸ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1977, pp. 621-622, 632.

benefiteiro”. Por conta disso, “seria ilusório pretender que esse novo paria tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica”, concluía Leal.⁹ Embora fizesse referência ao trabalhador rural, é provável que o autor também considerasse do mesmo modo os operários e artistas que atuavam nas pequenas cidades, especialmente em localidades em que a atuação de coronéis e de fazendeiros na política fosse preponderante, como era o caso de Ilhéus e de Itabuna.

Faoro e Leal diagnosticavam que os males políticos do País advinham de uma relação desigual, em que, sendo os trabalhadores incapazes de se organizar, mostravam-se débeis diante de um Estado controlado pelo mandonismo e pelo clientelismo das oligarquias estaduais e regionais. De certo modo, esta interpretação foi importada para a realidade baiana e, em particular, o Sul da Bahia. Para Eul Soo Pang, o coronelismo marcou a política da República brasileira até, pelo menos, 1950. Segundo o coreano, o cerne das relações coronelistas é o “exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seus status, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas”, sobretudo, durante o “período de transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial”.¹⁰

Aos poucos, a imagem dos coronéis e dos chefes políticos como senhores absolutos – descendentes das tradições dos senhores de escravos – tornou-se consenso no imaginário acadêmico sobre o Sul da Bahia. Para Wilson Lins, havia uma linha de continuidade entre a “postura absolutista” dos donos do poder e o “hábito da obediência”, adquirido nos longos anos de servidão. Os elos entre o trabalho escravo e o trabalho livre eram as justificativas para explicar a passividade e a subordinação dos de baixo.¹¹ Em consonância com isso, Gustavo Falcón analisou especificamente os “coronéis do cacau”, assinalando o controle do poder pelas famílias proprietárias de terra em Ilhéus. Segundo ele, “a força econômica, o prestígio político e a violência” foram aspectos cruciais do mandonismo no Sul da Bahia. As fraudes eleitorais, as invasões de pequenas propriedades e a truculência eram aspectos do poder dos coronéis, bem como “o poder de vida e de morte sobre a sociedade”,¹² afirmou Falcón.

Com ajuda notável da literatura, a construção da imagem do Sul da Bahia como terra de coronéis combinou-se com uma noção de vitimização do trabalhador diante das

⁹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975, p. 25.

¹⁰ PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias 1889-1930: a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 20.

¹¹ LINS, Wilson. Mandonismo e obediência. In. *Coronéis e oligarquias*. Salvador: Universidade federal da Bahia/Ianamá 1988, p. 11.

¹² FALCON, Gustavo. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Centro Editorial da UFBA/Ianamá, 1995, p. 37, 92.

arbitrariedades e do autoritarismo das classes dominantes. Em *Cacau*, Jorge Amado descreveu as agruras que marcavam o cotidiano dos empregados das fazendas, submetidos às péssimas condições de trabalho e de vida. Sem forças para reagir, restava aos de baixo a submissão e a resiliência frente ao poder dos latifundiários.¹³ Ainda hoje, esta visão de vitimização e de subordinação contidas em alguns romances amadianos inspira folhetins novelescos e propagandas turísticas de Ilhéus. Noutra medida, literatos também construíram uma imagem cordial e idílica da região ao negar as desigualdades sociais, o uso da violência e da exploração do trabalhador nas propriedades rurais. Em ensaio sociológico, o literato Adonias Filho dizia que o coronel era o principal agente do “democratismo” na “civilização do cacau”, pois dava “oportunidade para todos”, em função de “sua origem humilde”, de ser “homem que se realiza com esforço e o próprio trabalho”, refutando, em paralelo, qualquer vínculo com a escravidão ou exploração social.¹⁴

De cientistas políticos a literatos, o conceito de coronelismo foi operacional não só para explicar a hegemonia absoluta das classes dominantes, mas também, o atraso a que estavam submetidas as “massas trabalhadoras rurais” do Brasil republicano. As pesquisas desprezavam, inclusive, o contingente crescente de operários urbanos desde os anos 1920 na sociedade brasileira. Os camponeses, tidos como analfabetos, inaptos e inertes diante de sua própria experiência histórica, eram também vistos como multidão de infelizes sujeitos ao arbitrário poder de caudilhos rurais. Portanto, ao considerar esses sujeitos passivos diante de sua própria miséria e atraso, historiadores, sociólogos e literatos tornavam a tarefa de estudar a história dos trabalhadores previsível, tediosa e desnecessária, porque estes estariam frequentemente na iminência da dominação absoluta.

Se de um lado, parte da historiografia referendou a tese do poder absoluto dos coronéis, de outro, outra parcela menosprezou a atuação do operariado na Bahia republicana da primeira metade do século XX. Francisco de Oliveira desdenha da capacidade dos trabalhadores baianos ao dizer que diante da “imponência” e “ostentação” das oligarquias, “vegeta uma população de não-reconhecidos”. Para o sociólogo, pode-se falar de uma classe trabalhadora apenas após a industrialização dos anos 1950, notadamente com a implantação

¹³ AMADO, Jorge. *Cacau*. Rio de Janeiro: Record, 1975. Vale dizer que noutros romances, Jorge Amado traz narrativas em que trabalhadores são protagonistas e ativos na sociedade. Bom exemplo disso é a obra *São Jorge dos Ilhéus*, em que o operariado é retratado se reunindo em sociedades e partidos políticos contra a exploração do imperialismo. Cf. AMADO, Jorge. *São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro, Record, 1975.

¹⁴ ADONIAS FIHO. *Sul da Bahia: chão de cacau*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 68.

da Petrobrás no Recôncavo baiano.¹⁵ Antes disso, ela seria inexistente. O sociólogo Antonio Guimarães também compartilha esta interpretação, afirmando que o proletariado era insignificante política e socialmente na Bahia entre a Primeira República e a Redemocratização de 1946.¹⁶

No caso do Sul da Bahia, o olhar acadêmico também duvidou do potencial do operariado para enfrentar a dominação capitalista. O sociólogo Amílcar Baiardi analisou que os “trabalhadores ainda não visualizam outras formas de melhorarem seus ganhos que não seja a interveniência do Estado ou a benevolência dos patrões”. Segundo ele, esta relação de dependência levaria a um “bloqueio do associativismo” operário e “a um comportamento, pelo menos na aparência, de indiscutível lealdade e dedicação” aos proprietários de terra. Sem atingir o estágio de consciência que a fizesse perceber a relação de exploração nas fazendas, a classe trabalhadora não conseguia avançar da “classe em si” para o estado de “classe para si”, sentenciava Baiardi ao se referir à inércia dos de baixo.¹⁷ De acordo com esta análise, sem a “consciência de classe” idealizada pelo autor, restava ao proletariado subordinar-se resignadamente ao poder das classes dominantes.

Apesar das críticas historiográficas, estes trabalhos nos oferecem um ponto de partida para o desenvolvimento deste estudo. Por estes autores, sabemos que a experiência do coronelismo foi marcada por traços antidemocráticos e autoritários das classes dominantes baianas na República, cujas sombras ainda podem ser notadas em menor ou maior grau na sociedade contemporânea. No entanto, há, atualmente, questões que, dado o avanço das pesquisas, pedem revisão, a partir, inclusive, dos próprios achados nos arquivos, no sentido de repensar a agência de trabalhadores nas franjas da hegemonia de coronéis, fazendeiros e patrões. Se havia modos de dominação, de que formas os de baixo lidavam com isso? E os ricos e os poderosos, como encaravam o fato de artistas, de operários e de caixeiros se organizarem? De que forma as demandas dos seus subordinados eram recebidas e processadas pelas oligarquias e patrões, num contexto em que o Estado era marcadamente excludente e repressivo? Estas e outras questões serviram de reflexão a esta tese de doutorado.

Nesse sentido, ao estudar o Sul da Bahia, zona famosa por poderosos coronéis enriquecidos pelos frutos de ouro, protagonistas do sistema oligárquico republicano, torna-se

¹⁵ OLIVEIRA, Francisco de. *O Elo Perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003, p. 34.

¹⁶ GUIMARÃES, Antonio S. A. *Um sonho de classe: trabalhadores e formação de classe na Bahia dos anos oitenta*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 48.

¹⁷ BAIARDI, Amílcar. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia*. São Paulo: Hucitec, 1984.

oportuno problematizar como chefes políticos, negociantes e senhores de terras se relacionavam com os trabalhadores e sua cultura associativa em ascensão nas primeiras décadas do século XX. Teria sido o sistema político na Primeira República tão impermeável às práticas políticas e culturais do operariado? Seria a rica “civilização do cacau” uma sociedade de uma só classe? Teve o operariado capacidade de atuar coletivamente em defesa de seus próprios interesses? Analisar a formação do associativismo entre o operariado de Ilhéus e de Itabuna pode nos trazer respostas diferentes do que até aqui se produziu entre os historiadores.

Em paralelo, a presente tese se insere nos debates sobre o que foi a experiência política da Primeira República, conhecida popularmente como “República Velha”, expressão cunhada por políticos e intelectuais do pós-1930, especialmente no contexto do Estado Novo, para depreciar o período político que lhes antecedeu. Para se apresentarem como modernos e progressistas, os ideólogos do primeiro governo Vargas descreveram a Primeira República como um momento de decomposição do País, de caos social e de desorganização política, enfim de cultura política fracassada, defasada e a ser superada. O clientelismo e o mandonismo de caudilhos oligárquicos eram também características apontadas para desqualificar a política entre 1889-1930. Igualmente, falavam também de uma fase em que a questão social era tratada como caso de polícia e em que os vários tipos de associativismo operário eram desqualificados como ineptos e desnecessários – crítica lançada sistematicamente aos sindicatos anarquistas e socialistas.¹⁸

No entanto, a Primeira República vem despertando crescente interesse e ganhando espaço na produção historiográfica. Estudos recentes demonstram que este período está repleto de “uma rica movimentação de atores – intelectuais, trabalhadores, setores das classes médias e populares – empreendida no campo da participação política, que alcançou desenhos variados e mais ou menos formalizados em instituições e associações”, conforme apontam Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu.¹⁹ No caso específico desta tese, veremos que a atuação individual e coletiva de diferentes categorias profissionais, notadamente a partir de sua prática associativa, trouxe implicações políticas e sociais significativas em Ilhéus e Itabuna. Elas não só formaram sociedades de classe, mas transformam-nas em instrumentos de autoproteção social e de pressão política por reconhecimento de suas demandas. Por isso, veremos intendentess, deputados e líderes partidários transitando por agremiações operárias,

¹⁸ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2005, p. 191-192.

¹⁹ GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. In. *Tempo*, v. 13, n. 26, Jan-Jun. 2009, p. 14.

promovendo uma política de coexistência e de reciprocidade em plena Primeira República. Sinal de que a política deste período não era coisa só de bacharéis, de fazendeiros ou de negociantes, mas permeada de algum envolvimento popular.

Ainda nos anos de 1920, as sociedades operárias de Ilhéus e de Itabuna acompanharam com expectativa a criação de leis sociais que beneficiassem os trabalhadores. Para se inteirar das novidades, as categorias profissionais orientavam-se a partir de troca de informações com agremiações de Salvador e do Rio de Janeiro, rompendo as barreiras geográficas e conectando-se com a experiência operária de outras localidades do País. Por outro lado, sempre que possível, recorriam aos deputados federais e estaduais que representavam a região para conseguir vantagens e melhorias. Desta forma, conseguiam recursos públicos para manter suas sociedades e ampliar a oferta de serviços aos seus sócios, como a abertura de escolas e a criação de bandas musicais. Por fim, organizavam campanhas e mobilizações por redução de jornadas de trabalho e aumento salarial, num tempo em que ajuntamentos operários eram reprimidos de modo ostensivo pela polícia.

Os trabalhadores que se associavam eram artistas (artífices), operários e caixeiros. Estes segmentos possuíam características diferentes entre si, e entre o restante da população pobre. Os artistas, por exemplo, eram identificados por seu ofício qualificado, e orgulho pelo conhecimento de seu trabalho e eram, quase sempre, donos de suas próprias oficinas. Encaixavam-se neste grupo: marceneiros, ourives, pedreiros, carpinas, alfaiates, sapateiros etc. Os operários eram os funcionários de empresas, construção civil, padarias ou pequenas fábricas, cujos serviços eram regulados por chefes ou patrões. Este era o caso de quem trabalhavam na Companhia Industrial de Ilhéus (firma que gerenciava as atividades do porto de Ilhéus), como os estivadores e os carregadores; ou na Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista, onde atuavam, claro, os ferroviários. Por fim, os caixeiros eram os indivíduos empregados nas casas comerciais de exportação, loja de secos e molhados e nos bancos.

Parte deste universo de trabalhadores sabia ler e escrever, tendo alguns poucos, inclusive, escrito artigos para a imprensa sobre os problemas econômicos e condições da classe trabalhadora. Embora houvesse artistas bem aquinhoados, eles não eram a maioria. Portanto, não se trata aqui de defini-los como uma aristocracia operária,²⁰ pois eles estavam suscetíveis às vicissitudes da vida e não possuíam amparo do Estado. Operários e caixeiros,

²⁰ A respeito do tema, ver HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. O tema da aristocracia operária traz em seu bojo o debate sobre o caráter reformista de artífices e de setores do operariado bem aquinhoados na Inglaterra do século XIX. Em nosso caso, não estamos interessados em avaliar quem possuía (ou não) consciência revolucionária, sejam os artistas mais endinheirados ou os mais empobrecidos.

por sinal, eram assalariados, ou seja, dependiam diretamente de remuneração regular para sobreviver. No entanto, estes cidadãos tinham elementos básicos e necessários (qualificação profissional, instrução primária e orgulho de seus ofícios) que lhes permitiram fundar sociedades operárias, buscar a respeitabilidade das autoridades e representar as demandas das diversas categorias profissionais presente entre seus associados. Em adição, estes segmentos nutriam o orgulho por seu labor, visando, sobretudo, diferenciar-se do restante dos cidadãos pobres, miseráveis e vadios, regularmente vistos como “classes perigosas” pelas autoridades.

Diante deste quadro de trabalhadores engajados em projetos coletivos de organização, cabe pensar de que forma estes sujeitos atuaram nos limites de uma República excludente, oligárquica e autoritária. Thompson, ao afogar e acudir o conceito de paternalismo, alertou-nos “contra levar a noção de hegemonia longe demais e a áreas inadequadas”. É claro que a República oligárquica, dominada pelos coronéis, definiu os limites daquilo que era política e socialmente viável, influenciando as práticas de associativismo dos de baixo. Não duvidamos de que as relações de dominação e de subordinação trouxeram consequências graves para a sociedade brasileira. Todavia, valendo-se novamente do historiador inglês, o que quer que tenha sido essa experiência hegemônica, ela não determinava absolutamente o cotidiano dos trabalhadores, e não os impedia de formular sua visão de mundo e de estabelecer seus interesses diante das autoridades.²¹

Os trabalhadores e suas práticas associativas afloraram no auge da hegemonia do sistema oligárquico baiano em Ilhéus e Itabuna. Entre 1912 e 1924, a Bahia viveu um período de predomínio da influência de J. J. Seabra no governo estadual, que influenciou a arena política de outras regiões. À queda do seabrismo, seguiu-se a liderança da coalizão das famílias Calmon e Mangabeira, com desdobramentos políticos na zona do cacau.²² As sociedades operárias se formaram em meio a esta política de dominação, emergindo como uma força social coletiva. A nossa hipótese central é que estes sujeitos coletivos não estavam apartados do mundo da política, não eram passivos e inertes diante no republicanismo brasileiro. Nesse sentido, Raymond Williams afirma que qualquer processo hegemônico deve ser especialmente alerta e sensível às alternativas e às contradições que surgem na sociedade. Em seu curso, essas práticas emergentes atingem, de uma forma ou de outra, os modos de

²¹ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 78.

²² Cf. SAMPAIO, Consuelo N. *Os partidos políticos na Bahia da Primeira República (1889-1930)*. Salvador: Edufba, 1979. SARMENTO, Sílvia N. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011. BRITO, Jonas. *A Bahia dos Calmons: um ás no jogo político da I República (1920-1926)* (Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2014.

dominação, levando os de cima a controlá-las, transformá-las ou mesmo incorporá-las. Por mais contundente que possa ser qualquer realidade hegemônica, ela “jamais será total ou exclusiva”, mas sempre permeada dos “esforços e contribuições daqueles que estão fora ou nas margens” dos termos da dominação.²³

As contribuições recentes da história social brasileira nos dão suporte para entender melhor como os trabalhadores e seu associativismo se relacionaram com a política da República brasileira. Sidney Chalhoub afirma que pesquisas de História Social têm nos motivado a pensar o paternalismo como uma relação de subordinação que “não significa necessariamente passividade”, mas numerosas fórmulas dos de baixo de se apropriar, à sua maneira, de crenças e valores da cultura dominante; de, por dentro da submissão, encontrar brechas para alcançar objetivos e vantagens frente às autoridades; de, manipulando os limites do clientelismo e do mandonismo, abrir brechas para o fortalecimento de seus instrumentos de solidariedade horizontal – isto é, sociedades, filarmônicas, escolas etc.²⁴

É necessário entender que o coronelismo vigente no Sul da Bahia e o paternalismo são interfaces de uma política de domínio amparada na produção de dependentes. Cada trabalhador sabia que salvo as oportunidades de greves e outras formas radicais de lutas, suas esperanças de alcançar melhores condições de vida e de trabalho dependiam do tipo de relacionamento que mantivessem com coronéis, intendentes e deputados. No entanto, essa relação de dependência era marcada também por uma agência dos cidadãos que se abrigavam no associativismo operário. Nesta tese há casos em que caixeiros, operários e artistas em defesa de seus interesses recorriam às autoridades políticas para intermedir os conflitos com os patrões ou patrocinar suas campanhas por melhores condições de trabalho. Deste modo, estas categorias profissionais manipulavam a ideologia senhorial, como podiam, em seu favor. Parafraseando Chalhoub, os grêmios operários e caixerais recorriam aos chefes das oligarquias para solicitar benefícios, fazendo parecer que a “vontade senhorial” estava sendo

²³ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979. Para Williams, a hegemonia é sempre um processo, não uma estrutura ou um sistema. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Portanto, não é a expressão absoluta do poder, mas uma política de dominação que deve levar em consideração as forças alternativas, emergentes ou residuais, que podem lhe causar alguma ameaça ou transtorno. A função hegemônica é controlá-las, transformá-las ou incorporá-las, dependendo do grau de negociação e de conflito que estabelece com estas forças alternativas e emergentes, p. 115-117.

²⁴ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis*: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Sidney Chalhoub, citando Thompson, Genovese e Scott, analisa o paternalismo a partir de uma relação de subordinação em que os subalternos agem no limite da política de dominação, manipulando em seu favor os símbolos, os valores e as práticas que constituem a ideologia senhorial. Portanto, nesta interpretação, trabalhadores, escravos e subordinados são entendidos como agentes ativos, que escolhem dentro do repertório de possibilidades do paternalismo, as opções possíveis para a defesa de seus interesses e desígnios, p. 46-49.

respeitada, quando, na prática, estas autoridades estavam cedendo a pressões de seus subordinados.²⁵

Havia ainda a possibilidade de os trabalhadores e sua cultura associativa transitarem por um terreno moral e ideológico das classes dominantes para compor e legitimar suas demandas sociais. Em alguns casos, coronéis, negociantes e fazendeiros toleravam – e até estimulavam – as sociedades operárias com a finalidade de promover uma imagem de benevolência e caridade. Na condescendência com os mais pobres, afirmava-se também a hierarquia e os laços de poder e subordinação. Para isso, realizavam doações financeiras, viabilizavam subvenções públicas para escolas populares e frequentavam o calendário festivo e militante das associações. Por outro lado, agindo no cerne da relação de dependência, os de baixo construíam uma prática de deferência aos senhores, enquanto buscavam, efetivamente, levar a cabo suas reais intenções de auferir o máximo possível de vantagens para suas sociedades. Tratava-se de uma arte arriscada, pois de algum modo, ratificava os laços de autoridade-subordinação, cuja apropriação criativa e astuciosa se dava, até onde era possível, para perseguir os objetivos dos de baixo por dentro da lógica senhorial.²⁶

Nas reivindicações da aplicação de leis sociais, em campanhas por jornada de trabalho e em greves deflagradas por operários, os trabalhadores conjugavam em seu favor certos valores morais e ideológicos de coronéis e chefes oligárquicos. Em 1927, os operários de Ilhéus solicitavam a aplicação das 8 horas de trabalho, afirmando ser uma medida que acompanhava os principais centros civilizados do Brasil e do mundo. Em geral, o princípio de civilização foi utilizado pelas autoridades para justificar intervenções que afetavam negativamente a vida da população, especialmente os pobres. Mas, neste caso, serviu de fundamentação para os trabalhadores comprometerem os chefes políticos com seus próprios valores. Segundo Michel de Certeau, os “fracos” mesmo na condição de subordinados, apropriam-se das crenças e das práticas impostas pelos “fortes” para subverter a ordem a partir da própria lógica de dominação – prescindindo, inclusive, do embate aberto com seus opositores.²⁷

²⁵ Idem. *Ibidem*, p. 28.

²⁶ Para Thompson, “a dominação da *gentry* repousa em parte na encenação da hegemonia cultural”. Como forma de legitimar sua hierarquia superior, as classes dominantes exerciam um ritual de tolerância e concessão aos populares, que realçava sua autoridade como justo e condescendente com os de baixo. Em paralelo, as classes dominadas afirmavam a imagem de si mesmas como cidadãos ordeiros, laboriosos e merecedores do reconhecimento dos ricos. A partir disso, desenvolvia-se uma relação de convivência e de reciprocidade de ambas as partes, o que assinala que a hegemonia nem sempre se exprimia pela força ou repressão, mas também nos rituais de concessão e favores. Cf. THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Trad. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. pp. 222-225.

²⁷ Cf. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2008, p. 96.

Portanto, este estudo pretende desenvolver o argumento de que apesar da hegemonia de coronéis e de oligarquias na República brasileira, a classe trabalhadora foi um agente ativo na sua própria formação e no desenvolvimento de sua prática associativa. Para além das experiências do sindicalismo revolucionário ou socialista – ou mesmo do mito do imigrante radical – este trabalho enfatiza a experiência de um movimento operário do interior da Bahia, inspirado pelo mutualismo, pela filantropia e pelo assistencialismo entre as décadas de 1910 e 1930. Nesses casos, a ideia de autonomia dos trabalhadores sofre o contraponto de uma prática associativa que se envolvia numa política de convivência e reciprocidade com as classes dominantes.²⁸ Porém, longe de serem uma “massa de analfabetos” vítimas da violência e das fraudes eleitorais, eles compreendiam os rumos das disputas oligárquicas, calculavam os deslocamentos políticos e estabeleciam um campo de pressão e de negociação com líderes de partido, intendentess e deputados. Esta relação entre o associativismo operário e a política rompe as barreiras do marco temporal de 1930, tornando-se uma experiência fundamental para enfrentar o período posterior, quando o Estado brasileiro desenvolveu formas institucionais de lidar com a questão operária. Mesmo nas incertezas dos anos do Governo Provisório de Vargas, caixeiros, operários, artistas e estivadores mantiveram suas sociedades e demonstraram habilidades – acumuladas desde a Primeira República – para operar as leis trabalhistas e de sindicalização pós-outubrista.

Esta tese se relaciona com a produção historiográfica baiana recente. Na Bahia, desde a década de 1990, pesquisadores têm analisado a formação de uma cultura associativa operária proveniente do século XIX e que, com vigor, alcança o século XX. Estes estudos não só apontam para as possíveis conexões entre o trabalho escravo e o livre, como alia a luta pela liberdade de cativos e seus descendentes, com a dos trabalhadores livres pela sobrevivência e contra a exploração. Lysie Reis, por exemplo, investigou a formação de sociedades de auxílio mútuo composta por ex-escravos na Salvador oitocentista, marcada pela influência das antigas irmandades religiosas e das corporações de ofício. Através delas, negros libertos, especialmente brasileiros, frequentavam liceus de ofícios e obtinham amparo social para sobreviverem no âmbito do trabalho livre.²⁹ A historiadora Maria das Graças Leal também

²⁸ Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira destacam que o movimento operário tem sido analisado em sua pluralidade no contexto da Primeira República. Antes sempre marcado pelas correntes anarquistas e socialistas, os historiadores tem esquadrihado sociedade recreativas, esportivas, mutualistas, educacionais e sindicais elaborada por trabalhadores. CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, p. 31-32.

²⁹ Cf. REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.

estudou o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e, em suas considerações, defendeu que a instituição tenha se tornado um instrumento destinado a educar “livres e libertos” no contexto de desagregação da escravidão e integração a sociedade.³⁰ Em ambos os casos, as historiadoras constataram as estratégias de solidariedade horizontal de trabalhadores, bem como de envolvimento com as autoridades políticas do Império por meio destas sociedades beneficentes e mutualistas.³¹

No alvorecer da República, grupos de trabalhadores abrigados nas associações de classe apostaram em projetos de participação política dos operários nos limites do sistema da Bahia. Aldrin Castellucci, tanto em seu estudo de mestrado, quanto no de doutorado, vislumbrou uma classe operária formada por vigorosas sociedades, que se tornavam máquinas políticas capazes de viabilizar a participação de trabalhadores em eleições municipais e estaduais, operando em seu favor um complexo jogo de alianças e estratégias de negociação com as oligarquias. Estudou também os impactos que as mobilizações e as greves de categorias profissionais, em 1919 e 1920, provocaram nos interesses eleitorais de governadores, intendentes e postulantes ao poder público. Sem dúvidas, as experiências operárias de Salvador serviram de influência para as sociedades de classe do Sul da Bahia e, por isso, sua análise é uma referência fundamental para este trabalho.³²

Interessado em particular na trajetória do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes, Luciano Guimarães seguiu os rastros deixados por Aldrin Castellucci. Para Guimarães, as autoridades não deixaram de cortejar os trabalhadores da construção civil soteropolitana, mesmo na fase em que o sindicalismo de ação direta vigorou. Quando os limites da política de convivência eram tensionados, proprietários e governantes do estado evocavam um discurso de que o operariado baiano era naturalmente cordato e produtivo. Em

³⁰ Cf. LEAL, Maria das G. *A arte de ter um ofício: liceu de artes e ofícios da Bahia (1872-1972)* (Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 1995.

³¹ Atualmente, há vários estudos que tem apontado a formação de cultura associativa de trabalhadores desde o Império. Bom exemplo disso é o trabalho de Marcelo Mac Cord, que estudou a Sociedade de Artífices de Recife no Oitocentos. O historiador apontou que ex-cativos, negros, pernambucanos se organizavam em torno de agremiações de auxílio mútuo que reconheciam o valor do ofício e do labor como distinção social já no século XIX. Cf. MAC CORD, Marcel. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012. MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Claudio H. M. *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (século XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

³² Cf. CASTELLUCCI, Aldrin A S. *Industriais e operários numa conjuntura de crise*. Salvador: FIEB, 2004. Para Aldrin Castellucci, o movimento operário soteropolitano era formado tanto por sociedades mutualistas, quanto por sindicato com tradicionais métodos de ação direta. Em parte desta cultura associativa estava “envolvido fortemente no jogo eleitoral local desde os primeiros anos da República”, assinala Castellucci em sua dissertação de mestrado, p. 265-266, Cf. CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições Na Primeira República* (Tese de Doutorado). Salvador: PPGH/UFBA, 2008. Em sua tese, o historiador concluiu que o comportamento operário esteve aberto a alianças e composições com políticos e partidos tradicionais das oligarquias baianas, p. 230.

paralelo, rotulavam de anarquistas, subversivos ou maximalistas aqueles que não se coadunassem com o perfil de operário delineado pelas autoridades. As classes dominantes temiam a disseminação das “ideias perniciosas do anarquismo” na Bahia, algo que também estará presente no Sul da Bahia. Regularmente, os coronéis e intelectuais das oligarquias alertavam os artistas, operários, estivadores e caixeiros dos perigos das doutrinas subversivas, especialmente em datas do calendário festivo das agremiações.³³

Outra importante referência dos avanços da História Social na Bahia é o trabalho de Robério Souza. Ao estudar os ferroviários da Estrada de Ferro Bahia – São Francisco, ele descortinou uma experiência operária negra constituída de uma densa cultura associativa, capaz de criar uma rede de sociabilidade pautada no mutualismo e na beneficência no pós-Abolição. Estes laços de solidariedades foram fundamentais para a luta destes trabalhadores por melhores condições de vida e um ambiente de trabalho mais salubre e ordenado. Exemplo disso foram as greves de 1909, em que os ferroviários conseguiram não só paralisar por completo o tráfego dos trens, mas ganhar a simpatia e o apoio de “populares” e comerciantes em prol de suas reivindicações. Ao analisar a greve dos funcionários da Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista em 1927, foi possível observar semelhanças e continuidades dos aspectos analisados por Robério Souza em seu estudo.³⁴

Em suma, a historiografia baiana nos oferece pontos de partida importantes para pensar os trabalhadores como protagonistas da história. Estas pesquisas servem não apenas para demonstrar uma tradição de associativismo da classe trabalhadora baiana que remonta aos tempos da escravidão e do Império, mas também para evidenciar os campos de possibilidade da História Social do trabalho. Hoje, é possível estudar a agência de artesãos, caixeiros, ferroviários, pedreiros, panificadores e diversas outras categorias profissionais, os quais, enfrentando os limites políticos da República excludente, as desigualdades sociais e a discriminação – racial, étnica, cultural etc. – lutaram por liberdade, dignidade, cidadania e melhores condições de trabalho. São estudos desenvolvidos com base em larga pesquisa empírica, calçados em análise e interpretação de fontes que nos remetem às experiências individuais e coletivas de subalternos, subordinados e/ou populares. Pesquisas históricas que no lugar de explicações esquemáticas e modelos abstratos, propõem-se a investigar homens e mulheres como sujeitos que experimentaram “as relações produtivas determinadas por suas

³³ Cf. GUIMARÃES, Luciano de Moura. *Ideias perniciosas do Anarquismo na Bahia*. Lutas e organizações dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922) (Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2012, p. 215-216.

³⁴ Cf. SOUZA, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre: trabalhadores e conflitos no pós-abolição* (Bahia, 1892-1909). Salvador: EDUFBA, 2011.

necessidades e interesses e como antagonismos”, tratando-os “em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras”, como sugere Thompson.³⁵

Esta tese está dividida em cinco capítulos. O primeiro se propõe a analisar as formas de sobrevivência e de trabalho no Sul da Bahia nas primeiras décadas do século XX. Neste período, a economia cacaueteira tornou-se a principal fonte de renda do estado, superando, inclusive, a aristocrática zona açucareira do Recôncavo baiano. As notícias sobre a riqueza dos frutos de ouro e oportunidades de trabalho fizeram de Ilhéus e de Itabuna uma fronteira demográfica bastante procurada entre 1910 e 1920. Somados aos sujeitos já residentes na região, homens e mulheres de outras localidades da Bahia, de Sergipe e de Alagoas – incluindo aí, áreas de forte incidência de ex-escravos – incrementaram a mão de obra, absorvida em sua maior parte nas fazendas. No entanto, o aumento populacional e o advento de uma política social calcada em princípios de civilização e de progresso resultaram em formas de controle e de repressão policial sobre a entrada e a permanência de migrantes pobres. Em paralelo, o florescimento de uma cultura urbana favoreceu também a prática do associativismo de caráter religioso, esportivo, filantrópico e de classe, em particular, entre as categorias profissionais do Sul da Bahia.

O segundo capítulo, intitulado “Nas tendas do trabalho”, aborda o surgimento de uma cultura associativa operária em Ilhéus e Itabuna a partir de 1918, com a fundação da Sociedade União Operária dos Estivadores. Além desta, artistas, operários e caixeiros também criaram suas respectivas agremiações, inspiradas pela prática do auxílio-mútuo, da filantropia e do assistencialismo. Essas associações eram marcadas por uma identidade inspirada na ética positiva do trabalho e do trabalhador, modo pelo qual se distinguiam do restante da população pobre e miserável, bem como escapavam dos estigmas de “classes perigosas” imputados pelas classes dominantes.

“Os trabalhadores em tempos de coronelismo” é o terceiro capítulo. Nele analiso de que modo estas sociedades mutualistas e beneficente relacionaram-se com a política oligárquica do Sul da Bahia. Destaco as alianças costuradas entre coronéis, intendentes e parlamentares com os grêmios em vésperas de eleições, com vistas ao recebimento de subvenções públicas, doações financeiras e construção de suas sedes sociais. Focalizo também a participação de lideranças operárias no mundo da política, atuando por dentro dos partidos tradicionais e vislumbrando candidaturas ao legislativo municipal e estadual.

³⁵ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. São Paulo: Paz & Terra, 1989, p. 225-226.

No quarto capítulo discuto as diversas formas de luta por melhores condições de vida e de trabalho construídas pelas sociedades operárias de Ilhéus e de Itabuna. Intitulada “Na defesa dos sagrados interesses”, esta parte da tese se destina a estudar as campanhas por aplicação das leis sociais criadas pelo Governo Federal nos anos 1920; as mobilizações pela implantação da jornada de trabalho de caixeiros e operários; a greve ferroviária de 1927; e o engajamento de empregados no comércio contra a demissão arbitrária promovida pelos patrões em 1929.

O quinto capítulo busca compreender os rumos dos “Associativismo operário em anos de incerteza” durante o Governo Provisório de Vargas. Em meio às dúvidas, as agremiações mutualistas criadas na Primeira República alcançam uma fase em que o Estado torna o problema operário uma questão institucional, com a criação de leis trabalhistas e sindicais. Interessa saber como os trabalhadores e sua cultura associativa assimilaram a sindicalização das classes e a intervenção do Estado no mundo do trabalho.

Sobrevivência e trabalho no Sul da Bahia

“A vida feliz dos humildes”

Andar pelas ruas de Ilhéus na década de 1920 era uma experiência de contato com sujeitos de diferentes culturas e classes sociais, num universo urbano de intensa vida comercial, por um lado, e atribulada sobrevivência para os pobres, por outro. Próximo à Praça Rio Branco, possivelmente, encontraríamos “Mamãe-Bote”, vendedora de tabuleiro que arrumava duas ou três panelas, alguns pratos e colheres e saía a comercializar feijoada e caruru. Ainda a caminhar pela cidade, encontraríamos dona Joaquina no centro, senhora idosa, alegre e cercada por uma porção de “filhos”, tal como ela se referia aos seus clientes. Ela tinha uma banquinha nos fundos do recém-construído prédio do Banco do Brasil, entre as áreas portuária e comercial. A freguesia era composta por carroceiros, carregadores, gente humilde que ganhava a vida nas imediações do porto e do comércio. Pelas iguarias de Joaquina costumava-se pagar 2\$000 (dois mil réis). E se nada disso nos agradasse, encontraríamos a Pensão Estrela, cujo responsável era Pacheco, preto, alegre e que tinha feito fama por arrastar uma enorme espada de cavalaria pelas ruas. Havia quem considerasse a pensão de Pacheco um “barracão tosco”, mas não faltavam frequentadores no seu estabelecimento. Aliás, para atender bem as pessoas, havia dois auxiliares de cozinha, Maladu e Heleodoro, pretos como o proprietário da pensão. Para completar as andanças, ainda

passaríamos em frente a outro refeitório popular, cuja proprietária era Claudelina Machado. Ela cozinhava para fora desde 1925 e havia resolvido abrir sua “pensãozinha”. O cheiro de sua comida chamava a atenção dos transeuntes que passavam em frente a seu botequim.³⁶

A nós infelizmente foi possível apenas imaginar como seria esta andança pelas ruas de Ilhéus na década de 1920. Entretanto, para os redatores do *Correio de Ilhéus*, mais do que observar esta pluralidade de sujeitos, foi possível conversar com eles. Nos diálogos registrados, notaremos como os pobres, que ganhavam a vida trabalhando nas ruas, se relacionavam com a cidade, com os jornalistas (os quais infelizmente não se identificaram, mas suspeitamos que fossem Ismael Reis e Nelson Schaun) e, até mesmo, com os poderes públicos. Na conversa com Mamãe-Bote, que na realidade se chamava Constança, ela demonstrou cordialidade com a freguesia, quando perguntada: “– Ainda se encontra comida por aí? – Inhor, não mocinho... – Qual é o seu nome? – Constança, uma sua criada...”. O comportamento de Constança com o jornalista e os clientes parece típico de quem exercia atividades de ganho e que em função da insegurança de sua condição de trabalho, apresentava-se de modo deferente diante daqueles que consideravam alguém importante.³⁷

Os jornalistas estavam interessados nas peculiaridades da “gente humilde” e, por isso, priorizaram episódios que consideravam excêntricos. Um deles foi a conversa com Dona Joaquina, desta feita mais descontraída e irreverente. Perguntada que nome teria a sua pensão, ela respondeu: “Quá, moço, o senhor tá brincando”. Alguns fregueses que estavam a comer disseram: “É no A’ live! [É no ar livre!]”. Ao que retrucou a velha: “é pensão Brasí [Brasil]”. “E por que Brasil?”, indagou o jornalista. Quem rebateu foi um dos seus frequentadores, que disse: “Porque é atrás do Banco do Brasil!”, ao que se seguiu uma gargalhada estrondosa que contagiou até o repórter. O final da conversa com Joaquina e seus clientes evidencia a ironia com que os trabalhadores de ganho se apropriavam da simbologia de uma instituição das elites – o Banco do Brasil – para se legitimar naquele local de trabalho.³⁸

Por fim, a última prosa foi com Claudelina Machado, que recebeu os repórteres com certa desconfiança. Ao ser perguntada se ali era a Pensão Beriba, ela respondeu: “Não senhor, Beriba é pra lá...”. Não satisfeita com a curiosidade dos jornalistas, acrescentou um tanto assustada: “Vamicê percure que meu nome tá na Intendência...” [Vosmecê procure que meu nome está na Intendência] e ainda quis oferecer um prato de comida. De acordo com o relato, a mulher deve ter considerado que os dois jornalistas eram da fiscalização municipal ou da

³⁶ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 27/9/1928, ano VIII, n.1100, p. 2.

³⁷ Idem. Ibidem, p. 2.

³⁸ Idem. Ibidem, p. 2.

Higiene Pública, órgãos que se dedicavam ao controle das atividades profissionais da cidade e que também tiravam o sono das pessoas que viviam do trabalho ambulante. A desconfiança de Claudelina Machado não deve ter sido em vão, haja vista que a dupla do *Correio de Ilhéus* também era funcionária dos poderes públicos municipais. Nelson Schaun, por exemplo, era secretário oficial do Conselho Municipal de Ilhéus. Ismael Reis era servidor da Intendência. Ambos pertenciam ao Partido Republicano da Bahia, o mesmo do intendente Durval Olivieri e do governador Góes Calmon, em 1928.

O relato que nos deu as informações sobre os trabalhadores foi motivado por uma reportagem dos jornalistas do *Correio de Ilhéus*, cujo tema era a “vida feliz dos humildes”. O periódico pertencia à família Pessoa, clã oligárquico que controlava a Intendência Municipal desde 1912. Era veículo de comunicação que representava a visão de mundo das classes dominantes da cidade.



Figura 1 - Sede do Banco do Brasil em Ilhéus, 1927. Nos fundos deste prédio funcionava a pensão de Dona Joaquina. Fonte: SOUB, José Nazal. Minha Ilhéus, 2010.

Por isso, havia um tom de crítica à falta de organização e de higiene que cercava os lugares onde vendedores ambulantes comercializavam seus produtos. Ganhadeiras que vendiam pratos de comida para os pobres no centro da cidade foram retratadas na investigação com as peculiaridades e excentricidades de suas práticas. O julgamento pejorativo sobre os modos de vida destes setores empreendido pelos jornalistas era típico de uma sociedade que se pretendia civilizada e progressista, mas que na prática precisava lidar cotidianamente com estas atividades comerciais populares em meados da década de 1920. Pelo menos era assim que dizia ao cabo de sua análise “Ilhéus, como todos os centros civilizados e onde o progresso se efetua, tem, já, de tudo e para tudo, e é aí, justamente, que está a razão de ser dessas várias modalidades de vida, em nosso meio”.³⁹

Acontece que não era sempre que a imprensa, as autoridades públicas e os comerciantes lidavam amistosamente com os membros da classe trabalhadora do Sul da Bahia, sobretudo com aqueles que se dedicavam a atividades de ganho. O embate aberto e conflituoso também marcou o teor das relações entre os trabalhadores e a classe dominante da região. Para garantir seus direitos de uso do espaço urbano, de delimitar os horários de

³⁹ Idem. *Ibidem*, p. 2.

trabalho e mesmo de garantia das condições de sobrevivência, foi preciso lançar campanhas e estabelecer desgastantes enfrentamentos com o patronato regional. O olhar a contrapelo⁴⁰ lançado nos modos de vidas de Maria-Bote, Joaquina, Pacheco e Claudelina Machado, quase todos negros e pobres, nos permite refletir sobre a maneira pela qual os trabalhadores foram ampliando seus espaços de atuação profissional e cotidiana. Atrás do Banco do Brasil ou da Praça, com permissão ou não da Intendência, faziam-se presentes e estabeleciam seus projetos pessoais, fundados em atividades de ganho, costumes que possivelmente se constituíram desde o mundo da escravidão e chegaram até a República em Ilhéus.⁴¹

A narrativa da “vida feliz da gente humilde” abre a história de trabalhadores e de sujeitos anônimos que viveram no Sul da Bahia entre as décadas de 1920 e 1930. Estes e outros personagens experimentaram um contexto de mudanças significativas em Ilhéus e Itabuna, momento em que sob a influência da economia cacaueteira em ascensão, as cidades cresciam, as atividades econômicas se dinamizavam e a questão social se tornava uma das preocupações das classes dominantes, especialmente no que tange ao acesso e controle da força de trabalho. Entre sorrisos e carrancas, o objetivo deste capítulo é entender como estas transformações interferiram na expectativa da classe trabalhadora.

Entre sorrisos e carrancas

Em 1928, um jornalista carioca que sobrevoou Ilhéus afirmou que a cidade era um “sorriso à beira da costa”. Sarcasticamente, o *Diário da Tarde*, vespertino pertencente ao grupo liderado por Eusínio Lavigne e oposição municipal, retrucou dizendo que de passagem até seria possível enxergar um “sorriso”, mas que por dentro se via as “carrancas”.⁴² A intenção do periódico era provocar a administração municipal e evidenciar as contradições de uma sociedade que ao mesmo tempo em que se pretendia civilizada e progressista, também

⁴⁰ Cf. BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1987. Benjamin sugere que “escovar a história a contrapelo” é um método que desconstrói as formas pejorativas com que se caracterizam a ação dos pobres em documentos produzidos pelas classes dominantes e enxergar a lógica popular diante da opressão e da exploração.

⁴¹ Não podemos desconsiderar que muitas das atividades desempenhadas no comércio popular durante as primeiras décadas do século XX são frutos de costumes e de tradições preservadas por ex-escravos e seus descendentes. A atividade de ganho era uma das tarefas cumpridas por negros escravos, livres e libertos em diversas cidades da Bahia durante o século XIX, e que chegou com vigor ao pós-Abolição como estratégia de sobrevivência no mundo do trabalho livre. Sobre isso, ver os trabalhos de REIS, João J. De Olho no Canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. In: *Afro-Asia*, n. 24, 2000; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2006; e CRUZ, Ronaldo Lima. *Conflitos e tensões: conquista de escravizados e libertos no Sul da Bahia, 1880-1990* (Dissertação de Mestrado). Franca, SP: UNESP, 2012.

⁴² IGH. *Diário da Tarde*, 18/5/1928, ano I, n. 75, p. 1.

enfrentava sérios problemas sociais. Os anos de 1920 foram um período em que Ilhéus e boa parte do Sul da Bahia se urbanizavam de modo acentuado, motivados pela ascensão da lavoura cacaeira, pelo movimento comercial e pela dinâmica portuária.

Para entender melhor as modificações que ocorriam no cenário regional, podemos começar com a verificação dos dados oferecidos pelos Censos Demográficos de 1920 e 1940. Em Ilhéus, havia 63.012 habitantes nos anos vinte, indicador que saltou para 113.269 indivíduos na pesquisa do IBGE de 1940. Desse universo, 15.807 pessoas viviam na sede do município. O restante estava espalhado pelos vários distritos, tais como Água Preta (atual Uruçuca), Pirangí (Itajuípe), Guaracy (Coaraci), Banco do Pedro, Castelo Novo, Banco da Vitória, Salobrinho e Pontal (atualmente um bairro, mas que era considerado um distrito pelas autoridades da época). Por sua vez, Itabuna possuía 41.980 habitantes, segundo o Censo de 1920. Este número salta para 98.879 na contagem produzida em 1940. Do mesmo modo que sua vizinha Ilhéus, a maior parte das pessoas vivia nos distritos e na zona rural, sendo que 20.265 estavam na sede, de acordo com o registro censitário.⁴³

Ainda é possível retirar outras informações demográficas de Ilhéus e de Itabuna para as décadas de 1920 e 1930 por meio dos anuários estatísticos elaborados pelo governo da Bahia. Em 1923, a população total dos dois municípios era de 104.992 habitantes, o que gerava uma densidade média de 20,47 habitantes por quilômetro quadrado. Esses números colocavam as duas cidades ao lado de outros centros urbanos do estado, tais como Feira de Santana (com 77.600 pessoas e densidade demográfica de 23 hab/km²) e Vitória da Conquista (com 80.038 munícipes, mas com concentração populacional de 2 hab/km², em face do território expandido).⁴⁴

Município	Sexo		Ano	Sexo		Ano
	M	F	1920	M	F	1940
Itabuna	23.606	18.374	41.980	51.053	45.826	96.879
Ilhéus	35.130	27.882	63.012	61.385	51.884	113.269

Tabela 1 - População por sexo e geral dos municípios de Ilhéus e Itabuna, 1920 e 1940.
Fonte: IBGE/BRASIL

Os dados obtidos da migração também sinalizam a convergência de pessoas para a zona do cacau. De acordo com os Anuários Estatísticos da Bahia, houve uma linha crescente

⁴³ Dados extraídos de BRASIL/IBGE. *Recenseamento geral do Brasil*. 1/9/1920; e de BRASIL/IBGE. *Recenseamento geral do Brasil*. 1/9/1940.

⁴⁴ IGHB. Departamento do Serviço de Estatística do Estado. *Anuário Estatístico da Bahia – 1923, 1924*.

na chegada de indivíduos no porto de Ilhéus advindos de Salvador entre 1924 e 1928, cujo ápice foi alcançado neste último ano quando mais de 23.837 pessoas se dirigiram para o sul do estado, superando a quantidade daqueles que se dirigiam para outros estados – 21.413. Sem dúvida, esses indicadores demográficos saltavam aos olhos de autoridades públicas e da imprensa, que acompanham com preocupação e expectativa o desembarque diário de trabalhadores de diversas categorias e formações⁴⁵.

Em geral, pesquisadores das diversas áreas de conhecimento apontam que o crescimento da lavoura cacauceira e a fama dos frutos de ouros contribuíram decisivamente para que trabalhadores fossem atraídos para as terras do Sul da Bahia. A literatura, por exemplo, repercutiu as história de sertanejos e de migrantes de outros estados do nordeste que chegaram a Ilhéus em busca de melhores condições de vida. Em *Cacau*, escrito por Jorge Amado, Sergipano, protagonista da estória, falava das cartas enviadas por trabalhadores da Bahia aos seus parentes e que fecundaram sua imaginação sobre riqueza e opulência. “Eu comecei a falar em Ilhéus, terra do cacau e do dinheiro, para onde iam levas de emigrantes. [...] elas [mãe e tia] consentiram que eu me jogasse [...] na terceira classe do Murinho, rumo à terra do cacau, Eldorado em que os operários falavam como terra de Canãã”.⁴⁶ Situação semelhante também foi descrita no romance *Gabriela, cravo e canela*, em que a sertaneja protagonista, na companhia de seu tio e do negro Fagundes, trilhou a rota em direção à terra em que sabia “de muitos que saíra do Ceará sem tostão e voltava poucos anos depois a passeio, arrotando dinheiro”.⁴⁷

Ano	Ilhéus	Outros estados
1924	12.662	15.864
1925	12.260	15.705
1926	12.737	20.435
1927	18.837	19.529
1928	23.837	21.413

Tabela 2 - Movimento migratório do porto de Salvador - 1924-1928
Fonte: APEB. *Anuário Estatístico da Bahia*, 1932.

⁴⁵ APEB. *Anuário Estatístico da Bahia*, 1932.

⁴⁶ AMADO, Jorge. *Cacau... Op. Cit.*, p. 131-133.

⁴⁷ AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela: crônicas de uma cidade do interior*. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 80.

Os escritos memorialísticos também apontam para a atração de trabalhadores com destino ao Sul da Bahia. José Pereira da Costa, autor do livro *Terra, suor e sangue*, morador de Itabuna, relata que aportou em Ilhéus no dia 3 de outubro de 1897 em companhia de seus pais e demais parentes, num total de 17 pessoas adultas e três menores. Ele disse que fugindo dos impactos da seca e da Guerra de Canudos, ao chegar à cidade e percorrer suas ruas, ficaram “abismados com a fartura” que viram “de produtos trazidos por moradores das beiradas”.⁴⁸ Em adição, os historiadores Mary Ann Mahony e Walter Fraga Filho demonstraram em seus estudos que Ilhéus e Itabuna estavam nos itinerários percorridos por ex-escravos ou seus descendentes no pós-abolição.⁴⁹ No estudo realizado para dissertação de mestrado, sinalizamos que uma parcela considerável da população de Itabuna era proveniente de regiões do Recôncavo baiano, Sergipe e Alagoas, zonas em que a escravidão havia sido preponderante.⁵⁰

De fato, as informações sobre a fama dos “frutos de ouro” circulavam em diferentes partes do nordeste do Brasil e atraíram parcela considerável dos trabalhadores para o Sul da Bahia. Tanto a literatura quanto a memória, corroboram com esta narrativa porque reafirmam um passado de glória e de mérito sobre a região. No entanto, convém acrescentar que parte desta onda migratória se deveu também à atuação de agentes aliciadores financiados por fazendeiros. A questão da mão de obra sempre foi uma reclamação dos proprietários, que se queixavam da volatilidade de seus empregados em tempos de colheitas. Deste modo, uma das formas era assediar homens e mulheres com promessas de salários e de moradias acessíveis. Em 1920, por exemplo, o Dr. Abreu Filho, advogado e redator, flagrou a ida de 196 cearenses para São Paulo no porto de Ilhéus. Na oportunidade, ele conversou com os migrantes sobre as péssimas condições da viagem de 16 dias e que muitos não estariam preparados para enfrentar os rigores do inverno do sul do País. Logo depois, propôs que ficassem em Ilhéus, justificando que “melhores vantagens oferece do que São Paulo”.⁵¹

O Dr. Abreu Filho relatou que convenceu 76 embarcados a descerem no porto de Ilhéus, de onde seriam enviados para trabalhar nas fazendas dos coronéis Henrique Cardoso e Silva e Manoel da Fonseca Dórea, este último em Itabuna. Contou ainda que distribuiu 140\$000 (cento e quarenta mil reis) entre os que haviam ficado. Depois da narrativa, o

⁴⁸ COSTA, José Pereira da. *Terra, suor e sangue: lembranças do passado*. Salvador: EGBA, 1995, p. 27.

⁴⁹ MAHONY, Mary Ann. “Afro-brazilians, land reform and the question of social mobility in southern Bahia, 1880-1920”. In. *Afro-brazilian culture and the politics: Bahia, 1790’s to 1990’s*, 1998.; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade... Op. Cit.*, p. 326.

⁵⁰ CARVALHO, Philippe Murillo S. *Itabuna – uma cidade em disputa: conflito e tensões urbanas no sul da Bahia (1930-1948)*. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2012, p. 43.

⁵¹ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 8/4/1920, ano IX, n. 446, p. 1.

advogado ressaltou que entre as famílias que se destinavam a São Paulo, podem-se encontrar cidadãos com “aptidões para trabalhos mais delicados”, ou seja, mão de obra não apenas para a lavoura, mas também para funções urbanas e qualificadas. Em conclusão, defendeu que se apelasse ao “governo cearense” para que dirigisse trabalhadores “para esta região, cuja feracidade espantosa oferece as mais sólidas garantias aos sísifos cearenses”.⁵²

A presença de prepostos para aliciar trabalhadores no porto de Ilhéus também foi relatada por José Pereira da Costa (o mesmo que havia fugido da Guerra de Canudos). Ele narrou que ao descer das canoas que transportavam passageiros até o cais, encontrou “grande número de pessoas domiciliadas na cidade e no seu município, para nos oferecerem trabalho e emprego no comércio, a quem tivesse habilitação”.⁵³ Havia informações de fazendeiros que financiavam a ida de agentes para outros estados em busca de mão de obra. João Evangelista contou na imprensa que o coronel João de Souza Lima, proprietário em Ilhéus, entregou quatro contos de réis para um contratante alagoano ir até sua terra natal buscar trabalhadores. Segundo o relato, “veio muita gente: homens, mulheres e crianças. Tanto que chegaram, entregaram-se com arrojo leonino ao trabalho pesado da roça”.⁵⁴

A atuação de agentes de emprego para viabilizar mão de obra para as fazendas do Sul da Bahia está em sintonia com as informações obtidas pela historiadora Camila Avelino. Ela cita que agricultores e autoridades sergipanas reclamavam da “venda” de seus “patrícios” para áreas baianas em 1906, onde iam trabalhar para “fazer prosperar a riqueza alheia”.⁵⁵ Por sinal, a prática de aliciamento de trabalhadores em regiões marcadas por problemas climáticos ou sociais não era uma coisa incomum na história do Brasil. Um exemplo similar foi o deslocamento de milhares de nordestinos para a região amazônica para trabalhar no cultivo da borracha.⁵⁶ Noutra medida, podemos falar dos milhares de imigrantes europeus que foram agenciados para as lavouras de café do Sul e Sudeste. Os prepostos narravam história de riqueza e de fortuna para atrair pessoas em regiões com sérias dificuldades. No entanto, esta questão ainda é um tema em aberto para historiografia baiana, pois em geral os escritores silenciaram sobre esta prática para ecoar a versão de que sujeitos se dirigiam por livre e espontânea vontade de enriquecer nas fronteiras do cacau.

⁵² Idem. *Ibidem*.

⁵³ COSTA, José Pereira. *Terra, suor e sangue... Op. Cit.*, p. 27.

⁵⁴ BPEB. *Diário da Tarde*, 24/7/1928, ano I, n. 117, p. 2.

⁵⁵ AVELINO, Camila B. S. *Novos cidadãos: trajetórias, sociabilidade e trabalho em Sergipe após a abolição* (Dissertação de Mestrado). Santo Antônio de Jesus: PPGHIS/UNEB, 2010. pp. 133-135.

⁵⁶ Cf. SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

O destino final do contingente de trabalhadores que se dirigiam para o Sul da Bahia nem sempre contemplava os anseios de fortuna ventilados pela propaganda dos frutos de ouro. As histórias de sujeitos que encontravam adversidades ao chegar à região eram anunciadas frequentemente na imprensa em 1928. Foi assim que soubemos da trajetória de Vitalino Alves. Ele tinha 39 anos, era natural de Salvador, mas residia na Vila de Fernão Velho, Sergipe, onde tinha mulher e três filhos. Ao chegar a Ilhéus, empregou-se na construção pertencente a Juvenal Nunes de Araújo, situada no morro de São Sebastião. No dia 8 de setembro foi encontrado morto no canteiro de obras por seus colegas. Sem nenhuma investigação e sem contatar os familiares, a polícia se limitou sumariamente a recolher o cadáver e enterrá-lo cerca de uma hora depois. O caso provocou polêmica porque dias depois, foram encontradas nos pertences do operário duas cartas de sua esposa, em que a mulher falava dos receios e das esperanças com a ida do marido para terras desconhecidas.⁵⁷

Os relatos também sinalizam as cores e as discriminações aos migrantes que ficavam desamparados depois de não encontrarem serviço no Sul da Bahia. Antônio Cajazeiras e Elpídio dos Santos eram oriundos do “nordeste [...] e vieram aqui atraídos pela fortuna”, destacava o *Diário da Tarde*. No entanto, ambos adoeceram depois de alguns dias de desembarcados e foram descritos como sujeitos que sofriam de “opilação: tez alaranjada e os cabelos longos, desgrenhados, dão-lhe a aparência de moribundo. Sentado quase todo dia, o olhar parado e sem fulgor”, representavam os “nordestinos que chegavam cheios de esperanças”.⁵⁸ Era recorrente que os jornalistas de Ilhéus se referissem aos migrantes como retirantes do Nordeste, apesar deles também serem nordestinos. É provável que na cabeça dos intelectuais que escreviam para a imprensa, Nordeste remetesse ao imaginário da seca e do flagelo sofridos por parcela significativa dos migrantes, marca associada à pobreza e à miséria, atributos vistos de modo pejorativo pela sociedade da época.⁵⁹

Entre as notícias que informavam sobre os infortúnios dos que vinham em busca da riqueza da zona do cacau, não escapava o olhar de preocupação de letrados e de autoridades com ajuntamento de pobres nas áreas da cidade. Os últimos dias de Argemiro Coelho Lima, operário, de 20 anos e oriundo de Jaguaquara, Bahia, que morreu abandonado na cobertura dos galpões das docas da Companhia Industrial de Ilhéus, serviu de introdução para que o

⁵⁷ BPEB. *Diário da Tarde*, 12/9/1928, ano I, n. 170, p. 1.

⁵⁸ Idem. *Diário da Tarde*, 25/5/1928, ano I, n. 81, p. 1.

⁵⁹ CF. ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora, 2006. Os intelectuais da imprensa do Sul da Bahia consumiam os discursos construídos pelos escritores do Sudeste sobre o Nordeste arcaico e rude, cujas imagens da seca e da pobreza eram os símbolos principais. Tais elementos foram tratados de forma competente por Albuquerque Jr.

Diário da Tarde reclamasse da “parelha de infelizes” que habitavam a região portuária.⁶⁰ Segundo o periódico, muitos chegavam ao município sem dinheiro para pagar pensões, abrigando-se nos barracões, sem qualquer atenção dos poderes públicos, como era o caso de um rapaz de “cor preta, com 29 anos, que está com o mal que não perdoa” ou ainda de “outro crioulo, de cerca de 60 anos” que “está como pobre mártir entregue a sua própria sorte”.⁶¹



Figura 2 - Ponte de embarque e desembarque no Porto de Ilhéus. Ao fundo, um das várias embarcações da Companhia Baiana de Navegação por onde chegavam milhares de migrantes.

Fonte: BRITO, Raimundo. *O livro de Ilhéus*, 1923.

Aos que conseguiam superar as adversidades e se adaptaram ao Sul da Bahia, o destino final nem sempre era as lavouras de cacau. O porto, as ferrovias, as rodovias, as casas comerciais e os ofícios especializados eram alternativas para atuação profissional a partir dos anos 1920. As fontes demográficas do recenseamento do IBGE conjugadas com o levantamento de dados extraídos de editais de casamento nos permitem vislumbrar a variedade de ocupações em Ilhéus e Itabuna. Para esta análise, levaremos em consideração somente os dados censitários de 1940, pois correspondem mais precisamente ao recorte temporal deste estudo.

Os cálculos dos dados censitários mostram que o total da população se dividia entre a agricultura, sobretudo para o contingente masculino, e os serviços domésticos, maioria entre as mulheres. Em Itabuna, 27.059 mulheres cumpriam tarefas do lar, o que representava 59% do universo feminino. Em Ilhéus, os mesmos dados correspondiam 29.283 mulheres em

⁶⁰ BPEB. *Diário da Tarde*, 5/5/1930, ano III, n. 642.

⁶¹ Idem. *Diário da Tarde*, 7/5/1930, ano III, n. 644, p. 1.

funções domésticas, equivalente ao total de 56,4%. Vale lembrar que os serviços domésticos se estendiam por funções como lavadeiras, cozinheiras, costureiras, empregadas, amas de crianças e, até, atividades escolares particulares (conhecido por reforço, banca etc.). É provável que neste grupo também se encaixassem as colegas de Constança, Claudelina Machado, Joaquina, isto é, as quituteiras e cozinheiras que atuavam nos restaurantes populares da cidade. No caso dos homens, estavam envolvidos com a agricultura em Itabuna 43,5% e em Ilhéus 44,1%. Não é surpreendente que parcela considerável da população masculina atuasse na agricultura, em função da economia agroexportadora do cacau.⁶²

No entanto, ao verificar os índices de profissionais da indústria, do comércio, dos serviços e atividades sociais, podemos inferir que nem só de cacau viviam os trabalhadores, notadamente daqueles que viviam na zona urbana. No ramo da indústria, 3.875 indivíduos atuavam em Ilhéus e 2.652, em Itabuna, totalizando 6.527 pessoas nas duas cidades. Deste universo, 97,2% eram do sexo masculino. É importante dizer que os agentes do IBGE classificavam como função industrial vários ofícios artesanais, tais como marceneiros, funileiros, ferreiros, algo que Aldrin Castellucci observou em seu trabalho de mestrado.⁶³ No campo de serviços e atividade sociais, havia 6.357 profissionais, sendo que 4.044 estavam em Ilhéus e 2.313, em Itabuna. Nesta área, importa ressaltar o equilíbrio entre os sexos, pois do total, 44,3% eram mulheres e 56,7% eram homens. Era mais um indicador de que havia alternativas profissionais urbanas para homens e mulheres no Sul da Bahia. O comércio abrigava um universo de 4.586 cidadãos, sendo que 1.921 viviam em Itabuna e 2.665 moravam em Ilhéus. Destes, 95,3% eram do sexo masculino. Existia ainda o setor de transportes, composto por 2.070 pessoas, 437 em Itabuna e 1.633 em Ilhéus, quase absolutamente ocupado por 99,2% de homens. Para completar o quadro profissional, aparecia um total de 1556 cidadãos que atuavam na administração pública e privada, profissões liberais, defesa nacional e segurança.⁶⁴

⁶² BRASIL/IBGE. *Recenseamento geral do Brasil*, 1/9/1940.

⁶³ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004.

⁶⁴ BRASIL/IBGE. *Recenseamento geral do Brasil*, 1/9/1940.

Atividades	Censo 1940 – Itabuna e Ilhéus					
	Itabuna	%	Ilhéus	%	total	%
Agricultura	22.867	23,6	28.191	24,9	51.058	24,3
Indústrias	2.651	2,7	3.875	3,4	6.526	3,1
Transportes	437	0,5	1.633	1,4	2.070	1,0
Comércio	1.921	2,0	2.665	2,4	4.586	2,2
Administração	258	0,3	624	0,6	882	0,4
Profissões liberais	156	0,2	305	0,3	461	0,2
Serviços e atividades sociais	2.313	2,4	4.044	3,6	6.357	3,0
Defesa nacional e segurança	45	0,0	168	0,1	213	0,1
Serviços domésticos	28.869	29,8	31.997	28,2	60.866	29,0
Outras (inclusive mal definidas)	8.787	9,1	8.160	7,0	16.947	8,1
Trabalhando	68.304	70,5	81.662	72,1	149.966	71,4
Inativos	28.575	29,5	31.607	27,9	60.211	28,7
Total	96.879		113.269		210.148	100

Tabela 3 - Dados demográficos segundo atividades profissionais, 1/9/1940.
Fonte: IBGE/BRASIL. Recenseamento geral do Brasil, 1/9/1940.

Os censos de 1940 apresentam um número surpreendente de 82.161 trabalhadores que atuavam na zona urbana de Ilhéus e de Itabuna, equivalente 39,09% do total dos dois municípios. Numa amostragem de 922 matrimônios extraída dos editais de casamento, foi possível esmiuçar a profissão de 413 homens. Destes, 211 informaram trabalhar como lavradores, e 202 noutras atividades urbanas. Entre elas, registramos 67 artistas (profissionais qualificados que poderiam ser alfaiates, pedreiro, funileiro, sapateiro etc.), 57 negociantes (que iam desde caixeiros viajantes até pequenos negociantes que atuavam em feiras), 31 empregados no comércio, 19 jornaleiros (muito deles ganhadores, carregadores, carroceiros etc.), 18 servidores públicos, 13 agricultores e 10 operários.⁶⁵

Os dados dos editais devem ser visto como informações suplementares sobre a pluralidade das ocupações profissionais em Ilhéus e Itabuna nos anos 1920 e 1930. Contribui para desconstruir a visão de que a classe trabalhadora do Sul da Bahia estava restrita a jagunços, jornaleiros e empregados rurais. Também indica que nem todos dependiam diretamente do cacau para sobreviver. O historiador Erahsto Felício foi um dos primeiros a apontar a pluralidade das ocupações profissionais ao investigar a sociedade de Itabuna na década de 1950. Segundo ele, naquele contexto, “não é a lavoura do cacau que ocupa o maior contingente de trabalhadores. Também não seria o da indústria e do comércio. Trata-se de um

⁶⁵ Dados extraídos de levantamento em editais de casamento publicados entre 1925-1934 na imprensa de Ilhéus e de Itabuna.

setor quase exclusivamente feminino: atividades domésticas e escolares”.⁶⁶ Convém complementar que mesmo entre os homens, 43,8% do total da população masculina de Ilhéus e de Itabuna estavam em atividades urbanas e sem ligações diretas com a lavoura no censo de 1940.

A dinâmica de crescimento econômico, a movimentação de migrantes no porto de Ilhéus e a heterogeneidade dos trabalhadores não escapavam aos olhos observadores das autoridades e dos intelectuais do Sul da Bahia. Em suas análises, havia um misto de orgulho e de temor com as transformações sociais da região. Em 1928, o *Diário da Tarde* repercutia as incertezas com as levas de migrantes que compunha o operariado local.

Alguém já observou que a população de Ilhéus é composta de vindiços, em sua grande parte. A população trabalhista, pelo menos, na sua quase totalidade. [...] Quase diariamente os vapores derramam em nosso porto as chamadas ‘levas’ de imigrantes, centenas de braços em busca do trabalho que aqui tem, com razão, a significação de fortuna. [...] Gleba opulenta, ficaria para aí abandonada com todas as suas excelências e as suas riquezas se braços não viessem, de toda parte, explorá-la, arroteá-la, arromba-la. Começaram de chegar, então, os primeiros decididos à conquista da terra privilegiada. [...] A felicidade dos primeiros, atraiu os demais. E foram chegando aos grupos primeiro, depois às ‘levas’, como ao toque da alvorada da fortuna. Esse [...] o aspecto que tem sido a preocupação constante dos que, entre nós, se dão às veleidades sociológicas. Será isso um grande mal ou um bem imensurável?⁶⁷

Entre sorrisos e carrancas, as dúvidas sobre os rumos de uma região que alterava seus contornos sociais influenciaram nos modos de dominação que os poderes públicos adotaram para a questão social no Sul da Bahia. É também na década de 1920 que os valores de civilização e de progresso foram incorporados pelos chefes políticos, servindo de princípios reguladores para definir quem se enquadrava como “um grande mal” ou um “bem imensurável”. Por extensão, viria também a fiscalização e a repressão sobre os baixo, que implicaria numa suspeição generalizada da periculosidade de trabalhadores urbanos e rurais, vadios, prostitutas e jogadores. A seguir, veremos que em Ilhéus e Itabuna, as ideias de civilidade e de urbanidade foram contrastadas com os percalços dos antagonismos de uma sociedade em transformação.

⁶⁶ SOUSA, Erahsto F. *Subalternos no caminho da modernidade: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia (Itabuna, década de 1950)* (Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2010, p. 78.

⁶⁷ BPEB. *Diário da Tarde*, 30/6/1928, ano I, n. 111, p. 1.

Os percalços da civilização: urbanização e conflito no Sul da Bahia

Com a economia e a população em ascensão, os anos 1920 também foram o período em que a cultura urbana se tornou mais proeminente em Ilhéus e Itabuna, apesar de os dois municípios viverem momentos diferentes de sua história. Ilhéus era uma cidade com 40 anos, além dos mais de 300 anos em que foi de capitania à vila; enquanto Itabuna era um município recém-emancipado e elevado à categoria de cidade em 1910. Ainda assim, gradualmente, hábitos como ir ao cinema e ao teatro, frequentar restaurantes, cafés e confeitarias, divertir-se caminhando por logradouros públicos ou mesmo comparecer aos jogos esportivos, tornaram-se recorrente entre a população local. A vida comercial e os serviços portuários e ferroviários acentuaram os sentidos de quem vivia nas cidades pela constante movimentação de entradas e saídas de embarcações, de trens e outros meios de transportes. Em paralelo, as autoridades dos governos municipais realizaram intervenções em ruas, avenidas e praças, procurando dotá-las de jardins, parques e monumentos, acompanhados de discursos baseados nos princípios de civilização e de progresso.

Em Ilhéus, a gestão de Mário Pessoa foi uma das que assumiram o projeto de reformar a cidade de modo mais objetivo a partir de 1924. Médico e filho do principal chefe oligárquico da região – cel. Antonio Pessoa –, ele era o quarto intendente do grupo político que controlava o município desde 1912, quando J. J. Seabra subiu ao poder estadual. Em seus relatórios enviados ao Conselho Municipal, Mário Pessoa destacava a necessidade da planta cadastral para regular a ocupação do espaço urbano e a movimentação dos cidadãos. Para ele, a construção de prédios nas ruas sem o devido controle dos órgãos públicos propiciava o aparecimento de doenças e dificultava o fluxo de pessoas e de carros. Nesse sentido, recordava as experiências de outras localidades para convencer o legislativo a aprovar orçamento destinado à política urbana:

As obras que tem sido feitas em todas as partes do mundo, e das quais resultou o embelezamento das capitais, mediante o alargamento das ruas, formação de ‘boulevards’ e regime higiênico das habitações, diz o dr. Barata Ribeiro, são obras de saneamento, porque ninguém ignora, desde os tempos mais antigos, que a luz e o ar são os purificadores mais poderosos do solo e depuradores dos resíduos da vida orgânica⁶⁸.

A planta cadastral seria o projeto que legitimaria as intervenções previstas pelo intendente. Dentre as quais, estava a projeção da Cidade Nova, no local que se chamava

⁶⁸ IGHB. *Mensagem do intendente ao Conselho Municipal de Ilhéus*. 2/6/1924. s/p.

Copacabana, em janeiro de 1925. Pessoa pretendia alargar o perímetro urbano, dotando-o de ruas e praças arborizadas com infraestrutura para a construção de prédios residenciais. As terras seriam doadas por José de Amaral Pacheco, conhecido agricultor local, que certamente esperava alguma compensação com a valorização de seus terrenos próximos a zona urbana.⁶⁹ Além deste projeto, o plano de melhoramentos da Intendência Municipal consistia na ampliação das avenidas 2 de julho e Beira Mar, com a construção do cais para conter o avanço das ondas. Deste modo, o *Correio de Ilhéus* especulava que as “lindas avenidas, dentro de pouco tempo, serão invadidas por automóveis de outros centros populosos” e que “fervilharão a massa humana e o capital, nesse consórcio de grandeza que somente os grandes centros urbanos realizam”.⁷⁰

É claro que as políticas de urbanização eram parte do projeto de dominação da política local pela facção a qual pertencia Mario Pessoa. Ele era filho do cel. Antonio Pessoa, chefe do Partido Republicano Democrata, que se orgulhava de ter ascendido socialmente sem o uso de mão de obra escrava e de seus preceitos republicanos desde o fim do século XIX. A hegemonia de sua família iniciada em 1912, quando assumiu o poder em Ilhéus, visava contrapor o lugar do clã familiar dos Adami, Sá e Lavigne, adversários políticos considerados aristocratas e escravistas. Depois dele, a cidade foi governada por seus parentes diretos até 1930, entre eles, Eustáquio Bastos, Mário Pessoa (filho) e Durval Olivieri (cunhado).⁷¹ As reformas urbanas promovidas na cidade eram politicamente utilizadas para promover o perfil civilizador e progressista da facção oligárquica a qual pertencia.

Este era o caso das obras realizadas nas Avenidas 2 de julho, Pedro Álvares Cabral e a construção das praças Visconde de Cairú e Rui Barbosa. Por sinal, foi nesse período que a cidade ganhou a fama de “Princesa do Sul da Bahia”, alcunha designada para reiterar os dotes civilizatórios projetados pelos intendentes da oligarquia Pessoa. Em 1927, quando concluiu sua gestão, Mario Pessoa fazia questão de afirmar o presente moderno em contraposição ao passado arcaico (pré-1912), quando as oligarquias adversárias dirigiam o município. Dizia:

Ilhéus Moderno e seu governador

Vereis agora, mesmo através da vista cansada de que dispondes, o que será a Ilhéus de hoje, de praças ajardinadas, de ruas meradamente calçadas, limpas, elegantes varadas pela carreira dos autos [...] Esse Ilhéus de avenidas

⁶⁹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 27/1/1925, ano IV, n. 550, p. 1.

⁷⁰ Idem. *Correio de Ilhéus*, 22/8/1925, ano IV, n. 637, p. 1.

⁷¹ Para saber mais sobre a trajetória das famílias oligárquicas em Ilhéus, Cf. MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. In. *Especiarias – caderno de Ciências Humanas*, v. 10, n. 18, jul-dez. 2007.

sedutoras, de recantos pitorescos, de praias encantadas! Será o empório do sul, a grandeza da Bahia e um dos maiores valores da República.⁷²

A beleza das praças, a movimentação dos carros e a paisagem natural moviam o ufanismo dos poderosos sobre si mesmos. A narrativa vaidosa servia para reafirmar o projeto de poder das oligarquias e disseminava a visão de mundo que as classes agrícolas e comerciais tinham de Ilhéus. Ao desnaturalizar a ideia de região, perceberemos que a alcunha de “Princesa do Sul” era resultado de um discurso que estava intimamente ligada à expressão de poder e de legitimação de suas classes dominantes.⁷³ Com esta premissa, as autoridades tinham licença para beneficiar indivíduos que se encaixassem nos projetos de urbanização, a exemplo das inúmeras concessões de isenção fiscal aos proprietários que erguessem prédios com padrões estéticos considerados modernos. Exemplo disso foi o casarão que pertencia ao cel. João Amado, pai do escritor Jorge Amado, que estava localizado na Rua 28 de junho, centro da cidade.⁷⁴ Em contrapartida, a fiscalização também possuía permissão para combater casarões antigos habitados pela população pobre, os quais eram considerados “cancros repelentes” e “miseráveis pardieiros”, “enfendo a cidade, porfiando nessa maldita obra de nosso descrédito, assim na torpe insistência de não querer a beleza e a estética de Ilhéus”.⁷⁵

Em Itabuna, as políticas de intervenção urbana ocorreram com menor força do que em Ilhéus nos anos 1920. Ainda assim, o intendente Henrique Alves contratou os engenheiros Arquimedes Gonçalves e Manoel Da Rin para construir a planta cadastral da cidade e seus



Figura 3 - Notícia do *Correio de Ilhéus* sobre a construção de prédios requintados e considerados dentro dos padrões de civilização da "Princesa do Sul". Este imóvel pertencia ao Cel. João Amado, pai de Jorge Amado e estava situada na rua 28 de junho. Fonte: APMIJM, *Correio de Ilhéus*, 1929, p. 1.

⁷² APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 26/7/1927, ano VII, n. 921, p. 1.

⁷³ ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *Op. Cit.*, p. 26-27. O autor alerta para a importância de desnaturalizar a ideia de região como forma de perceber as relações de poder que estão por trás da própria definição de espaço geográfico. No caso de Ilhéus, é sintomático que o discurso de civilização e de progresso esteja diretamente relacionado com o título de “Princesa do Sul”, pois garantia a legitimidade necessária às classes dominantes instituir sua visão de mundo e legitimar-se perante a sociedade. Por outro lado, qualquer um que fugisse aos princípios de civilidade era controlado, reprimido e excluído socialmente.

⁷⁴ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 14/2/1929, ano IX, n. 1154, p. 1.

⁷⁵ Idem. *Correio de Ilhéus*, 29/5/1928, ano VIII, n. 1049, p. 1.

distritos.⁷⁶ Em paralelo, foram realizados calçamentos de algumas vias principais do centro da cidade. O fato de ser o destino final da Estrada de Ferro fazia de Itabuna um centro que aglutinava parte considerável da produção de cacau que escoava pelo porto da cidade vizinha, o que gerava movimento comercial e demanda de serviços de transportes por pessoas que viviam nas circunvizinhanças. Apesar disso, reformas urbanas mais profundas só ocorreram na década de 1930, quando houve a instalação do sistema de água e de esgoto municipal. Até aí, a cidade era marcada por terrenos baldios, zonas pantanosas, ruas estreitas e tortuosas, e poucas praças.⁷⁷ Isso não impedia que a Intendência Municipal interferisse na vida de quem trabalhava nos logradouros públicos de Itabuna, conforme veremos a frente.

Os preceitos de civilização e de progresso que justificavam as mudanças nas formas das cidades, também exerciam uma influência decisiva no controle das práticas urbanas, especialmente dos sujeitos que se apropriavam das ruas, avenidas e praças. Por isso, a questão urbana estava combinada com a prática de ordenar e controlar a questão social, isto é, regular os usos dos espaços públicos pelos trabalhadores, pobres ou miseráveis.⁷⁸ Em 1924, Mário Pessoa reformulou o Código de Posturas de Ilhéus, conjunto de leis que visavam disciplinar e organizar o uso da cidade. O primeiro código tinha sido publicado em 1905 e consistia em modestos 9 capítulos e 83 artigos, que versavam sobre licenças profissionais, vigilância sanitária e controle de atividades urbanas (festas, jogos, comércio etc.).⁷⁹ A revisão realizada em 1924 ampliou o dispositivo jurídico para 743 artigos, contemplando questões omissas na versão mais antiga da lei.⁸⁰ Num período em que a legislação do trabalho era muito frágil, foi através deste mecanismo que as autoridades regulamentaram parte das relações de trabalho de caixeiros, de feirantes e de carroceiros. Uma das questões centrais, como a jornada de trabalho no comércio, era normatizada pelas posturas e foi alvo de enfrentamento entre empregados e patrões em Ilhéus.

Veremos a questão do horário de funcionamento do comércio de forma detalhada no capítulo 4. No entanto, uma das categorias que sofreu diretamente com as políticas urbanas no Sul da Bahia foram os carroceiros. A circulação de mercadorias e de pessoas na cidade e nos

⁷⁶ IGHB. *O Intransigente*, 21/7/1927, ano I, n. 47, p. 1.

⁷⁷ CARVALHO, Philippe M. S. *Op. Cit.*

⁷⁸ Cf. OLIVEIRA, Luís Eduardo de. *Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado em Juiz de Fora e suas lutas por direitos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. Sobre Códigos de Posturas, sugiro a leitura de Oliveira que pesquisou a formação urbana de Juiz de Fora entre o século XIX e XX. Para o autor, as posturas eram mecanismos que visavam romper com formas de sociabilidades populares e tradicionais, bem como costumes que os poderes públicos considerassem “impróprios” ou “incivilizados”.

⁷⁹ APEB. *Código de Posturas Municipais de Ilhéus*, Leis n. 11 e 12 de 13 de outubro de 1905. Ilhéus: Tipografia D’A Lucta, 1908.

⁸⁰ Idem. *Código de Posturas do Município de Ilhéus*, lei n. 277, de 1/10/1924. Ilhéus, 1925.

distritos fazia das carroças um meio de transporte essencial até as primeiras décadas do século XX. A oferta de trabalho atraía muitas pessoas interessadas em atuar no ramo. Não era por acaso, então, que os poderes públicos regulamentavam a prática desses trabalhadores nos espaços públicos da cidade. O Código de Posturas de Ilhéus exigia que os condutores fossem maiores de idade, realizassem prova de português e apresentassem folha policial corrida. Caso fosse aprovado nestas condições, o profissional receberia uma matrícula concedida pela Intendência, a qual deveria ser colocada em local visível e apresentada às autoridades competentes quando necessário. A lei de costumes ainda estipulava outras exigências, tais como se apresentar “vestido com asseio e decência”, e tratar “os passageiros com polidez, fornecendo-lhes, quando solicitadas, as informações que estiverem ao seu alcance”, apenas para citar os artigos que se referiam aos modos de se comportar.⁸¹

Aos poucos, o Código de Posturas se tornou um dispositivo fundamental na regulação das atividades dos carroceiros, porque além das exigências para cumprimento da função, passou-se a limitar as práticas destes profissionais na cidade. Na condição de trabalhadores pobres e, muito provavelmente, negros, as posturas se tornavam mecanismos que legitimavam a vigilância e a desconfiança pressuposta das autoridades sobre estes atores sociais. Deste modo, as leis reiteravam as suspeitas quando instituía num dos seus artigos “não fornecer seus veículos para atos criminosos, imorais ou perturbadores da ordem e do sossego público”.⁸² Como afirma Elciene Azevedo em seu estudo sobre os cocheiros paulistas, as classes dominantes se utilizaram destes mecanismos normatizadores para monitorar a presença de sujeitos pobres e de cor em logradouros públicos, especialmente nas áreas frequentadas majoritariamente pelos poderosos.⁸³

Acontece que a existência do Código de Postura não significa que a vida dos carroceiros era determinada por ele. Pelo contrário, sinaliza que a tentativa de impor padrões de condutas resultaria, em menor ou maior grau, em tensões e conflitos na cidade de Ilhéus. De forma isolada, é possível encontrar queixas da imprensa sobre a atuação destes profissionais nas vias públicas. Exemplo disso aconteceu com o carroceiro Felix de Tal, funcionário do estabelecimento Magalhães & Cia. Ele foi acusado de dirigir imprudentemente nas ruas do centro em outubro de 1923 e foi descrito pelo *Correio de Ilhéus* como um

⁸¹ Idem. *Código de Posturas do Município de Ilhéus*, 1/10/1924. Ilhéus, 1925, p. 77-78, 80.

⁸² Idem, *Ibidem*, p. 80.

⁸³ AZEVEDO, Elciene. A metrópole às avessas: cocheiros e carroceiros no processo de invenção da “raça paulista”. In. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, século XIX e XX*. Elciene Azevedo, Jefferson Cano, Maria Clementina P. Cunha, Sidney Chalhou (orgs.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009, p. 72.

indivíduo “adestrado nos rudes princípios da grosseria, quase atropelando, na sua insensatez de bruto, um grupo de senhorinhas que transitavam despreocupadamente naquelas proximidades”.⁸⁴ Para o jornal, chamar o carroceiro de “incivilizado” justificava as recomendações de que a polícia controlasse melhor a prática dos condutores de carroça.

O controle sobre o trabalho dos carroceiros se acentuou entre janeiro e fevereiro de 1926. O *Correio de Ilhéus* noticiou que em Recife e Salvador as autoridades haviam proibido o trânsito de veículos de tração animal pelas ruas e avenidas do centro comercial. A capital baiana, em especial, vivia uma política de modernização urbana que perpassava pelo crivo racial com a “desafricanização da cidade” e a eliminação de símbolos considerados arcaicos dos quais as carroças eram só um deles.⁸⁵ Os jornais de Ilhéus consideravam o modelo soteropolitano “progressista” e sugeriram que a mesma medida fosse tomada pela Intendência Municipal, visando acompanhar os passos das grandes cidades do País. Assim, não só o intendente, como também o legislativo ilheense se movimentaram e aumentaram o valor dos impostos que concediam a licença para atuar como condutor, sendo a taxa elevada de 40\$000 (quarenta mil réis) para 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) anuais. O aumento era de quase o triplo do cobrado originalmente.⁸⁶

A Intendência Municipal justificou que as carroças eram os veículos que mais contribuía para estragar as vias públicas e que os animais sujavam os logradouros, elevando os custos com a limpeza. Acrescentavam que diante do crescimento da cidade, os carroceiros estavam ganhando mais dinheiro, possibilitando o pagamento da nova taxa. Por fim, afirmaram que os condutores deviam “levar em conta que os demais impostos se elevaram, não extorsivamente, inconstitucionalmente, mas em relação ao progresso do meio, às necessidades relevantes do município”, e que estes deveriam ficar satisfeitos “porque assim requer a nossa grandeza, são esses os ditames da evolução moral e material de um povo”.⁸⁷

A resposta dos carroceiros não demorou. A reação veio em forma de aumento dos preços das “carroçadas”, que compensariam os gastos adicionais com os novos valores dos impostos. Segundo a nova tabela, o transporte de cacau, das mercadorias, das pedras e de areias passaria a custar entre 3\$000 (três mil réis) e 5\$000 (cinco mil réis) por trecho, sendo que nos dias santificados, feriados e domingos, o valor cobrado chegaria a 8\$000 (oito mil

⁸⁴ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 4/10/1923, ano III, n. 353, p. 1.

⁸⁵ Cf. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *Algazaras nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999, p. 38.

⁸⁶ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 26/1/1926, ano V, n. 704, p. 1.

⁸⁷ Idem. *Correio de Ilhéus*, 16/1/1926, ano V, n. 700, p. 1.

réis).⁸⁸ Como se vê, alguém teria que pagar o preço das medidas tomadas pelas autoridades e não seriam os carroceiros a assumir esses custos. A tática de repassar o aumento para a população, especialmente para o comércio, setor que era dependente das atividades de transporte, era uma forma de dar visibilidade ao aumento das licenças e fazer com que as medidas arbitrárias dos poderes públicos ressoassem na sociedade.

A reação dos carroceiros não foi um ponto final na polêmica com as municipalidades de Ilhéus. Para contra-atacar o aumento dos preços dos carretos, o intendente Mario Pessoa baixou uma tabela tarifária que visava determinar e controlar o valor dos fretes de mercadorias. Em paralelo, baixou um decreto incentivando a compra de caminhões por capitalistas, concedendo isenção de impostos aos proprietários de automóveis. Novamente, a explicação do governo era o progresso, pois consideravam que a chegada dos veículos contribuía para modernizar e agilizar o transporte de produtos comerciais.⁸⁹

Outra cartada para dar fim à circulação das carroças nas ruas foi a decisão de expropriar os veículos dos condutores que desobedecessem às determinações do intendente. As autoridades e a imprensa situacionista reafirmavam os ares de civilidade da “Princesa do Sul” para legitimar o controle e a punição: “Ilhéus de hoje é o centro do trabalho afanoso e bem orientado, o meio que engrandece por intermédio da civilização e da alta e bem compreendida política, a política da economia, operosidade e moralização das gentes e dos costumes”.⁹⁰

Na prática, os caminhões atendiam a expectativa de acelerar o deslocamento das mercadorias, sobretudo do cacau, recebendo inclusive, isenção fiscal. Do ponto de vista simbólico, as carroças eram classificadas como o oposto dos preceitos de sociedade moderna tomados pela imprensa e pelos agentes do poder. Por isso, confiantes na vitória sobre os carroceiros, profetizavam que a “desapropriação que se vai experimentando das carroças anacrônicas” daria oportunidades “ao aparecimento dos autocaminhões, que se já movimentam em nossas ruas, na palpitação solene do progresso”.⁹¹

O litígio entre carroceiros e poderes políticos nos mostra como os discursos de “civilização” e de “progresso” eram fortemente marcados pela questão de classe social. Utilizando-se de valores predeterminados, as classes dominantes pretendiam remover símbolos ligados ao atraso e à pobreza. Nesse caso, os carroceiros estavam duplamente

⁸⁸ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 19/1/1926, ano V, n. 701, p. 2.

⁸⁹ Idem. *Correio de Ilhéus*, 26/1/1926, ano V, n. 704, p. 1.

⁹⁰ Idem *Correio de Ilhéus*, 6/2/1926, ano V, n. 708, p. 1.

⁹¹ Idem. *Ibidem*, p. 1.

encaixados na medida em que conduziam um veículo de tração animal, feito de madeira e dirigido por pessoas pobres. Numa sociedade que se pretendia moderna, o direito à cidade desta categoria era constantemente reprimido e usurpado em nome dos foros de civilidade, inclusive desconsiderando que uma parcela significativa destes cidadãos dependia do trabalho para sobreviver.

Algumas características do serviço desempenhado pelos carroceiros explicam as dificuldades para controlar e reprimir a categoria. Diferentemente dos trabalhadores fiscalizados e disciplinados nos limites de espaço e tempo de uma fábrica ou de uma empresa, os carroceiros andavam livremente pela cidade, muitas vezes fugindo do controle de patrões e de policiais. Muitos deles esperavam pelo serviço em determinados locais de Ilhéus, como, por exemplo, nas zonas de desembarque e de embarque de produtos do porto e da estação de trem, onde diariamente faziam o deslocamento de cacau. Por isso, nos momentos em que não havia tarefas, os condutores faziam outras coisas, se divertiam, pilheriavam, jogavam ou simplesmente descansavam, sem necessariamente estar nos rigores de civilidade exigidos pelas leis de costumes. Daí a suspeita frequente dos olhos policiais impregnados de estereótipos sob o comportamento potencialmente desordeiro e turbulento desta categoria.⁹²

Apesar disso, as pretensões de impedir o uso da cidade pelos carroceiros foram marcadas pela frustração das autoridades. Ao que parece, diante da resistência dos condutores, a Intendência procurou um acordo com os trabalhadores no sentido de regulamentar os preços dos frentes no interior do município. Infelizmente, não é possível afirmar se houve acerto entre as partes. De qualquer sorte, as iniciativas de retirar o direito de conduzir carroças pela cidade não foram suficientes, pois elas continuaram a operar nas ruas, avenidas e praças, inclusive as recém-inauguradas e reformadas. Por outro lado, isso também não impediu que novas queixas continuassem a figurar na imprensa contra os carroceiros, sob os rótulos de “rudes”, “imprudentes” ou “incivilizados”. Em 1928, denúncias deram conta de que eles novamente atentavam “contra a estética das nossas vias e dispositivos do código de posturas” ao deixarem seus veículos estacionados na Rua Oswaldo Cruz, na Avenida Eustáquio Bastos e a Praça Coronel Pessoa (todas muito próximas de casas de exportação de cacau).⁹³

Carroceiros continuaram a operar não só nas ruas de Ilhéus, mas também nas de Itabuna. Por lá, o caso de José Pretinho talvez seja emblemático do teor das relações de carroceiros com proprietários de comércio e autoridades. Em 9 de junho de 1927, José

⁹² AZEVEDO, Elciene. A metrópole às avessas: cocheiros e carroceiros no processo de invenção da “raça paulista”. In. *Trabalhadores na cidade... Op. Cit.*, p. 80.

⁹³ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 10/5/1928, ano VIII, n.1041, p. 2.

Máximo de Oliveira, conhecido pela alcunha de “Zé Pretinho”, retornava para casa após realizar algumas compras na venda de José Alves, situada na Rua Osvaldo Cruz, centro de Itabuna, quando nas imediações da estação de trem foi alvejado por três tiros de autoria do Sizenando Jesuíno de Oliveira, comerciante e membro do Partido Republicano da Bahia. Dias antes, Zé Pretinho havia feito um serviço de carroto para o acusado, transportando dois volumes para uma casa comercial que se localizava no centro da cidade. Sizenando lhe pagou o valor de \$600 (seiscentos réis), o que provocou muita insatisfação do carroceiro, que cobrou 1\$000 (mil réis) pelo trabalho. Diante do impasse, ambos entraram em luta corporal, tendo o trabalhador derrubado e espancado o proprietário, além de ter proferido ameaças de nova surra. Por conta disso, o motivo do assassinato teria sido uma vingança.⁹⁴

José Máximo de Oliveira era negro, solteiro, procedente de Jaguaquara e havia migrado para Itabuna por volta de 1919. As informações das testemunhas de defesa apontaram o bom procedimento da vítima, todavia, os depoentes da acusação pintaram um perfil de Zé Pretinho muito marcado por estereótipos, classificando-o inclusive como “um tipo desordeiro”.⁹⁵ Já Sizenando Jesuíno tinha bastante trânsito entre as lideranças políticas de Itabuna, especialmente com o ex-deputado e ex-intendente Gileno Amado, além de ter ocupado o cargo de delegado em 1912. Portanto, tratava-se de dois personagens que viviam realidades sociais bem opostas. No cenário marcado pelas desigualdades sociais e hierarquias raciais, Zé Pretinho parece ter desafiado às diferenças que o separava de seu desafeto para demonstrar sua insatisfação com o pagamento de seu trabalho.

Segundo a testemunha Ernesto Oliveira, a vítima propalava ter batido em Sizenando por não lhe ter pagado o que era devido. Certamente, para as pessoas que usavam os serviços oferecidos pelos trabalhadores de ganho, o comportamento de José Máximo era considerado um ato de desordem, já que o carroceiro teria rompido com os laços de submissão existentes nas relações de trabalho.⁹⁶ Não por acaso, o advogado do acusado, Coronel Laudelino Lórens (ex-intendente de Itabuna e membro da facção política de Gileno Amado), insinuou em seu relatório de defesa o comportamento “fanfarrão, audacioso e valente” da vítima e que este andava “frequentemente com ares agressivos, arrastando, acintosamente a taca própria de sua

⁹⁴ APPJ. *Processo crime contra Sizenando Jesuíno dos Santos*. Portaria de inquérito do processo-crime instaurado pelo Ministério Público, Itabuna, 5/8/1927, p. 2.

⁹⁵ Idem. Ibidem. Depoimento da testemunha José Rufino de Souza, Itabuna, 10/6/1927; Depoimento da testemunha José Alves Franco, Itabuna, 11/6/1927.

⁹⁶ Idem. Ibidem. Depoimento da testemunha Ernesto Oliveira, Itabuna, 14/6/1927.

profissão”.⁹⁷ Mais do que argumento que procurava justificar o assassinato de José Máximo vitimizando o acusado, esse relato deixa transparecer o estranhamento do advogado com o comportamento do carroceiro. Ultrapassar os limites da condição de submissão imposta na relação de trabalho envolvendo o carroceiro e o seu contratante foi a saída que o defensor do acusado encontrou para julgar seu diferente. Nesse caso, Sizenando Jesuino terminou sendo absolvido da acusação de assassinato.

Entre derrotas e vitórias, importa ressaltar que os carroceiros não se submetiam facilmente às pretensões das autoridades políticas, fazendo valer seu direito ao trabalho e à boa remuneração. Por sinal, mexer com estes sujeitos não era bom negócio para os poderosos. Em 1924, eles já haviam feito uma greve que parou Ilhéus por três dias, também por questões de aumento salarial.⁹⁸ Aliás, em tempos de ideais civilizatórios, os carroceiros foram apenas um dos grupos que ameaçou os propósitos das autoridades públicas de intervir nas cidades. Feirantes, vadios, prostitutas e trabalhadores indisciplinados apareceriam frequentemente para desafiar a ordem pública no Sul da Bahia. Nesse sentido, mesmo a imprensa do governo municipal reconhecia as dificuldades para lidar com os de baixo e levar adiante os projetos de civilização e de progresso das classes dominantes. Em 1929, o *Correio de Ilhéus* dizia que

Melhor do que palavras, aí está a expressão eloquente dos fatos: Ilhéus progredindo socialmente, politicamente, moralmente. E, como a civilização é a finalidade, a cristalização, de mister, com certeza, é que, onde haja a quintessência do bem, haja o substrato do mal. [...] Se quisermos ir mais longe, vamos encontrar, nas propriedades agrícolas, indivíduos que se dizem honestos e pobres trabalhadores, não passando de refinados gatunos. [...] Ao que sabemos, os vapores que aportam ultimamente, nesta cidade, tem despejado grandes cargas desses indesejáveis, sendo, pois, necessário maior cuidado, e a mais enérgica providência da polícia⁹⁹.

Apesar das propagandas sobre os foros de civilidade de Ilhéus, a questão social era um elemento de profunda preocupação da Intendência Municipal e dos chefes de polícia. Eram os percalços da civilização. Entre saber quem era a “quintessência do bem” e o “substrato do mal”, as autoridades lançavam mão do controle e da repressão policial, inspiradas nas teses da “suspeição generalizada”, isto é, a noção de que qualquer cidadão pobre é suspeito até que se

⁹⁷ Idem. Ibidem. Libelo de defesa de Sizenando Jesuino de Oliveira produzido por Cel. Laudelino Lórens, Itabuna, 18/9/1930.

⁹⁸ Idem. *Correio de Ilhéus*, 8/1/1924, ano IV, n. 391, p. 2.

⁹⁹ Idem. *Correio de Ilhéus*, 20/8/1929, ano IX, n. 1228, p. 2.

prove o contrário. Assim, as autoridades tinham licença para prender e punir em nome do Estado.¹⁰⁰ Compreenderemos melhor como isso funcionou nos passos a seguir deste capítulo.



Figura 4 - Vista geral do município de Ilhéus em 1914. Em destaque, a estação da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista e a região portuária da cidade. Fonte: ZEHTNER, Leo. *Le cacoyer dans L'Etat de Bahia*, 1914.

O; trabalhadores, os indesejáveis e o controle social

Infelizmente as cidades que avançam para o progresso possuem de tudo um pouco e às vezes muito de tudo. Não somente os elementos bons trabalham a sua vida agitada e febril. Também colaboram nela os elementos maus, aqueles que, infelizmente, por nossas deficiências talvez do atipicismo, permitimos ainda respire o mesmo ambiente nosso de paz e de felicidade. [...] a cidade foi abraçando todos e permitiu demais que se alastrassem dentro dos seus limites os elementos desejáveis ao bem estar [...] vieram os indesejáveis de toda a casta – os que jogam, os que furtam, os que não trabalham, os que exploram, os que difamam, os que desonram [...] É simplesmente uma chaga, curemo-la. Assim teremos perfeito o saneamento do nosso corpo social, infelizmente atingido por mazelas e cancos.¹⁰¹

¹⁰⁰ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Para Chalhoub, uma das primeiras invenções do Estado brasileiro para organizar as relações de trabalho ao final da escravidão foi instituir a teoria da suspeição generalizada, operada na estratégia de controlar e de regular a vivência dos cidadãos pobres nos espaços públicos, no trabalho e no lazer, sob a justificativa da manutenção da ordem pública, p. 24.

¹⁰¹ BPEB. *Diário da Tarde*, 24/9/1929, ano I, n. 180, p. 1.

A citação acima é mais uma das várias impressões de letrados e de autoridades sobre as transformações sociais vivenciadas no Sul da Bahia, notadamente Ilhéus, em meados dos anos 1920. Nela, os alvos principais são as classes pobres e trabalhadoras, vistas como potencialmente perigosas porque poderiam ameaçar a organização das relações de trabalho, a manutenção da ordem pública e as hierarquias de subordinação social. Por isso, todos os empobrecidos que viviam ou chegavam à região, deveriam ser investigados, pois interessavam apenas os “elementos bons”, isto é, aqueles que se encaixavam na lógica da laboriosidade, cujas características eram o esforço e a entrega ao trabalho, subordinados às classes dominantes. Restava aos que não se encaixavam nessa perspectiva o estereótipo de “indesejáveis”, descritos como mazelas e cancos que deveriam ser reprimidos e exterminados da cidade. Como afirma Chalhoub, o perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro frequentemente como metáfora da doença contagiosa.¹⁰²

Estas preocupações com o caráter da força de trabalho do Sul da Bahia certamente remonta à Abolição da escravidão. O historiador Ronaldo Lima da Cruz, por exemplo, aponta que fazendeiros utilizaram a violência para que seus ex-escravos trabalhassem em suas propriedades ainda sem o recebimento de salário depois de 1888.¹⁰³ Para Ângela de Castro Gomes, “desde fins do século XIX – mesmo antes da abolição da escravidão – o tema do trabalho e dos trabalhadores livres e educados no culto ao trabalho se impôs no Brasil”.¹⁰⁴ Era preciso obrigar os cidadãos livres e pobres ao trabalho, seja difundindo a noção do labor como atividade socialmente moralizadora, ou através de práticas de combate à ociosidade ou vadiagem. No caso da zona do cacau, as tentativas de manter a mão de obra se traduziram em duas medidas: controlar os trabalhadores nacionais que viviam ou que chegavam à região e incentivar a chegada de imigrantes europeus. Desde a década de 1910 havia reclamações contra “desordeiros” e “valentes”, e sugestões de melhor selecionar os empregados. Em julho de 1914, o *Jornal de Ilhéus* depreciou as ondas migrantes por considera-las “nocivas pela qualidade”, pois dizia que se fixavam apenas “levas de cáftens, gatunos, hetairas, anarquistas, ou no melhor dos casos, indivíduos sem culpas, mas também sem a menor instrução literária ou profissional, e sem a capacidade para os trabalhos que precisamos”.¹⁰⁵

¹⁰² CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril...Op. Cit.*, p. 29.

¹⁰³ Cf. CRUZ, Ronaldo Lima. Da escravidão para o trabalho livre: abolição do cativo e o destino dos libertos no sul da Bahia. In. *Entre o fruto e ouro: escritos de história social do sul da Bahia*. Ilhéus: Ed. Mondrongo, 2014, p. 36.

¹⁰⁴ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo... Op. Cit.*, p. 26.

¹⁰⁵ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 19/7/1914, ano III, n. 105, p. 1.

Em acréscimo, o editorial do periódico propôs algumas medidas para avaliar a entrada de trabalhadores no Sul da Bahia. Uma delas seria imitar uma prática dos Estados Unidos da América, segundo a qual, os norte-americanos não “admitem mais em seu solo braços inúteis”. Por esta medida, nenhuma pessoa adentraria terra firme “sem levar certa quantia no bolso, sem saber ler e escrever, sem ter documentos que comprovem a regularidade da conduta” e concluía dizendo que “à menor suspeita de que o imigrante não preenche os requisitos legais, os americanos os recambiam para suas, qualificando-os de ‘não desejáveis’ – *undersirable*”.¹⁰⁶ Neste caso, importa observar o critério delimitado pela reportagem para impedir a entrada de pessoas pobres – “à menor suspeita” – o que reforça a ideia de que as autoridades apreciavam a tese da suspeição generalizada para controle social.

Não há notícias de que mecanismos deste tipo tenham sido aplicados institucionalmente no Sul da Bahia. A Associação Comercial de Itabuna (ACITA) tentou promover a criação de uma carteira de identidade dos empregados em 1924. Alegando defender os “humildes e indefesos lavradores desta zona, [...] privados de todo conforto e estímulo oficial”, a agremiação propôs que os “trabalhadores rurais sejam identificados pela polícia e sejam obrigados a conduzirem as suas carteiras e a vista destes documentos”, para que “possam os proprietários fazer escolhas daqueles que lhes possam servir”. Era uma tentativa de controle sobre as origens e as trajetórias dos cidadãos que chegavam à região, visando combater a contratação de indivíduos com passagem policial, registros de desordens ou indisciplina profissional. Estas práticas, defendiam os proprietários, justificavam que tanto “o respeito mútuo como o equilíbrio moral” entre patrões e empregados, eram os princípios que “fundam a prosperidade dos núcleos agrícolas ou industriais”.¹⁰⁷

Ainda que os desejos de estabelecer mecanismos de inspeção do caráter dos trabalhadores fossem reais, não encontramos nenhum registro legal ou visível de que as autoridades ou os patrões tenham conseguido êxito. Ademais, em tempos de colheita, a mão de obra disponível no cais do porto ou no centro das cidades era usualmente insuficiente para atender as demandas da produção agrícola. Segundo o agrônomo Gregório Bondar, uma fazenda com mais de 600 mil pés necessitava de 120 a 150 trabalhadores em situações normais. Esse número poderia crescer em períodos de chuva, pois as precárias condições de escoamento da produção exigiam mais braços.¹⁰⁸ Havia ainda queixas sobre o perfil nômade dos empregados rurais do cacau, que dificultavam ter pessoas para o trabalho. Em 1928,

¹⁰⁶ Idem. *Ibidem*, p. 1.

¹⁰⁷ Idem. *Jornal de Itabuna*, 24/7/1924, ano V, n. 214, p. 4.

¹⁰⁸ BPEB. BONDAR, Gregório. *O cacau: a cultura e o preparo de cacau*, 1924, p. 15 a 107.

Paulino de Araújo Góes, diretor da Escola Agrônômica da Estação Experimental de Água Preta, reclamou do “Nomadismo em que vive essa gente, principalmente, na parte norte do País, onde a experiência tem mostrados que três épocas normais em que ela se muda ou retira, temporariamente, sem licença, ou participação sequer”, referindo-se às datas de Semana Santa, São João e Festas.¹⁰⁹

Outro modo de filtrar a chegada de trabalhadores no Sul da Bahia foi a tentativa de promover a imigração europeia. Em 1920, o intendente cel. Eustáquio Bastos demonstrou entusiasmo com a vinda de famílias imigrantes do velho continente para as fazendas de cacau, destacando que não era “só a lavoura que ganhará com a colonização, mas também a indústria, as artes, a civilização”.¹¹⁰ Outras autoridades também se manifestaram sobre o assunto, comparando o trabalhador nacional e o estrangeiro no sentido de apontar as supostas vantagens da introdução de europeus na lavoura. Escreviam que os fazendeiros recebiam em suas propriedades “sertanejos, sergipanos, pernambucanos e alagoanos, como jornaleiros ou trabalhadores, muito dos quais viciados pelo álcool, pelo jogo e *pela valentia*”, mas que com a chegada dos alemães “verão a diferença de costumes, de educação e o gosto e o ânimo de tal gente”.¹¹¹

Noutra oportunidade, Carlos Monteiro, redator do *Diário da Tarde*, também defendeu a chegada de imigrantes europeus em 1929. Em sua opinião, o trabalhador “nativo não teve ainda a necessidade e nem a inteligência de economizar o seu tempo, e desdobrar a sua atividade em campo de ação mais produtivo”. Monteiro ainda destacou que a Bahia deveria seguir os exemplos de outros estados brasileiros e dos Estados Unidos, zonas que tiveram sucesso com a colonização europeia. Ele dizia que os braços europeus “apresentam maior capacidade de desenvolvimento e civilização”, orientando assim, a conduta e “a atividade dos nacionais”.¹¹² Quando 110 alemães, divididos em 24 famílias, chegaram para fundar a colônia Itaracá em Una, a imprensa anunciou o início de uma nova era para a região, pois seria constituído um núcleo de “forças vivas, animadas pelo trabalho e pela vontade” um tempo de “energia laboriosa que se outros resultados não oferecer, oferecerá um belo exemplo de coragem aos jeca-tatús desse pedaço de Serra Leoa”.¹¹³

¹⁰⁹ APEB. *Ofício do diretor Paulino Araújo Góes para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. 14/3/1928. ff. 1-2. Fundo: Republicano, sec. do governo, caixa 1832, doc. 1979.

¹¹⁰ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 14/11/1920, ano IX, n. 483, p. 1.

¹¹¹ Idem. *Jornal de Ilhéus*, 21/11/1920, ano IX, n. 484, p. 1 (grifos nossos)

¹¹² BPEB. *Diário da Tarde*, 24/9/1929, ano II, n.470, p. 1.

¹¹³ Idem. *Diário da Tarde*, 12/4/1930, ano III, n. 629, p. 1.

O que se passava na cabeça das autoridades do Sul da Bahia era parte do universo ideológico das classes dominantes brasileiras no início do século XX. Conforme aponta Chalhoub, havia uma clara predisposição de patrões e chefes políticos em pensar o trabalhador nacional, em especial o negro, como o perfil do mau trabalhador, contraposto ao imigrante europeu e branco, considerado agente capaz de acelerar a ordem capitalista e dotado de cultura civilizada que beneficiaria a sociedade brasileira.¹¹⁴ Aliás, lideranças oligárquicas da Bahia também promoveram uma campanha de valorização da mão de obra europeia, de acordo com Wlamyra Albuquerque, cujas bases acentuavam o caráter regenerador do trabalhador branco na sociedade baiana da Primeira República. Os resquícios da prática escrava e africana presentes nas ruas de Salvador passaram a ser vistos como um ataque ao seu “progresso” e ao *status* de civilidade. Apesar disso, a historiadora salienta que a “ansiedade pela vinda de europeus gradativamente se transformaria em frustração a cada navio que parava nos portos baianos a caminho do país”.¹¹⁵ No Sul da Bahia, devemos rapidamente dizer que foram criadas algumas colônias alemãs, russas e japonesas no município de Una e no distrito ilheense de Cachoeira, mas que não vingaram na proporção esperada pelos políticos regionais.

Convém, no entanto, retomar uma das justificava frisadas pelas autoridades – a “valentia” – para entender o sentido da depreciação dos trabalhadores nacionais pelos patrões. As queixas sobre a valentia dos trabalhadores sertanejos ou nordestinos referiam-se às práticas de insubordinação contra as hierarquias sociais. Conseqüentemente, as suspeitas sobre o caráter e a conduta davam margens para que qualquer trabalhador fosse visto como sujeito potencialmente perigoso. Parte das insurgências dos de baixo contra a dominação de superiores hierárquicos ocorreu nas obras de construção da Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista (EFIC).

Os trilhos das ferrovias chegaram tardiamente ao Sul da Bahia se comparamos com as obras de construção iniciadas no século XIX no Recôncavo baiano e no norte do estado. Para se ter um exemplo, a construção da Estrada de Ferro Bahia – São Francisco foi iniciada na década de 1850, cujo projeto previa ligar Salvador a Juazeiro.¹¹⁶ A proposta de expandir a malha ferroviária ligando o porto de Ilhéus a Vitória da Conquista surgiu depois de 1903, para

¹¹⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na belle époque*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001. pp. 111-113.

¹¹⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *Algazaras nas ruas... Op. Cit.*, p. 38-40.

¹¹⁶ Há vários trabalhos sobre história das ferrovias baianas. Destacarei as contribuições de ZORZO, Francisco Antonio. *Ferrovia e rede urbana na Bahia*. Feira de Santana, BA: Ed. da UEFS, 2001; e SOUZA, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre... Op. Cit.*

contemplar as necessidades da economia agrária emergente do cacau. Foram realizados levantamentos e estudos preliminares para viabilizar a construção. O decreto autorizando as obras pela empresa Oliveira, Carvalho & Cia, pertencente à Bento Berilo de Oliveira, foi concedido em 1904. Para Manoel Tenório Júnior, a chegada dos “tentáculos ferroviários” foi um “marco divisório para a região cacauera, pois além de transportar cargas [...] foi um importante meio rápido de locomoção de pessoas, alterando completamente a sensação prévia existente entre tempo e espaço”.¹¹⁷

Em 1908, a construção da ferrovia passou a ser financiada pelo capital inglês e a empresa foi denominada *The State of Bahia South-western Railway Co. Ltd.*. Popularmente, ela ficou conhecida pelo diminutivo *The State*. Em obra publicada pelo inglês Reginald Lloyd em 1913, ele relatou as dificuldades com os elevados custos para finalização das obras, apesar de cortar uma “zona fértil e rica”. Os acidentes topográficos e as precauções contra as enchentes exigiram a edificação de aproximadamente 200 pontes. Lloyd ainda sublinhou outro elemento que elevou os valores as obras: “contar com [uma] mão de obra que não só foi muito cara, como também pouco hábil”.¹¹⁸ As queixas podiam também resvalar nas dificuldades para disciplinar os operários no campo de construção.

Inaugurada a 1º de janeiro de 1912, com o trecho de 59 quilômetros entre Ilhéus e Itabuna, a EFIC foi também um caminho para agitações sociais, o que explica as dificuldades narradas pelos ingleses. Em 1913, operários que trabalhavam na construção da linha causavam incômodo às autoridades públicas e aos administradores da companhia ferroviária. Tratava-se de trabalhadores que atuavam na expansão do ramal do Mucambo e ficavam alojados em Água Preta (atual Uruçuca) interior do município ilheense. A imprensa denominava-os de garimpeiros, numa alusão às suas precárias condições de trabalho e de sobrevivência. Segundo Robério Souza, problemas com trabalhadores nacionais recrutados para obras públicas eram verificados desde o século XIX na Bahia. Era comum a reclamação sobre a indisposição de homens para o serviço e a disciplina dos campos de construção de linhas férreas.¹¹⁹ Em início do século XX, as mesmas queixas são verificadas na imprensa de Ilhéus. Relatava-se que os operários eram movidos “pela desordem, a falta de educação, o gosto das arruaças e a ostentação *da valentia*, sentimentos comuns a esses ajuntamentos de

¹¹⁷ AZEVEDO JÚNIOR, Manoel Ursino T. *Os caminhos de ferro: a história da ferrovia na região cacauera da Bahia*. Itabuna, BA: Marinete/FICC, 2011, p. 64.

¹¹⁸ Lloyd, Reginald. *Impressões do Brasil no século vinte*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g00.htm>, acessado em 21/8/2014.

¹¹⁹ SOUZA, Robério S. “*Se eles são livres ou escravos*”: escravidão e trabalho livre nos canteiros da estrada de ferro de São Francisco. Bahia, 1858-1863 (Tese de Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2013, p. 95.

gente atrasada”. Outra informação é que vinham “de muito longe, desde o início da linha férrea, essas alterações da ordem emanadas da índole desordeira de trabalhadores da construção”.¹²⁰

As informações eram que os garimpeiros da construção da linha andavam armados e desrespeitavam as autoridades policiais e os engenheiros-fiscais. Num dos episódios, em janeiro de 1913, os trabalhadores teriam invadido a casa do capitão Antonio Ferreira da Silva, subdelegado enviado para manter a autoridade *in situ*, e furtado pertences e instrumentos de trabalho. No local também se encontravam outros inspetores enviados pelas forças públicas de Ilhéus. Em função da grave situação, o governador J. J. Seabra foi comunicado das turbulências e autorizou o envio de 19 praças para Água Preta. Quando sobreveio o confronto, houve forte tiroteio, ferimentos de parte a parte e morte “de um dos agressores”. O *Jornal de Ilhéus* responsabilizou o engenheiro Hermenelino Lins, chefe de supervisão das obras, acusando-o de não ter “força moral” a fim de “se impor aos trabalhadores”. Pior: consentia “pelo silêncio as selvagerias que estes cometem”.¹²¹

Os jornais não entraram em detalhe sobre as motivações que levaram os garimpeiros a agirem de tal modo – se é que o fizeram nos termos usados. No entanto, circulavam informações sobre as precárias condições de vida e de trabalho na frente de obras, o que incluía o baixo valor das remunerações. Diante dessa situação, não seria demais pensar que os operários pressionassem os engenheiros e desafiassem a ordem policial, quando ordenados a se calar. A situação foi solucionada quando o cel. Bento Berilo de Oliveira, acompanhado de tropa policial, se dirigiu ao campo de obras, onde dispensou os chefes de serviços Hermenelino Lins e mandou embora os “chefes de cabos desordeiros”.¹²² Este foi um episódio em que a “valentia” da “gente atrasada” pôs em xeque as hierarquias sociais, o que motivava patrões e autoridades a intensificar suas suspeitas sobre a periculosidade dos pobres que trabalhavam no Sul da Bahia e, de modo categórico, classificasse-os como “indesejáveis”.

O empreendimento da Estrada de Ferro era rentável para os investidores ingleses. Com o prolongamento de outros ramais, a extensão da linha ficou em 83 quilômetros. De acordo com relatório apresentado pela secretaria de agricultura da Bahia em 1928, seus lucros bateram a cifra 1.811:844\$830 (hum milhão, oitocentos e onze contos, oitocentos e quarenta e

¹²⁰ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 26/1/1913, ano I, p. 1 (grifos nossos).

¹²¹ Idem. *Ibidem*, p. 1.

¹²² Idem. *Jornal de Ilhéus*, 2/2/1913, ano I, p. 1.

quatro mil e oitocentos e trinta réis), sendo que o cacau respondia sozinho por 50% dela.¹²³ Do ponto de vista econômico, controlar a única ferrovia da maior zona produtora de cacau das Américas também potencializava a rentabilidade dos ingleses. Vale lembrar que os britânicos controlavam parte considerável das áreas produtoras do fruto do ouro, sobretudo em função de seus domínios em Gana e Nigéria, do outro lado do Atlântico. Obter o monopólio do escoamento da produção brasileira – baiana – destinada à exportação realçava suas possibilidades de ganho. Em tempos em que esses dados eram vistos como símbolos de progresso e de civilização em Ilhéus, a reação de trabalhadores insubordinados no campo de obras só poderia ser visto como ameaça da ordem e sinais de selvageria.



Figura 5 - Vista de cima da Estação de Ilhéus. Fonte: POPOFF, s/d.

As políticas de controle sobre as classes trabalhadoras e pobres se estenderiam a campanhas policiais de combate a jogatina e a vadiagem. Em 1920, marinheiros, ganhadores, estivadores e alguns operários frequentavam clubes, bares ou casas de prostituição onde se realizavam jogos de cartas, bilhares e apresentações de dança. Tais elementos eram sistematicamente criticados por suas vidas viciadas e improdutivas. Não raro, os jornais noticiavam confusões que envolviam embriaguez e briga por jogo ou por mulheres. Em 30 de agosto, uma confusão no Bar Antártica no Pontal resultou em “pancada a valer, faca fora e dentro na barriga de um marinheiro” e foi registrada pela imprensa como fatos que

¹²³ APEB. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Vital Henrique Batista Soares pelo engenheiro civil Mario de Souza Dantas, secretário de agricultura, indústria, comércio, viação e obras públicas*, 1929. Fundo: Secretaria do Governo, Cx. 2387 / Maço 184, doc. 682.

desabonavam os foros de civilidade de Ilhéus.¹²⁴ Gradualmente, uma cruzada moral foi ganhando força nos discursos da imprensa, cujas justificativas frisavam a imperiosidade “da regulamentação dessa gente fora da lei, fora, por assim dizer, da vida, que sem princípios sociais não há completa existência”.¹²⁵

Nas vésperas, a batida policial no meretrício e nas casas de jogos em Ilhéus ganhou ares de campanha moralizadora, pois exerceria uma “rigorosa e acertada repressão contra os excessos, que se iam tornando perigosos entre nós”. Como afirma Ângela de Castro Gomes, as autoridades criavam valores e medidas que obrigassem os indivíduos ao trabalho, difundindo a tese de que o labor era um elemento de saneamento moral dos cidadãos pobres.¹²⁶ Noutros termos, qualquer manifestação popular que estivesse fora desta ética do trabalho, era considerada nociva aos preceitos da ordem social, taxada sumariamente de vadiagem ou de ociosidade. Nesse sentido, a ideia de “classes perigosas” estava associada aos sujeitos que se encaixavam (ou não) no mundo do trabalho. Para Chalhoub, é esta retórica que permeia a ação repressiva do Estado brasileiro contra as populações pobres, especialmente na Primeira República.¹²⁷ Na Bahia, as medidas de perseguição à vadiagem foram assumidas pelas autoridades baianas no sentido de domesticar a mão de obra pós-escravidão, assim como promover a limpeza étnica e cultural na cidade.¹²⁸

Em 12 de setembro, a polícia iniciou sua atuação contra o meretrício e as casas de jogos em Ilhéus. Somente nos três primeiros dias, o subdelegado Artur Chagas realizou mais de 30 prisões. Segundo os dados, foram 11 indivíduos presos por embriaguez, 9 por vadiagem, 7 por desordem pública e 5 por desrespeito a moral. Nos discursos policialescos da imprensa, cada detenção efetuada era narrada como uma “caçada” contra os vícios e a ociosidade. Em paralelo, a polícia determinou uma série de proibições, entre elas, que as prostitutas se debruçassem “livre e ostensivamente” nas janelas, “de andarem em grupos pelas ruas”, e que saíssem apenas depois das 22 horas. Em relação à vadiagem, ficou determinado que fosse preso por 24 horas “todo aquele que não prove exercício de algum mister”, que se fizesse “assinar termo de ocupação a todo o que não tiver [emprego]”; e que se deportasse “da cidade, todo aquele que, tendo assinado o termo, seja encontrado em reincidência”. Como

¹²⁴ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 30/8/1928, ano VIII, n. 1088, p. 2.

¹²⁵ Idem. *Correio de Ilhéus*, 11/9/1928, ano VIII, n. 1093, p. 1.

¹²⁶ GOMES, Ângela de Castro. *Op. Cit.*, p. 26.

¹²⁷ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril... Op. Cit.*, p. 22, 24.

¹²⁸ Cf. ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Algazaras nas ruas... Op. Cit.*; e FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo; Salvador: Hucitec/EDUFBA, 1996.

se não fosse o bastante, as autoridades prometiam outras medidas, de acordo “com as necessidades”.¹²⁹

As ações mudaram o cenário da cidade, especialmente seu cotidiano noturno na zona da boemia. Havia notícias da desarticulação de casas de jogos e da fuga de prostitutas para localidades vizinhas, como os distritos e o município de Itabuna. Também houve registro de mulheres que foram deportadas de Ilhéus, sendo remetidas para Salvador. De acordo com o *Correio de Ilhéus*, a repressão policial havia trazido “a mais absoluta calma, sem aquele vozerio e aquele estrepitoso transitar, até altas horas da noite, produzido pelo grupo das mariposas”, e que “os desocupados, outra espécie de mal que infestava a cidade, também desapareceram de circulação, ou o que é mais engraçado, procuraram ocupação”, ironizava o periódico.¹³⁰ Se observarmos as mudanças apontadas pela imprensa, poderemos notar que nenhuma delas trouxe efetivas melhorias das condições de vida das classes trabalhadoras e pobres da cidade. Sob o preceito da civilização, a repressão policial só atribuiu limites e exclusões a partir da violência policial para os de baixo.

Aliás, não demorou a que as denúncias contra os excessos da polícia de Ilhéus aparecessem. Em medida anunciada depois do início da campanha moralizadora, o delegado impediu que qualquer mulher passeasse pela cidade após as 18 horas, visando combater a presença de prostitutas nos logradouros públicos. As arbitrariedades policiais se expressavam na abordagem dos soldados aos cidadãos que frequentavam bares e confeitarias durante a noite. Em 18 de setembro de 1928, às 22:50, Caetano Azevedo, Antonio Alves e Demétrio Loures estavam acompanhados de suas famílias após retornarem da reunião na União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus. Os três eram conhecidos operários na cidade. Eles pararam no Bar Colibri, onde tomariam um chocolate e depois, seguiriam para o Alto São Sebastião e a Avenida 2 de julho, locais em que residiam. Segundo relato, uma patrulha policial apareceu de improviso e intimou o grupo a se retirar do estabelecimento, sob o pretexto de que “não seria permitida aquela liberdade às raparigas”. Os operários tentaram se explicar, informando tratar-se de suas famílias. Apesar disso, os policiais “não quiseram saber de conversa” e ordenaram a saída imediata do bar. Depois de discussão e bate-boca, as famílias se retiraram constrangidas do local.¹³¹

Episódio parecido ocorreu na Avenida Dr. Mario Pessoa, em que um operário sem nenhuma razão justificável foi preso. De acordo com o *Diário da Tarde*, as razões

¹²⁹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 15/9/1928, ano VIII, n. 1095, p. 2.

¹³⁰ Idem. *Correio de Ilhéus*, 18/9/1928, ano VIII, n. 1096, p. 2.

¹³¹ BPEB. *Diário da Tarde*, 19/9/1928, ano I, n. 176, p. 1.

apresentadas foram “ridículas” e a polícia estava contribuindo para deturpar a sociedade, “a ponto de prender simples passantes que se supõem capazes de desagravo moral e social”.¹³² Por esses casos, é possível notar que a polícia visava, sobretudo, os mais pobres durante suas diligências. Isso é um sinal de que as patrulhas da moralidade agiam com a compreensão de que a pobreza era uma condição suficiente para definir um sujeito como perigoso e malfeitor. Para a polícia ilheense, valia a premissa de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até que se provasse o contrário, e neste caso, os pobres eram mais suspeitos do que os outros. Com isso, as autoridades se sentiam licenciadas a adotar toda sorte de conduta.

Sabemos que a campanha moralizadora se espalhou para outras áreas do Sul da Bahia, tendo sido registradas atuações policiais nos distritos de Ilhéus e também em Itabuna. Com as medidas adotadas em Ilhéus, muitos homens e mulheres fugiram para o interior, onde possivelmente a fiscalização era mais frágil. Em Pirangí, nem mesmo o inspetor de quartirão Victório Kagado escapou da ação policial, pois teve sua licença cassada por acobertar a fuga de indivíduos da temida campanha.¹³³ Já em Itabuna, as notícias eram de que a patrulha da moralidade reprimia o meretrício, mas deixava a jogatina livre para atuar, o que mereceu a repreensão até mesmo da imprensa, que dizia que o jogo era “muito mais nocivo e nefasto à sociedade” ao passo que o meretrício deveria ser moderado e regularizado.¹³⁴

Diante de um contingente tão heterogêneo de trabalhadores, as autoridades e os patrões eram movidos pela presunção de controlar os cidadãos em função do trabalho e da dedicação à região dos frutos de ouro. Em nossa história, essas práticas ficaram reconhecidas como ação civilizatória e progressistas das classes dominantes, notadamente dos coronéis, agentes que teriam promovido a ascensão econômica e social do Sul da Bahia. Adonias Filho, por exemplo, achava ser “indiscutível” que os coronéis eram “um dos criadores de uma singular civilização regional, a civilização do cacau”, marcada pela democracia e pela harmonia dos tipos sociais.¹³⁵ Esta é uma visão romântica e vaidosa das classes dominantes, haja vista que o famoso literato era filho de fazendeiros de cacau. No entanto, esta interpretação ecoou noutros estudos históricos. O historiador André Ribeiro reiterou que as intervenções urbanas eram fatores que revelavam o poder e a opulência das classes dominantes.¹³⁶ No entanto, com as experiências de carroceiros, garimpeiros e cidadãos

¹³² Idem. *Diário da Tarde*, 22/9/1928, ano I, n. 178, p. 1.

¹³³ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 20/9/1928, ano VIII, n. 1097, p. 2.

¹³⁴ BPEB. *Diário da Tarde*, 4/10/1928, ano I, n. 189, p. 2.

¹³⁵ ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão de cacau... Op. Cit.*, 1976, pp. 59-63.

¹³⁶ RIBEIRO, André L. R. *Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauera (1880-1950)*. Ilhéus, BA: Editus, 2005, p. 96-97.

pobres, podemos discutir a história de Ilhéus e de Itabuna para além da expressão de poder dos coronéis. Mais do que isso, podemos ultrapassar a noção de que o Sul da Bahia era a expressão de uma “sociedade de uma só classe”.¹³⁷

Preocupadas em obter mão de obra ordeira e barata, as classes dominantes vislumbraram mecanismos que pudessem selecionar os trabalhadores do Sul da Bahia. No campo e na cidade, havia a suspeita generalizada de que os empregados eram potencialmente perigosos e traziam problemas para a organização das relações de trabalho. Em função da inexistência de sistema de fiscalização eficaz sobre as origens e as condutas dos seus empregados, as autoridades investiram no uso da polícia para vigiar a movimentação e as práticas dos cidadãos, utilizando-se dos discursos de civilização e de progresso. Nesse cenário, o critério para distinguir os bons dos maus cidadãos era o esforço do trabalho dos pobres, cabendo-lhes comprovar sua idoneidade moral diante da polícia. Estas histórias de controle e de repressão social acompanharam o enriquecimento de fazendeiros e de negociantes do cacau. Isso não significa que os de baixo tenham sido plenamente derrotados. Muitos resistiram e continuaram ganhando a vida. Não por acaso, mesmo depois da famosa campanha moralizadora, Ilhéus ainda era descrita como “o pequeno mundo das atividades boas e más, do trabalho, honroso ou inconfessável, das realizações nobres e indignas, das conquistas do bem ou das vitórias infâmias dos triunfos grandiosos da moral ou do surpreendente domínio da miséria”.¹³⁸

Diante das políticas de controle e de repressão social, foi necessário também criar alternativas para enfrentar as adversidades da pobreza e da exclusão em meados da Primeira República. Em Ilhéus e Itabuna, surgiram associações com as mais diversas finalidades, dentre as quais, a beneficência, o assistencialismo, as recreativas e as mutualistas. Nestes espaços de sociabilidades, fazendeiros, negociantes, lideranças partidárias e parcela dos trabalhadores passaram a cultivar hábitos urbanos de conagração coletivo, leituras, festas e representatividade política. Conheceremos melhor a importância deste universo associativo no tópico a seguir.

¹³⁷ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Expressão tomada de empréstimo ao historiador inglês. Thompson ao falar sobre o paternalismo inglês do século XVIII, analisou esta experiência como uma disputa entre a plebe e a *gentry*, diferente das análises anteriores que viam apenas como a expressão da dominação de classe.

¹³⁸ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 20/8/1929, ano IX, n. 1228, p. 2.

O universo associativo em Ilhéus e Itabuna

Ao falar da Ilhéus dos anos 1920, Antonio Guerreiro de Freitas afirmou que “quase todos estavam preocupados em atingir um nível de organização – associações, grêmios, sindicatos etc. – que mostrasse a representatividade e a força de cada grupo”.¹³⁹ De acordo com o historiador, essa movimentação era reflexo da cultura urbana em que os diversos atores coletivos se articulavam para se manifestar, realizar debates e defender os interesses regionais. As primeiras associações de que temos notícias foram fundadas por fazendeiros e comerciantes de cacau, estimulados a representar os anseios da burguesia agroexportadora do cacau. Em 1908, apareceu a União Comercial de Itabuna, que em 1912, denominou-se Associação Comercial de Itabuna. Naquele mesmo ano, foi criada a Associação Comercial de Ilhéus (ACIOS). Foi através delas que os produtores promoviam suas reivindicações e exerciam pressão política junto aos órgãos públicos, inclusive para tratar de conflitos trabalhistas em favor dos patrões.

O associativismo se expressou também entre bandas musicais e círculos literários. As filarmônicas aglutinavam estudantes e músicos, financiadas por lideranças de partidos oligárquicos ou associações de classe. Por isso, era comum que houvesse rivalidades em períodos eleitorais, inclusive com registro de violência. Em Itabuna, as disputas rondavam as filarmônicas Minerva, criada em 1901, e Lira Popular, datada de 1909. Em Ilhéus, havia as filarmônicas Vitória e Euterpe 3 de maio. Entre ensaios e apresentações públicas, elas animavam o público com tocatas em praças públicas e festas carnavalescas.¹⁴⁰ Já os grêmios literários eram compostos por advogados, juízes, promotores e professores que se reuniam para declamar poesias ou realizar leituras coletivas de obras ficcionais ou filosóficas. Os sócios tinham acesso à biblioteca da associação, quase sempre uma das mais completas das cidades, como era o caso do Grêmio Olavo Bilac, fundado em 1919 em Ilhéus.

Por fim, sociedades filantrópicas, assistencialistas e religiosas também foram organizadas nesse contexto. Entre as décadas de 1910 e 1930, foram fundadas cerca de onze entidades com o objetivo de amenizar a pobreza e a miséria em Itabuna. Entre elas, podemos citar a Sociedade São Vicente de Paulo (1913), a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (1917) e a Associação das Senhoras de Caridade de Itabuna. Esta última, fundada em 1924, aglutinava esposas e filhas de fazendeiros, comerciantes e políticos que promoviam atividades

¹³⁹ FREITAS, Antonio Fernando G. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul (1536-1940)*. Ilhéus, BA: Editus, 2001, p. 129.

¹⁴⁰ FOGUEIRA, Manoel B. *O jequitibá da Taboca: ensaios históricos de Itabuna*. Ilhéus, BA: Editus, 1849-1960, 2011, p. 62, 67.

de caridade em prol de mendigos e de desvalidos. Segundo a historiadora Adriana Oliveira da Silva, a política do assistencialismo era um campo utilizado pelas mulheres para ocupar espaços públicos num período em que práticas femininas estavam restritas aos domínios privados.¹⁴¹ Em complemento, convém dizer que é uma evidência adicional das preocupações das classes dominantes o conter com filantropia e caridade os problemas sociais da pobreza.

A partir da década de 1910, os trabalhadores criaram suas primeiras sociedades de classe, mas contando com a presença de coronéis, delegados e outras autoridades. Entre elas, podemos citar: a Sociedade União das Classes, provavelmente fundada em 1908 com sede em Itabuna; a Sociedade União dos Trabalhadores, cuja data de criação ignoramos; e a Sociedade Beneficente Centro Operário, constituída em 1919, ambas em Ilhéus. Infelizmente, as fontes sobre a atuação destas entidades são muito escassas e pontuais, o que nos limita conhecer de modo detalhado quem eram seus sócios, quais os objetivos e que atividades desempenharam. No entanto, acreditamos que tais sociedades congregavam profissionais de diversos ofícios qualificados (artesãos, operários, empregados no comércio etc.) e tinham por objetivo a beneficência e o mutualismo, além da promoção de atividades recreativas.

Na realidade, as organizações operárias que surgiram nas décadas iniciais do século XX eram fortemente marcadas pela fragilidade. Em busca de crédito político e social, as entidades investiam na construção de uma imagem positiva dos trabalhadores associados, incorporando valores fundamentais do culto ao trabalho, do civismo e da religiosidade. Diante disso, a prática do associativismo de classe se fundava em elementos-chaves que realçavam a figura do trabalhador honesto e sofredor, da centralidade do papel operário na sociedade e da condição de cidadãos na República. O contato com coronéis e autoridades era comprovação dos propósitos idôneos e cordiais, ao mesmo tempo em que buscavam reconhecimento.

Nessas condições, em 20 de novembro de 1913, a Sociedade União das Classes promoveu uma visita de seus membros e de sua filarmônica a Ilhéus. Recebidos pela filarmônica Vitória, clubes esportivos e sociedades femininas, a programação foi marcada por desfiles nas ruas da cidade, apresentações musicais, almoços requintados e missa festiva. Nas atividades, foram registradas as presenças do intendente cel. Antonio Pessoa, do presidente do Conselho Municipal Eustáquio Bastos e do capitalista Misael Tavares. Ao final da programação, o bacharel Oscar de Andrade, representando a União das Classes, demonstrou seu entusiasmo e gratidão com as autoridades de Ilhéus. Referindo-se ao cel. Pessoa, se disse

¹⁴¹ Cf. SILVA, Adriana Oliveira da. *Damas da sociedade: caridade, política e lazer entre as mulheres de elite de Itabuna (1924-1962)* (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana, BA: PPGH/UEFS, 2012, p. 78-79.

“admirado de ver sua atitude nobre, ao lado do povo em todas as manifestações de boa hospitalidade aos visitantes, sem embargo de sua posição de destaque na sociedade e na política” e concluiu afirmando que “Ilhéus era muito feliz e devia se orgulhar de tê-lo como intendente”.¹⁴² Num momento em que ajuntamentos de operários pobres podiam ser visto com suspeita pela polícia, a deferência dispensada pelo chefe político demonstrava os propósitos cordiais e a postura ordeira daqueles trabalhadores.

As informações sobre a atuação da Sociedade União das Classes se restringem até 1924, quando encerrou oficialmente suas atividades e seus bens foram repassados para outra agremiação operária – a Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna – no valor de 5:000\$000 réis. Também localizamos poucos registros sobre a atuação da Sociedade União dos Trabalhadores. Sabemos apenas que nas festas de ano novo de 1916 organizaram uma quermesse em frente ao palacete do coronel Misael Tavares e realizaram uma passeata no Alto da Conquista, um dos principais bairros operário de Ilhéus. Em relação à Sociedade Beneficente Centro Operário, temos notícias de sua primeira diretoria, sob a presidência de Isaac Carvalho. Segundo a imprensa, havia a expectativa de que “pelo grande número de operários, que existem nessa zona, é natural que a útil sociedade alcance os dias de prosperidade e realize por completo seus ideais”.¹⁴³ Infelizmente, depois disso, não encontramos novos registros sobre a associação.

Com poucos recursos financeiros, o reduzido número de sócios para assumir cargos de diretoria e as difíceis condições de vida do operariado, a maioria destas sociedades dos anos 1910 não conseguiam ter uma existência muito longa. Todavia, as sociedades contribuía gradualmente para a formação de uma experiência coletiva de representação política e amparo social para uma parcela dos trabalhadores no decorrer da Primeira República. Através delas, constituía-se identidade e laços de solidariedade entre uma parcela do operariado diante das inseguranças do capitalismo. Conforme vimos neste capítulo, os trabalhadores empobrecidos e miseráveis além de enfrentarem a pobreza, encaravam a suspeição generalizada das autoridades sobre suas origens e procedimentos, o que resultava em controle e repressão social que os taxavam de indesejáveis ou de perigosos. Deste modo, a cultura associativa era uma das alternativas que os de baixo tinham para se proteger destes problemas.

A partir de 1919, a cultura associativa se ampliou entre as categorias de trabalho do Sul da Bahia. Artistas, operários, caixeiros, estivadores e carroceiros são alguns dos grupos

¹⁴² CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 23/11/1913, ano II, s.n, p. 1.

¹⁴³ Idem. *Jornal de Ilhéus*, 16/10/1919, ano VIII, n. 399, p. 2.

profissionais que fundam organizações de auxílio mútuo, que demarcaram as práticas de sociabilidade, os rituais de distinção e os símbolos de identidade. Doravante, o operariado vai emergir enquanto ator coletivo atuante a partir de suas entidades, com poder de pressão e de barganha, ainda que limitado pelo caráter excludente e oligárquico da República brasileira. Nesse cenário surgiram importantes agremiações como: a Sociedade União Operária dos Estivadores em Ilhéus (1918), a Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna (1919), a Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus (1920) e a União Protetora dos Artistas e Operários em Ilhéus (1922). Saber mais acerca destas entidades, que sujeitos faziam parte delas e de que modo se tornaram centros de aglutinação do operariado regional é o interesse do próximo capítulo.

Nas tendas do trabalho

No dia 8 de fevereiro de 1920, artistas e operários de Itabuna reuniram-se para a posse solene da primeira diretoria da Sociedade Monte Pio dos Artistas, eleita em 1º de novembro de 1919. O evento ocorreu na Praça 2 de julho (atual Praça Firmino Alves), às 16 horas, no prédio em que funcionou a Sociedade União das Classes, agremiação criada por volta de 1908, mas que àquela altura não estava mais em atividade. Estiveram presentes 68 pessoas, dentre sócios fundadores, médicos, advogados e representantes da Associação Comercial de Itabuna. Filadelfo Almeida, comerciante que representava as “classes conservadoras”, foi convidado a presidir a assembleia geral. Ao tomar assento, ele fez questão de usar a palavra para “uma bela alocução ao trabalho, dizendo que o comércio nada seria sem o auxílio dos artistas” e finalizou sua participação “fazendo voto pelo progresso dos artistas”.¹⁴⁴

A solenidade continuou com a nomeação de Flaviano Domingues Moreira para presidente da Assembleia Geral, órgão máximo da Sociedade Monte Pio, para o ano de 1920. Moreira era um marceneiro bastante conhecido em Itabuna. Além de uma profissão qualificada para época, ele também tinha sua própria oficina, localizada na Rua Moura Teixeira, n. 4. Seu estabelecimento fazia desde móveis domésticos até caixão funerário. Com o passar dos anos, tornou-se um dos principais dirigentes da entidade, conforme veremos à

¹⁴⁴ ASMPAI. *Livro de atas da Assembleia Geral da SMPAI*, 8/2/1920. f. 3.

frente. Após sua posse, resolveu franquear a palavra, que foi utilizada por vários presentes. O clima era de festividade e, deste modo, muitas saudações e elogios foram feitos pela iniciativa dos trabalhadores itabunenses. Empolgado, José da Hora Pires não se conteve e disse que “como operário não poderia ficar calado”, congratulando-se com todos ali presente. Aproveitando o ensejo, Filadelfo Almeida puxou uma saudação coletiva de “viva ao operariado de Itabuna!”. José Marques, orador eleito, utilizou frases poéticas e incitações para celebrar o “progresso da sociedade e da pátria”, convidando novamente todos a um “Viva ao operariado de Itabuna!”.¹⁴⁵

Ao final da sessão inaugural, o presidente Flaviano Moreira tomou novamente a palavra e nos deu mais informações para a história sobre a iniciativa de criar uma associação de trabalhadores. Moreira contou que desde 1917 havia esforços para o “alevramento [*sic*] da presente sociedade”, mas que só naquela presente data, foi possível tirar o projeto do papel. Ele ainda enfatizou que “Itabuna não é mais a antiga Tabocas, mas sim uma cidade que pelo seu desenvolvimento comercial, agrícola e industrial caminha na vanguarda do progresso, e nós, os operários, não podíamos ficar sem acompanhar essa evolução” e, sentenciou, “por isso, formamos esta sociedade”.¹⁴⁶

A inauguração da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna foi apenas uma cena inicial da trajetória de parte da classe trabalhadora no Sul da Bahia. Fundada em 1919, ela continua sendo a entidade operária mais antiga no eixo Ilhéus-Itabuna, além de ser proprietária de preciosa documentação em seus arquivos. O registro de sua existência é um testemunho valioso para compreendermos as formas de organização elaboradas pelos trabalhadores na alvorada do século XX, além de possibilitar entender as variadas visões de mundo que o operariado constituía de si mesmo e da realidade ao seu redor. Ao lado dela, havia outras associações em Itabuna e em Ilhéus que se destinavam a aglutinar os trabalhadores. Saber o que movia os de baixo a se organizarem em associações, quais as características desta prática associativa e qual seu poder de influência nas relações sociais do Sul da Bahia são algumas das intenções deste capítulo.

¹⁴⁵ Idem. *Livro de atas da Assembleia Geral da SMPAI*, 8/2/1920. f. 3v.

¹⁴⁶ Idem. *Ibidem*. f. 3 v.



Figura 6 - Fotografia da posse da primeira diretoria da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna, 1920.
Fonte: ANDRADE, José Dantas. Documentário histórico-ilustrado de Itabuna, 1968.

Caminhando na “vanguarda do progresso”

O tom eloquente do discurso de Flaviano Moreira sobre a criação da sociedade como um passo na “vanguarda do progresso” é bastante sintomático do contexto nacional e regional em que ele e seus companheiros viviam. Os estatutos da SMPAI também se reportavam à importância do operariado obedecer “a evolução social e o grau elevado do aperfeiçoamento de todas as classes no presente século”. Falar de “progresso” e de “evolução” era uma opção de reter valores caros às classes dominantes para justificar a importância da criação das sociedades de artistas e operários em Itabuna. Deste modo, apropriando-se de princípios tradicionais das autoridades republicanas, os artistas reclamavam um lugar na sociedade moderna a partir de sua organização. De acordo com o historiador Claudio Batalha, a “organização de trabalhadores, fossem eles qualificados ou não, é um traço marcante do Brasil da I República”.¹⁴⁷ Para ele, a tendência de criar agremiações de classe era uma expressão do contínuo processo de urbanização e da necessidade de se mobilizar contra as adversidades decorrentes das crises que rondavam constantemente os extratos mais empobrecidos.

¹⁴⁷ BATALHA, Claudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In. *Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 172.

Na verdade, o fenômeno do associativismo estava espalhado por várias partes do País desde o século XIX. Na Bahia, por exemplo, as primeiras sociedades de artífices e operários surgiram em Salvador na década de 1830. Em 1832, os carpinteiros fundaram a Sociedade dos Artífices da Bahia, cuja composição social era marcada por homens de cor e que exerciam ofício qualificado (ferreiro, ourives, pintor, marceneiro etc.). Pouco depois, formou-se a Sociedade Protetora dos Desvalidos, inspirada nos moldes das irmandades católicas de amparo aos trabalhadores livres e libertos de cor. Segundo Lysie Reis, estas associações mantinham relações com a cultura religiosa e burocrática da Bahia oitocentista, marcadas também pelos ideais das antigas corporações de ofício extintas com a constituição de 1824. Foi através delas que muitos negros transitaram do trabalho cativo para o livre, o que indica que muito antes do fim da escravidão os desfavorecidos traçavam estratégias de sobrevivência diante da insegurança do capitalismo.¹⁴⁸

Na prática, as associações de trabalhadores do século XIX ofertavam meios de amparo e de instrução para catalisar novos sócios. Maria das Graças Leal analisou o papel do Liceu de Artes e Ofícios na congregação de educação e de trabalho para assistir famílias de artistas e operários a partir dos valores de beneficência e de laboriosidade.¹⁴⁹ Conforme informa Aldrin Castellucci, havia mais de 165 associações operárias espalhadas pela Bahia, localizadas, sobretudo, na capital e no Recôncavo baiano, e compostas majoritariamente por artesões entre 1830 e 1930.¹⁵⁰ Não podemos deixar de destacar a Sociedade Monte Pio dos Artistas da Bahia, erguida em 1852, após uma cisão na agremiação dos artífices. Conforme Maria da Conceição Silva, a referida agremiação desenvolveu “atividades assistenciais, sem caráter reivindicatório, sob o paternalismo controlado do Estado”.¹⁵¹ Embora fossem homônimas, não encontramos nenhuma relação direta ou registros contundentes que liguem a congênere soteropolitana à sua coirmã itabunense. No entanto, também não podemos descartar por completo a ideia de que, em alguma medida, a iniciativa dos artistas do Sul da Bahia fosse

¹⁴⁸ REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 134, 202-204.

¹⁴⁹ Cf. LEAL, Maria das Graças de A. *A arte de ter um ofício: liceu de artes e ofícios da Bahia (1872-1972)* (Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 1995.

¹⁵⁰ CASTELLUCCI, Aldrin. A. S. A luta contra a adversidade. In. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro, 2010, p. 40-44.

¹⁵¹ Cf. SILVA, Maria da Conceição Barbosa da C. *Sociedade Montepio dos Artistas da Bahia: o elo dos trabalhadores*. Salvador: SCT-BA/Fundação Cultural, 1998, p. 10. A autora argumenta que a Sociedade Montepio da Bahia, por seu caráter mutualista, estabelecia uma relação de submissão e de cordialidade com os poderes políticos, o que, segundo ela, caracterizava o estágio embrionário do operariado. Sabemos, no entanto, que esta interpretação tem sido frequentemente questionada, pois os traços mutualistas podiam se combinar com práticas de negociação e de pressão social frente às autoridades.

tributária do acúmulo de experiência coletiva de Salvador e de outras regiões do estado e do País.

Talvez seja exatamente a estas experiências associativas dos de baixo, acumuladas na Bahia até a Primeira República, que Flaviano Moreira tenha aludido em seu discurso ao falar sobre acompanhar a “evolução” ou a “vanguarda do progresso”. Utilizando um vocabulário típico de sua época, ele fundamentava a criação de um grêmio que abrigasse e protegesse os operários, a partir da valorização do ofício e do papel dos trabalhadores na sociedade moderna. Em seus estatutos de 1920, as finalidades da Sociedade Monte Pio são “o benefício, o socorro, a instrução moral e cívica [...] o auxílio direto e indireto aos seus associados”.¹⁵² Estes objetivos apontavam o caráter mutualista da organização itabunense. O mutualismo se configurava por sociedades de socorro mútuo, que mediante contribuições mensais asseguravam aos sócios serviços previdenciários (tratamento médico, auxílio saúde a doentes, inválidos, velhos e viúvas). Elas poderiam estender suas finalidades a instrução, com a educação primária de sócios e filhos de operários em escolas mantidas pela sociedade, como era o caso da Escola Manoel Vitorio da SMPAI, fundada em 1920. Além disso, criavam oportunidades de práticas de lazer e de sociabilidade, especialmente com a fundação de bandas musicais.¹⁵³

Em diversas ocasiões, os sócios da SMPAI se referiam ao “engrandecimento da classe” para justificar a utilidade da agremiação para os artistas e os operários. Em 1920, após as eleições para a diretoria do ano social de 1921, Flaviano Moreira elogiava os sócios que se empenhavam pelo “engrandecimento do operariado” ocupando cargos de responsabilidade.¹⁵⁴ Era outro termo típico do período republicano, relido no sentido de valorizar o papel dos trabalhadores para superar os limites da sociedade excludente brasileira. Mas o discurso de classe combinava mais com os princípios do assistencialismo e da beneficência, do que com a retórica do sindicalismo revolucionário ou reformista. Nesse sentido, os estatutos sinalizavam que os sócios da SMPAI eram também movidos pelo “alto dever de sentimento de filantropia e caridade”.¹⁵⁵ Em suma, o que atraía os artistas e os operários da Monte Pio era a possibilidade de se prevenir contra os infortúnios da vida e do trabalho. Claudia Viscardi e

¹⁵² ASMPAI. *Estatutos da SMPAI*, 1920, p. 1.

¹⁵³ LUCA, Regina de T. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990, p. 7-24.

¹⁵⁴ ASMPAI. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 3/10/1920. f. 25.

¹⁵⁵ Idem. *Estatutos da SMPAI*, 1920. f. 2.

Ronaldo de Jesus afirmam que a experiência associativa dos trabalhadores é resultado da capacidade deste ator coletivo de se organizar contra a pobreza extrema.¹⁵⁶

Dizer que os trabalhadores se organizavam em associações por temer a pobreza soa estranho numa região que sempre se jactou da riqueza de seus frutos de ouro. No capítulo passado, verificamos a triste sorte de homens e de mulheres que caíam na miséria. Se olharmos para composição social dos membros das sociedades proletárias, entenderemos melhor porque o amparo e a beneficência atraíam sócios. Infelizmente, dispomos de poucas informações nesse sentido nos arquivos da Sociedade Monte Pio. Mesmo assim, os dados coletados são significativos para perceber como muitos dos consócios viviam no limite da pobreza. Dos 19 sócios fundadores, por exemplo, 7 eram pedreiros, 5 carpinas, 2 marceneiros, 2 ourives, 1 alfaiate, 1 funileiro, 1 tanoeiro.¹⁵⁷ Entre os fundadores, observamos que os pedreiros eram a maioria, assim como eram também os mais suscetíveis ao acidente no trabalho. Qualquer sinistro que ocorresse com este profissional, resultava na paralisação de seus serviços, que em caso de longa duração, traduzia-se em dificuldades reais de sobrevivência. Se não estivessem em sociedades, muitos ficavam a mercê de doações e de caridade.

Apesar de terem ofício qualificado e de alguns possuírem suas próprias oficinas, os artesãos preveniam-se contra as vicissitudes da vida e do trabalho e, portanto, se abrigavam nas tendas do associativismo. Podemos apurar o perfil social dos membros da SMPAI se levantarmos as informações sobre profissões constantes nos livros de matrícula da instituição na década de 1920. Nos cadastros da entidade, encontramos 103 sócios regulares com profissões identificadas. Deste universo, 24,3% eram carpinas, o maior contingente entre os ofícios, seguido de perto por 23,3% de pedreiros, em segundo lugar; 12,6% de alfaiates; 5,8% sapateiros, além de 4,9% de barbeiros e de cabeleireiros cada um. Ainda localizamos nestes dados, outras profissões como eletricista, ourives, pintor, ferreiro, funileiro, tanoeiro, oleiro, cuja quantidade não ultrapassara os 2% em sua maioria.¹⁵⁸ Portanto, embora fossem profissionais autônomos e alguns donos de seu próprio espaço de trabalho, não se pode falar de uma aristocracia operária em relação aos associados da Monte Pio, já que a maioria estava a mercê das adversidades, da carestia de preços, de acidentes, doenças, roubos, que poderiam lançá-los da condição de pobreza para a miséria. Para Claudia Viscardi, o recrutamento das

¹⁵⁶ VISCARDI, Claudia M. R.; JESUS, Ronaldo P. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora. In. *A formação das tradições* (1889-1945). Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 34.

¹⁵⁷ ASMPAI. *Boletim comemorativo com a relação dos fundadores da SMPAI*, 1969. f. 1.

¹⁵⁸ Idem. *Livro de matrícula por residência*, 1920-1930.

sociedades mutualistas dirigia-se a “trabalhadores humildes, que não fossem totalmente destituídos ou marginalizados, mas que dela necessitassem, por não disporem nem da proteção do Estado nem das riquezas acumuladas”.¹⁵⁹

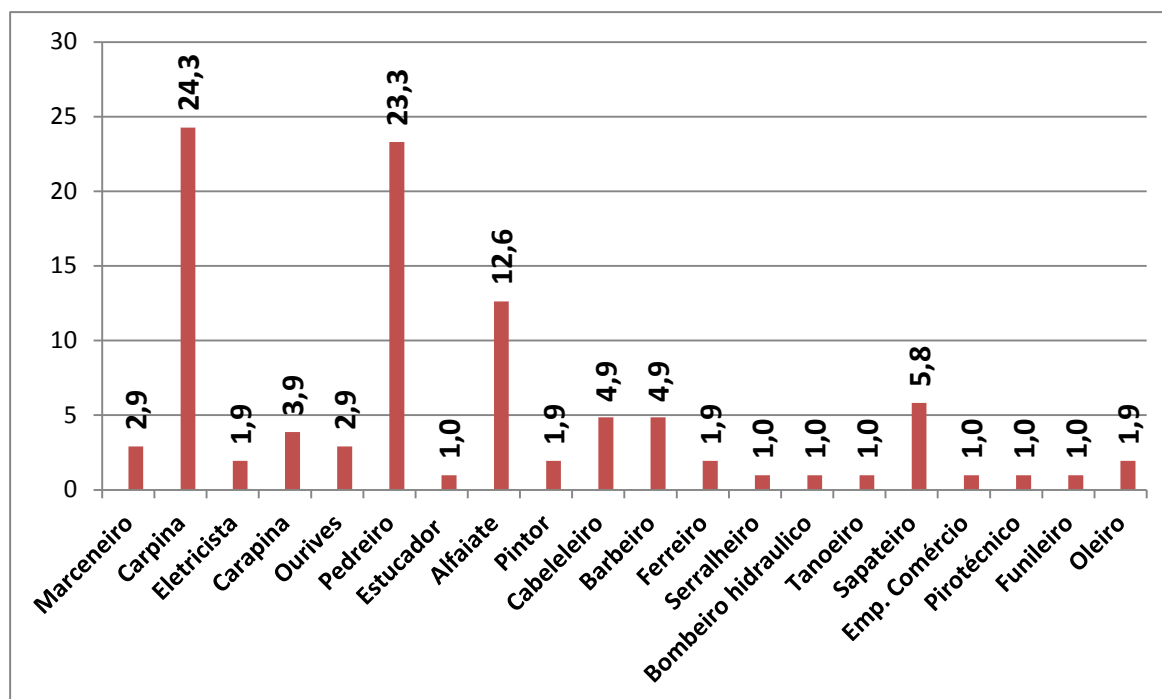


Tabela 4 - Porcentagem de profissões dos sócios da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna, 1920-1930. Fonte: ASMPAI. Livro de matrículas da SMPAI, 1920-1930.

Não faltam casos de trabalhadores que sofreram com o infortúnio. Um bom exemplo foi o acidente ocorrido com o sócio Diógenes de Jesus em 29 de janeiro de 1928. Ele era eletricista e empregado na Companhia Luz & Força. Por volta da 5 da tarde reparava um transformador na Praça Adami, quando a subestação foi ativada sem aviso, resultando numa descarga elétrica de mais de três mil volts. O operário despencou no chão envolto em faíscas, que promoveram queimaduras profundas em seu corpo. Ele chegou a ser levado pelo cel. Godolfredo Almeida do Espírito Santo para o hospital Santa Cruz, mas não resistiu e faleceu no dia seguinte. Seu corpo foi levado à sede da SMPAI, onde foi velado pelos familiares e teve os custos dos funerais pagos pelos diretores da associação. Diógenes era casado e tinha duas filhas pequenas, uma das quais com um mês de nascida.¹⁶⁰ Além de ter recebido uma indenização da companhia de energia elétrica, a viúva e os órfãos receberam da Sociedade

¹⁵⁹ VISCARDI, Claudia M. R. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. In. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 58, 2009, p. 294.

¹⁶⁰ CEDOC/UDESC. *Jornal de Itabuna*, 4/2/1928, ano VIII, n, p. 4; 11/2/1928, ano VIII, n, p. 1

Monte Pio duas casas como resultado da pensão a que tinham direito os familiares do falecido.¹⁶¹

A solicitação de auxílio por doença era recorrente nas reuniões da diretoria da SMPAI. Em 11 de abril de 1920, o consócio Benício Alves recebeu um valor de 8\$900 réis para se tratar de moléstia que lhe afetava há vários dias.¹⁶² Os diretores ainda prometeram lhe entregar uma quantia semanal, caso não houvesse melhoras. Da mesma forma, Manoel da Hora e João Mata e Silva receberam visita da comissão de sindicância da sociedade para ter informações do estado de saúde. Em casos graves, a agremiação também custeava o deslocamento dos sócios enfermos para cidades maiores. Este foi o caso de Eutiquiano Brito, que solicitou 200\$000 réis para viajar a capital da Bahia em busca de cura para sua doença.¹⁶³ Estas e outras tantas situações são sinais de como a partir da Sociedade Monte Pio, os trabalhadores conseguiram amparo e proteção contra as adversidades, num tempo em que não havia proteção do Estado para os de baixo. Diante disso, para interpretar os discursos de caminhar na “vanguarda do progresso” é necessário compreender o interesse do operariado em conquistar a sustentabilidade necessária para sobreviver diante da insegurança estrutural do capitalismo, como afirma Mike Savage.¹⁶⁴

As características de assistência e de beneficência são encontradas também nos estatutos da União Protetora dos Artistas e Operários em Ilhéus (UPAOI), fundada em 25 de junho de 1922. De acordo com seu artigo I, o objetivo principal era “prestar auxílio e instrução aos seus associados e seus filhos”. Em termos mais específicos, a sociedade era obrigada a “prestar socorros médicos e farmacêuticos; auxiliá-los pecuniariamente, nos casos de moléstia ou invalidez; e dar pensão às famílias dos sócios falecidos e protegê-las”.¹⁶⁵ Apesar das dificuldades enfrentadas, esta agremiação se tornou uma das mais famosas entidades operárias da região. Antonio Guerreiro de Freitas chegou a apontá-la como a “melhor organização proletária do Sul da Bahia e talvez do próprio estado”.¹⁶⁶ Uma afirmação dotada de exagero, mas que expressa o poder de aglutinação dos sócios desse grêmio. Sua força era certamente baseada na aspiração do operariado de se prevenir contra os infortúnios do futuro. Aliás, parte dos estatutos da União Protetora foi influenciada pela SMPAI, haja

¹⁶¹ ASMPAI. *Livro de atas da diretoria da SMPAI*, 3/7/1928. f. 2.

¹⁶² Idem. *Livro de atas da Assembleia Geral da SMPAI*, 11/4/1920. f. 11.

¹⁶³ Idem. *Livro de atas da diretoria da SMPAI*, 11/3/1924. f. 35; 27/8/1928. f. 8;

¹⁶⁴ SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In. *Culturas de classe... Op. Cit.*, p. 33.

¹⁶⁵ BPEB. Estatutos da União Protetora dos Artistas e Operários em Ilhéus. In. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 25/11/1922, n. 491.

¹⁶⁶ FREITAS, Antonio F. G. *Caminhos ao encontro do mundo... Op. Cit.*, p. 129.

vista que em julho de 1922, os ilheenses solicitaram aos artistas de Itabuna um “prático” para ajudar na confecção de seu regimento.¹⁶⁷

Infelizmente, não foi possível encontrar, nesta pesquisa, a documentação produzida pela União Protetora. Desativada há décadas, a maior parte das informações sobre suas atividades foi encontrada na imprensa do período. Ainda assim, observando os censos demográficos de 1920, podemos imaginar que a UPAOI abrigava parte considerável dos 2197 indivíduos que atuavam em ofícios qualificados, tais como manufaturas têxteis, marcenarias, metalurgias, cerâmicas, edificações e mobiliários. Em 1925, a associação que abrigava operários e artistas nacionais ou estrangeiros, era elogiada por intelectuais e autoridades por de ser uma das “boas” instituições de Ilhéus. Nesse sentido, Oscar de Andrade dizia que diante das “coisas boas e coisas más”, recomendava “a S. U. P. dos Artistas e Operários em Ilhéus, às consciências justas da nossa terra”, pois todos tinham o “dever de ajudar os operários, sem os quais não podem as sociedades viver, principalmente quando eles [...] são honestos e trabalhadores”.¹⁶⁸ O autor destas palavras era frequentador da agremiação laboral, apesar de ser advogado. Ele ocupou periodicamente o cargo de orador da instituição, posto que cabia aos sujeitos letrados, cuja responsabilidade era representar bem a entidade em solenidades públicas. Para os trabalhadores, organizar suas associações era uma alternativa solidária para enfrentar as dificuldades da vida, mas era paralelamente, uma forma de se diferenciar do restante da sociedade. Em tempos em que vadiagem e ociosidade eram características perseguidas pela polícia, destacar uma identidade de “honestos” e laboriosos era caminhar na “vanguarda do progresso”, que nos termos da época, significava galgar respeito das “consciências justas” e abrir brechas na excludente cidadania da Primeira República. Isso é o que veremos no tópico a seguir.

“Escudos formidáveis”: laboriosidade e identidade nas associações operárias

Em 1927, a União Protetora comemorava seu quinto aniversário de fundação na presença de autoridades, clubes recreativos, associações filantrópicas, sociedades esportivas e bandas musicais de Ilhéus. Ao todo, especulava-se que mais de 200 pessoas compusessem a plateia da solenidade, número excepcional para os padrões do Sul da Bahia. Datas comemorativas eram ótimas oportunidades para recuperar a memória dos caminhos trilhados pela entidade e demarcar sua utilidade social. Foi nesse sentido que o orador Soares Lopes,

¹⁶⁷ ASMPAI. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 30/6/1922. f. 33.

¹⁶⁸ IGHB. *Diário do Povo*, 8/8/1925, ano I, n. 50, p. 1.

médico conhecido da região, enalteceu a figura do “operário e o seu grande valor perante a grandeza da pátria e da humanidade” e destacou “o trabalho e a solidariedade” entre os princípios que caracterizam a UPAOI. Para concluir, ele comparou a associação com um “escudo formidável” com o qual o operariado se apresentava “na luta edificante pelos seus ideais”.¹⁶⁹ O discurso de comemoração de Soares Lopes manipulava elementos fundamentais para os trabalhadores da República: trabalho e solidariedade.

Desde o final do século XIX, na medida em que a escravidão entrava em colapso no Brasil, alimentava-se uma retórica de valorização do trabalho como elemento de regeneração e de saneamento moral dos indivíduos. Com a República, a preocupação com novos valores que subordinassem os cidadãos ao mundo do trabalho tornou-se recorrente. No capítulo anterior, pudemos observar como as formas de ociosidade e de vadiagem eram atribuídas aos que fugiam do raio de circunferência do trabalho, o que justificava as campanhas policiais e a repressão deliberada contra os empobrecidos. No entanto, em paralelo a estas ações do Estado, as associações operárias constituíram uma identidade coletiva a partir da centralidade da figura do trabalhador na sociedade moderna e do valor do labor para a dignidade do cidadão. A representação da classe trabalhadora não passava apenas por aquele que trabalha com suas próprias mãos, mas também pelos critérios de dedicação ao serviço, de honestidade e de educação.¹⁷⁰

Portanto, mesmo com a heterogeneidade das sociedades operárias no início do século XX (sindicatos, mutualistas, recreativas etc.), a laboriosidade foi um dos aspectos mais usados pelos trabalhadores para definirem-se como bons cidadãos. No Sul da Bahia, a União Protetora e as demais entidades assumiram tais características para legitimar suas ações. Como dissemos anteriormente, a UPAOI fundada em junho de 1922, e sua criação ocorreu em clima de “desavença no modo de interpretar os princípios fundamentais das sociedades operárias”, conforme noticiou o jornal *O Comércio*. Entre os fundadores, havia interesse em fundar uma agremiação nos moldes da beneficência e do auxílio mútuo, mas no decorrer das discussões, um “grande número de sócios dissidentes não se sujeitaram a que pessoas estranhas à classe fizessem parte na diretoria ou tivessem cargos nas comissões”. Disso resultou que se criaram duas agremiações: a Sociedade Beneficente dos Artistas e Operários em Ilhéus (SBAOI) e a Sociedade União Protetora dos Artistas e Operários em Ilhéus. Esta

¹⁶⁹ Idem. *Pequeno Jornal*, 27/6/1927, ano III, n. 251, p. 1.

¹⁷⁰ GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo... Op. Cit.*, p. 28.

última composta pelos trabalhadores que rejeitaram a presença de indivíduos que não fossem artistas ou operários.¹⁷¹

Ao que se sabe, a SBAOI não teve vida longa, pois nossas pesquisas encontraram registros de sua atuação só até junho de 1924. Em contrapartida, A UPAOI continuou aglutinando artistas e operários por boa parte do século XX. A decisão de ter somente trabalhadores nos cargos da diretoria e nas comissões visava afastar coronéis, negociantes e políticos dos postos de comando da associação, embora permitisse que elementos das classes dominantes se tornassem sócios beneméritos. Regularmente, os diretores da UPAOI recorriam aos donativos de fazendeiros e de comerciantes para complementar as finanças do grêmio, o que relativizava a esfera de influência dos poderosos sobre o operariado. No entanto, a exclusividade operária na direção aumentava o desafio de gerir a referida sociedade, pois o cotidiano do trabalho nas oficinas e nas empresas, muitas vezes, dificultava que os diretores se dedicassem plenamente às suas funções. Seja como for, o controle da diretoria apenas por membros dos artistas e operários impelia a construção de uma identidade pautada nos termos da ordem e da laboriosidade como marcas de distinção do restante da população pobre.

Em geral, as sociedades operárias passavam por muitas dificuldades financeiras, especialmente em seus primeiros anos, pois os membros não conseguiam pagar suas mensalidades em dia. A UPAOI, por exemplo, já promovia indultos aos consócios em atraso que pagassem 5\$000 (cinco mil réis) após seu primeiro ano de funcionamento. Este era mais um sinal de como os trabalhadores das agremiações eram cidadãos humildes. Em função disso, os diretores das agremiações solicitavam doações a coronéis, fazendeiros e negociantes abastados. Em 1922, o Dr. José Elycio Adami, membro da maior família latifundiária do município, doou um terreno na Rua do Unhão para a construção da sede da União Protetora.¹⁷² Mesmo assim, foi preciso abrir uma campanha para a construção da “Casa do Operário”, nome dado pela imprensa ao prédio da agremiação, cuja edificação marcaria a “afirmação de que as classes operárias em Ilhéus têm seu valor próprio e representam, devidamente, uma força organizada, dirigida com superioridade e disciplina”. Em complemento, a campanha ressaltou que a sede social dos artistas e operários abrigaria também uma escola de instrução primária que seria uma “tenda de luz para seus sócios e para as crianças desvalidas” e que estavam previstas “aulas práticas de artífices, nos vários misteres de todas as artes”, algo considerado “muito útil para nosso meio”, concluía.¹⁷³

¹⁷¹ BPEB. *O Comércio*, 28/6/1922, ano VI, n. 1174, p. 2.

¹⁷² APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 4/11/1922, ano II, n. 214, p. 2.

¹⁷³ Idem. *Correio de Ilhéus*, 11/9/1924, ano IV, n. 494, p. 1.

Noutra nota publicada na imprensa, os diretores da UPAOI destacaram os esforços de pobres trabalhadores para o erguimento de sua sede social, enfrentando obstáculos materiais e dedicados à consolidação da “útil agremiação de classe”. Em suas palavras, eles diziam que apesar de “sociedade nova”, era “composta e sabiamente dirigida por um corpo distinto de pobres operários trabalhadores, ativos e enérgicos”, motivo pelo qual “bem mereciam a bonita correspondência que lhe tem feito o público sensato e bom desta terra”. Como se observa, termos como disciplina, trabalho, energia e organização eram utilizados frequentemente para elogiar a iniciativa dos operários e artistas de Ilhéus. Deste modo, criava-se gradualmente uma imagem de sujeitos pobres, mas empenhados coletivamente a partir de práticas sadias, ordeiras e harmônicas. De posse destes valores, os sócios da UPAOI, por exemplo, escapavam dos estereótipos de classe (pobres = perigosos) e dialogavam diretamente com o “público sensato e bom” para angariar simpatias e conseguir os recursos necessários das classes dominantes para consolidar seu associativismo.

Não foi por acaso que em dois meses de campanha, os diretores da União Protetora obtiveram o montante de 3:750\$000 (três contos e setecentos e cinquenta reis) de doações de abastados capitalistas da zona do cacau. Na lista de doação, figuravam empresas como F. Stevenson & Cia, Wildberger & Cia, o banqueiro e fazendeiro Misael da Silva Tavares, o diretor da Estrada de Ferro Francis Reginald Hull, além dos coronéis Virgílio Amorim e Henrique Cardoso.¹⁷⁴ Apesar da quantia arrolada, ela não foi suficiente para iniciar as obras de construção da Casa do Operário. Por isso, os diretores encaminharam solicitação ao Conselho Municipal a fim de receber alguma subvenção pública. No orçamento de 1925, foi aprovado uma verba de 1:000\$000 (hum conto de réis) para a construção do prédio em que funcionaria a escola da União Protetora.¹⁷⁵ Sem destacar seus atributos positivos de identidade, é provável que os artistas e os operários encontrassem maiores empecilhos para conquistar recursos financeiros dos poderes públicos e das classes dominantes.

Segundo Claudio Batalha, as diversas agremiações de trabalhadores espalhadas pelo Brasil no início da República ocupavam-se em associar sua imagem com uma ética do trabalho que realça o “bom operário”, poupador, orgulhoso de sua corporação, enquadrado numa perspectiva de ascensão social e, sobretudo, ordeiro.¹⁷⁶ Estudos mais recentes têm apontado que a retórica da laboriosidade já era um mecanismo de distinção social utilizado no

¹⁷⁴ Idem. *Correio de Ilhéus*, 13/9/1924, ano IV, n. 495, p. 3.

¹⁷⁵ Idem. *Correio de Ilhéus*, 30/6/1925, ano V, n. 614, p. 1.

¹⁷⁶ BATALHA, Claudio H. M. Identidade da classe operária no Brasil (1888-1920): atipicidade ou legitimidade? In. *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23/24, set. 91/ ago. 92, p. 119.

contexto da escravidão. Marcelo Mac Cord sinaliza que havia artífices de cor, especializados no ramo das edificações, que acreditavam no trabalho como fator de distinção social, especialmente em relação aos negros escravos, no Recife oitocentista.¹⁷⁷ A historiadora Lysie Reis igualmente aponta que para os artífices negros da Bahia do século XIX, “o fato de estar coletivizado propiciava *status* social e os diferenciava, enquanto classe de trabalhadores, dos que ofereciam serviços semelhantes aos deles”.¹⁷⁸



Figura 7 - Propaganda de inauguração da sede da União Protetora em 1929. O edifício foi visto como construção moderna na época. Fonte: APMIJM, *Correio de Ilhéus*, 1929.

Preocupados em constituir uma identidade positiva que lhes habilitassem a reivindicar recursos e serem reconhecidos com instituições de bons cidadãos, o lema da SMPAI e da UPAOI era “Deus, Pátria e Trabalho”. Essa trindade expressava os princípios que moviam os membros das agremiações, especialmente no sentido de terem orgulho do labor e da profissão, da disciplina cívica e do referencial moral religioso que agregava a maior parte das pessoas no início do século XX. De outro ponto de vista, colaborava também para dispersar qualquer suspeita de ideologias de esquerda no seio destas entidades. Para os abrigados no associativismo, seguir tais princípios não deixava de ser um modo de se apropriar dos valores da República, apesar dos preceitos religiosos, já que o trabalho era considerado formas de

¹⁷⁷ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2012, p. 29.

¹⁷⁸ REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício... Op. Cit.*, p. 211.

garantir a ordem e o progresso, escapando da pecha de “classes perigosas” que rondava as camadas empobrecidas.

Os símbolos das associações também contribuíam para a constituição de uma identidade de distinção social a partir do labor. No caso da Sociedade Monte Pio, a insígnia da agremiação era composta por instrumentos de trabalho, como compasso, régua, esquadro, martelo e pá de pedreiro. Tais objetos traduziam o orgulho das profissões, além de fazerem menção à especialidade do ofício exercido por boa parte dos sócios. A pá e o martelo sinalizavam os pedreiros; a régua, o compasso e o esquadro poderiam representar os alfaiates, marceneiros, carpinas, de modo que se transformavam em emblemas corporativos de dignidade, perícia e técnica. Alguns historiadores chamam atenção para o fato de que as sociedades mutualistas ainda traziam consigo aspectos das antigas corporações de ofício, extintas pela constituição de 1824, já que se orgulhavam das técnicas e dos saberes que diferenciavam os operários qualificados e dignos, em contraposição ao trabalhador comum, ou mesmo em relação ao restante da população pobre.¹⁷⁹ Em 1929, o símbolo de duas mãos em cumprimento foi adicionado aos estandartes da Sociedade Monte Pio, complementado pelo lema “um por todos e todos por um”, com o que procurava evidenciar os laços de solidariedade e união, muito comum entre as agremiações operárias no Brasil, segundo Claudio Batalha.¹⁸⁰



Figura 8 - Símbolo utilizado pela Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna até 1929. Nele, podemos notar vários instrumentos de trabalho (martelo, compasso, pá, régua, esquadro etc.) que marcavam o orgulho pelo ofício qualificado. Fonte ASMPAI.



Figura 9 - Símbolo utilizado pela SMPAI a partir de 1929, que mantém alguns instrumentos de trabalho. Nele, aparecem as mãos em cumprimento e o lema "um por todos e todos por um". Fonte: ASMPAI

As agremiações funcionavam de fato como um “escudo” de proteção contra injustiças e perseguições, tomando por referência a identidade coletiva da laboriosidade. Um fato

¹⁷⁹ BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In. *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999, p. 47.

¹⁸⁰ BATALHA, Claudio H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro. In. *Culturas de classe... Op. Cit.*, p. 103.

envolvendo o pedreiro Manoel Lisboa pode nos ajudar a compreender melhor como a ideia de laboriosidade era importante para os pobres. Em 1928, ele estava à procura de ajudante de pedreiro nas imediações da Praça da Estação de Ferro (atual Praça José Bastos) e dirigia-se para o Bairro do Pontalzinho, em Itabuna, quando foi intimado pela polícia para auxiliar os guardas a conduzir um cidadão enfermo para o hospital da Santa Casa de Misericórdia. Alegando estar em serviço e ter profissão, ele negou ajuda ao subdelegado Gabi. Todavia, a autoridade não estava para conversa e ordenou que o trabalhador seguisse para a delegacia sob a acusação de desocupado. Conduzido à delegacia, seus antecedentes foram verificados, sendo posteriormente, reconhecido como “homem de trabalho” por pessoas idôneas. O caso foi denunciado na imprensa e mereceu críticas de que há vezes em que a polícia “confunde, por mera displicência, ou por caprichosa má vontade, os homens de trabalho com os vagabundos, ofende a lei e prejudica os próprios interesses sociais”.¹⁸¹

O pedreiro era membro da SMPAI desde 1921, onde ocupou cargos importantes na diretoria, a exemplo de orador e de bibliotecário.¹⁸² No contexto Republicano, o controle social marcado pela suspeição generalizada sobre trabalhadores e pobres impunha aos cidadãos o ônus de comprovação de não ser vadio. Nesse sentido, é provável que a condição de sócio da principal agremiação operária da cidade tenha contribuído decisivamente para que sua condição de trabalhador honesto fosse reconhecida pelos policiais.

Não era por acaso, então, que Soares Lopes comparava metaforicamente a União Protetora com um “escudo formidável”. Como nas outras sociedades operárias, os trabalhadores que aí se abrigassem estavam amparados nos padrões morais e ideológicos compartilhados ou tolerados por patrões e autoridades em geral. Aliás, cabe inferir aqui que para integrar as agremiações, os estatutos previam uma série de comprovações da idoneidade do aspirante. Na revisão dos seus regulamentos feita em 1929, a Sociedade Monte Pio determinava que além de “ter reconhecida moralidade e amor ao trabalho”, e de “exercer ou haver exercido alguma arte”, o candidato a sócio apresentasse uma certidão médica “atestando que não sofre de moléstia contagiosa ou repugnante incurável” e uma “folha corrida da autoridade policial ou documento que ateste seu bom procedimento”. Noutro dispositivo, previa-se que os sócios poderiam ser eliminados caso “deixassem de exercer profissão honesta ou se tornarem perniciosos à Sociedade pelas suas ideias subversivas ou vícios deprimentes como a embriaguez e o jogo”.¹⁸³ A UPAOI não se referia especificamente à

¹⁸¹ CEDOC/UESC. *A Época*, 23/6/1928, Ano XI, n. 419, p. 4.

¹⁸² ASMPAI. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 29/6/1921. f. 2v.

¹⁸³ Idem. *Estatutos da SMPAI*, 18/2/1929. Art. 34, 51 e 59, p. 22, 26-28.

presença de doutrinas subversivas, mas estabelecia a expulsão para os que tentassem introduzir política no meio social dos artistas e operários.¹⁸⁴ De todo modo, é possível notar que as exigências das associações aos candidatos a sócios eram extraídas de um campo moral e ético que primava pela honestidade, pela saúde e pela dedicação ao trabalho, furtando-se de tomar por referência identidade de classe que estivesse ligada às tradições de militâncias de tendências de esquerda.

Cabe dizer que os princípios de “bons cidadãos” das sociedades operárias eram cultivados num terreno moral e ético compartilhado pelas classes dominantes. De modo ambivalente, os trabalhadores sócios operavam valores de ordem e de civilização da República brasileira em seu favor, procurando apresentar-se como força coletiva organizada, sadia e ordeira. Esta condição anulava a prática corriqueira das classes dominantes de lidar com a pobreza apenas com a repressão policial, pois os operários organizados se distanciavam da insubordinação política dos anarquistas ou socialistas e dos estereótipos que marcavam a população de miseráveis. Nesses casos, por dentro da vontade senhorial das autoridades republicanas, as associações abriam campos de atuação para trabalhadores numa posição intermediária entre os empobrecidos miseráveis e os ricos privilegiados. Em 1924, por exemplo, a Sociedade Monte Pio foi convidada pela Intendência de Itabuna para discutir o problema da carestia dos preços. Era demonstração de reconhecimento dos poderes públicos da força coletiva que os artistas haviam alcançado na cidade.

O preço dos gêneros de primeira necessidade havia aumentado significativamente na feira de Itabuna em julho de 1924. A farinha, um dos principais produtos cotidianos, era vendida pela razão de 2 para 3 litros por 1\$000 (hum mil réis), quando em geral, o valor não chegava a 500 réis. Para completar, o cel. intendente elevou as taxas de licenças profissionais para feirantes, o que resvalou decisivamente nos preços. Para solucionar a situação, a Intendência e o Conselho Municipal criaram uma comissão especial para debater a carestia da vida, que contou com os representantes do operariado Flaviano Moreira e Júlio Santos. Nos debates com os poderes públicos, os diretores do Monte Pio propuseram que o governo federal, por intermédio dos deputados da região, subsidiasse a importação de gêneros alimentícios de outras regiões com a isenção de impostos para a Estrada de Ferro e as companhias de navegação. Segundo eles, sem a cobrança dos impostos das empresas de transportes, os valores da farinha, do arroz, do feijão, entre outros advindos de fora da região,

¹⁸⁴ *Estatutos da UPAOI*, 1922, revisado em 13/11/1949, p. 12.

se reduziriam para os pequenos negociantes da praça, que repassariam a baixa aos consumidores.¹⁸⁵

A proposta dos diretores da SMPAI foi aprovada na comissão dos poderes municipais, o que indicava o prestígio da associação de artistas. Porém, distanciava-se da realidade do restante dos trabalhadores da feira. Enquanto os diretores da sociedade dialogavam com a Intendência, os feirantes enfrentaram as determinações de cima para baixo do cel. intendente José Kruschewsky. O chefe da cidade havia ordenado a redução do preço da farinha, tendo autorizado que a fiscalização municipal interviesse contra aqueles que contrariassem o tabelamento. Por consequência, os vendedores ambulantes em desacordo com as instruções do poder público, entraram em confusão e provocaram desacatos e agressões contra os fiscais. Segundo o jornal *O Dia*, “poderia ter se registrado consequências muito mais graves”, “ficando em prisões, sustos e... meia hora de amargas correrias”.¹⁸⁶ Não sabemos de que forma o conflito entre os trabalhadores da feira e a Intendência repercutiu entre os diretores da Sociedade Monte Pio. No entanto, o episódio sinaliza que a questão social era tratada de forma diferenciada, de acordo com o extrato dos trabalhadores. Enquanto os representantes do associativismo operariado foram tratados com distinção pelas autoridades, os feirantes foram reprimidos pela polícia por brigarem pela liberdade de comércio em Itabuna.

Ao adotarem uma identidade voltada para os valores de laboriosidade e de ordem, estes trabalhadores do florescente associativismo do Sul da Bahia sabiam que, rejeitadas as hipóteses de embates e outras formas radicais de enfrentamento, suas esperanças de prosperidade dependiam do grau de relacionamento que mantivessem com as autoridades e os poderes públicos.¹⁸⁷ Por isso, numa sociedade excludente e sob a vigência de uma lógica de dominação assentada na suspeição generalizada em relação aos subalternos empobrecidos, não era contraditório que artistas e operários das agremiações interessados em alcançar suas demandas específicas, compartilhassem crenças e valores que aos olhos contemporâneos seriam classificados como conservadores. As próprias organizações operárias tratavam de disciplinar seus sócios conforme os padrões de honestidade e de civilidade dos tempos republicanos. A Sociedade União Operária dos Estivadores em Ilhéus (SUOEI), fundada em 1918, previa punições aos que “desobedecerem ou menoscabarem qualquer membro da

¹⁸⁵ IGHB. *O Dia*, 19/7/1924, ano V, n. 264, p. 1.

¹⁸⁶ Idem. *O Dia*, 12/7/1924, ano V, n. 263, p. 1.

¹⁸⁷ Esta interpretação é influenciada pelos estudos que vêm encontrando numerosas maneiras de examinar as iniciativas dos de baixo de explorar caminhos alternativos de crenças e de valores para sua sobrevivência, sem desconsiderar a opressão e a lógica de dominação às quais os sujeitos estão impostos. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 47.

diretoria”; aos que “perturbarem a ordem no recinto social e os que questionarem no serviço ou no ponto de trabalho, anormalizando-o”; aos que “fomentarem a discórdia de natureza social e aos que se dedicarem com constância ao alcoolismo”.¹⁸⁸

De acordo com a historiadora Erika Arantes, o trabalho ocasional dos estivadores permitia que eles se movimentassem regularmente entre suas moradias, os espaços públicos e o porto. Por vezes ainda lhes possibilitava descansar, beber ou jogar, enquanto aguardavam o serviço. Tal condição fazia do estivador um alvo frequente da suspeita de vadiagem pela polícia.¹⁸⁹ Na imprensa de Ilhéus encontramos reclamações contra trabalhadores da estiva. Numa delas, os moradores da Rua Tiradentes se queixavam do comportamento de alguns estivadores durante o trabalho e pediam providência às autoridades policiais.¹⁹⁰ Durante a campanha moralizadora promovida em 1928, as investigações procedidas no morro do Alto da Conquista indicaram as residências dos estivadores Quintino de tal e Paschoal de tal como local de jogatina. No imóvel do primeiro foi apreendida uma “mesa grande e larga que dá para uma dúzia segura de ‘pontos’”, prova considerada suficiente para que o delegado Carillo denunciasse os trabalhadores por crime de jogo.¹⁹¹ Diante destes casos, não seria demais pensar que a SUOEI pretendesse prevenir problemas com a polícia ao estabelecer em seus estatutos, punições contra transgressores da ordem.

Em 1928, o assassinato cometido pelo estivador José Vicente Moreira contra o artista Vítor Manoel Ramos expressou os modos com que as agremiações puniam exemplarmente os sócios que transgredissem as leis do País. O crime ocorreu na noite de São João de 1928, no bairro da Conquista, em Ilhéus. Moreira passava pela Rua Terezinha e parou na casa de Maria das Dores. Lá, pediu um copo de água para a mulher, que não pôde atender ao pedido porque o interior da residência estava escuro. Inconformado com a negativa, ele partiu para cima da senhora, decompondo-a com xingamentos. Nesse momento, Lindaura, filha de Maria, assustada com o destempero do agressor, correu até a residência de Vítor Ramos, conhecido carapina da cidade, para pedir socorro.¹⁹² Depois de ter pedido calma ao estivador, Vítor Ramos encarou a ira do agressor, que partiu para cima dele e o assassinou a facadas. José Moreira ainda feriu José Edmar, filho de Lindaura, com um corte no braço. O assassino fugiu ao perceber que diversos populares se encaminhavam para acudir, deixando o chapéu e um

¹⁸⁸ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, ?/9/1919, ano VII, n. 392, p. 3. Documento danificado na datação.

¹⁸⁹ ARANTES, Érika Bastos. Negros do porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910. In. *Trabalhadores na cidade... Op. Cit.*, p. 133.

¹⁹⁰ BPEB. *Diário da Tarde*, 6/11/1929, ano II, n. 504, p. 4.

¹⁹¹ Idem. *Diário da Tarde*, 27/9/1928, ano I, n. 183, p. 1.

¹⁹² Idem. *Diário da Tarde*, 25/6/1928, ano I, n. 108, p. 1 e 4.

cartão de visitas com sua identificação. O crime ganhou contornos dramáticos porque o carapina era bastante respeitado em Ilhéus. Ramos era artista de ofício reconhecido, com 50 anos de idade, casado em segunda núpcias e tinha 12 filhos. Para completar, ele também sustentava a mãe, uma senhora de 78 anos de idade. Outro fator que também deu peso ao episódio foi que ele pertencia a duas importantes sociedades da cidade: a União Protetora e a Sociedade São Vicente de Paula. Seus colegas diziam que era um operário “honesto e trabalhador”, “que sustentava com abnegação de um bom, a numerosa família”.¹⁹³

Em contraste, José Vicente Moreira foi descrito como “estivador brutamontes”, “bárbaro”, “pardo, de estatura regular, trajando sempre uma blusa de marinheiro, calça azul, e trazia sempre consigo uma capa”. Segundo informações da polícia, ele vinha praticando desordens desde cedo no dia de São João, tendo ameaçado Álvaro Adami, empregado no comércio, na Rua do Ceará. É oportuno dizer que além da depreciação do comportamento moral do agressor, associando-o estereótipos de incivilizado e de rude, a polícia reforçou sua cor – “pardo” – algo que não foi feito com a vítima, o que nos faz suspeitar de que a questão racial fosse um componente adicional para referendar o *status* de culpado do estivador.¹⁹⁴

O crime comoveu a população e mobilizou duas das associações proletárias de Ilhéus. De um lado, a União Protetora promoveu o funeral da vítima e se empenhou em pressionar a polícia para que fosse localizado o paradeiro do assassinato, compondo uma comissão com vários nomes importantes da entidade. Já a SUOEI se apressou em desligar José Vicente Moreira dos quadros da sociedade. Para isso, publicou uma declaração com o seguinte teor:

A “Sociedade União dos Estivadores de Ilhéus”, por sua diretoria, infra firmada, afim de evitar temerários juízos em torno do lutuoso acontecimento, da noite de 24 do fluente, em que perdeu a vida o operário Vitor Manoel Ramos, homem por todos os motivos digno e bom, vem declarar que o associado José Moreira, não encontra, por parte da “Sociedade União dos Estivadores” nenhum apoio ao seu indigno ato, roubando a vida do inditoso Vitor Manoel Ramos. Fosse outro o delito cometido por seu ex-sócio José Moreira, certamente a “União”, lhe prestaria a assistência devida. Em se tratando, porém, de um crime nefando e em condições que revoltou toda a sociedade de Ilhéus, esta Diretoria não pode de forma alguma prestar-lhe auxílio e apoio e faz a presente declaração para reafirmar a sua reprovação ao ato de José Moreira¹⁹⁵.

¹⁹³ Idem. *Diário da Tarde*, 25/6/1928, ano I, n. 107, p. 1 e 4.

¹⁹⁴ Idem. *Diário da Tarde*, 26/6/1928, ano I, n. 108, p. 1.

¹⁹⁵ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 28/6/1928, ano VIII, n. 1062, p. 2, e também publicado em BPEB. *Diário da Tarde*, 27/6/1928, ano I, n. 109, p. 4.

Mais do que desligar, a União dos Estivadores ressaltou que a conduta de José Vicente Moreira não era compactuada pelo restante dos sócios da agremiação. Reforçaram também que o assassino era indigno de sua sociedade, cujos princípios levavam em conta a honestidade de seus associados. Em sua defesa, os diretores produziram um discurso afinado com elementos caros às autoridades, não só de combate à violência, mas também de interfaces com os ideais em gestação desde o século XIX, qual seja, o de valorização do trabalho, da disciplina e da dignidade do cidadão.¹⁹⁶ Assim, não foi em vão que a imprensa de Ilhéus elogiou a atitude da SUOEI de recusar qualquer “velado apoio, a mais simples defesa” ou “qualquer amparo”, contra um tipo que era classificado como “odioso e indigno da proteção que a classe dispensa aos seus associados”.¹⁹⁷

Para os trabalhadores, a construção da identidade associativa a partir do valor fundamental do trabalho na dignidade do cidadão se traduzia num capital simbólico crucial para a prosperidade das sociedades mutualistas. Demonstrar as qualidades positivas do coletivo do operariado era um cálculo ambivalente para dialogar com as autoridades compartilhando suas crenças e valores e, dentro do possível, obter a legitimidade necessária para ganhar visibilidade para seus interesses. Escolas, filarmônicas e outras formas de sociabilidade foram demandas alcançadas na medida em que conviviam com chefes oligárquicos, negociantes e fazendeiros, também estes desejosos de se apresentarem generosos e benevolentes com os de baixo. Noutras palavras, é possível dizer que os trabalhadores das associações não se valiam da sua identidade de classe para nutrir, independentemente, um cultura subalterna rebelde, autônoma, voltada para si mesma. Muito menos, estavam preocupados com reforma ou revolução, ou com os padrões de militância do operariado marxista. Antes, pretendiam fazer de suas sociedades “escudos formidáveis” para a sobrevivência e o amparo de seus consócios.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Para Marcelo Mac Cord, disciplina, moralidade e dignidade eram valores de interface entre operários e classes dominantes desde o século XIX, características que ajudavam a definir a identidade coletiva da sociedade de artífices do Recife. MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania... Op. Cit.*, p. 160.

¹⁹⁷ BPEB. *Diário da Tarde*, 28/6/1928, ano I, n. 110, p. 1.

¹⁹⁸ Convém dizer que a história do trabalho não se faz apenas com a concepção tradicional de classe trabalhadora combativa e militante, mas também com aqueles que no lugar de explicitar suas diferenças em lutas, percebem que seus interesses podem ser acomodados habilmente, em combinação com os valores das classes dominantes. Cf. NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. In *Tempo Social*, revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1, junho de 2006, p. 222.

“Ao lado dos desprotegidos”: convivência e reciprocidade

Em 1918, foi fundada a sucursal da Sociedade União Operários Estivadores de Ilhéus (SUOEI), conforme apontamos anteriormente. No entanto, seus estatutos só foram regulamentados em setembro de 1919, quando chegou ao Sul da Bahia Francisco Nonato da Paixão, delegado dos estivadores do Rio de Janeiro. Ao lado de Ananias Tavares, os regulamentos da entidade propunham organizar os trabalhadores que operavam na carga e descarga das embarcações no cais do porto. De início, cabia aos sócios zelar “coletivamente, contribuindo ao seu alcance para o desenvolvimento social” da categoria, respeitando e cumprindo as normas estatuídas. A função da SUOEI era controlar o trabalho de estivagem, restringindo-se apenas à atuação daqueles que se associassem na agremiação com o pagamento de mensalidades. Além disso, era dever dos membros participar das reuniões, acatar as resoluções do conselho deliberativo e exercer os cargos para os quais foram eleitos dentro da entidade.¹⁹⁹ A forma de funcionamento adotada ficou conhecida como *closed shop system*, que se caracterizava pelo monopólio na contratação da mão de obra da estiva.²⁰⁰

O historiador Fernando Teixeira da Silva afirma que o trabalho na estiva era tradicionalmente marcado pela competição, motivo pelo qual as sociedades de estivadores se utilizavam da prerrogativa para limitar e controlar o número de candidatos à profissão.²⁰¹ Além dessa questão, os estatutos previam sanções contra os que desequilibrassem a normalidade do espaço de trabalho. Assim, era proibido a qualquer indivíduo abandonar “o serviço antes da hora regulamentar sem motivos que justificassem”, com exceção dos fumantes quando operassem embarcações com cargas inflamáveis. Do mesmo modo, não era permitido que o estivador sócio dobrasse “os serviços com prejuízo dos seus consócios”, isto é, sem autorização do chefe da entidade. Em adição, qualquer membro que se envolvesse em brigas ou ofendessem a moral por gestos ou palavras, poderia ser multado, suspenso ou até mesmo, excluído. Salvo destas situações, o principal direito dos associados era “receber parte dos lucros extraídos dos serviços” administrados pela SUOEI.²⁰²

Infelizmente, não foi possível encontrar dados precisos sobre a quantidade de estivadores que se abrigaram na SUOEI. No entanto, o censo de 1920 aponta que 470

¹⁹⁹ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, ?/9/1919, ano VII, n. 392. Documento danificado na datação.

²⁰⁰ Para entendimento aprofundado do *closed shop system*, conferir SILVA, Fernando Teixeira da. *A Carga e a Culpa: os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 23; SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*, 2003, p. 190-191.

²⁰¹ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões... Op. Cit.*, p. 191.

²⁰² CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, ?/9/1919, ano VII, n. 392. Documento danificado na datação.

indivíduos sobreviviam desta atividade em Ilhéus. Sabemos que em Salvador, a sucursal contava com mais de 500 filiados, enquanto Caravelas (importante porto do extremo sul com sucursal da estiva) contava com 170 associados, conforme informou o delegado da matriz carioca João Moura Cavalinho em 1930.²⁰³ Convém salientar que boa parte da categoria era composta por homens negros, muito dos quais, segundo Ronaldo Cruz, poderiam ser livres e libertos do mundo da escravidão ou seus descendentes.²⁰⁴ Jorge Amado ao descrever o movimento portuário também se referia a “negros de espantosas corcundas”, “negros de sacos às costas”, que carregavam “cacau para o navio sueco”,²⁰⁵ o que complementa a informação racial sobre este contingente de trabalhadores.

Entre possíveis remanescentes de negros livres e libertos, o fato é que aqueles que trabalhavam no porto se conectaram com os estivadores do Rio de Janeiro para fundar um sucursal em Ilhéus. Como afirma Maria Cecília Velasco e Cruz, sinal de que antes mesmo de 1930, os sindicatos cariocas eram uma referência para operários de pouca experiência organizativa, sediando ou encampando lutas de companheiros de categorias mais fracas ou menos organizadas. Os estatutos publicados para a SUOEI tomavam por parâmetro os regulamentos dos estivadores cariocas, o que explica o modelo de *closed shop system* adotado pelos ilheenses, aplicado no Rio de Janeiro desde o fim da escravidão.²⁰⁶ No entanto, ocorre que a fundação da agremiação em Ilhéus não agradou às companhias de navegação.

Segundo o delegado local da estiva Manoel Nonato Paixão, a Lloyd Brasileiro e a Costeira se tornaram inimigas da corporação, perseguindo-a, “chegando a ponto de recusar para o trabalho daquelas duas companhias os estivadores da sociedade”.²⁰⁷ Tratava-se de um boicote aos que se filiassem a SUOEI, dando serviço apenas para os empregados avulsos. As disputas entre os trabalhadores e os agentes de navegação provocaram até a suspeita de que entre a categoria houvesse comunistas, já que em revide às companhias, os diretores da paralisaram suas atividades.²⁰⁸ No entanto, as acusações foram desmentidas por Paixão, classificando as desconfianças como “calúnias estampadas nas colunas de um intrigante vespertino”.²⁰⁹ De todo modo, o aparecimento do grêmio de estivadores ficou marcado na memória de moradores mais antigos de Ilhéus, como Sá Barreto. Em entrevista, ele se

²⁰³ BPEB. *Diário da Tarde*, 25/6/1930, ano III, n. 683, p. 4.

²⁰⁴ CRUZ, Ronaldo da Lima. *Conflitos e tensões... Op. Cit.*, p. 65.

²⁰⁵ AMADO, Jorge. *São Jorge dos Ilhéus*, 19??, p. 14, 312.

²⁰⁶ Cf. CRUZ, Maria Cecília Velasco. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. In. *Afro-Ásia*, v. 24, 2000.

²⁰⁷ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 27/11/1919, ano VIII, n. 410, p. 2.

²⁰⁸ CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Ilhéus, BA: Editus, 2006, p. 566.

²⁰⁹ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 27/11/1919, ano VIII, n. 410, p. 2.

recordou de que na “fundação do sindicato dos estivadores diziam os antigos que houve uma reação de certos armadores da Lloyd Brasileira, da Costeira”, que até “a polícia queria proibir a reunião deles”.²¹⁰

Passados 9 meses dos primeiros embates entre estivadores e companhias de navegação, as tensões continuavam no porto de Ilhéus. Foi nesse contexto que chegou à cidade o deputado federal Lauro Vilas-Boas, em agosto de 1920. De acordo com o *Jornal de Ilhéus*, periódico vinculado ao PRD, o propósito da visita do parlamentar era “dirimir certas dificuldades, em que esses briosos trabalhadores se encontram em virtude de divergências com o ilustre coronel Luís Pinto, agente das companhias de navegação – Lloyd Brasileiro e Costeira”. Numa recepção requintada, ocorrida na Pensão Fernandes, reuniram-se além de Vilas-Boas, Abdias de Menezes Santos (representante da matriz dos estivadores do Rio de Janeiro), Bernadino Procópio da Silva e Aberlado Costa Pereira (respectivamente, 1º fiscal e secretário da estiva local), o advogado da corporação, Dr. Oscar de Andrade, e o coronel Antonio Pessoa (chefe do partido situacionista na cidade).

Na abertura da reunião, o advogado Oscar de Andrade, em nome dos estivadores de Ilhéus, agradeceu ao deputado Vilas-Boas por ter aceitado intermediar o litígio com as companhias de navegação. Nesse sentido, o bacharel disse que

os estivadores a s. ex. garantiam continuar a proceder, como sempre procederam, defendendo os seus ideais, dentro da lei e dos princípios, sem ódios e prevenções, apoiando as individualidades dignas e prestigiando, em toda a linha, as autoridades constituídas da República. Os estivadores estavam certos de poderem, neste propósito, defender suas ideias e interesses, porque, afinal, a consciência pública, posta ao seu lado, envolveria, num abraço de luz e justiça as que, sem razão, os tomavam por anarquistas e rebeldes²¹¹.

O objetivo do defensor dos estivadores era desfazer qualquer desconfiança de que os trabalhadores tivessem preferências pela rebeldia ou por ideias tidas por subversivas pelas autoridades, protegendo-se de qualquer estigma que os tomassem por “classes perigosas” ou “indesejáveis”. Em sua fala, a categoria é apresentada como cidadãos que lutavam por seus direitos e por suas ideias, dentro da lei e dos princípios que regulavam a sociedade republicana. Convém lembrar que em 1919, várias mobilizações operárias e greves foram deflagradas na Bahia, o que pode ter realçado ainda mais a preocupação de desvincular os

²¹⁰ FREITAS, Antonio F. Guerreiro de. *Sá Barreto*. Testemunhos para a história. Ilhéus, BA: Editus, 2001, p. 113-114.

²¹¹ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 19/8/1920, ano IX, n. 470, p. 2.

estivadores de Ilhéus com algum movimento operário influenciado pelo anarquismo ou pelo socialismo.

Na prática, o que movia a experiência dos SUOEI diante de desacordos com os patrões e os poderes públicos não eram formas de enfrentamento aberto e nem modelos de militância apreciados por diferentes tendências sindicais. Como afirma Leonardo Pereira, “sem romper de uma vez as redes nas quais se sustentavam” as relações de dominação, os estivadores tratavam de “desemaranhar cuidadosamente os fios” de negociação, apresentando-se como cidadãos humildes e ordeiros em busca de um quinhão de cidadania.²¹² Nesse sentido, pressionavam os de cima para que fossem benevolentes com trabalhadores que queriam apenas defender seus ideais e interesses, “dentro da lei e dos princípios”. Sem dúvida, esse trato desestabilizava a prática comum das classes dominantes de reprimir com a polícia os anseios do operariado, forçando as autoridades a intermediar algum tipo de acordo. Foi nesse sentido que o deputado Lauro Vilas-Boas tomou a palavra e se referiu ao caráter relevante do pleito e da postura dos estivadores. Em seu discurso, disse que eles

Não queriam mais do que o reconhecimento dos seus direitos, impondo-se ao mundo, não como uma massa anarquista e dissolvente, mas como uma força construtiva e regeneradora; disse que os seus constituintes, longe de serem elementos de desordem, cooperavam com o governo da República, para que as ideias subversivas não encontrassem entre nós, no Brasil grandioso, aquela repercussão que se fez em outros países, tomados de terror e completamente anarquizados²¹³.

O discurso do parlamentar é revelador de como a estratégia dos estivadores de buscar o intermédio de autoridades para solução de conflitos era exitosa. A SUOEI era apresentada como uma “força construtiva e regeneradora”, que aglutinados em torno de seus direitos, imprimiam sua vontade de contribuir com a República. Diante disso, não havia como negar a justiça e a honestidade das reivindicações dos trabalhadores do porto. Importa dizer que a escolha de Lauro Vilas-Boas de mediar as discordâncias deve ter sido calculada pela categoria, pois ele também era advogado da União dos Estivadores do Rio de Janeiro em 1919, período no qual greves de portuários agitaram a capital federal, conforme aponta Ângela de Castro Gomes.²¹⁴ Aliás, era comum que os bacharéis adotassem as causas das

²¹² Cf. PEREIRA, Leonardo Afonso de M. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora da Perseu Abramo, 2002. Para o autor, a forma pela qual os estivadores resolviam seus conflitos com as autoridades e os patrões era influência dos recursos de negociação e barganha com os quais os negros cativos lutavam contra a escravidão por dentro da vontade senhorial, p. 88.

²¹³ Idem. *Jornal de Ilhéus*, 19/8/1920, ano IX, n. 470, p. 2.

²¹⁴ GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo... Op. Cit.*, p. 113.

associações operárias em sua trajetória profissional, cujo resultado era que estes mesmo doutores enveredavam pela carreira política e/ou partidária como representantes do operariado.²¹⁵ Este parece ter sido o caso de Vilas-Boas, que como se vê, era respeitado por trabalhadores e por autoridades.

Procurando evitar que os enfrentamentos se tornassem agressivos, a SUOEI cuidava para que as relações de trabalho no porto de Ilhéus não se tornasse uma questão de polícia. Com pouco tempo de organizada e já enfrentando a resistência do patronato, restava aos diretores da estiva elaborar táticas de se consolidarem por dentro do sistema de dominação da República brasileira. Por isso, não havia contradição dos estivadores em buscar o apoio e a mediação de lideranças políticas das oligarquias na hora de solucionar seus problemas. O que importava era garantir o direito de associação, de fortalecer os laços de solidariedade, de autoproteção e, no caso específico dos estivadores, o controle do próprio mercado de trabalho. Por outro lado, restava aos chefes e às autoridades elaborar uma política de convivência com esta força coletiva emergente no Sul da Bahia, cujos tratos envolviam relações de reciprocidade entre ambos. Aproximar-se do operariado poderia ser rentável também para as classes dominantes. De tal modo, depois de agradecer as homenagens, Lauro Vilas-Boas sugeriu que os homens da estiva se aliassem com o cel. Antonio Pessoa, “colocando-se à sua sombra de homem útil e dos mais prestigiosos do estado, político cujo ideal se consubstanciava no programa de ordem e de progresso, de confraternização e de amor, que era a bandeira incorruptível do grande estadista, J. J. Seabra”.²¹⁶

Aproveitamento da oportunidade, o chefe da oligarquia situacionista de Ilhéus se pronunciou acerca da condição dos estivadores, tratados em suas palavras por “homens livres da República”, frisando que em

toda a sua vida era um atestado do seu amor pelos humildes. Fora abolicionista convencido e não se humilhava, quando tinha entre as suas as mãos de um escravo. Como seria possível que agora, quando de amor mais experiência lhe trouxeram, conhecendo os homens e as coisas, haveria de recusar a homens livres e honrados, como os estivadores, o seu humilde, mas sincero concurso? Com a lei e com a justiça estaria ao lado do desprotegido

²¹⁵ Sobre a atuação de advogados, rábulas e intelectuais no cenário associativo dos trabalhadores durante a I República, sugiro a leitura de MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes*, um tribuno da República. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007, p. 111. A opção pela legalidade de sindicatos no Rio de Janeiro, por exemplo, abriu espaço para que jovens advogados se sobressaíssem profissionalmente como defensores da causa operária e populares, entre eles, Evaristo de Macedo, estudado pela historiadora. Porém, é possível referir-se nesse quadro, sobre Agripino Nazareth, Manuel Querino e Cosme de Farias.

²¹⁶ CEDOC/UDESC. *Jornal de Ilhéus*, 19/8/1920, ano IX, n. 470, p. 2.

da sorte, que eram, não somente os estivadores de Ilhéus, mas os operários em geral²¹⁷.

Utilizando-se do passado, o cel. Antonio Pessoa recuperou uma suposta trajetória abolicionista no fim do século XIX para tratar de seu apreço pelos de baixo. Em paralelo, justificava sua postura condescendente e fraterna com a condição dos estivadores em Ilhéus. Embora se saiba hoje que além de ter tido escravos e de ter aderido ao abolicionismo nas vésperas do fim da escravidão, Pessoa procurava traçar um percurso histórico de simpatia e de benevolência com as causas operárias e populares.²¹⁸ É provável que ele estivesse falando para um público formado ainda por ex-escravos ou por seus descendentes, de tal modo que ativar a memória abolicionista poderia cativar muitos dos que estavam ali presentes. Indício de como as lembranças da luta pela liberdade ainda estavam ativas após 30 anos de República e trabalho livre. Reconfigurados no tempo, os anseios dos operários negros convertiam-se na defesa dos seus ideais e interesses em torno da SUOEI.

Para Antonio Pessoa, a emergência dos estivadores (e provavelmente das demais associações de trabalhadores) era evidência de que acompanhar as iniciativas do de baixo tornava-se essencial para manter a política de dominação. Nesse sentido, estar “ao lado do desprotegido da sorte” significava que as classes dominantes buscavam – e até estimulavam – as formas de associação operária, desde que considerassem aceitáveis para os padrões da Primeira República brasileira. Em geral, chamavam estes trabalhadores de “honrados” e “legítimos”, exatamente porque poderia haver formas inconvenientes de organização (seriam comunistas? Especulava-se na imprensa de Ilhéus). O fato é que convinha estabelecer uma política de convivência com os destituídos, de modo a criar relações de dependência que lhes garantissem certo controle sobre suas iniciativas. Em imitação do abolicionismo que expressava o desejo pelo fim da escravidão sem a participação dos escravos, o cel. Pessoa talvez se interessasse em garantir que as sociedades operárias defendessem seus direitos sem o consórcio ativo dos trabalhadores.²¹⁹

²¹⁷ Idem. Ibidem, p. 2.

²¹⁸ Para o historiador Ronaldo Cruz, o abolicionismo de Antonio Pessoa teria sido tímido se comparado às campanhas de outros centros do País. Além disso, reitera que o coronel tenha apenas utilizado as campanhas abolicionistas para depreciar seus opositores políticos, desprezando o compromisso com os escravos. Cf. CRUZ, Ronaldo Lima. *Conflitos e tensões... Op. Cit.* Já a historiadora Mary Ann Mahony sinaliza a tradição de operar a memória e a história em favor de um mito em que se nega o uso do trabalho cativo nas fazendas das oligarquias sob a influência da família Pessoa. Cf. MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. In. *Especiarias – caderno de Ciências Humanas... Op. Cit.*, p. 779.

²¹⁹ Sobre o abolicionismo na Bahia, Cf. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 83. A historiadora destaca que “cabia ao

Noutra dimensão de interpretação, a disponibilidade e a cordialidade de Antonio Pessoa contribuíam para a confecção de uma imagem senhorial com que, ciente das necessidades dos de baixo, utilizava-se de sua autoridade para mediar as causas operárias para demonstrar benevolência. Nesses termos, do alto de sua hierarquia, como numa cena dissimulada, o chefe concede o direito de reivindicar dos estivadores em tom de favor sem quebras de dominação. Como afirma Sidney Chalhoub, “os sujeitos do poder senhorial *concedem*, controlam uma espécie de *economia de favores*, nunca cedem a pressões ou reconhecem direitos adquiridos em lutas sociais”.²²⁰ Para Marcelo Mac Cord, era interessante aos governantes incensar as organizações proletárias desde o século XIX, tornando-as exemplos de disciplina, morigeração e de ordem para uma crescente mão de obra livre e pobre que emergia nos cortiços, nos portos e espaços públicos da cidade.²²¹

Ao que parece, as atividades do porto foram retomadas no dia seguinte, desta vez com a SUOEI coordenando os serviços no cais e nos armazéns. Os estivadores perceberam que, antes de explicitar suas lutas em embates abertos e conflituosos, seus interesses poderiam ser correspondidos por intermédio do deputado Lauro Vilas-Boas e do cel. Antonio Pessoa. Melhor para a categoria que souberam destrinchar seu poder de pressão junto às autoridades e escaparam da repressão aberta dos patrões e da polícia, voltando ao trabalho sem lesões, demonstrando em seu primeiro ano de fundação o que seriam capazes de fazer no futuro. Saíram-se vitoriosos, afinal, sua agremiação não só foi mantida, como se tornou uma das principais referências agremiativas do Sul da Bahia até os dias de hoje.

Além dos estivadores, também os empregados no comércio mereceram a atenção dos de cima ao inaugurarem sua associação de classe em 5 agosto de 1920. No *Jornal de Ilhéus*, a iniciativa foi associada ao fato de que “numa praça de comércio tão importante como a nossa, a falta de tal agremiação, defensora dos interesses da grande classe caixeiral, era uma verdadeira lacuna, uma necessidade imprescindível”. Em acréscimo, foi destacado que na direção da Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus (AECI), estava um “punhado de moços inteligentes e distintos que tomaram aos ombros a nobre empresa”, frisava o periódico situacionista do PRD.²²² De fato, a dinâmica comercial e urbana de Ilhéus se traduzia em números nos anos 1920. De acordo com o Anuário Estatístico de 1923, era a cidade de maior circulação de capital do interior da Bahia, perdendo apenas para a capital –

movimento abolicionista instituir-se como salvação possível para o drama dos escravos, reforçando a ideia da tutela indispensável que lhes deveria ser assegurada sobre os libertos”.

²²⁰ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador... Op. Cit.*, p. 60 (grifos do autor).

²²¹ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania... Op. Cit.*, p. 37.

²²² CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 16/10/1920, ano VIII, n. 399, p. 2.

Salvador. Eram 455 estabelecimento comerciais, o que superava os números de Feira de Santana, São Félix e Santo Amaro, centros importantes do Recôncavo Baiano.²²³ Em 1932, o número de casas de comércio saltou para 732, crescimento relevante, apesar dos efeitos da crise de 1929.²²⁴ Todos estes números despertavam a vaidade dos memorialistas locais ao dizer que Ilhéus “metia inveja a muitas capitais” em função dos bancos, agências, firmas, cinemas e confeitarias.²²⁵

Os dados também evidenciam a quantidade de pessoas que trabalhavam no setor do comércio. De acordo com o censo de 1920, 1126 cidadãos eram empregados no setor, informação expressiva para os padrões de Ilhéus. Por isso, ao publicar seus estatutos, havia prognósticos de que a AECI representaria “um impulso formidável” para “os moços esforçados que se preocupam em assegurar o futuro”. Para o *Jornal de Ilhéus*, “os dignos rapazes que, em movimento refletido”, deram um “passo para o progresso não só das classes, mas também moral e social”.²²⁶ Devemos notar como “moço do comércio” ou “rapazes dignos” são termos reiteradamente utilizados pelos veículos da classe dominante para designar os caixeiros. De acordo com Mario Augusto Santos Silva, o emprego de meninos e de adolescentes era uma prática generalizada nas praças comerciais do País.²²⁷ Em Ilhéus, os censos de 1940 indicam que mais de 1367 funcionários de estabelecimentos tinham entre 10 e 30 anos de idade.²²⁸

No entanto, não era somente a condição de jovens trabalhadores que explicava as designações de “moços do comércio” ou “rapazes dignos” feitas pela imprensa e pelas autoridades. Tais designações também refletiam a retórica de autoridades e de chefes para tratar os membros da nova agremiação, procurando estabelecer laços de cordialidade e de dependência com a categoria. Nesse sentido, a historiadora Fabiane Popinigis destaca que as denominações “moços” ou “rapazes” estavam associadas ao discurso paternalista, com que, os patrões e os governantes incutiam o perfil de “bons”, “sadios” e “honestos” funcionários, visando “mantê-los na legalidade e afastá-los do movimento operário radical”.²²⁹ Do ponto de vista das autoridades políticas e dos chefes de trabalho, talvez este fosse o meio mais diplomático para reconhecer o lugar de subalternidade que os caixeiros ocupavam,

²²³ IGHB. *Anuário Estatístico da Bahia – 1923*, 1924.

²²⁴ Idem. *Anuário Estatístico da Bahia*, 1933.

²²⁵ CAMPOS, João da Silva. *Op. Cit.*, p. 609.

²²⁶ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 14/11/1920, ano IX, n. 476, p. 3.

²²⁷ SILVA, Mario Augusto Santos. *Casa e Balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1920)*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 28-32.

²²⁸ BRASIL/IBGE. *Recenseamento geral do Brasil*, 1940.

²²⁹ POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007, p. 131.

demonstrando sua condescendência paternal em troca de fidelidade. Em oposição, qualquer empregado que quebrasse essa hierarquia, incorreria no risco de ser estereotipado e enfrentar muitas dificuldades para trabalhar.

Em 1923, a AECI se definia como uma organização “beneficente, de instrução comercial e de previdência individual e de classe”. Entre os benefícios, seus associados poderiam dispôr de aulas de português, aritmética, francês, inglês e escrituração mercantil, destinadas aos consócios e aos filhos desses. Por alguns anos, a associação também disponibilizou assistência médica com o Dr. Enoch Carteador, que em função de seus relevantes serviços era sócio benfeitor; e de assistência jurídica, exercida pelo bacharel João Diogo Sá Barreto.²³⁰ Como se nota, ao lado das outras associações operárias, também a AECI compartilhava dos princípios da beneficência e do assistencialismo típicos do mutualismo. Mais do que qualquer ideologia de esquerda pautada em ação direta ou reformismo, era a expectativa de encontrar proteção e amparo contra a pobreza extrema que motivava a formação de agremiações em Ilhéus e Itabuna na década de 1920.

No entanto, a agremiação dos caixeiros também enfrentava dificuldades para manter suas atividades. Em geral, um empregado no comércio tinha jornadas excessivas de trabalho, baixa remuneração e condições sociais adversas, que lhes impediam de se dedicar com maior afinco à AECI. Em função disso, era comum encontrar em cargos de diretoria indivíduos que não eram trabalhadores, mas sim, negociantes de casas comerciais. Em boa parte da década de 1920, revezaram-se na presidência da sociedade Abílio Guedes do Rosário, Edylio Ribeiro, Nelson Schaun e Dario Passos. Abílio Rosário e Edylio Ribeiro eram comerciantes e Schaun era professor. Destes, apenas Dario Passos era funcionário, mas ocupava o cargo de gerente em firma que não foi possível identificar. As eleições de negociantes para cargos de diretoria nem sempre eram tranquilas, tendo enfrentado a oposição de caixeiros que acreditavam que sua principal agremiação deveria ser conduzida por sujeitos da categoria.

Em 1924, depois de se reeleger pela terceira vez presidente, Abílio Guedes do Rosário foi alvo de denúncias graves por parte de sócios da AECI. Ele tinha vencido uma eleição disputada com seu principal opositor – Dario Passos – mas apesar disso, parte da diretoria renunciou pouco tempo depois da sua posse, o que indicava as tensões internas na agremiação.²³¹ Em abril, José R. Costa e Nicanor Oliveira acusaram Rosário de ter desfalcado financeiramente o caixa da instituição através do jornal *O Comércio* (imprensa de oposição

²³⁰ FCM. SOUZA, Raimundo B. *O livro de Ilhéus: colaboração do município para o progresso geral do estado da Bahia*. Rio de Janeiro: Tip. Lincoln, 1923, p. 40.

²³¹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 19/1/1924, ano IV, n. 396, p. 1.

política pertencente ao banqueiro Misael Tavares). Segundo eles, este foi o motivo para o atraso do começo das aulas mantidas pela associação.²³² Em resposta, o presidente criou uma comissão de sindicância formada por Nelson Schaun, Hugo Gavazza e Arthur Barroso para averiguar a veracidade das denúncias. Em parecer publicado pelo *Correio de Ilhéus* (periódico situacionista), a comissão alegou que muitos consócios haviam deixado de pagar suas mensalidades, razão que provocou uma queda na receita da entidade. Em complemento, os sindicantes avaliaram que as condições financeiras da AECI eram satisfatórias por conta da condução da diretoria para solucionar os problemas verificados com a diminuição de rendimentos. Em conclusão, a comissão recomendava a eliminação dos sócios por promoverem o “descrédito da associação”.²³³

Em julho de 1924, o caso ainda repercutia na diretoria da AECI e resvalava na imprensa. Pelo *Correio de Ilhéus*, o diretor Abílio do Rosário afirmava que após “medida enérgica” contra os “que não trabalhavam pelo progresso moral e material da classe” e “assolavam o desmantelo futuro da Associação”, o cotidiano da associação havia voltado ao normal, de modo que “suas aulas têm funcionado proveitosamente e suas sessões realizam-se com regularidade”. Previam também a compra do seu prédio social. Contudo, durante as comemorações do dia do caixeiro de 1924, já no mês de outubro, as divergências figuraram novamente no grêmio caixeiral. Pelo *O Comércio* circularam informações de que ao contrário de Salvador e do Rio de Janeiro, onde as festas da categoria seriam grandes, em Ilhéus, os presidentes e vice-presidentes “que nem pertencem à honrada classe dos empregados no comércio, estão cavando a desmoralização do utilíssimo grêmio”.²³⁴

Em resposta, a diretoria afirmava que “conquanto não pudessem solenizar condignamente, como era do seu melhor desejo”, haviam transmitido telegramas para as congêneres do Rio e da Bahia com moção de solidariedade pela reivindicação de tornar feriado nacional o dia do caixeiro. Em complemento, informava ter nomeado uma “comissão para se entender com os poderes constituídos a fim de ser transformado em lei [municipal] o dia consagrado aos caixeiros”. Em comentário, o *Correio de Ilhéus* elogiou a iniciativa da “laboriosa diretoria”, apesar das “aleivosias injustificáveis que, de quando em quando, surgem em seu torno”.²³⁵

²³² Idem. *Correio de Ilhéus*, 20/3/1924, ano IV, n. 421, p. 2.

²³³ Idem. *Correio de Ilhéus*, 15/5/1924, ano IV, n. 444, p. 3.

²³⁴ BPEB. *O Comércio*, 31/10/1924, ano VIII, n. 1509, p. 1.

²³⁵ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 30/10/1924, ano IV, n. 515, p. 2.

As trocas de acusações através do *Correio de Ilhéus* e do *O Comércio* sugerem que as disputas internas da AECI resvalavam também nos embates políticos oligárquicos do município. Nota-se que os negociantes que ocupavam a diretoria do grêmio caixeiral falavam por meio do periódico situacionista, comandado pelo cel. Antonio Pessoa, chefe do PRD até 1924. Em contrapartida, os opositores internos encontravam eco no jornal do cel. Misael Tavares, banqueiro que se tornou adversário político da família Pessoa depois das eleições presidenciais de 1919. Sinal de que em maior ou menor medida, as disputas oligárquicas ganhavam coloridos proletários no interior do associativismo dos de baixo em Ilhéus. Levando isso em consideração, talvez possamos refletir melhor sobre o porquê de negociantes, coronéis e intelectuais buscarem se articular com seus subalternos e suas práticas associativas. Que necessidade sentiam de se relacionar com caixeiros, já que a Primeira República era permeada pelo autoritarismo, pelo voto de cabresto e pelo mando das classes dominantes?

As disputas nas eleições para o biênio 1926-1927 contribuem para esclarecermos algumas das questões acima. No biênio anterior, Dario Passos havia sido eleito para presidente da AECI e, por funções do cargo, convocou os sócios para o pleito eleitoral alertando para que “cada um saiba compreender a grande necessidade de se agir com critério e alto senso, em bem dos interesses vitais da classe”.²³⁶ O resultado da votação deu a vitória novamente a Abílio Guedes do Rosário. Poucos dias depois, o *Pequeno Jornal* publicou uma reportagem extensa sobre irregularidades nas eleições do grêmio caixeiral, afirmando que a votação teria ocorrido de modo clandestino para reconduzir patrões de casas comerciais aos cargos mais importantes. Por esse motivo, os sócios pretendiam obter a anulação do pleito e a realização de novo sufrágio.

Em meio ao efervescente debate no grêmio caixeiral, havia chegado a Ilhéus o deputado João Mangabeira. Liderança política tradicional desde os tempos em que foi intendente municipal, em 1908, Mangabeira visitava o município frequentemente para renovar os vínculos com sua base política na Bahia. Em março de 1926, aproveitou para visitar amigos, correligionário e sociedades de que era sócio benemérito. Foi assim que o parlamentar tomou conhecimento da situação da AECI, associação da qual era patrono e na qual estava o seu retrato pendurado na galeria de honra. Ao tomar ciência da situação, João Mangabeira convocou os líderes das duas correntes que disputaram a diretoria para uma

²³⁶ Idem. *Correio de Ilhéus*, 12/1/1926, ano V, n. 698, p. 3.

reunião em sua própria residência para solucionar o conflito interno da entidade.²³⁷ Aos presentes, propôs o acordo para que as eleições fossem anuladas e nova votação fosse realizada. Em tom de *ultimatum*, o deputado sentenciou aos caixeiros que seria isso ou abandonaria a associação a sua própria sorte. Apesar da reação do grupo de patrões, os presentes aceitaram a proposição.²³⁸

O novo resultado manteve a vitória de Abílio Guedes do Rosário, representante dos patrões, segundo o *Pequeno Jornal*. O periódico era gerenciado pelo redator José F. de Oliveira, que também era sócio benemérito da AECI e, por isso, publicava questões internas da entidade.²³⁹ Aliás, até 1927, o jornal insistia que a associação era controlada pelos patrões e, por fazer oposição, José de Oliveira terminou sendo excluído do quadro de sócios pelos seus adversários vitoriosos.

De todo modo, os conflitos no interior da AECI tornavam as relações mais claras entre as lideranças dos caixeiros e os personagens políticos das oligarquias na Primeira República. Importa considerar que numa cidade em que o comércio era uma atividade vital, fazia sentido acompanhar de perto as movimentações de uma associação que mobilizava uma força coletiva proeminente em Ilhéus. Ao trazer para sua residência os embates de dois grupos políticos que disputavam a sociedade caixeiral, João Mangabeira dava demonstração de como fazer uma política de domínio que garantia a subordinação dos seus dependentes. De modo parecido, talvez fosse rentável para os patrões e os negociantes locais garantir uma associação para os caixeiros, evitando que estes fizessem parte da diretoria. Em síntese, uma estratégia de produção de dependentes por parte da classe dominante, visando manter a disciplina e a laboriosidade entre os trabalhadores.

Em contraposição, os caixeiros não viam contradição em procurar o deputado João Mangabeira para intermediar seus conflitos internos. Por sinal, era comum que os trabalhadores vissem em deputados e chefes políticos árbitros capazes de conciliar interesses em disputas. Para João Mangabeira, os tempos em que advogara em defesa de causas de gente humildes em Ilhéus podem ter contribuído para que os empregados no comércio o tivessem como patrono de sua associação. No Rio de Janeiro, os caixeiros cariocas também cultivavam boas relações com governantes e parlamentares municipais e federais para intermediar seus interesses, conforme analisa a historiadora Fabiane Popinigis. Segundo ela, “isso não deve ser

²³⁷ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 6/3/1926, ano V, n. 719, p. 3.

²³⁸ IGHB. *Pequeno Jornal*, 13/3/1926, ano II, n. 92, p. 2.

²³⁹ Politicamente, o jornal não aderiu à política municipal comandada pela família Pessoa, mas mostrava-se aliada do Partido Republicano da Bahia (PRB) e do calmonismo a partir de 1926, cuja liderança estava a cargo também do deputado federal João Mangabeira.

interpretado como apatia, sujeição ou passividade, mas como resultado de escolhas relacionadas a determinadas estratégias de luta”.²⁴⁰ No caso da AECI, a intervenção de Mangabeira era uma evidência de que havia um setor de trabalhadores do comércio insatisfeito com a presença de patrões e de negociantes nos cargos de direção da sua sociedade.

Os caixeiros que faziam oposição aos patrões dentro da AECI saíram derrotados em 1926. No entanto, no ano seguinte, conseguiram eleger uma diretoria composta apenas por empregados. Em nota, o *Pequeno Jornal* exaltava a “nova fase de respeito e de observância dos princípios”, elegendo uma diretoria “exclusivamente de sócios não patrões”. Concluiu afirmando que os negociantes faziam o “papel de coveiro” da sociedade, jogando-a em “descrédito social a largos passos”.²⁴¹ Numa de suas medidas, restituíram o título de sócio benemérito a José F. de Oliveira e continuaram sendo uma das bases do deputado João Mangabeira, conforme no capítulo seguinte.²⁴² Para Mangabeira e outros chefes políticos, não convinha fechar os olhos para o associativismo dos de baixo, ao contrário, era imperioso cativá-lo e até estimulá-lo em suas iniciativas, desde que não rompessem com as hierarquias sociais, que não quebrassem os rumos da vontade senhorial. Por outro lado, para os caixeiros importava é que a sociedade fosse dirigida por seus iguais, ainda que tecendo laços de dependência com chefes políticos, mas garantindo a sobrevivência de uma organização que lhes possibilitava proteção e instrução. Era isso ou talvez a humilhação da pobreza e do desamparo no excludente mundo da Primeira República no Brasil.

Festas, lazer e sociabilidades

Em boa medida, o associativismo mutualista do Sul da Bahia se desenvolveu na perspectiva de evitar um destino de pobreza e de desamparo entre os trabalhadores. No entanto, engana-se quem acredita que as necessidades estavam restritas apenas a assistências previdenciárias, médicas ou jurídicas. Em paralelo, havia interesses também em lazer, esporte e outras práticas de sociabilidade. Tais demandas catalisavam indivíduos em torno de bandas musicais, excursões às cidades vizinhas e festividades. Por isso, as funções das sociedades operárias se ampliavam para fundação de filarmônicas e promoção de atividades lúdicas. Na

²⁴⁰ POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca... Op. Cit.*, p. 60.

²⁴¹ IGHB. *Pequeno Jornal*, 25/2/1927, ano III, n. 213, p. 1.

²⁴² Idem. *Pequeno Jornal*, 23/4/1927, ano III, n. 230, p. 1.

esteira disso, a Filarmônica Euterpe Itabunense (FEI) foi fundada pela Sociedade Monte Pio em 1925.

Desde 1922, os diretores da SMPAI se interessaram pela criação de uma banda musical que servisse de escola para sócios, filhos e crianças pobres da cidade.²⁴³ Diante das condições financeiras e das dificuldades de encontrar maestro profissional, a FEI só foi inaugurada em 1925, paraninfada pelo deputado estadual Ruffo Galvão, pelo coronel Miguel Moreira e suas respectivas esposas. O dia escolhido foi o dia 7 de setembro, feriado da Independência do Brasil, data que também representava os valores patrióticos cultivados pela sociedade dos artistas. Por coincidência fúnebre, a primeira apresentação pública da filarmônica ocorreu na inauguração do cemitério Campo Santo, na presença do coronel intendente, autoridades locais e imprensa.²⁴⁴ De qualquer modo, a criação de um grupo musical simbolizava os esforços da Sociedade Monte Pio de disciplinar seus consócios em torno de atividades consideradas úteis e sadias. Era uma prova de que o valor do trabalho era também enaltecido por outros tipos de instrumentos, como a música, como afirma a historiadora Claudia Viscardi.²⁴⁵



Figura 10 - Fotografia dos músicos da Filarmônica Euterpe Itabunense, 1930. Fonte: ASMPAI.

²⁴³ ASMPAI. *Livro de atas da Assembleia Geral da Soc. Monte Pio dos Artistas de Itabuna*, 25/4/1922. f. 27-29.

²⁴⁴ CEDOC/UESC. *A Época*, 12/9/1925, ano VIII, n. 43, p. 1. ASMPAI. *Livro de Álbum Social da SMPAI*, 7/9/1925. f. 28v-29.

²⁴⁵ VISCARDI, Claudia M. R. O ethos mutualista: valores, costumes e festividades. In. *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (Séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2014, p. 200.

Além dos recursos da SMPAI, a FEI também contava com o apoio de agremiações paralelas formadas por mulheres. Neste caso específico, havia o Comitê Feminino Pró-Euterpe Itabunense, que se responsabilizava pelo fardamento da banda. Para angariar fundos, esposas de fazendeiros e de negociantes, senhoras de associações de caridade e voluntárias arrecadavam contribuições financeiras por meio de quermesses, “livro de ouro” e rifas. Este era o caso de Laura Conceição, Alice Santana, Alzira Franco, Idalina Correia, homenageadas com o título de sócias beneméritas da FEI pelos diretores da Monte Pio em função da confecção do fardamento de casimira azul que seria apresentado em novembro de 1926.²⁴⁶

Havia também mulheres de coronéis e de lideranças políticas que patrocinavam as atividades dos músicos. Entre elas, podemos citar Júlia Kruschewsky, senhora do cel. José Kruschewsky (um dos principais líderes do PRD e intendente de Itabuna entre 1920-1924), que presidia o Clube das Adeptas da Euterpe Itabunense. No período em que dirigiu as “Adeptas”, seu marido viabilizou um empréstimo para a compra de novos instrumentos para a FEI em 1929. A posição de senhora Kruschewsky como madrinha da filarmônica é mais um reflexo das maneiras peculiares com que a economia de favores se processava na política oligárquica do Sul da Bahia. Em acréscimo, os clubes femininos em prol da filarmônica eram um dos poucos espaços de protagonismo de mulheres num meio que era amplamente dominado pelo sexo masculino, como se verificava nas sociedades operárias locais.²⁴⁷

Contando com o auxílio das senhoras abastadas e com os donativos de lideranças políticas, a FEI se tornou o principal instrumento de lazer da SMPAI. Participava das comemorações das principais datas do calendário cívico-religioso, em especial, o dia do padroeiro da cidade (São José), o dia da Independência do Brasil e da Proclamação da República. Também era frequente que a banda musical dos artistas fizesse apresentações em manifestações de caráter partidário, como, por exemplos, recepções, aniversários e posses de autoridades políticas. Em 1º de janeiro de 1926, a Euterpe Itabunense participou na posse do intendente cel. Henrique Alves promovendo uma passeata pelas ruas do paço municipal com final programado na residência do chefe político.²⁴⁸ Semanas depois, recebeu na estação de trem, ao som de “vibrantes partituras”, o governador Góes Calmon que visitava a cidade pela

²⁴⁶ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 13/11/1926, ano VIII, n. 330, p. 1. ASMPAI. *Livro de atas da Assembleia Geral da SMPAI*, 6/8/1926. f. 94v.

²⁴⁷ Para a historiadora Adriana Oliveira da Silva, a atuação das mulheres das classes dominantes em associações de cunho filantrópico e religioso possibilitava que alcançassem a esfera pública em tempos em que muitas ficavam restritas ao domínio privado/doméstico. Cf. SILVA, Adriana Oliveira da. *Damas da Sociedade... Op. Cit.*, p. 40.

²⁴⁸ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 7/1/1926, ano VI, n. 289, p. 1.

primeira vez.²⁴⁹ Essas e outras atuações da FEI mostram que entre o lazer e a sociabilidade, havia também formas de demonstrar suas simpatias políticas no cerne da República oligárquica.

Todavia, o dia do trabalho e sua data de fundação eram as festas principais do calendário festivo da SMPAI. O 1º de maio foi a solenidade mais regular ao longo da trajetória da agremiação. Ao contrário da tradição política de sindicatos anarquistas e socialistas, a data recebia uma conotação de valorização do trabalho como elemento primordial na vida dos cidadãos. Noutra medida, era praxe apresentar os trabalhadores como sujeitos integrantes do “edifício social”, num discurso que salientava a colaboração de classes como princípio de unidade e de solidariedade. Quase sempre os diretores da SMPAI convidavam advogados, professores e intelectuais para falar sobre o passado e o presente do universo dos trabalhadores. Em 1928, o convidado foi o advogado Antonio Gomes Winther, bacharel que escrevia para imprensa local e tinha muito trânsito no PRB (partido que assumiu a hegemonia estadual a partir de 1926, com ascensão do calmonismo). Tratava-se de um ilustrado que pertencia às camadas mais privilegiadas, mas gozava de influência também no associativismo dos artistas de Itabuna.

Em sua conferência, Winther fez uma abordagem histórica sobre o trabalho e os trabalhadores para os sócios da SMPAI e seus familiares, sob os olhares vigilantes do promotor público, Dr. Boaventura Moreira Caldas, e do delegado de polícia, Deocleciano Portela. Entre as sociedades primitivas e os dias contemporâneos, o palestrante alertou sobre “as utopias do comunismo que fez a desgraça da Rússia e está, atualmente, cavando a desgraça da China, pondo em perigo outros países da Europa e da América”. Em contraposição a estas realidades, ele ponderou que os trabalhadores “tem muito pouco a fazer no terreno das reivindicações, pois a República [brasileira] desconhece os foros de nobreza, igualando todos perante a lei”. Exemplificou sua argumentação referindo-se às “melhores leis” do “Código Penal, Código Civil, da Lei de Acidentes no trabalho e de outras leis federais e estaduais”, nas quais residiam, segundo ele, “a felicidade da nação”.²⁵⁰

Por extensão, Winther advertiu os sócios da SMPAI sobre os perigos que poderiam rondar os trabalhadores. Sobre isso, disse:

Cuidado ‘com os perigos da greve’.

Cuidado por quê? Sim, porque podem arrastar os seus adeptos à loucura do ‘anarquismo’. E por que se condena essa doutrina? Justamente porque ela

²⁴⁹ Idem. *Jornal de Itabuna*, 16/1/1926, ano VI, n. 290, p. 1.

²⁵⁰ CEDOC/UDESC. *A Época*, 12/5/1928, ano XI, n. 413, p. 4.

defende o impossível: ‘igualdade absoluta’, ‘igual distribuição de riqueza’ – sonhos irrealizáveis.

Ora, já vimos que a igualdade ‘consiste em aquinhoar desigualdade aos desiguais’. [...] Logo, se a anarquia subverte essa verdade, não deve receber as simpatias da classe operária²⁵¹.

Sobre os “perigos da greve”, o conferencista salientou que o trabalho era a “condição de felicidade”, a “misericórdia divina”, “a verdadeira lei do amor” e, que, para ele, “a felicidade, a riqueza e o bem-estar” eram consequências do “trabalho metódico, do esforço bem orientado, da inteligência e da perseverança”.²⁵² Na prática, Winther expressou as preocupações de patrões e de chefes políticos com as potencialidades subversivas de qualquer ajuntamento operário. Para os de cima, o 1º de maio aparece convertido num data esvaziada do sentido político contestador e azeitada no princípio da valorização do trabalhador ordeiro, disciplinado e morigerado. De acordo com Luciano Guimarães, os proprietários e os governantes evocavam um discurso que representava o trabalhador baiano como “naturalmente cordato e produtivo”. Em contrapartida, estigmatizava como anarquista, subversor ou marxalista aquele que não se encaixasse no perfil delineado pelas classes dominantes ou ameaçasse as hierarquias e a ordem sociais.²⁵³

Por outro lado, é provável que as opiniões proferidas por Winther fossem compartilhadas pelos sócios da SMPAI. Nesse sentido, o convite endereçado aos intelectuais e às lideranças partidárias para proferir palestras em datas solenes denotava também as escolhas políticas das agremiações, como afirma Claudio Batalha.²⁵⁴ Não devemos esquecer que os artistas cultivavam em seu associativismo princípios que tinham por referência o trabalho como fator de distinção social. Ademais, podemos lembrar que seus estatutos proibiam propagação de ideais considerados subversivos, conforme dito anteriormente. Tais questões indicam que a cultura associativa de trabalhadores que se forma em Itabuna (mas também em Ilhéus) não era pura ou genuína, mas construída com intercâmbio de valores com outras culturas, inclusive a cultura dominante. Sob os olhares do delegado e do promotor (ambos presentes na solenidade), os consócios da Monte Pio compartilhavam – sem constrangimentos – valores apreciados pelas classes dominantes para escapar das desconfianças da polícia e, em alguma medida, buscar a respeitabilidade pública dos de cima.

²⁵¹ BPEB. *Diário da Tarde*, 9/10/1929, ano II, n. 483, p. 2.

²⁵² Idem. *Ibidem*, p. 2.

²⁵³ Cf. GUIMARÃES, Luciano de Moura. *As ideias perniciosas do anarquismo na Bahia*. Lutas e organização dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922)(Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2012, p. 139-140.

²⁵⁴ BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In. *Culturas de classe... Op. Cit.*, p. 111.

Estes recursos eram válidos também para outras datas simbólicas do calendário oficial da SMPAI como, por exemplo, a data de seu aniversário.

Entre os empregados no comércio, o calendário da AECI envolvia também o dia do Caixeiro. Há pouco, tratamos das queixas de sócios da agremiação por não terem comemorado o dia 30 de outubro com solenidades em 1924. Nos anos seguintes, foi preciso mais esforços para conseguir fechar as portas das firmas e agências bancárias naquela data. Em 1925, os diretores do grêmio caixeiral distribuíram boletins pelo centro da cidade em que apelavam para “os sentimentos do comércio” a fim de que fosse “facultado aos seus auxiliares o direito de festejar a sua data”. Naquela oportunidade, o comércio amanheceu fechado e houve uma programação especial com direito a passeata pelas principais ruas, tendo a frente seus estandartes e a filarmônica 3 de maio.²⁵⁵

No entanto, os caixeiros não encontraram a mesma facilidade no ano seguinte. Em 1926, a Associação Comercial de Ilhéus alegava que o dia dos comerciários caía no sábado, quando o movimento aumentava consideravelmente, e que, em seguida, haveria outro feriado – dia de finados – motivo pelo qual os negociantes se viam prejudicados pela quantidade de dias paralisados. De outro lado, a AECI solicitou à Intendência Municipal o direito de seguir o que se tem “feito no Rio de Janeiro, na Bahia [entenda-se Salvador] e outros lugares”, “que vão comemorar com júbilo e entusiasmo a passagem do dia 30 do corrente, chamado o dia do Caixeiro”. Em seu favor, argumentavam que o governo federal tinha oficializado a data em “homenagem a esses múltiplos elementos de labor honrado e edificante do país que são os auxiliares do comércio, a cujo número nos orgulhamos de pertencer”. Entre a categoria, havia um sentimento de dignidade e de orgulho que lhes fazia sentirem-se diferentes do restante da classe trabalhadora, o que justificava a criação de uma data específica para homenagear os funcionários do comércio. Desta forma, os diretores apelavam tão somente aos “princípios de justiça” do intendente Mário Pessoa por ter seu pedido aprovado.²⁵⁶

A AECI recorria ao diálogo com os chefes políticos para comprometê-los com seus desígnios. É nesse sentido que diziam acreditar nos “princípios de justiça” de Mário Pessoa, fazendo com que as demandas dos caixeiros parecessem a expressão da vontade do intendente de Ilhéus.²⁵⁷ Como resultado desta ação, o chefe do município determinou que o comércio

²⁵⁵ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 31/10/1925, ano V, n.667, p. 1.

²⁵⁶ Idem. *Correio de Ilhéus*, 26/10/1926, ano VI, n. 811, p. 2; 28/10/1926, ano VI, n. 812, p. 1.

²⁵⁷ Para Sidney Chalhoub, as experiências de subalternos, de subordinados ou dos de baixo indicam que, impossibilitados de lutar abertamente por seus objetivos, tentam obter seus desígnios fazendo com que seus senhores imaginem que é vontade deles, senhores, fazer aquilo que eles, dependentes, querem que seja feito. Mais detalhes em CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis... Op. Cit.*, 58-64.

encerrasse suas atividades ao meio do dia 30, quando se dariam as festividades conduzidas pela sociedade caixeiral. Ainda que não tenham conseguido todo o dia de feriado, o tempo conquistado foi motivo para que os diretores promovessem um ato público na Praça Seabra (de frente para o prédio da Intendência) e uma passeata até o porto da cidade.²⁵⁸

Em 1928, a programação em homenagem aos caixeiros culminou com uma visita da AECI à Itabuna. Naquele ano, os caixeiros de Ilhéus tinha obtido uma vitória importante ao aprovar a lei 357, que regulamentava a Semana Inglesa ou a jornada de 44 horas de trabalho no comércio.²⁵⁹ Entusiasmados com isso, Nelson Schaun, presidente da AECI, explicava que o motivo da visita ao município vizinho era “estreitar os laços de amizades com os coirmãos” e reforçar os “sentimentos de solidariedade” no dia 4 de novembro de 1928. Na programação, constava uma partida de futebol entre os combinados da categoria das duas cidades e um encontro com banquete para confraternizar. Na presença de lideranças partidárias, da imprensa e do intendente de Itabuna, Benjamin de Andrade, os caixeiros promoveram uma passeata pelas ruas do centro até a loja maçônica Areópago Itabunense, local em que foram recebidos pelo Dr. Claudionor Alpoim. Médico respeitado e membro do PRD, Alpoim deu-lhes as boas-vindas e classificou os auxiliares do comércio como “valiosos cooperadores do grande edifício moral da pátria”.²⁶⁰ A passagem pela maçonaria pode ser um sinal de como o associativismo dos trabalhadores tinha conexões com outras formas de cultura associativa. Em seguida, a comitiva se dirigiu ao campo de futebol para a realização da partida.

O “match futebolístico”, talvez apimentado pelas exibições de força de uns contra os outros na tradicional rivalidade entre as duas cidades, terminou empatado em 2 X 2. Resultados à parte, o futebol foi utilizado como combustível para aumentar o clima de festividade e de fraternidade na caravana caixeiral, dada a popularidade do esporte.²⁶¹ Em seguida, a comitiva dirigiu-se à sede da SMPAI, última parada do passeio. Lá, os participantes tratariam da criação da Associação dos Empregados no Comércio de Itabuna (AECITA), com um grupo de auxiliares que já trabalhava com a intenção de fundar uma entidade “protetora e propugnadora dos interesses de classe”, “uma classe distinta, que conta com elementos inteligentes e de valor”, frisava o *Jornal de Itabuna*.²⁶²

²⁵⁸ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 30/10/1926, ano VI, n. 813, p. 2.

²⁵⁹ Falaremos da campanha pela Semana Inglesa e pela jornada de trabalho no comércio no capítulo 4.

²⁶⁰ CEDOC/UESC. *A Época*, 24/11/1928, ano XII, n. 440, p. 1.

²⁶¹ Em Itabuna e Ilhéus, havia a liga de desportos terrestres em que o futebol figura como uma das modalidades mais populares. Havia diversos times, alguns deles derivados de clubes sociais das classes dominantes, alguns das principais firmas e outros avulsos. Para maiores informações, consultar MATTOS, Cyro de. *O velho campo da desportiva*. Brasília, LGE editora, 2010.

²⁶² CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 17/10/1928, ano IX, n. 418, p. 1.

Em Itabuna, havia uma sociedade de caixeiros chamada Grêmio Líteo-Beneficente Caixeiral, cujo presidente era Luiz Romão, fundada em 1916. Porém, a falta de notícias na imprensa nos faz supor que ela tenha desaparecido ainda na década de 1920, deixando um vazio a ser preenchido por uma nova associação. Desde modo, os empregados no comércio de Ilhéus estimulavam o interesse de seus colegas de criar uma congênere em Itabuna. Para a imprensa, “em toda parte os trabalhadores, os operários, os artistas, os auxiliares do comércio – todos enfim se unem na defesa de suas justas aspirações”. Por isso, os “briosos empregados no comércio estão animados a fundar uma associação de classe”, de modo a “imitar seus colegas de Ilhéus, da Bahia e de outras cidades”, cujo fim era se “organizarem para, mais prática e eficientemente, pugnar pelos próprios direitos”.²⁶³

Ao final, a comissão formada por José Kfourri, José Melo Messias e Jovino França havia se responsabilizado por levar adiante a AECITA. No entanto, parece que a iniciativa não vingou, pois não há registro de fundação oficial da agremiação. Na verdade, somente em 1932 se fundaria a Associação Beneficente Caixeiral de Itabuna, organização que mais tarde se transformaria no Sindicato dos Empregados no Comércio de Itabuna, em 1934.²⁶⁴ De qualquer modo, a caravana promoveu muita diversão e fraternidade entre os caixeiros em 1928. Sinal de que lazer e recreação consistiam em fatores de mobilização e de aglutinação para a cultura associativa dos trabalhadores no Sul da Bahia.²⁶⁵

A prática de promover caravanas operárias entre as duas cidades tornou-se recorrente nos anos seguintes. Este era um meio de promover as associações de classe e também de integrar as diferentes categorias. Em 1929, por exemplo, a União Protetora visitou a Sociedade Monte Pio em Itabuna com a justificativa de união das classes. Embora o tema fosse a unidade das agremiações, seu sentido estava mais para troca de solidariedade e exercício de fraternidade por meio de exibições de suas filarmônicas do que a formação de bloco operário militante e disciplinado. Na oportunidade, UPAOI havia recém-fundado a sua banda musical – a Recreio da Protetora – com a ajuda financeira do deputado federal Ramiro

²⁶³ CEDOC/UDESC. *A Época*, 24/11/1928, ano XII, n. 440, p. 1. ASMPAI. *Livro de Álbum Social da SMPAI*, 4/11/1928, f. 87.

²⁶⁴ APMIJD. *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, 24/12/1932, ano II, n. 87, p. 6; *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, 17/11/1934, ano IV, n. 191.

²⁶⁵ Lazer e recreação podiam ser formas de aglutinar trabalhadores em torno de associações e de luta por direitos entre os trabalhadores. Esportes, festas e outras práticas lúdicas eram fatores que atraíam os sujeitos, contribuindo para incrementar os laços de fraternidade e de solidariedades, inclusive em sociedades operárias que não seguiam a lógica de militância padrão dos sindicatos e entidades anarquistas e socialistas. Sobre isso conferir PEREIRA, Leonardo Affonso de M. Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. In: *Tempo*, v. 19, n. 35, Dez. 2013; e LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2011, p. 367 (Cap. 9).

Berbert de Castro (PRB), e, portanto, estava ansiosa para realizar tocatas públicas. Quando chegaram a Itabuna no dia 14 de julho de 1929, os artistas e operários ilheenses foram recebidos pelas FEI e pela Filarmônica Amantes da Lira, com a qual se juntou para percorrer em passeata as ruas da cidade. Eles passaram pela loja maçônica Areópago Itabunense, pelo Tiro de Guerra 473, pela residência do intendente Benjamin de Andrade, até chegar à Pensão dos Viajantes (um dos melhores pousadas da cidade) onde teriam um banquete para o almoço.²⁶⁶ Durante a visita, o presidente da UPAOI, José Ernesto, deixou registrado no livro de Álbum Social sua satisfação pela promoção da “cordialidade existente entre a classe operária”.²⁶⁷ Indício de que a diversão e a fraternidade andavam juntas como fator de mobilização na formação da cultura associativa dos trabalhadores.

Cultura Associativa dos trabalhadores no Sul da Bahia

Em 1º de novembro de 1924, a Sociedade Monte Pio comemorava apenas seu quinto ano de fundação, mas os discursos de seus diretores exalavam o orgulho em promover o “engrandecimento da classe”. Após ter sido eleito presidente da Assembleia Geral no biênio 1924-1925, o carpina Manoel Vidal dizia que a SMPAI era uma prova “do civismo e do progresso do operariado em prol da instrução, da caridade e do amor aos órfãos e pobres esquecidos da sorte”. Em virtude disso, defendia que a agremiação dos artistas era “a instituição de mais utilidade pública desta cidade”. Noutra fala, José da Hora Pires concitava aos companheiros a trabalhar “sem tréguas para o engrandecimento da nossa causa santa, que era dar instrução aos meninos pobres e amparar a classe pobre operária”. Na presença de representantes de associações de classe, religiosas, filantrópicas e imprensa, os diretores destacaram os valores que melhor representavam a prática associativa dos trabalhadores. O que eles enfatizavam era o espírito de solidariedade contra a pobreza e a miséria num contexto em que a marca da exclusão social era fator preponderante.

A luta contra o desamparo social foi o que estimulou a formação de uma cultura associativa dos trabalhadores na região. Por cultura associativa, devemos compreender as práticas culturais, as visões de mundo e os rituais que demarcavam as agremiações operárias.²⁶⁸ Em geral, partilhavam de valores em que expressões como “engrandecimento da

²⁶⁶ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 17/7/1929, ano X, n. 453, p. 1.

²⁶⁷ ASMPAI. *Livro de Álbum Social da SMPAI*, 14/7/1929. f. 91.

²⁶⁸ Para Batalha, a cultura associativa é o conjunto de valores partilhados pelas associações operárias identificadas nas práticas, nas visões de mundo e nos rituais elaborados por cada organização de classe. Cf. BATALHA, Claudio H. M. *Cultura associativa no Rio de Janeiro*. In. *Culturas de classe... Op. Cit.*, p. 99.

classe”, “progresso” e “civismo” ganhavam o sentido de buscar alternativas para evitar a pobreza profunda e a repressão policial. Simultaneamente, os trabalhadores das associações granjeavam obter um quinhão de cidadania por meio do reconhecimento de suas entidades, da ampliação de seus serviços e da respeitabilidade das autoridades. Para tanto, artistas, operários, caixeiros e estivadores construíram uma identidade que operava o valor fundamental do trabalho em seu favor. Se as autoridades policiais utilizavam o princípio do labor para reprimir a vadiagem e a pobreza, os consócios das agremiações de classe reverteram-na em elemento de dignidade para justificar sua atuação coletiva e pública.²⁶⁹

Para Viscardi, o ideal de respeitabilidade pode ser definido pela forma com que sociedades de trabalhadores alcançarem benefícios não como favores, mas sim, como direitos. Neste caso, não é por acaso que José da Hora Pires reivindica o título de “instituição de maior utilidade pública”. Noutras palavras, a iniciativa laboriosa dos artistas de proteger os pobres operários era considerada digna do reconhecimento dos poderes públicos, o que significava também recursos financeiros para manter escolas, bandas musicais e outros instrumentos sociais. Apesar disso, esta experiência histórica não contou com análise condescendente da historiografia baiana. Em geral, houve uma prática de negar ou de depreciar a trajetória do associativismo operário no Sul da Bahia por historiadores, sociólogos e cientistas políticos. Para Amílcar Baiardi, por exemplo, o poder dos patrões e dos coronéis promoveu “um bloqueio do associativismo” entre os trabalhadores, ou no máximo, um “comportamento, pelo menos na aparência, de indiscutível lealdade e dedicação aos empregadores”.²⁷⁰

Certa tradição historiográfica também se apropriou das narrativas literárias para afirmar a fraqueza e a incapacidade dos trabalhadores. A geógrafa Lurdes Bertol reduziu os perfis sociais do operariado ao “contratistas” e ao “alugado”, que diante da precariedade das condições de vida, eram vitimizados pelo poder dos coronéis e suas injustiças sociais.²⁷¹ Do mesmo lado, a história que se entrelaçou com a literatura realçou os laços de dependência e de passividade do trabalhador diante da autoridade dos de cima, como é o caso de Maria Luiza Heine e Gustavo Fálcon.²⁷² Tais análises desconsideravam que em *São Jorge do Ilhéus*, Amado se refere às diversas organizações proletárias que atuaram politicamente na cidade na década de 1930. Na obra, ele se referiu à Sociedade de Artes e Ofícios em que “os operários

²⁶⁹ GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo... Op. Cit.*, p. 26.

²⁷⁰ BAIARDI, Amílcar. *Subordinação do trabalho ao capital da Lavoura Cacaueira da Bahia*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 111.

²⁷¹ ROCHA, Lurdes Bertol. *A Região Cacaueira da Bahia – dos coronéis à vassoura de bruxa: saga, percepção, representação*. Ilhéus, BA: Editus, 2008. pp. 140-141.

²⁷² Cf. HEINE, Maria Luiza. *Jorge Amado e os coronéis do cacau*. Ilhéus: Editus, 2004; FALCON, Gustavo. *Coronelismo de fronteira*. In: LINS, Wilson. *Coronéis e oligarquias*. Salvador: Ianamá, 1988, p. 65.

discutiam política”, e que, muito provavelmente, era uma analogia a Sociedade União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus, dado que o endereço da agremiação citada no livro é o mesmo morro do Unhão (onde se situava o grêmio real).²⁷³

Em contraste com a análise histórica que desenhava o Sul da Bahia como a “sociedade de uma só classe”,²⁷⁴ este capítulo apresentou a formação de uma cultura associativa entre os trabalhadores no decorrer da Primeira República. Não devemos subestimar o papel que os artistas, os caixeiros e os estivadores desempenharam ao se organizarem em sociedades de classe. Abrigados nas tendas do associativismo, esses trabalhadores vislumbraram formas de solidariedade que apontavam para pautas que seriam contempladas apenas nas décadas posteriores da República brasileira: educação, lazer, direitos do trabalho, cidadania. Como afirma Fernando Teixeira da Silva, “se nos voltarmos para trás e resgatarmos suas aspirações em seus próprios termos”, poderemos ver que muitas das suas expectativas e interesses olhavam para frente.²⁷⁵

Devemos dizer que não foram apenas artista, estivadores e caixeiros que apontaram a formação de suas sociedades nos anos 1910 e 1920 no Sul da Bahia. Em paralelo, temos notícias rápidas de carroceiros, de ganhadores, de pescadores, de padeiros e de professores se organizando coletivamente. Infelizmente, os registros destas atividades não chegaram com abundância até nós, ou pelo menos, ainda não foram encontrados pelos pesquisadores da região. Contudo, permite-nos pensar que os trabalhadores das mais diversas categorias aspiravam se transformar em atores coletivos sociais. Isso nos coloca a questão de como essa força coletiva emergente foi encarada por coronéis, líderes políticos, patrões e autoridades.

Neste capítulo, sinalizamos a aproximação de chefes oligárquicos das associações operárias, estabelecendo uma relação de convivência e de reciprocidade. Os trabalhadores já anunciavam certa habilidade de decifrar a cartografia política e de interpor seus desígnios nas brechas dos modos de dominação oligárquicas. Em alianças peculiares, os fracos demonstravam astúcias de promover seus interesses por dentro da vontade senhorial.²⁷⁶ O historiador Ronaldo de Jesus afirma que o associativismo dos de baixo, apesar de marcado

²⁷³ AMADO, Jorge. *São Jorge dos Ilhéus... Op. Cit.*, p. 61.

²⁷⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional... Op. Cit.*, p. 78.

²⁷⁵ SILVA, Fernando Teixeira. *A Carga e a Culpa... Op. Cit.*, p. 7.

²⁷⁶ Esta é uma discussão influenciada por uma leitura casada de Michel de Certeau e de Sidney Chalhoub. Certeau dissertou sobre a prática dos fracos de mesmo subjugados, ou até mesmo consentindo, subverter a lógica da ordem a partir da própria dominação, usando a lei, as práticas e as crenças que eram impostas pela força ou pela sedução. No mesmo sentido, Chalhoub chama atenção para os laços de dependência estabelecidos pelos subordinados em que faziam interpunham seus interesses por dentro da vontade senhorial, de modo que seus interesses fossem contemplados sem quebras de hierarquias, sem embate aberto com a dominação. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, 1, 2008, p. 94-95; CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis... Op. Cit.*

pelos mecanismos tradicionais de dominação política, proporcionou uma relação dinâmica de coexistência das classes dominante com uma cultura emergente específica dos subordinados.²⁷⁷ Por outro lado, este não era um jogo de iguais. Havia interesses também por parte de chefes e de patrões de se relacionar com esta força coletiva. Se não eram desordeiros como os vadios, nem subversivos como os anarquistas e os socialistas, como os de cima se relacionaram com estes cidadãos orgulhosos de sua laboriosidade e de seu civismo? Como procediam nas eleições? Veremos melhor como essas relações se desenrolaram no capítulo a seguir.

Sociedade	Fundação	Primeira Notícia	Cidade
Sociedade Beneficente União das Classes	1908 (?)	1913	Itabuna
Sociedade União dos Trabalhadores	-	1915	Ilhéus
Sociedade Beneficente Centro Operário	-	1919	Ilhéus
Sociedade União dos Operários Estivadores	1918	1918	Ilhéus
Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna	1919	1919	Itabuna
Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus	1920	1920	Ilhéus
Colônia de Pescadores Z 10	1921	1923	Ilhéus
Sociedade União Protetora dos Artistas e Operário de Ilhéus	1922	1922	Ilhéus
Sociedade Beneficente dos Artistas e Operários de Ilhéus	1922	1922	Ilhéus
Grêmio Littero-beneficente dos Caixeiros de Itabuna	1916	1923	Itabuna
Sociedade União dos Ganhadores e Carroceiros de Itabuna	1924	1924	Itabuna
Sociedade União dos Carregadores de Ilhéus	1926	1926	Ilhéus
Grêmio do Professorado	1928	1928	Ilhéus
Sociedade União dos Padeiros de Ilhéus	1929	1929	Ilhéus
Associação dos Empregados no Comércio de Itabuna	1929	1929	Itabuna
Associação Beneficente Caixeiral de Itabuna	?	1932	Itabuna
Aliança dos Artistas e Operários de Pirangy	1930	1930	Itajuípe – Ilhéus
Centro Operário Itabunense	1930	1930	Itabuna
Sociedade União dos Motoristas de Ilhéus	1931	1931	Ilhéus
Sociedade União dos Condutores de Carroça de Ilhéus	1931	1931	Ilhéus
Sociedade Beneficente dos Funcionários da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista	1930	1931	Ilhéus
Sociedade dos Trabalhadores das Docas do Porto de Ilhéus	1932	1932	Ilhéus
Associação Beneficente dos Gráficos de Itabuna	1936	1936	Itabuna

Tabela 5 - Lista de Sociedades Beneficentes e Mutualistas de Ilhéus e de Itabuna, 1908-1934.
Fonte: Jornal de Ilhéus, Correio de Ilhéus, Diário da Tarde, A Época, Jornal de Itabuna.

²⁷⁷ JESUS, Ronaldo P. de. Associativismo no Brasil do século XIX. In. *Lócus: Revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2007, p. 155.

Trabalhadores em tempo de coronelismo

Em Ilhéus, as eleições para o governo da Bahia realizadas em dezembro de 1919 alteraram o cotidiano de trabalho da Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista. As disputas foram travadas entre J. J. Seabra, sob a sigla Partido Republicano Democrata (PRD), e o juiz Paulo Martins Fontes Partido Republicano (PR), candidato da oposição e das “classes conservadoras” (Associação Comercial da Bahia). Com efeito, a historiadora Sílvia Sarmiento afirma que a campanha eleitoral foi um duelo intraoligárquico entre os grupos de Rui e Seabra.²⁷⁸ No Sul da Bahia, o cel. Antonio Pessoa liderava o grupo seabrista no poder em Ilhéus desde 1912. Neste ano, a chegada de Seabra ao poder estadual alterou as correlações de força política local, com a queda da facção gerida por Domingos Adami de Sá, Arthur Lavigne e João Mangabeira. Em seu lugar, o cel. Pessoa assumiu a intendência de Ilhéus e comandou o PRD até 1924. Nesta lógica política, garantir a vitória de Seabra nas eleições de 1919 era uma questão de honra para sincronizar os laços entre poderes estaduais e locais no sistema político da Primeira República. No entanto, a tarefa foi dificultada pelos gerentes da

²⁷⁸ SARMENTO, Sílvia N. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 176. Em julho de 1919, Rui Barbosa tinha disputado a Presidência da República com Eptácio Pessoa, tendo sido este último apoiado por Seabra na Bahia. Essas disputas acentuaram a rivalidade entre o “Águia de Haia” e a “Velha Raposa” nas eleições para o governo baiano em dezembro de 1919.

companhia ferroviária, o que motivou críticas exclamativas do *Jornal de Ilhéus*, periódico do partido situacionista. Em 8 de janeiro de 1920, a imprensa denunciou a prática de “politicagem” na “The State”, como era conhecida a empresa ferroviária inglesa, afirmando que “os seus empregados, quase sem exceção, são políticos partidários exaltados e apaixonados”.²⁷⁹

Em continuação, a notícia dizia não compreender porque os chefes da empresa faziam oposição ao governo, já que este aprovava o reajuste das suas tarifas e aqueles dependiam dos auxílios e das subvenções do estado para manter-se na ativa. Ao mesmo tempo, o governo não obrigava a empresa a cumprir as cláusulas de prolongamento da linha férrea prevista em contrato (com o poder estadual), “tendo sido demasiadamente tolerante para com ela”. Em 1920, de fato, a EFIC se estendia apenas até a Itabuna e nunca alcançou seu destino previsto (Vitória da Conquista), numa demonstração das formas de prevaricação existentes entre o governo e as empresas privadas na Primeira República. O jornal relatou também que, após as eleições, os operários José Florêncio de Paiva, empregado desde 1911, e Gervásio Santos foram exonerados “somente porque tiveram a independência de votar no eminente Dr. Seabra no dia 29 de dezembro, para governador”. Em complemento, houve informações de que alguns funcionários votaram sem licença dos superiores, dispostos a perderem seus empregos, e que outros haviam sido deslocados para municípios diferentes dos quais estavam alistados para votar, impedindo-os de comparecer às urnas para sufragar o candidato do situacionista PRD. Para finalizar, o *Jornal de Ilhéus* lembrava que “o voto do cidadão é livre, é garantido pela constituição federal e estadual” e que “a *The State* entrou no regime do despotismo”.²⁸⁰

As queixas do *Jornal de Ilhéus* se prolongaram durante o mês de janeiro de 1920, dirigidas especialmente ao chefe de locomoção Eduardo Bittencourt (que havia sido empregado há pouco tempo e era proveniente do sul do País), e ao chefe do tráfego Antonio de Carvalho. Havia pressões também para que o gerente da companhia Henrique Dunningham se pronunciasse sobre as demissões. Em resposta, a superintendência da empresa abriu inquérito para apurar as denúncias da imprensa. Segundo a investigação, José Florêncio Paiva teve licença para votar no dia 29, saindo do serviço às 10 horas e não retornando mais à tarde, “quando todos os empregados eleitores, quer da situação, quer da oposição, voltaram ao serviço, depois de dados os seus votos”. Além disso, o empregado foi acusado de ter agredido com uma “garrucha” o responsável pela locomoção Eduardo Bittencourt, sob a alegação de

²⁷⁹ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 8/1/1920, ano VIII, n. 422, p. 1.

²⁸⁰ Idem. *Jornal de Ilhéus*, 8/1/1920, ano VIII, n. 422, p. 1.

ter deslocado para o município de Itabuna Geminiano de Paiva, filho do suposto agressor e também funcionário da ferroviária, onde esteve impossibilitado de votar. Por fim, o relatório reiterava que nenhum funcionário promovera ações políticas e que também havia sido facilitado “a outros empregados da companhia os meios de estarem na cidade no dia da eleição”, mesmo sendo sabido que “votariam no candidato da situação”.²⁸¹

Para tentar por fim às denúncias, Bento Berilo, diretor local da companhia, e Joaquim Wanderley de Araújo Pinho, engenheiro fiscal do governo, escreveram cartas reiterando as negativas quanto a interferências políticas nos votos dos funcionários. O segundo fez questão de ressaltar que, em oito anos de trabalho na firma, nunca fora alvo de denúncias sobre sua conduta e tampouco soubera de qualquer queixa referente ao funcionário administrativo envolvendo questões partidárias.²⁸² Apesar disto, o *Jornal de Ilhéus* fez novas acusações contra os chefes da Estrada de Ferro. Disse que havia motivos para acreditar que os dirigentes da companhia perseguiram e demitiram funcionários que votassem nos candidatos da situação, e acrescentou que Araújo Pinho, Carvalho e Bittencourt faziam parte do “cabo de guerra” dos mangabeiristas. Noticiou que, nas vésperas das eleições para deputado federal, o engenheiro fiscal e João Mangabeira saíram em automóvel oficial percorrendo as oficinas e as estações em propaganda eleitoral. Em função disso, as denúncias levavam a conclusão de que “quase todos os empregados da EFIC, nesta cidade e em todos os pontos da linha férrea, são nossos adversários exaltados”. Complementou dizendo que o coronel Antonio Pessoa “só é procurado, nos momentos difíceis, das greves e das desordens da *The State*”.²⁸³ Em questões com outros trabalhadores, Pessoa era convidado a atuar como mediador em conflitos entre patrões e empregados. No capítulo anterior, por exemplo, verificamos como isso ocorreu na fundação da sociedade dos estivadores.

As eleições para governador da Bahia em 1919 se destacam não apenas pelas disputas intraoligárquicas, mas também por suas repercussões no operariado. Por sinal, aquele tinha sido um ano sacudido pela greve geral na capital baiana, quando diversas categorias profissionais haviam paralisado as atividades. De acordo com Aldrin Castellucci, as oligarquias baianas procuraram se aproximar do movimento operário baiano para auferir alguma vantagem eleitoral durante as paredes de junho. De um lado, inicialmente, as facções ligadas a Rui Barbosa viram nas mobilizações que tomaram conta de Salvador em junho de 1919 uma possibilidade de enfraquecer o governador seabrista Antonio Moniz. No Sul da

²⁸¹ Idem. *Jornal de Ilhéus*, 11/1/1920, ano VIII, n. 423, p. 1, 2.

²⁸² Idem. *Jornal de Ilhéus*, 15/1/1920, ano VIII, n. 424, p. 1.

²⁸³ Idem. *Jornal de Ilhéus*, 22/1/1920, ano VIII, n. 425, p. 1.

Bahia, Rui Barbosa e João Mangabeira, neste momento coligados, contavam com o apoio das associações comerciais de Ilhéus e de Itabuna desde as eleições presidenciais.²⁸⁴ Por outro lado, J. J. Seabra estreitou laços com diversas lideranças e organizações laborais soteropolitanas, a exemplo de Agripino Nazareth e Cosme de Farias, para ampliar sua base popular eleitoral.²⁸⁵ Sem dúvidas, esta movimentação política e social influenciou o modo com que a classe trabalhadora votante de outras regiões passou a ser tratada pelos representantes das oligarquias baianas. Em outubro de 1919, o mesmo *Jornal de Ilhéus* informava que as “classes operárias empenhadas” na sucessão do governo da Bahia, trabalhavam para que fosse “eleito um homem de valor, que, por sua vez, encarne as aspirações populares, opõem-se à candidatura *dos patrões* a candidato da Bahia, apresentado o nome do ínclito chefe J. J. Seabra”.²⁸⁶

Mas o episódio das eleições de 1919 para o Governo do Estado envolvendo os trabalhadores da EFIC foi apenas um indício de que conquistar a preferência dos trabalhadores não era desimportante para as pretensões políticas oligárquicas, apesar da exclusão direta de parte considerável da população sem direitos políticos. Nesse sentido, Castellucci aponta a necessidade de pesquisas que explorem as dimensões do comportamento operário em face das movimentações partidárias na Primeira República, sobretudo por conta do envolvimento de sociedades proletárias com líderes e chefes das oligarquias estaduais e regionais.²⁸⁷ Do mesmo modo, tanto Luciano Guimarães como Robério Souza, ao estudar associações operárias e as lutas sociais entre 1909 e 1921, notaram a relação de políticos com trabalhadores e suas organizações.²⁸⁸ Estes estudos alertam para a importância de analisar a Primeira República de modo detalhado, a partir da movimentação de atores individuais e coletivos na dinâmica de idas e vindas da política baiana, em que longe de ser uma massa cooptada, a classe trabalhadora desempenhava um papel nas alianças com grupos que disputavam a hegemonia eleitoral.

²⁸⁴ FCRB. *Telegrama de Francisco Fontes para Rui Barbosa*, 31/1/1919, p. 1.

²⁸⁵ CASTELLUCCI, Aldrin. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004, p. 220-221.

²⁸⁶ CEDOC/UESC. *Jornal de Ilhéus*, 28/10/1919, ano VIII, n. 401 (grifos originais)

²⁸⁷ Cf. CASTELLUCCI, Aldrin. *Op. Cit.* Em sua dissertação, o historiador já destaca as “relações entre a classe operária e elites políticas na Bahia” como um tema proeminente de investigação, p. 265-266. CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República* (Tese de Doutorado). Salvador: PPGH/UFBA, 2008. Já no seu trabalho de Doutorado, o mesmo pesquisador analisou a formação e a atuação do Centro Operário da Bahia na I República, destacando a ligação de lideranças operárias com governadores da Bahia no início do século XX, p. 45.

²⁸⁸ GUIMARÃES, Luciano de M. *Ideias perniciosas do anarquismo na Bahia... Op. Cit.*, p. 42-43. SOUZA, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre... Op. Cit.*, p. 145-147.

Parte da historiografia brasileira desconsiderou o potencial de participação direta e indireta de trabalhadores no sistema político oligárquico vigente especialmente entre 1889-1930. Sob as justificativas do analfabetismo, do mundo rural e do poder dos coronéis, cientistas políticos, sociólogos e historiadores afirmaram que a atuação política e eleitoral dos de baixo era frágil e inexpressiva nos marcos da Primeira República. Neste capítulo, pretendemos testar a validade desta argumentação ao analisar a atuação de trabalhadores e suas agremiações nas franjas dos estreitos limites da política oligárquica da década de 1920 em Ilhéus e Itabuna. No caso específico do Sul da Bahia, o associativismo operário emergiu em meio às expectativas eleitorais de coronéis e chefes partidários na década final da Primeira República. O interesse é sondar as maneiras com que o operariado e as lideranças partidárias se relacionaram, de modo a verificar se o mundo da política da República brasileira pré-1930 era impermeável à participação dos de baixo.

A Sociedade Monte Pio e o jogo das oligarquias

Em 12 de dezembro de 1920, o cel. José Kruschewsky inaugurou o calçamento da Praça Adami e da parte inicial da Rua Rui Barbosa, ambos os endereços situados no centro comercial de Itabuna. As obras não eram tão grandes, pois se limitavam a logradouros muito específicos de uma cidade que, em geral, vivia em meio à lama e áreas pantanosas. Mesmo assim, a inauguração era considerada um melhoramento urbano de “aspecto material empolgante da cidade”, de acordo com o periódico situacionista *A Época*. Para o ato solene, foram convidadas sociedades filantrópicas, religiosas e de classe, além de autoridades públicas e famílias de prestígio social. Coube, no entanto, à Sociedade Monte Pio o papel de protagonista. Flaviano Domingues Moreira, presidente da SMPAI, foi chamado pelo intendente para cortar a fita simbólica de abertura da via reformada.

Em discurso, Flaviano Moreira afirmou que como “legítimo intérprete do povo naquela festa”, sentia-se honrado por ter sido escolhido para inaugurar a obra, pois considerava que aquele melhoramento já deveria “se ter realizado, não fora a falta de patriotismo de outros administradores que antecederam o Sr. Coronel José Kruschewsky”.²⁸⁹ O presidente da SMPAI demonstrou sua capacidade de avaliar o quadro político da cidade. Mesmo ao elogiar o intendente da época, lançava sutil crítica aos gestores anteriores que pertenciam ao mesmo PRD, partido seabrista do qual fazia parte Kruschewsky. Embora com pouco mais de um ano de fundação, a SMPAI já recebia as atenções dos poderes públicos por

²⁸⁹ CEDOC/UESC. *A Época*, 18/12/1920, ano IV, n. 7, p. 1.

meio de seus principais representantes. Essa relação ganha uma dimensão importante na análise das relações entre os trabalhadores das agremiações e a política da Primeira República no Sul da Bahia, exemplificada noutros acontecimentos.

Em março de 1922, o cel. José Kruschewsky procedeu à inauguração de outra via na cidade. Tratava-se do calçamento de uma rua no Bairro do Pontalzinho, área habitada por muitos trabalhadores. O intendente nomeou a nova via de Rua dos Artistas e convidou para sua inauguração a SMPAI. Em ato solene, Flaviano Moreira, Edgar de Barros e Leopoldo Freire, após terem cortado a fita inaugural, agradeciam às autoridades municipais por ter homenageado a classe, cujo ato era considerado uma demonstração de afeto dos chefes José Kruschewsky, Gileno Amado e Martinho Conceição para com o operariado de Itabuna.²⁹⁰ Todos os citados pertenciam ao PRD e comandaram a política da cidade durante o governo de J. J. Seabra (1924). Essas ações apontam que havia algum tipo de permeabilidade nas relações entre líderes oligárquicos e os de baixo, em específico, aqueles que integravam as laboriosas sociedades de classe.

As trocas de afeto não agradavam a todos os sócios da SMPAI. Em março de 1922, poucos dias após a inauguração da Rua dos Artistas, houve críticas de anônimos ao gesto do cel. intendente de Itabuna. Lançavam-se suspeitas de que a diretoria fizesse uso político da associação em favor de alguns chefes de partidos.²⁹¹ Sem negar as acusações, os diretores responderam que os membros da entidade declararam estar em “perfeito acordo com o honroso e nobre intendente”. Por complemento, afirmaram que “a classe operária de Itabuna, graças ao Monte Pio dos Artistas, tem representação de grande valor nesta terra e não precisa de defensores sem classificação”.²⁹² Apesar das divergências, tornava-se notório que as conexões entre a agremiação laboral e a Intendência Municipal resvalavam no jogo político oligárquico de Itabuna. Em setembro de 1922, por ocasião das comemorações do centenário de Independência do Brasil no Conselho Municipal, a SMPAI recebeu doação pessoal do próprio cel. José Kruschewsky no valor de 500\$000 réis para a compra de cimentos e outros materiais para o término da construção da sede social.²⁹³

Não temos dúvidas de que ao falar da experiência da Primeira República, tratamos de uma cultura política marcada pelas formas de violência e de exclusão contra os trabalhadores. Por oposição aos casos que citamos acima, havia relatos de agressões, de assassinatos e de

²⁹⁰ ASMPAI. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 16/3/1922. f. 25-25v.

²⁹¹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 21/3/1922, ano II, n. 121, p. 2.

²⁹² BPEB. *O Comércio*, 24/3/1922, ano V, n. 1134, p. 3.

²⁹³ ASMAI. *Livro de atas da diretoria da SMPAI*, 17/9/1922. f. 5.

crimes contra opositores, subordinados e miseráveis. Talvez um dos maiores símbolos dos desatinos das disputas oligárquicas no Sul da Bahia sejam os conflitos ocorridos na região de Sequeiro de Espinho, em que tropas de jagunços de facções oligárquicas rivais de Ilhéus promoveram desordens de todo tipo entre 1918-1919: invasão de casa de trabalhadores, saques de comércio e destruição de pequenas propriedades rurais.²⁹⁴ No entanto, cabe avaliar a partir das experiências do associativismo operário em que medida os de baixo também participavam da política nas franjas do sistema oligárquico. Entre as questões, parece fundamental refletirmos sobre que motivos levavam os chefes de partidos e dos poderes públicos a cortejar as sociedades operárias com doações financeiras e tratos diferenciados. De lado oposto, convém questionarmos acerca do por que dos trabalhadores estabelecerem laços com estas personalidades políticas.

Podemos verificar, inicialmente, que os coronéis e os líderes de partidos oligárquicos acolheram com certa tolerância a iniciativa de artistas e de operários de fundar suas sociedades. Ao contrário das suspeitas de desordem e de periculosidade lançadas contra outros setores empobrecidos, os diretores da Sociedade Monte Pio gozavam do prestígio de cortar a fita inaugural de obras de melhoramentos urbanos em Itabuna. Esta delicadeza, e até oportuna bajulação, estendida aos trabalhadores e às suas agremiações, coloca-nos diante da possibilidade de uma espécie de reciprocidade nas relações entre os ricos poderosos e os trabalhadores pobres.²⁹⁵ Para entender melhor, vejamos o caso das subvenções públicas para as ações institucionais da SMPAI.

Desde 1920, os diretores da SMPAI planejavam abrir uma escola para seus sócios, filhos de associados e criança pobres. Em fevereiro daquele ano, formou-se uma comissão com Flaviano Moreira, Júlio Santos, Henrique Galo, Luiz da França e Alfredo Figueiredo para se entender com o cel. José Kruschewsky sobre a questão de recursos públicos para manutenção de instrução escolar. Em resposta, a Intendência informou que havia verba para custear os salários de professores em escolas assistenciais. Nesse caso, a diretoria da agremiação deveria apresentar proposta ao Conselho Municipal e requerer a subvenção pública para esta finalidade. Na oportunidade, Kruschewsky declarou-se comprometido com a

²⁹⁴ O conflito do Sequeiro de Espinho ficou eternizado no famoso livro de Jorge Amado, *Terras do Sem Fim*. Mas informações históricas podem ser coletadas nos poucos números do jornal *O Comércio* e do *Jornal de Ilhéus*, e na obra memorialística de João Campos da Silva. Cf. AMADO, Jorge. *Terras do Sem Fim... Op. Cit.*; SILVA, João Campos da. *Crônicas da capitania de São Jorge dos Ilhéus... Op. Cit.*, p. 548-562(Cap. XL); FALCON, Gustavo. *Os coronéis do cacau... Op. Cit.*, p. 91-92.

²⁹⁵ Sobre este ponto, vale a discussão de Thompson sobre os modos de dominação da *gentry* diante das turbulências da arraia-miúda. Para ele, a cautela e a tolerância dos ricos para com os pobres sugere uma relação de reciprocidade e de dependência que evitava conflitos abertos e prejuízos políticos de ambas as partes. Cf. THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos ingleses e outros artigos... Op. Cit.*, p. 222-223.

criação do auxílio financeiro.²⁹⁶ Em 1921, a Sociedade Monte Pio inaugurou a Escola Manoel Vitorino, cujos recursos vieram do valor de 1:000\$000 (hum conto de réis) aprovados pelos poderes públicos.

A subvenção municipal para manutenção da Escola Manoel Vitorino foi renovada por recomendação do cel. intendente José Kruschewsky em 1923. Os diretores da SMPAI estabeleceram contato também com o deputado federal Gileno Amado. Chefe do PRD e do grupo seabrista em Itabuna, Amado informou que “havia assinado e enviado os documentos da subvenção federal para o Rio” em 25 de maio de 1923.²⁹⁷ Três meses depois, em agosto, o projeto de auxílio à instrução pública previa o envio de 5:000\$000 (cinco contos de réis). Esses recursos públicos eram fundamentais para a ampliação dos serviços das sociedades operárias. Com arrecadação pequena entre os sócios e gastos elevados, somente as verbas públicas salvavam as escolas para crianças pobres da falência. Por isso, o impacto político destas subvenções era determinante para que figuras políticas tivessem trânsito no interior das agremiações operárias.

Em 21 de julho de 1923, o sócio José da Hora Pires destacou a importância das subvenções públicas para a manutenção da instrução para os sócios e as crianças pobres da cidade. Em sua fala, enalteceu os esforços do deputado Gileno Amado para a conquista do auxílio e, por isso, propôs que se entregasse um certificado de sócio benemérito ao chefe político.²⁹⁸ De forma semelhante, os diretores deliberaram pela mesma honraria ao cel. José Kruschewsky. Posteriormente, foi acrescentada a decisão de expor na galeria da SMPAI a fotografia das duas personalidades políticas.²⁹⁹ Os títulos de deferência recebidos eram passes valiosos para que ambos pudessem transitar entre os sócios regularmente, sem serem acusados diretamente de estar fazendo política.

A entrega dos títulos de sócio benemérito ao cel. José Kruschewsky e ao deputado Gileno Amado ficou agendada para as comemorações da Independência do Brasil. A escolha da data era intencional, pois se associava o patriotismo às ações benéficas dos “operosos e honrados” chefes políticos em favor dos membros da SMPAI, como se referia o jornal *A Época*.³⁰⁰ Na prática, essas relações refletiam as formas com que os trabalhadores dos grêmios laborais operavam a política republicana. De acordo com Aldrin Castellucci, “as sociedades mutualistas existentes na Bahia, por exemplo, recebiam de longa data subvenções

²⁹⁶ ASMPAI. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 20/2/1920. f. 5.

²⁹⁷ Idem. *Livro de atas da diretoria da SMPAI*, 23/5/1923. f. 8-8v.

²⁹⁸ Idem. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 21/7/1923. f. 33v-34.

²⁹⁹ Idem. *Livro de atas da diretoria da SMPAI*, 22/8/1923. f. 17-18.

³⁰⁰ CEDOC/UDESC. *A Época*, 5/9/1923, ano IV, n. 35, p. 1.

dos poderes municipal, estadual e federal” e destacou o envolvimento delas com o “jogo eleitoral local desde os primeiros anos da República”.³⁰¹



Figura 11 - Fotografia dos alunos da Escola Manoel Vitorino em frente à sede da SMPAI na década de 1930. Fonte: ASMPAI.

As conexões estabelecidas entre os chefes oligárquicos e a Sociedade Monte Pio indicam que a política da Primeira República era permeada por uma complexa diplomacia entre as classes sociais. Entre os artistas da SMPAI, havia o sentimento proveniente das vantagens tangíveis de solicitar e receber o favor dos de cima. Em seu favor, estes trabalhadores vislumbravam o fortalecimento de suas instituições, cujos serviços de beneficência e de filantropia lhes possibilitavam lutar contra pobreza extrema. A oportunidade de aprender a ler e a escrever, ou mesmo de que seus filhos tivessem acesso à instrução primária, motivavam a procura pela simpatia e pelo respeito de coronéis e de parlamentares. Por isso, não havia qualquer contradição em diretores da Sociedade Monte Pio

³⁰¹ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Indústrias e operários numa conjuntura de crise... Op. Cit.*, p. 266.

recorrer aos intermédios daqueles que viabilizariam a chegada de recursos financeiros advindos do Estado, e premiá-los, quase sempre, com o título de sócios beneméritos.

Por outro lado, o poder das oligarquias que governavam o Sul da Bahia não dispensava o trato cordial com os de baixo. Ao se relacionar com os trabalhadores da Sociedade Monte Pio, coronéis, parlamentares e líderes de partido confeccionavam uma imagem de benfeitor em favor dos desvalidos, de tolerância e de acolhimento aos pleitos dos desamparados. Em troca, havia pretensões eleitorais de contar com o apoio dos sócios destas agremiações, mesmo entre os que não votassem, pois a simpatia de artistas e de operários podia ter forte apelo político e social nos municípios. Convém lembrar que as agremiações mutualistas se revestiram de uma força social emergente, minimamente organizada e com potencial de pressão perante a comunidade nos anos 1920. Portanto, há uma necessidade proeminente de costurar laços de reciprocidade entre as classes dominantes e os trabalhadores desta cultura associativa, sobretudo para preservar os modos de dominação das oligarquias na Primeira República.

Havia muitas oportunidades para esses laços de reciprocidade se manifestassem entre a SMPAI e as autoridades políticas. Em dezembro de 1923, por exemplo, o cel. José Kruschewsky compareceu ao grêmio dos artistas para acompanhar a aplicação dos exames finais aos estudantes. Num ritual marcado pela formalidade, Leopoldo Freire, presidente da assembleia geral, agradeceu a presença do intendente e ressaltou a importância da “continuação dos relevantes serviços [...] em prol daquelas pobres crianças desprotegidas da sorte”, referindo-se ao funcionamento da Escola Manoel Vitorino. Em réplica, o intendente “declarou que nada tinha a agradecerem-lhe, pois ali estava para o cumprimento de seu dever, especialmente para com a Sociedade M. Pio dos Artistas, a qual considerava ser a instituição de maior utilidade pública que ora Itabuna possuía”, e, ao fim de seu discurso, prometeu “que não pouparia esforços em benefício da mesma”.³⁰²

Esse breve diálogo descreve bem os modos de dominação entre autoridades e trabalhadores no Sul da Bahia. Ao invés de utilizar a violência ou a força coercitiva, o que se interpõe é um trato de convivência e de reciprocidade. Na fala de Leopoldo Freire, desenha-se a imagem que os sócios da SMPAI afirmavam de si mesmos, de cidadãos laboriosos engajados em favor dos desprotegidos e contra a pobreza. Por sua vez, Kruschewsky realça sua autoridade legal ao afirmar apenas cumprir seu dever e, em paralelo, cativar a confiança e a deferência da principal agremiação operária de Itabuna. Tais conexões eram fundamentais

³⁰² CEDOC/UDESC. *Jornal de Itabuna*, 20/12/1923, ano IV, n. 183, p. 1.

para a manutenção da hegemonia do PRD no município até 1925, pois as lideranças partidárias sabiam que governar a cidade sem o gozar de prestígio entre parte da classe trabalhadora poderia tornar o jogo político mais complicado. Por sinal, além de Gileno Amado e José Kruschewsky, outros políticos sabiam que não era possível fazer disputa eleitoral sem apoio dos de baixo, entre eles, um dos principais opositores ao seabrismo no Sul da Bahia, o bacharel João Mangabeira.

A história de Mangabeira no Sul da Bahia começou no início do século XX quando chegou recém-formado em Direito a Ilhéus, local em que atuou defendendo inicialmente causas de populares, destacando-se pela eloquência e pela capacidade de argumentação. Isso chamou atenção de fazendeiros de tradição aristocrática,³⁰³ que logo o contrataram para defendê-los em processos judiciais, constituindo círculo de amizade com membros da oligarquia liderada por Eusínio Lavigne, e pelos coronéis Pedro Catalão e Henrique Alves. O ingresso na política foi rápido: tornou-se prefeito de Ilhéus entre 1908 e 1911, contando com apoio direto do governador José Marcelino. Em 1909, conquistou sua primeira eleição parlamentar federal representando a Bahia, quando se aproximou do grupo liderado por Rui Barbosa no Congresso Nacional e participou da Campanha Civilista.³⁰⁴

Em Itabuna, João Mangabeira disputou espaço com o deputado federal Gileno Amado. A medição de forças passou também pela agremiação itabunense Monte Pio dos Artistas, especialmente após a derrota da Reação Republicana nas eleições presidenciais de 1922 (quando Seabra foi o vice-presidente de Nilo Peçanha) e tendo em vista a ascensão do movimento Concentração Republicana, arregimentado pelos calmonistas, mangabeiristas e vianistas.³⁰⁵ Os primeiros sinais da influência de João Mangabeira são identificados durante as eleições parlamentares de fevereiro de 1921, quando foi convidado a visitar a sede da SMPAI.

³⁰³ Segundo Mahony, os latifundiários de origem aristocrática em Ilhéus correspondiam às famílias que ocupavam o poder municipal desde o Império e continuaram a gozar de privilégios do Estado durante parte da Primeira República. Entre eles, estavam os clãs dos Adami, Sá, Catalão e Lavigne. Cf. MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. In. *Especiarias-caderno de Ciências Humanas... Op. Cit.*, p. 744-745. Ver também RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Família, Poder e Mito: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1930)*. Ilhéus, BA: Editus, 2001.

³⁰⁴ Para saber mais da biografia de João Mangabeira, consultar MAGABEIRA, Francisco. *João Mangabeira: republica e socialismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Paz & Terra, 1979. Sobre sua atuação em Ilhéus, ver as pp. 59-63. CPDOC/FGV. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, 2012, disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acessado em 14/4/2014 (Verbete João Mangabeira). Cf. também as correspondências trocadas entre João Mangabeira e Rui Barbosa. FCBR. Telegrama de João Mangabeira para Rui Barbosa, 29/1/1912, p. 1-2. Localização: RB-RBCRUPF 873(12).

³⁰⁵ Cf. PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquia, 1889-1934... Op. Cit.*, p. 180; SAMPAIO, Consuelo N. *Partidos Políticos na Bahia da Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial da UFBA, 1979, p. 146..

Em 14 de novembro de 1920, os associados Flaviano Moreira, Luiz da França e Júlio Santos propuseram que o deputado federal fosse homenageado com o primeiro título de sócio benemérito daquela entidade. Como justificativa, afirmaram que:

Reconhecendo os grandes serviços prestados à causa desta sociedade pelo ilustre parlamentar, Dr. João Mangabeira, serviços estes como o das subvenções obtidas pelo ilustre senhor nas casas altas do país, e passada em 3º discussão, em benefício de nossa instituição, Monte Pio dos Artistas, pela presente recompensa aos seus ditos esforços oriundos do seu espírito de trabalhadores incansável pela causa do bem como é a nossa causa, sem com isto termos intentos políticos ou desejos de a tal nos congregarmos, propomos como nos é lícito, que esta assembleia confira ao mesmo Dr. João Mangabeira o título de sócio benemérito desta casa o seu retrato, como reconhecimento aos seus nunca esquecidos esforços³⁰⁶.

Posta em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, tendo ficado acertado que seu retrato seria colocado na futura sede social.

Apesar da aprovação da proposta, a deliberação de entregar o título de sócio benemérito às vésperas da eleição deixou alguns membros insatisfeitos, gerando questionamento na assembleia seguinte. Em 21 de janeiro de 1920, Flaviano Moreira, presidente da entidade, recebeu um boletim anônimo que procurava saber “qual a atitude do Monte Pio em face da candidatura do Dr. João Mangabeira?”.³⁰⁷ O boletim provocou uma acalorada discussão entre os associados. Moreira reconheceu as restrições dos estatutos quanto às atividades político-partidárias no interior da sociedade. De acordo com as normas, era proibido “impor-se ao lado de qualquer facção política quer ou não local”.³⁰⁸ O clima não estava harmonioso entre os consócios. Ainda assim, a decisão sobre homenagear o parlamentar ficou para a sessão seguinte, convocada extraordinariamente com este fim especial.

Na assembleia seguinte, a pauta foi a visita do deputado Mangabeira a Itabuna. De início, o sócio Luiz da França “disse que admirava o Sr. Presidente [Flaviano Moreira] ter sido o iniciador do Monte Pio, autor dos estatutos do mesmo, portanto conhecedor das leis sociais, e estar agindo politicamente com o nome do Monte Pio”. Ao final, ele destacou que os sócios que convocaram aquela reunião, “eram todos mangabeiristas”. Em resposta, o presidente da entidade, auxiliado pelos consócios Virgílio Theotônio e Genésio Vitoriano, afirmou serem “injustas as acusações, pois estavam agindo em favor de um sócio benemérito

³⁰⁶ ASMPAI. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 14/11/1920, ff. 36-37.

³⁰⁷ Idem. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 21/1/1921, ff. 40.

³⁰⁸ Idem. *Estatutos da SMPAI*, 1920.

e não de um político”.³⁰⁹ É provável que os insatisfeitos fossem ligados ao grupo político liderado por Gileno Amado, o que indica como as disputas oligárquicas resvalavam nos conflitos internos da SMPAI.

Mesmo sob as desconfianças de alguns de seus pares, a direção da SMPAI preservou a concessão do título benemérito a João Mangabeira. Não apenas isso, eles realizaram uma solenidade para recepcionar o deputado federal. Os organizadores do evento acertaram que se reuniriam à frente da estação da Estrada de Ferro para conduzir Mangabeira até a residência do coronel Henrique Alves, local em que ficaria hospedado durante sua visita ao município. Em telegrama ao homenageado, o convite destacou a “alta simpatia [da] coletividade engrandecida [por] seus esforços como representante [da] Alta Câmara [do] País, onde se impôs como incansável trabalhador em prol de nossas instituições [e] classes [de] vosso berço natal”.³¹⁰

Às vésperas do pleito parlamentar, os diretores da SMPAI sabiam da oportunidade de interpor seus interesses na esteira das pretensões eleitorais de João Mangabeira. Havia espaço, inclusive, para posturas diplomáticas, isso porque na tentativa de diminuir as insatisfações, o presidente Flaviano Moreira sugeriu convidar também Gileno Amado para o evento. Na oportunidade, ambos os parlamentares reivindicavam a autoria dos projetos de lei que concedia recursos federais para a associação dos artistas, de modo que desagradar uma das partes poderia trazer prejuízos. No entanto, unir os dois adversários políticos na mesma festa não foi possível. Ainda assim, não podemos desprezar a capacidade e a cautela dos trabalhadores na hora de lidar com lideranças políticas que lhes poderiam render favores.

Em 12 de fevereiro de 1921 ocorreram as homenagens ao deputado João Mangabeira. Junto com o presidente Flaviano Moreira e o diretor Manoel Vidal, formou-se uma comissão com autoridades políticas de Itabuna, entre elas, os coronéis Ruffo Galvão, Antônio Rodrigues Portela, Gerosino Almeida (todos eles opositores ao governo Seabra e, mais tarde, vinculados à Concentração Republicana), para buscar o sócio benemérito no casarão do cel. Henrique Alves. Foi sob a presidência deste último que a reunião se iniciou, e as palavras de abertura foram pronunciadas pelo orador Manoel Vidal. No discurso, ele ressaltou as qualidades e as ações de Mangabeira na política do País e, em seguida, deu por inaugurado o retrato e foi entregue o título de sócio benemérito.³¹¹ Em resposta às homenagens, o parlamentar enfatizou que

³⁰⁹ Idem. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 5/2/1921. f. 42v.

³¹⁰ Idem. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 5/2/1921. f. 42v.

³¹¹ Idem. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 12/2/1921. ff.45-45v.

Deixava bem patente o seu amor aos operários e artistas de Itabuna, versou sobre o nosso célebre escudo Trabalho, União e Força, e perorou animado aos artistas de Itabuna a se unirem porque da união é que vem a energia para que não se deixassem explorar, e que [...] estaria ao lado dos mesmos em qualquer que fosse a circunstância, pois conservava na memória para sempre as homenagens recebidas pelo Monte Pio dos Artistas e, terminou prometendo, que depois das eleições antes que S. Exa. viajasse para a capital do país, viria em Itabuna para combinar a organização de uma oficina para diversas artes, e prometendo no orçamento vindouro da República incluiria uma subvenção de 15 ou vinte contos para a manutenção desta oficina e também para obtenção de aparelhos e maquinismos³¹².

Político habilidoso e com experiência razoável na Primeira República, João Mangabeira sabia o que dizer aos diretores e consócios da Sociedade Monte Pio, sobretudo diante da proximidade das eleições. Após valorizar a laboriosidade dos artistas de Itabuna, tocou no ponto que mais interessava aos diretores da entidade: as subvenções federais. Não por acaso, o novo sócio benemérito prometeu retribuir as distinções recebidas com o aporte de um recurso no valor de mais de quinze contos de réis, valor muito superior à média das verbas financeiras recebidas do município, cujas quantias não passavam de hum conto de réis. No entanto, o que chama à atenção é o jogo de interesses presentes naquela encenação entre autoridade e sociedade operária, em que é possível perceber nas relações clientelistas do Sul da Bahia as articulações políticas feitas de ambas as partes, especialmente dos trabalhadores, pois ao render deferência a João Mangabeira, esperavam comprometê-lo publicamente com os interesses da SMPAI.

Oito dias depois da solenidade ocorreriam as eleições para representante parlamentar da Bahia no Congresso Nacional, em que figuravam como candidatos adversários do sul do estado Gileno Amado (PRD) e João Mangabeira (PRB). Por conta disso, o *A Época*, periódico vinculado ao PRD, denunciava o esforço da oposição para captar votos nos dias que antecederam o pleito. Sobre isso, dizia que:

A cabala esteve intensíssima em favor do Dr. João Mangabeira por parte da Associação Comercial e da Sociedade Monte Pio dos Artistas e dos poucos políticos da facção de Henrique Alves, os quais usaram por todos os meios, esbanjando dinheiro e promessas, para evitar maior derrota do seu candidato [...] A propaganda chegou aos extremos e o próprio sr. Mangabeira foi pessoalmente, de porta em porta, cavar seus votinhos, cansa a que nunca se abalara nos gordos tempos de outrora³¹³.

³¹² Idem. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 12/2/1921. ff. 44v-45.

³¹³ CEDOC/UDESC. *A Época*, 26/2/1921, ano IV, n. 25, p. 1.

Apesar de recorrer a Monte Pio, Mangabeira não foi o candidato mais votado em Itabuna. Perdeu para seu adversário Gileno Amado. Contudo, debitado o resultado das urnas, podemos indicar o dinâmico envolvimento de lideranças partidárias com as agremiações proletárias nas eleições da Primeira República. A cultura política não se restringia apenas aos votos de cabrestos, ao mandonismo e às fraudes eleitorais, conforme é fartamente verificado na historiografia sobre o coronelismo no Brasil. Em *Coronelismo, enxada e voto*, Victor Nunes Leal, por exemplo, afirma que “a pobreza do povo, especialmente a população rural, e, em consequência, o seu atraso cívico e intelectual constituíram sério obstáculo às intenções nobres”.³¹⁴ Noutras palavras, o analfabetismo e o universo rural eram fatores que explicavam a passividade e a incapacidade dos trabalhadores na política republicana brasileira. Por sua vez, Wilson Lins argumentava que os coronéis “brotados da burguesia comercial, tanto quanto os antigos senhores das sesmarias, exerciam um poder absoluto sobre suas comunidades” na Bahia.³¹⁵ Nestes termos, restaria apenas a dependência e a submissão, sem margem de atuação aos subordinados.

Hoje, no entanto, temos condições de dizer que o fazer político na Primeira República era permeado por movimentos calculados tanto de chefes de partidos quanto de sociedades operárias. Em suma, ambas as partes avaliavam as vantagens que podiam auferir da troca de apoio. Nesse sentido, apesar das características excludentes das práticas republicanas, é possível dizer que havia espaço de atuação e de expressão da prática associativa dos trabalhadores nas disputas travadas entre as oligarquias, donde podiam barganhar subvenções e participar direta e indiretamente na política institucional. Aliás, devemos ressaltar que os laços de dependência e de reciprocidade não se restringiam a um único líder oligárquico. A SMPAI se relacionava com dois adversários políticos ao mesmo tempo: João Mangabeira e Gileno Amado. Em 21 de julho de 1922, por exemplo, os diretores da agremiação decidiram que os retratos dos sócios beneméritos fossem colocados na seguinte ordem: em 1º lugar, João Mangabeira; em 2º lugar, Flaviano Moreira; em 3º lugar, Gileno Amado.³¹⁶ Sinal de como os artistas equacionavam suas relações com os diferentes chefes políticos.

Estas conexões entre os sócios da SMPAI e as autoridades políticas não eram inéditas no Brasil. O historiador Marcelo Mac Cord, ao estudar a Sociedade dos Artífices do Recife,

³¹⁴ LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1975, p. 258.

³¹⁵ LINS, Wilson. Mandonismo e obediência. In. *Coronéis e oligarquias... Op. Cit.*, p. 12. FALCON, Gustavo. Coronelismo de fronteira. In. *Op. Cit.*, 1988, p. 65.

³¹⁶ Idem. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 21/7/1922. ff. 34-34v.

destacou que havia a conveniência de “governantes pernambucanos incensar uma organização modelar”, “exemplo de disciplina e ordem”, com finalidades políticas desde o século XIX.³¹⁷ A historiadora Lysie Reis destacava os estímulos de “membros do alto escalão da burocracia estatal e parlamentares” que permitiam ao Liceu de Artes e Ofícios “angariar benefícios governamentais” da Bahia nos Oitocentos.³¹⁸ Em tempos republicanos, o Centro Operário da Bahia tornou-se uma máquina política de relações constantes com governadores das oligarquias, conforme apontou Aldrin Castellucci.³¹⁹ É bastante provável que os artistas e operários de Itabuna tomassem estas experiências associativas como referência ao estabelecer vínculos com lideranças políticas.

Convém dizer que não negamos o caráter violento, fraudulento e mandonista da cultura política da Primeira República. Cabe, no entanto, observar que não devemos levar ao limite a ideia de poder absoluto dos coronéis e das oligarquias, sem que houvesse uma margem atuação aos subalternos ou, em específico, aos trabalhadores que se organizavam em associações. Nas brechas do sistema político, artistas e operários atavam as classes dominantes aos seus anseios de benfeitorias, revertidos para suas escolas, filarmônicas e outras iniciativas. Havia uma rede de pressão constante que fazia com que intendentes, deputados e chefes políticos não subestimassem a força coletiva dos grêmios proletários. Com vistas a equacionar os diferentes interesses, elaborava-se uma política de dependência e de reciprocidade.³²⁰ Sem dúvida, essa relação era desigual, haja vista que não importava em grandes transformações ou em atos de rebeldia contra a dominação. Mas isso não fazia parte do horizonte dos sócios da SMPAI. Para eles, importava, antes de qualquer coisa, garantir a sobrevivência e o fortalecimento das suas instituições.³²¹

Nestes termos, as sociedades operárias como a SMPAI tornaram-se espaços para as costuras eleitorais daqueles que tinham pretensões políticas. Exemplo disso é que, noutras eleições, João Mangabeira fez questão de evidenciar sua inserção nas sociedades laborais de

³¹⁷ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania... Op. Cit.*, p. 37.

³¹⁸ REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício... Op. Cit.*, p. 169.

³¹⁹ CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores e máquina política nas eleições da Primeira República... Op. Cit.*

³²⁰ Reflexão inspiradas em Nobert Elias. Em seu estudo sobre as cortes europeias, ele considerou que mesmo os reis e os príncipes das nobrezas estavam inscritos numa rede de pressão constante dos seus súditos. O poder que se afigurava absoluto, em verdade, era regulado por uma política de dependência e reciprocidade que equilibrava os desígnios de indivíduos e de grupos diversos na sociedade. Esta avaliação se acomoda na reflexão sobre os laços que atavam chefes do coronelismo e os trabalhadores dos grêmios. Cf. ELIAS, Nobert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e a aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 50-51.

³²¹ Reflexão inspirada em Certeau. Para ele, os despossuídos podem reverter em seu favor práticas que a princípio estão no campo de força e de sedução do poder. Neste caso, consomem as relações política com os fortes até onde podem tirar proveito. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 Ver capítulo III: Fazer com: uso e táticas, p. 95.

Itabuna e de Ilhéus. Em 1923, ao receber queixas de que desprezava os votos de Itabuna, João Mangabeira disse em resposta, que a forma de mostrar como prezava seu eleitor era apresentar os “valiosíssimos serviços que saltam aos olhos, como a subvenção à Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna, Hospital da Misericórdia, Associação dos Empregados no Comércio, a remodelação completa de Ilhéus, e grandes outros benefícios feitos ao Sul da Bahia”.³²² Importa lembrar que essa disputa ocorreu ao final de 1923, quando o enfraquecimento da liderança de J. J. Seabra apresentava sintomas de agravamento e a Concentração Republicana construía a candidatura de Góes Calmon para Governo do Estado. Neste momento, Mangabeira e Antonio Pessoa consolidaram uma poderosa aliança, com o primeiro representando os interesses das oligarquias sul baianas no Congresso Nacional e o segundo indicando os intendentess que ocupariam o poder em Ilhéus até 1930.³²³

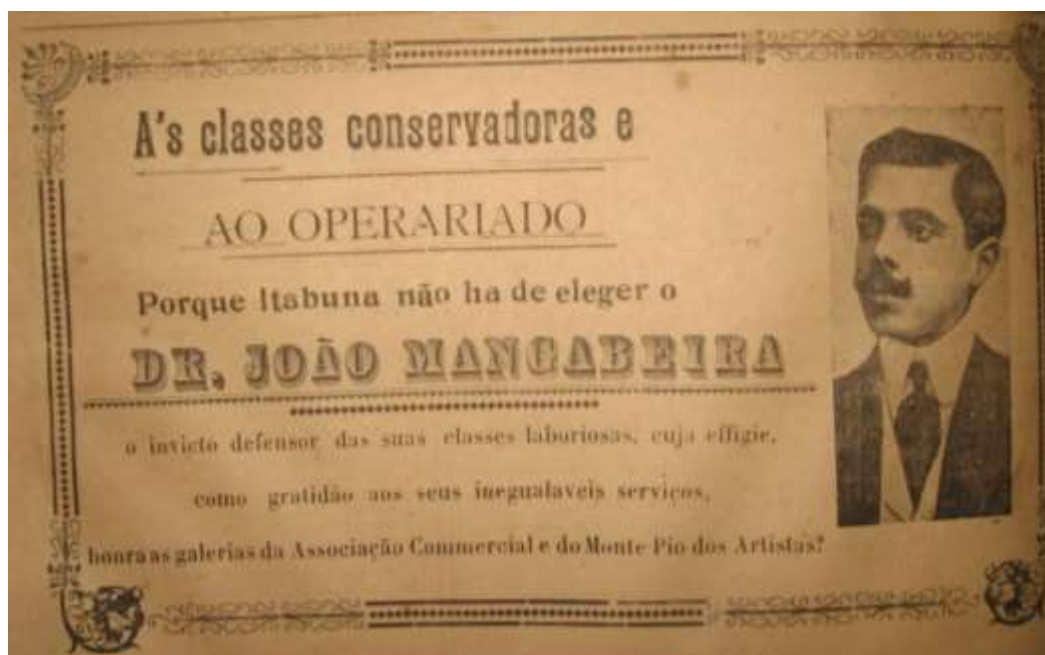


Figura 12 - Propaganda eleitoral de João Mangabeira na eleição parlamentar de 1924.
Fonte: CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 14/2/1924, ano IV, n. 191. p. 4.

Os patronos do operariado

De acordo com o historiador Jonas Brito, a vitória de Góes Calmon para o governo da Bahia foi sustentada por uma coalizão integrada por herdeiros de Rui Barbosa e os renegados de J. J. Seabra. Uma jogada política processada na esteira da eleição de Arthur Bernardes para presidente e, conseqüentemente, na derrota de Seabra com Nilo Peçanha na chapa da Reação

³²² CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 29/11/1923, ano IV, n. 180, p. 1.

³²³ PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquia, 1889-1934... Op. Cit.*, p. 180.

Republicana, em 1922.³²⁴ De olho na Bahia, o Palácio do Catete nomeou Miguel Calmon para ministro da agricultura, medida que alterou a correlação de forças estadual e preparou o terreno para a Concentração Republicana da Bahia (CRB). Em seguida, constituiu-se a candidatura de Góes Calmon, irmão de Miguel, para governador, a partir de uma intrincada aliança de chefes que historicamente se opunham à hegemonia seabrista, tais como, Simões Filho, Pedro Lago, os irmãos Mangabeira. No caso de Ilhéus, a atuação de João Mangabeira foi decisiva para que o cel. Antonio Pessoa abandonasse as hostes do PRD e integrasse a base de apoio do governo Calmon a partir de 1924.³²⁵

Apesar de ter alcançado o governo da Bahia, a base de apoio que sustentava os Calmons no poder era bastante heterogênea, como afirma Jonas Brito.³²⁶ Em torno da CRB, havia líderes oligárquicos que desejavam postos de comandos na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados, como recompensa à lealdade ao governo federal e estadual. Existia também o controle de determinadas zonas do estado por lideranças específicas. No Sul da Bahia, a articulação política ficou sob a influência de João Mangabeira num pacto inédito com o ex-seabrista cel. Antonio Pessoa. Outrora adversários políticos em Ilhéus (1908-1922), ambos se aliaram em função da coalizão pró Calmons no executivo do estado. Apesar disso, o que acentuou o acordo entre Pessoa e Mangabeira foi “a tradicional inveja dos plantadores de cacau e dos comerciantes em relação à Salvador como capital econômica”, pois viam nos Calmons a preponderância dos interesses da Capital em relação aos das classes dominantes do sul do estado, como afirma Eul Soo Pang.³²⁷

Com idade avançada, o cel. Pessoa utilizou sua influência política para garantir a manutenção do poder local entre seus parentes na década de 1920. Entre 1924 e 1930, já no governo de Calmon e Vital Soares, tornaram-se intendentess de Ilhéus seu filho Mário Pessoa (1924-1927) e seu genro Durval Olivieri (1928-1930). Dentre estes, o que mais angariou prestígio popular foi Mario Pessoa, tendo mantido boas relações com agremiações proletárias da cidade. No plano estadual, a representação ficou com o advogado Epaminondas Berbert de Castro, que esteve na assembleia legislativa (1924-1930). Finalmente, no Congresso Nacional, o partido pessoísta contou com o deputado Ramiro Berbert de Castro entre 1924 e

³²⁴ BRITO, Jonas. *A Bahia dos Calmons: um ás no jogo político da I República (1920-1926)*(Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2014. Brito afirma que a CRB abrigava homens ligados diretamente ao Catete, com destaque para os que haviam garantido sua presença na política de oposição durante os governos seabristas, tais como os irmãos Calmon e os irmãos Mangabeira, bem como Pedro Lago, p. 101.

³²⁵ FALCON, Gustavo. *Os Coronéis do Cacau... Op. Cit.*, p. 112-113.

³²⁶ BRITO, Jonas. *A Bahia dos Calmons... Op. Cit.*, p. 104.

³²⁷ PANG, Eul Soo. *Op. Cit.*, p. 181.

1930. Esses deslocamentos da política oligárquica terminaram resvalando nas sociedades operárias da cidade.

Como vimos no capítulo anterior, havia um associativismo operário emergente em Ilhéus a partir de 1918. Diferente de Itabuna, as sociedades eram criadas por extratos diversificados da classe trabalhadora: estivadores, caixeiros, artistas e operários. Essa pluralidade aumentava a dinâmica das relações com as autoridades políticas. Cada associação passou a estabelecer conexões com lideranças partidárias específicas, transformando-as em bases sociais de apoio. Valendo-se das contingências primárias dos grêmios, chefes políticos se apresentavam como interlocutores das causas operárias nas esferas do poder institucional. Em Ilhéus, essa atuação se ampliou especialmente com a aliança atada entre o cel. Antonio Pessoa e João Mangabeira. Sem as rivalidades políticas de outrora, Mangabeira, por exemplo, teve ainda mais liberdade de andar pelo município depois de 1924. Expressão disso foi a visita que o deputado fez em março daquele ano ao distrito de Pirangí (atual Itajuípe), pouco depois de ter sido reeleito para o Congresso Nacional. Acompanhado de intelectuais e dos coronéis Pedro Catalão e Alcides Kruschewsky, Mangabeira foi recebido na localidade sob o som da filarmônica 8 de dezembro e por “enorme massa popular” que se manifestava festivamente. Na sua chegada, o guarda-livros Amandio Mendes destacou que “Pirangí tinha a honra de hospedar um dos vultos mais evidentes da política nacional e um dos mais ardorosos oradores da raça latina”.³²⁸ O prestígio do parlamentar podia ainda ser comprovado em instituições de caráter beneficente e educacional, tal como no colégio Nossa Senhora da Piedade, onde foi homenageado na presença de várias personalidades.³²⁹

No entanto, a base de sustentação de João Mangabeira na classe trabalhadora foi a Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus. Sempre que passava pela cidade, o deputado recebia homenagens dos caixeiros, tal como aconteceu em março de 1925, quando foi recebido pelo diretor Edílio Ribeiro para conhecer as dependências do prédio social. Na oportunidade, os consócios destacaram a atuação do líder político em proveito do grêmio caixeiral, motivo pelo qual podiam apreciar “o desenvolvimento da associação em tão pouco tempo”.³³⁰ A gratidão expressa justificava-se pela subvenção federal no valor de 5:000\$000 (cinco contos de réis) previstos para os cofres da AECI no orçamento da União daquele mesmo ano.³³¹

³²⁸ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 18/3/1924, ano IV, n. 420, p. 1.

³²⁹ Idem. *Correio de Ilhéus*, 31/3/1925, ano V, n. 576.

³³⁰ Idem. *Correio de Ilhéus*, 2/4/1925, ano V, n. 577.

³³¹ Idem. *Correio de Ilhéus*, 28/7/1925, ano V, n. 626, p. 1.

Não era apenas com relação aos recursos financeiros que o prestígio de João Mangabeira poderia ser medido no interior da associação dos caixeiros. No capítulo 2 foi possível ver as divergências internas entre os empregados no comércio para compor a nova diretoria no biênio 1926-1927. Havia acusações de que negociantes de casas comerciais queriam controlar os postos da diretoria, excluindo aqueles que eram funcionários. Naquela ocasião, Mangabeira atuou na mediação dos conflitos e conseguiu estabelecer um acordo para a realização de novas eleições internas.

De posse destas boas relações, João Mangabeira lançou-se na campanha eleitoral para deputado federal em 1927, tendo por palanque a associação dos caixeiros. Ao chegar à cidade, o candidato foi recepcionado pelos consócios da AECI e por representantes da União Protetora dos Artistas e Operários e da Sociedade União dos Estivadores, que lhe conduziram até a residência do cel. Pedro Catalão. Em sua agenda de campanha, os caixeiros encontraram-se com João Mangabeira em sua sede, oportunidade em que elogiaram o parlamentar pela eloquência de seus discursos e pela defesa dos interesses de sua terra na capital da República. Contudo, a principal característica ressaltada foi o de ser “tribuno das causas proletárias” em função do seu trabalho para intermediar as pretensões dos “mais humildes e das classes laboriosas”. Em resposta, o deputado se disse emocionado ante os “moços do comércio”, comprometendo-se em fazer o que estivesse ao seu alcance para “o progresso daquela útil associação”.³³²

As eleições para o Congresso Nacional em 1927 não foram muito competitivas no Sul da Bahia. A chapa apresentada pelo cel. Antonio Pessoa previa apenas um candidato para o distrito eleitoral que abrangia Ilhéus e Itabuna, que era exatamente o deputado João Mangabeira. Por sinal, Lopes Filho, farmacêutico que frequentava o universo associativo operário, comentou na imprensa os acordos prévios do PRB que evitaram maiores disputas pela boca de urna e dispensaram “despesas fúteis, tais como frete de trem para transporte de eleitores, diárias de hotéis, passeios em auto-ônibus para o Banco da Vitória, aperitivos nos bares e quejandas próprias às farras eleitorais”.³³³ Mesmo quando não havia tanta concorrência, Mangabeira comparecia às suas bases operárias para reforçar o apoio, o que indicava a importância de percorrer as associações de trabalhadores às vésperas de eleição. De igual forma se comportaria seu correligionário Ramiro Berbert de Castro, porém se articulando com outra base social: operários e artistas.

³³² IGHB. *Pequeno Jornal*, 11/2/1927, III, n. 208, p. 1; *Pequeno Jornal*, 18/2/1927, ano III, n. 210, p. 1-2.

³³³ Idem. *Pequeno Jornal*, 23/2/1927, ano III, n. 212, p. 1.

As relações entre Ramiro Berbert de Castro e a União Protetora ficaram mais estreitas com a declaração de utilidade pública obtida no Congresso Nacional em 1925. Havia três anos que os artistas e operários lutavam pela construção da sua sede social, buscando amparo junto aos poderes públicos municipais e realizando atividades de arrecadação solidária. No entanto, o dinheiro não era o bastante para manter o funcionamento da organização e sua escola noturna. Por isso, quando recebeu a notícia enviada pelo deputado Berbert de Castro, o presidente Antonio Soares da Cunha Júnior celebrou a possibilidade de obter uma subvenção federal por intermédio do parlamentar, ao dizer que “deve ser esse o seu pensamento, com o qual somos absolutamente solidários e por cuja realização fazemos os melhores votos”.³³⁴ As expectativas da diretoria tornaram-se realidade quando um mês depois foi publicada no Diário Oficial da União a verba 10:000\$000 (dez contos de reis) para a UPAOI, por sinal, o maior valor recebido entre as sociedades do Sul da Bahia.³³⁵

O reconhecimento da União Protetora como sociedade utilidade pública federal foi uma ação importante para o prestígio do deputado Ramiro Berbert de Castro. Apesar de pertencer às famílias dos “novos-ricos”³³⁶ do Sul da Bahia, filho do coronel Ramiro Idelfonso de Araújo Castro, sua trajetória política não era tão extensa se comparada a João Mangabeira ou a do cel. Antonio Pessoa. Em 1919, Castro concluiu o curso de medicina em Belo Horizonte. Depois de exercer a profissão no interior de Minas Gerais, lançou-se candidato à Assembleia Legislativa baiana em 1920, onde teve atuação discreta até mesmo sob a ótica dos jornais do partido de situação. Em março de 1924, concorreu a deputado federal pela Concentração Republicana e, no mês seguinte, tomou posse no Congresso Nacional. Portanto, dentre os nomes políticos que atuavam no Sul da Bahia, Ramiro Berbert de Castro talvez fosse o de menor experiência e o que tivesse menos expressão entre as sociedades de Ilhéus.³³⁷ Adotar as causas da principal agremiação proletária da cidade representava uma medida oportuna para sua escalada política na região.

Depois de obtida a subvenção, o primeiro encontro de Ramiro Berbert de Castro com os sócios da UPAOI aconteceu em março de 1926, quando o parlamentar visitou Ilhéus.

³³⁴ Idem. *Diário do Povo*, 17/6/1925, ano I, n. 16, pp. 1-2.

³³⁵ Idem. *Diário do Povo*, 16/7/1925, ano I, n. 33, p. 1.

³³⁶ A designação de “novos-ricos” refere-se ao fato de a família Berbert de Castro pertencer ao grupo que ascendeu economicamente a partir da exportação de cacau, especialmente na virada do século XIX para o XX, e que controlou o poder municipal (apenas a partir de 1912, com a hegemonia de Pessoa), em contraposição às famílias “aristocráticas” que possuíam tradição política e social desde os tempos da colônia, a exemplo dos Adami, Sá, Bittencourt. Cf. MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. In. Op. Cit., 2007.

³³⁷ CPDOC/FGV. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro... Op. Cit.*, Verbete: Ramiro Berbert de Castro. Consultar também BRITO, Raimundo de Souza. *O livro de Ilhéus... Op. Cit.*, p. 65.

Desde sua chegada, diversas homenagens foram realizadas ainda no porto da cidade, com as presenças de outros chefes locais e representantes de entidades, tais como o cel. Antonio Pessoa e o deputado estadual Epaminondas Berbert de Castro, os diretores da Associação Comercial e os da Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus. No entanto, o destaque da imprensa foi para a “Sociedade União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus, de cujas aspirações o deputado Berbert se constitui dedicado patrono no Parlamento da República”, e que, como a nota informou, compareceu “encorpada, com o respectivo estandarte a frente”.³³⁸

Depois da recepção no porto, os sócios da UPAOI conduziram o deputado Ramiro Berbert de Castro para uma sessão solene em que os consócios agradeceriam a sua atuação em prol de sua sociedade. Em tom de elogio, O *Correio de Ilhéus* disse que sendo “S. Exa., defensor impetérito e decidido das classes humildes e trabalhadoras”, não poderia “deixar de ir sentir de perto as palpitações esplêndidas dos nobres sentimentos dos operários de Ilhéus, por cuja causa tem se batido, com acendrado amor e grande galhardia, naquela casa do congresso nacional”. Ainda segundo o jornal, aproveitando a presença de mais de 500 pessoas, “na maioria sócios daquela corporação”,³³⁹ Castro descreveu os operários da agremiação como “possuidores dessa força, que é o trabalho, fulcro de todo o progresso, bússola de toda civilização” e, por isso, merecedores da “simpatia de Ilhéus, assim como tendes merecido toda minha simpatia mais sincera, o meu culto de apreço e admiração”.³⁴⁰

O deputado Castro falou por aproximadamente trinta minutos e lembrou a sua iniciativa, no ano anterior, de tornar a União Protetora uma associação de utilidade pública. Ele narrou seus esforços para obtenção do benefício junto aos colegas da Câmara dos Deputados e do Senado, citando a cooperação do senador federal Pedro Lago para a conquista da subvenção no Congresso Nacional. Acrescentou que a justificativa para o projeto de lei foi fundamentada em “merecido elogio e com o prazer que sempre teve de ser o intérprete de todos os humildes, de todos os operários”.³⁴¹ A sessão foi encerrada pelo farmacêutico Lopes Filho, orador da agremiação. Ele elogiou “o estado político em que permanece nestes últimos tempos” o município e enalteceu a “decisiva e valiosa colaboração na obra nobilitante em prol dos operários e artistas de Ilhéus”. No momento final, o intendente Mário Pessoa também

³³⁸ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 2/3/1926, ano VI, n. 717, p. 1.

³³⁹ Idem. *Correio de Ilhéus*, 6/3/1926, ano VI, n. 719, p. 1.

³⁴⁰ IGHB. *Pequeno Jornal*, 6/3/1926, ano II, n. 90, pp. 1-2.

³⁴¹ Idem. *Ibidem*, p. 2.

participou da solenidade e “num gesto espontâneo” ofereceu dez bancos-cadeiras para a escola noturna da sociedade.³⁴²

As distinções da UPAOI ao deputado Ramiro Berbert de Castro reiteram os laços de compromisso entre chefes oligárquicos e o associativismo operário na Primeira República. Havia uma economia de favores pautada numa reciprocidade que possibilitava a cada liderança partidária ter uma base social de apoio necessária a finalidades políticas. Ao se colocar na condição de “patrono das causas operárias” nas esferas institucionais da República, havia da parte de Berbert de Castro uma forma hábil de legitimar seu próprio poder e seu senso de justiça como representante dos interesses de cidadãos laboriosos. Sinal de que os modos de dominação se exprimiam também pelo reconhecimento das demandas populares pelas autoridades, desde que coubesse aos coronéis ou aos chefes oligárquicos o papel de interlocutores junto ao governo ou de prepostos da justiça social.³⁴³ Nesse sentido, Maria Isaura de Queirós sugere que o mandonismo fosse também intercalado por extensas relações de favores que incluía os de baixo. A hegemonia das oligarquias brasileiras nem sempre se reproduzia pelo uso e abuso da violência, mas simultaneamente por acordos que lhes rendesse a posição de benevolentes ou de justos diante de seus subordinados.³⁴⁴

Faz sentido observar que as relações entre líderes oligárquicos e suas bases operárias refletiam as redes de poder tecidas dentro do sistema político brasileiro. Ramiro Berbert de Castro, ao falar de seu trabalho em prol da UPAOI, fez questão de ressaltar a atuação de Pedro Lago, senador do PRB naquela ocasião. Em acréscimo, Mário Pessoa também aproveitou para demonstrar sua benevolência com os operários e os artistas ao doar cadeiras para a escola da agremiação. Deste modo, havia uma economia de favores mediada pelo grupo oligárquico que comandava o PRB no Sul da Bahia. Outro exemplo foi a eleição de 1927, em que mesmo não sendo candidato pelo 3º distrito (situado na zona do Recôncavo), Berbert de Castro compareceu a Ilhéus para “fazer a propaganda eleitoral [da] chapa oficial como partidário da causa mangabeirista”.³⁴⁵ Poucos dias antes, o parlamentar havia

³⁴² APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 6/3/1926... *Op. Cit.*, p. 1.

³⁴³ Para Thompson, a “hegemonia da *gentry* e da aristocracia no século XVIII não se exprimia, primordialmente, pela força militar nem pelas mistificações de um clero ou da imprensa, mas no ritual das cortes de Justiça”. No caso do coronelismo brasileiro, defendemos que os modos de dominação levavam em consideração formas de convencimento que projetavam lideranças oligárquicas como patronos ou intérpretes da causa operária. THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos ingleses e outros artigos...* *Op. Cit.*, p. 225.

³⁴⁴ QUEIRÓS, Maria Isaura P. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1976, p. 168.

³⁴⁵ IGHB. *Pequeno Jornal*, 4/2/1927, ano III, n. 206, p. 1.

comunicado aos diretores da União Protetora mais uma subvenção federal destinada à construção do seu prédio social, animando assim os consócios às vésperas do pleito.³⁴⁶

Berbert de Castro e União Protetora se encontraram novamente, em março de 1929, em Ilhéus. Meses antes, ainda em 1928, o deputado havia sido beneficiado com o título de sócio benemérito pelos artistas e operários, pelo qual demonstrou gratidão em telegrama.³⁴⁷ No entanto, foi somente no ano seguinte que compareceu à sede social e pôde receber as homenagens dos diretores da sociedade. Na solenidade, o médico e orador oficial Soares Lopes frisou “os serviços prestados àquela sociedade pelo recepcionado, que é um dos seus maiores beneméritos”. Em resposta, o deputado falou de sua emoção diante da “demonstração de estima, que ele sabia que era sincera” e, em seguida, falou da importância de se criar uma caixa escolar para manutenção das aulas ofertadas pela instituição.³⁴⁸ Sobre isso, disse:

A União Protetora dos Artistas e Operários, que já inaugurou sua suntuosa sede em edifício próprio, surgiu da necessidade de amparo mútuo, entre seus associados, e de sua mais perfeita cultura social e cívica. O elemento artístico e operário aí tem, em seus admiráveis intentos, a mais condigna expressão democrática.

União Protetora dos Artistas e Operários concretizou, pois, belamente seu ideal, com a instalação de seu colégio gratuito para os sócios que precisem de instrução e, principalmente para seus filhos, havendo já formado um ‘jazz-band’, por minha iniciativa, para cultura do gosto artístico de seus associados, cujo moderno instrumental, vindo da França, tive o prazer de ofertar a essa benemérita sociedade, como demonstração do meu sincero apreço pelo seu alto valor social³⁴⁹.

O trecho acima foi extraído da brochura intitulada *Conferências*, produzida pelo próprio Berbert de Castro, cuja venda seria revertida em favor da caixa escolar da UPAOI. Ao tratar da União Protetora, sua história é contada com a visão paternalista de quem ocupa os espaços de poder. Do ponto de vista do deputado, os artistas e os operários só ergueram uma agremiação forte porque se imbuiu da “mais perfeita cultura social e cívica”, ou, noutras palavras, não rompeu com as hierarquias sociais. Nesse caso, ante a dificuldade de continuar concretizando “belamente seu ideal”, era tarefa dos chefes políticos estimular e conceder àqueles trabalhadores a possibilidade de manter suas agremiações, promovendo a instrução primária. Dito desta forma, as ações dos grêmios laborais eram entendidas como resultado da benevolência e do “apreço pelo seu alto valor social” que emanavam dos seus “patronos”, da

³⁴⁶ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 15/1/1927, ano VI, n. 842, p. 2.

³⁴⁷ Idem. *Correio de Ilhéus*, 19/5/1928, ano VIII, n. 1045, p. 2.

³⁴⁸ BPEB. *Diário da Tarde*, 7/3/1929, ano II, n. 311, p. 1.

³⁴⁹ CASTRO, Ramiro Berbert de. *Conferências*. Rio de Janeiro: s/i, 1930, p. 47-49.

economia de favores a que estavam atados com seus interlocutores políticos, subtraindo o protagonismo dos trabalhadores de sua própria obra.

Na perspectiva do deputado Ramiro Berbert de Castro, os trabalhadores só poderiam se posicionar como dependentes da vontade soberana dos senhores que assumiam suas causas. Não por acaso, destacou que os associados da UPAOI podiam “patrocinar politicamente a causa de qualquer candidato, que tenha prestados serviços à sociedade”. Na visão dos de cima sobre o paternalismo, diante das concessões e dos favores prestados, cabia aos dependentes reconhecer em forma de apoio eleitoral àqueles que lhes beneficiavam. De qualquer modo, essa era uma retórica paternalista que evidencia que, antes de usar a força e a violência, as lideranças políticas da Primeira República estabeleciam laços de compromisso com as organizações dos operários. Esboçavam forma de interação e de incorporação dos de baixo na política institucional, através de trocas de favores por fidelidade eleitoral.

Apesar da arquitetura de poder das oligarquias, interessava-lhes ocupar o posto de “patrono das causas operárias” para assegurar a simpatia e o apoio de alguns setores subalternos, sobretudo quando podiam aglutinar eleitores em potencial. Deste modo, a coerção nem sempre era a melhor forma de garantir a vitória nas urnas, mas, sim, o esforço de transitar entre o operariado e ocupar o espaço de “patrono” ou “defensor” do associativismo operário. Nesse caso, as figuras do coronel ou do chefe poderoso e mandonista eram substituídas pela imagem da autoridade serena, intelectualizada e diplomata dos interesses dos trabalhadores, cujos serviços lhes davam prestígio para se projetar politicamente. Ao tratar de mandonismo no Brasil, a historiadora Maria Isaura Pereira de Queirós falava da importância de identificar as várias formas da relação entre os “mandões políticos e seus sustentáculos nas urnas” e frisava as possíveis “margens de manobra” e “poder de barganha que os indivíduos detinham em períodos de disputas pelo poder”.³⁵⁰

Para Aldrin Castellucci, havia um *modus operandi* dos militantes, principalmente durante as eleições, que transformava as agremiações operárias em máquinas políticas na Primeira República. Segundo ele, os membros do Centro Operário da Bahia “não questionavam ou colocavam em xeque, [...] os pilares da ordem estabelecida”, mas buscavam “a integração da classe trabalhadora ao sistema político e social”.³⁵¹ Nesse sentido, além de votar nos candidatos das oligarquias, os trabalhadores do COB vislumbravam trajetórias em cargos de juiz de paz e conselho municipal. No Sul da Bahia, imaginamos que os apelos dos

³⁵⁰ QUEIRÓS, Maira Isaura de. *Op. Cit.*, p. 170-171.

³⁵¹ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República... Op. Cit.*, p. 228.

artistas e operários fossem até mais moderados do que os da capital. Isto porque interessava mais aos sócios da UPAOI assegurar relações políticas que lhes garantissem recursos para a sobrevivência de suas instituições. Isso não quer dizer que não tenha existido pretensões políticas entre ativistas do associativismo operário de Ilhéus e de Itabuna. Conforme veremos a seguir, houve esboços individuais de candidaturas até para deputado estadual, mas estas ambições não eram generalizadas ou coletivas.

Um marceneiro na política das oligarquias

Na década de 1920, o associativismo dos trabalhadores permitiu que algumas de suas lideranças almejassem um lugar de destaque na política das oligarquias. Estar à frente da diretoria de uma sociedade operária proporcionava um papel de destaque, pois se tornavam figuras públicas de representação social na imprensa e junto aos poderes constituídos. Neste capítulo, vimos como Flaviano Moreira, na condição de presidente da Sociedade Monte Pio, viabilizou um encontro de João Mangabeira com os sócios artistas às vésperas das eleições de 1921. Do mesmo modo, outros dirigentes de grêmios utilizaram seus postos para fazer conexões políticas e vislumbrar eleições para cargos municipais, tais como fizeram Leopoldo Freire e Elpídio Soares também pela SMPAI. Contudo, a trajetória de Flaviano Moreira é um bom exemplo de como o universo da política das oligarquias podia ser frequentado por sujeitos do mundo trabalho.

Ser diretor das agremiações operárias possibilitava conhecer os problemas sociais e econômicos do Sul da Bahia. O analfabetismo, a pobreza e as variações da lavoura cacauieira eram sentidos diretamente pelos sócios da agremiação, que diante das dificuldades, intensificavam suas solicitações de auxílio. Em paralelo, as lideranças das sociedades também tinham conhecimento das movimentações político-partidárias existentes em Itabuna e Ilhéus. Em ambas as questões, Flaviano Moreira não só tinha ciência, como se posicionava publicamente pela imprensa. Por ser um marceneiro – artista qualificado – e instruído, produzia textos em que comentava a situação política e o desenvolvimento econômico da região. Em 1920, ele escreveu para o jornal soteropolitano *A manhã* sobre a condição das estradas do interior do estado e o governo J. J. Seabra, conforme segue abaixo:

Ao governo bem intencionado do progresso de um povo, nos seus ombros pesa o árduo dever de dotá-lo por todos os princípios de tudo que venha eleva-lo e enriquece-lo para a sua maior grandeza. [...] Acima do luxo paira a necessidade do povo, não pode haver vaidade onde campeia a miséria!

Entretanto, nosso governo [...] que mais se descuida é da proteção à lavoura, não querendo compreender que ela é quem concorre mais diretamente para o enriquecimento dos cofres do estado. O sul da Bahia e com especialidade as zonas de grandes futuros onde é elevadíssimo o cultivo do cacau, vive em pobreza extrema das estradas.³⁵²

É muito provável que Flaviano Moreira pensasse no desenvolvimento do Sul da Bahia consumindo a retórica do progresso regional produzida por uma fração das classes dominantes que reclamava atenção do Governo do Estado. De acordo com Guerreiro de Freitas e Angelina Garcez, fazendeiros e comerciantes se queixavam dos impostos cobrados e dos benefícios públicos diminutos para o Sul da Bahia.³⁵³ Nesse caso específico, Moreira aproveitou para criticar o governador Seabra, dando sinais de sua preferência política. Por acréscimo, vale também enfatizar que o marceneiro escreveu para um periódico da capital, o que também nos dá uma noção do seu trânsito em Salvador, para onde viajava com certa regularidade.

Os problemas regionais permaneceram nos interesses de Flaviano Moreira em 1924. Aproveitando a passagem de Góes Calmon pela região, o marceneiro disse que se o governador tivesse demorado mais no “celeiro máximo da riqueza do estado”, veria as necessidades dos agricultores e dos comerciantes. Em tom de advertência, disse que J. J. Seabra “não prestou ouvidos à grandiosa ideia” de patrocinar a agricultura do cacau em benefício de Ilhéus e de Itabuna apresentada pelo advogado Salomão Dantas, porque era “surdo, como sempre os governos que cuidam mais da politicalha, da grei que o cerca e o bajula”.³⁵⁴ Desta vez, além de atacar o seabrismo, demonstrou seu alinhamento com os próceres da CRB, agrupamento que tinha o Salomão Dantas como uma das lideranças em Itabuna.

Flaviano Moreira também escreveu sobre a condição do proletariado. Em 1923, quando pretendia organizar o I Congresso de Artistas e Operários do Sul da Bahia, o líder do SMPAI mirou novamente o governo de Seabra. Salientou que as agremiações operárias já existentes não conseguiam êxito em seus propósitos por conta do descaso dos políticos. Sobre a educação, citou que “uma só escola mantida unicamente pelos governos para educar os artistas não se registra”, o que contribuía para o avanço do analfabetismo entre os empobrecidos. Moreira também se queixava da falta de amparo aos trabalhadores que sofriam

³⁵² BN. *A manhã*, 12/5/1920, p. 5.

³⁵³ Cf. FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de; GARCEZ, Angelina R. N. *Bahia Cacaueira: estudos de história recente*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1977, p. 24-26.

³⁵⁴ CEDOC/UDESC. *Jornal de Itabuna*, 17/4/1924, ano IV, n. 200, p. 1.

com o acidente no trabalho, o descuido com a higiene e a saúde, e com a falta de habitações populares. “O operariado da Bahia vive no esquecimento oficial, sem auxílio para progredir como as demais classes”, sentenciava o marceneiro.³⁵⁵

De posse dessas críticas, Flaviano Moreira transitava pelos municípios do Sul da Bahia, sobretudo em associações de trabalhadores, onde procurava arregimentar seus colegas para trabalhar pelo “engrandecimento do operariado”. Em 1º maio de 1923, foi convidado para proferir a palestra em função do dia do trabalho na União Protetora, em Ilhéus. Por lá, tratou da importância da “união, feita em bases sérias, do operariado sul baiano”, que conduziria à fraternidade da classe.³⁵⁶ Em geral, as palavras de Moreira revelam um sujeito preocupado com o amparo aos trabalhadores pelo Estado. Sua crítica se concentrava na ineficácia da política republicana em assistir as demandas populares, apesar dos esforços e das



Figura 13 - Flaviano Moreira, marceneiro, sócio fundador e benemérito da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna. S/d. Fonte: CEDOC/UESC. Jornal de Itabuna, 1922.

contribuições das classes laboriosas na sociedade.

Flaviano Moreira aproveitava o calendário festivo das agremiações para lançar suas posições em favor do operariado. Na Sociedade Monte Pio, ele fazia apresentações no 1º de maio relembrando os mártires de Chicago. Em 1926, comemorou que a data do trabalho era marcada pelas “grandes lutas travadas em Chicago”, onde trabalhadores enfrentaram as adversidades pelo “engrandecimento da classe”. Aproveitou ainda para fazer “várias comparações, confrontando a luxúria das avenidas e dos palácios, com os charcos e municípios acéfalos, com os desmandos dos dirigentes da nação, lamentando a pobreza, o analfabetismo, e etc”.³⁵⁷ De acordo com Batalha, o episódio em

que líderes operários norte-americanos protestaram por melhores condições de trabalho e foram violentamente reprimidos pela polícia em 1886 fazia parte da cultura operária de diversas tendências ideológicas, cuja memória simbolizava as lutas e a redenção dos trabalhadores contra as classes dominantes.³⁵⁸

³⁵⁵ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 29/3/1923, ano III, n. 144, p. 1.

³⁵⁶ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 1/5/1923, ano III, n. 287, p. 1.

³⁵⁷ CEDOC/UESC. *A Época*, 24/4/1926, ano IX, n. 65, p. 1. ASMPAI. *Livro de Álbum Social da SMPAI*, 1/5/1926. ff. 42v-44.

³⁵⁸ BATALHA, Claudio H. M. *Cultura associativa no Rio de Janeiro na Primeira República*. In. *Culturas de classe... Op. Cit.*, p. 367.

Na prática, os discursos de Moreira combinavam uma tímida crítica social com denúncias políticas, mas que condenavam formas de enfrentamento contra o capital. Seria difícil sintonizar os ideais do marceneiro com as correntes ideológicas do operariado da Primeira República. O mais provável é que fosse um pensamento que valorizava forma de cooperação entre empregados e patrões, tendo o Estado como mediador do amparo e da assistência na incorporação dos trabalhadores na sociedade de classe.³⁵⁹ Do ponto de vista regional, tais ideias norteavam parte considerável das agremiações, que se apropriavam dos princípios de progresso, de engrandecimento e de evolução social para defender o operariado. Em Itabuna, havia poucos sinais da presença de doutrinas sociais de esquerda. Sabemos apenas da passagem de um sujeito chamado Anibal Lopes, que teria fundado o Partido Socialista de Itabuna, em 1921, segundo o historiador Mario Augusto Santos Silva.³⁶⁰ Há informações de que ele tenha ficado na cidade até 1927, quando retornou a Salvador e foi preso. No entanto, os ecos de suas atividades no Sul da Bahia se perderam no tempo.

Homem instruído, dono de sua própria oficina de marcenaria, a trajetória de Flaviano Moreira pela cultura associativa dos trabalhadores se intensificou com a SMPAI, da qual foi sócio fundador. Presidente da principal agremiação de artistas por vários biênios nos anos 1920, ele ganhou notoriedade e prestígio social. Era também muito elogiado por seus companheiros em função de sua dedicação à sociedade. Por conta disso, foi homenageado com o título de sócio benemérito por seus “serviços prestados [...] desde o início de fundação desta sociedade” e pelo que “ainda esperava que fizesse”. Em agradecimento, disse que a homenagem era uma “prova de apreço com que era distinguido” e prometeu “não se afastar do caminho traçado que era trabalhar para o engrandecimento da Monte Pio e elevação da classe operária de Itabuna”.³⁶¹ Por sinal, sua fotografia ficou ladeada pelos retratos de João Mangabeira e Gileno Amado, dois importantes beneméritos, conforme citamos anteriormente.

A reputação de Flaviano Moreira sofreu reveses a partir de 1923. Em 16 de julho deste ano, ele surpreendeu a diretoria com um ofício de renúncia ao posto de presidente da assembleia geral da SMPAI, sem justificar sua decisão. Formou-se uma comissão com os consócios Leonardo Ferreira, Manoel da Mata Virgem, Manoel Lisboa e Ângelo Ribeiro para

³⁵⁹ Sobre as correntes ideológicas do operariado da Primeira República, consultar BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário da Primeira República*, 2000. Batalha se refere à corrente cooperativista que se caracterizava por uma crítica modesta, defesa do entendimento com os patrões, contrário às greves e um virulento antissocialismo. Ele destaca que a corrente foi muito comum entre os círculos operários católicos, p. 27-28.

³⁶⁰ Cf. SILVA, Mario Augusto S. *República do povo: sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

³⁶¹ ASMPAI. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 29/3/1921. f. 46.

fazê-lo desistir de abandonar a diretoria, porém o marceneiro manteve sua decisão. Posteriormente, Flaviano Moreira compareceu à assembleia geral e tentou se explicar, mas ao tomar a falar, dizia que “não declarava o motivo que o fizera renunciar [...] e nem havia o que obrigasse a isto fazer, pois saberia conservar a grande mágoa no interior de sua alma”. Por fim, disse também que “não era um idiota para apresentar razões nesta assembleia composta de trinta e seis membros, dentre os quais, ele não contava com sua maioria”.³⁶²

Apesar de gozar de prestígio entre seus companheiros, Flaviano Moreira também era reconhecido por ações intrépidas e comportamentos instáveis na diretoria da SMPAI. Aliás, aquela não era a primeira vez que entregara uma carta de renúncia. Em 1920, ele já tinha ameaçado por escrito abandonar a agremiação, quando foi convencido por outros consócios a permanecer.³⁶³ Contudo, em 1923, Moreira contava com adversários internos. Este era o caso dos diretores Leopoldo Freire e Edgar de Barros, os quais aprovaram o pedido de saída da sociedade.

As divergências entre Flaviano Moreira e Leopoldo Freire começaram desde a solicitação deste último para se tornar sócio da SMPAI. A proposta de associação foi indeferida por Moreira sob a justificativa de que Freire não era artista de profissão. Foi necessário que Edgar de Barros interviesse na diretoria, alegando a boa conduta e a honestidade do candidato a sócio.³⁶⁴ Na realidade, havia motivos políticos partidários que explicavam as ações de ambos os lados. Edgar de Barros e Leopoldo Freire pertenciam ao grupo político de Gileno Amado (PRD), que apoiava J. J. Seabra até 1924. Freire além de proprietário de padaria exerceu também o cargo de juiz de paz em Ferradas. Sua inserção na Sociedade Monte Pio facilitava o trânsito de coronéis e parlamentares de seu partido oligárquico. Por sua vez, o marceneiro, diante de sua postura anti-seabrista e em prol de Mangabeira, se esforçava para garantir sua influência política entre seus pares.³⁶⁵

Essas movimentações nos mostram como a política oligárquica repercutia na SMPAI, apesar das proibições em seus estatutos. Sinal de que os trabalhadores das associações viviam as disputas das facções partidárias, tomavam partidos e participavam do que era possível da dinâmica da Primeira República. Isso também nos permite questionar a noção de que aos de

³⁶² ASMPAI. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 16/7/1923. f. 49v-50. 18/7/1923. f. 56-56v.

³⁶³ Idem. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 25/7/1920. f. 17v-18.

³⁶⁴ Idem. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 21/11/1922. f. 43v-44.

³⁶⁵ A família Freire era bastante influente em Itabuna na primeira metade do século XX. Além de Leopoldo, seu irmão Armando Freire pertencia ao grupo político de Gileno Amado desde 1912, quando J. J. Seabra subiu ao poder, ocupando cargos no Conselho Municipal e na Intendência. Cf. MENEZES, Moacir Garcia. *Recordações históricas de Itabuna*. Itabuna: Via Literatum, 2005, p. 55; FOGUEIRA, Manoel B. *O jequitibá da Taboca... Op. Cit.*, p. 250-252.

baixo cabia apenas obedecer, passivamente, como massa amorfa, as determinações as hierarquias sociais. Havia uma dinâmica mais complexa que envolvia, inclusive, a ação de lideranças operárias em favor deste ou daquele chefe político. Exemplo disso é que, depois de integrado a Monte Pio, Leopoldo Freire teve duas proposições de candidatos a sócio indeferidas pelo marceneiro: a de seu irmão Baltazar Freire; e a de Gentil Amado, deputado sergipano que era parente de Gileno Amado.³⁶⁶

Com sua renúncia aceita pela diretoria, a situação de Flaviano Moreira ficou ainda mais adversa. Na sessão para eleição do biênio 1923-1924 foram apresentados boletins anônimos que chamavam os consócios da SMPAI de “ignorantes, analfabetos, sem representação e sem valor! E ainda de bobos.” Na mesma reunião, Moreira enviou ofício em que protestava contra a difamação da Sociedade Monte Pio e acusava os que ficavam no anonimato de “fracos, covardes e cínicos”. Todavia, para Leopoldo Freire, a correspondência enviada comprovava “a positiva e flagrante autoria dos baixos boletins no próprio signatário do presente ofício”. Ele defendeu que o castigo “deveria ser o desprezo geral de nossos sócios ao sr. Flaviano Moreira, este que há tempo vem interrompendo a marcha desta sociedade, motivado pelo injustificável despeito e seu conhecido desprestígio social”. Os sócios criaram uma comissão liderada por Júlio Santos para investigar a autoria dos panfletos junto às redações de imprensa de Itabuna.³⁶⁷

Àquela altura, as eleições tinham dado a vitória ao grupo de Edgar de Barros e a Leopoldo Freire para o biênio 1923-1924. Eles permaneceram influentes até o final da década de 1920. Na sessão pós-eleições, a investigação da comissão constatou que os boletins tinham sido produzidos por Flaviano Moreira, cuja comprovação foi atestada pelo advogado Lafaiete Borborema. Em função disso, muitos sócios se frustraram com a notícia, pois lembravam a trajetória de “abnegação e serviços prestados” do marceneiro à frente da associação. Porém, reconheceram também que “nos últimos meses vem mesmo se desviando de sua dedicação, ora com discussões infundadas, ora com artigos publicados em gazetas, e ora com tais boletins”, e que, por isso, defendia sua suspensão ou eliminação. Aproveitando-se da oportunidade, Freire desconfiou das “faculdades mentais” do acusado e afirmou que “para seu castigo não precisa mais do que a sua derrota formidável nas últimas eleições processada no dia 7 de outubro, o que foi prova provada do seu desprestígio social, cuja lição de moral talvez lhe sirva para nova orientação”.³⁶⁸

³⁶⁶ ASMPAI. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 30/8/1923. f. 57v-59.

³⁶⁷ Idem. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 7/10/1923. f. 60-66v.

³⁶⁸ Idem. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 15/10/1923. f. 68-69v.

O desfecho do caso dos boletins foi a suspensão por seis meses de Flaviano Moreira da Sociedade Monte Pio. Na relação de forças internas da SMPAI, tratava-se de um revés significativo para alguém que era sócio fundador e benemérito. O estudo de trajetória individuais nos ajuda a perceber as marcas da heterogeneidade política no interior das associações operárias, conforme aponta Benito Bisso Schimidt.³⁶⁹ Diferente dos sindicatos sob a influência do anarquismo e do socialismo, nas agremiações de Itabuna emergia um cenário de emergência de conflitos entre simpatizantes dos diferentes grupos oligárquicos.

Depois que sua suspensão terminou, Flaviano Moreira continuou frequentando a SMPAI, mas nunca mais voltou a ocupar a presidência. Por outro lado, ampliou seu envolvimento com a política oligárquica a partir de 1925. A virada na política estadual foi crucial para esta decisão. Com a ascensão de Góes Calmon ao governo da Bahia, o controle da Intendência Municipal também mudou de mãos em Itabuna. Depois de 15 anos no poder (desde 1912), o grupo de Gileno Amado (PRD) perdeu sua hegemonia local. Em seu lugar, as lideranças da CRB assumiram os principais cargos do município (delegados, juízes, conselheiros etc.) sob a orientação dos deputados estaduais Salomão Dantas e Ruffo Galvão, e do deputado federal João Mangabeira. Em 1925, o candidato oficial do PRB foi o velho coronel Henrique Alves dos Reis, principal adversário dos seabristas. Por sua vez, Moreira se candidatou a uma vaga no Conselho Municipal. Sem êxito, recebeu 101 votos, muito distante dos 1139 votos obtidos pelo primeiro colocado cel. Antonio da Silva Botelho, conforme os números oficialmente publicados.³⁷⁰

O marco da queda do seabrismo em Itabuna ocorreu em agosto de 1925, quando, depois de ter demitido delegados e juízes de paz sob a influência de Gileno Amado, o governador entregou a administração às mãos das lideranças do seu partido do município. Em 16 de agosto, o cel. Henrique Alves partiu de Ilhéus, onde mantinha residência, com destino à Itabuna para receber as manifestações de apoio. O trem que conduziu o chefe político também foi ocupado pelos deputados Salomão Dantas e Ruffo Galvão, além de coronéis e correligionários do PRB. Entre eles, estava Flaviano Moreira. Na programação prevista havia diversas solenidades, dentre as quais uma passeata pelas principais ruas da cidade e a realização de discursos em saudação ao principal homenageado. Na Rua Miguel Calmon, em

³⁶⁹ SCHIMIDT, Benito B. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarina, 2004, p. 211.

³⁷⁰ CEDOC/UDESC. *Jornal de Itabuna*, 26/11/1925, ano IV, n. 284, p. 4.

palestra carregada de “entusiasmo se fez eco o sentimento do ardoroso artista Flaviano Moreira”, tendo recebido o “abraço comovido” do cel. Henrique Alves dos Reis.³⁷¹

Convém destacar a coragem de Moreira em apresentar publicamente suas preferências políticas, num período de embates acirrados. As lideranças do PRD ocuparam a Intendência até às vésperas da posse do cel. Henrique Alves. Para termos uma noção das rivalidades em Itabuna, somente com a força policial foi possível desocupar a sede da Intendência e dar posse a Henrique Alves.³⁷² Aliás, no dia da solenidade, em 1º de janeiro de 1926, o artista estava presente, tendo feito discurso e aparecido na primeira fileira da foto oficial em frente ao prédio do poder municipal (ver imagem). Em troca desse engajamento político, ele esperava obter apoio para suas aspirações políticas pessoais.



Figura 14 – Posse do cel. Henrique Alves dos Reis em 1/1/1926. Foto registra a presença de Flaviano Moreira (indicado na seta) na solenidade de posse do novo intendente. Fonte: CEDOC/UESC.

³⁷¹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 18/8/1925, ano V, n. 635, p. 2. CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 20/8/1925, Ano V, n. 270, p. 1.

³⁷² Os conflitos políticos entre as facções do PRD de Gileno Amado e do PRB de Henrique Alves e Salomão Dantas podem ser conferidos em FOGUEIRA, Manoel. *Jequitibá da Taboca... Op. Cit.*, No APEB, há o processo de Habeas Corpus referente à ocupação da Intendência de Itabuna pelo PRD. APEB. *Processo crime. Habeas Corpus impetrado por Laudelino Lorens e outros*. Itabuna, 1925. Localização: estante 226, caixa 225, doc. 47.

Uma das pretensões políticas de Flaviano Moreira era ser deputado estadual. Por isso, pretendeu lançar sua candidatura em 1926 pelo PRB, tendo percorrido outras cidades, além de Itabuna, para angariar apoio e votos da base operária. Em 16 de novembro, Moreira apresentou manifesto em favor de sua aspiração ao legislativo baiano na SMPAI.³⁷³ Infelizmente, as atas não registraram a reação dos seus pares. Em seu manifesto, é provável que o teor tenha sido próximo do que publicou no *Jornal de Itabuna*. Em nota intitulada “O operariado do sul do estado quer um representante da classe na câmara estadual”, ele informava ter passado por Belmonte, Canavieiras e Ilhéus, difundindo suas ideias em defesa de um trabalhador nas altas casas do estado. Dizia também já circular um abaixo-assinado com “mais de mil assinaturas de artistas e operários”, a ser enviado ao governador Góes Calmon para inclusão de seu nome na chapa oficial. O periódico avaliou a iniciativa como “louvável aspiração do operariado” e dizia que “o candidato é digno e muito pode trabalhar pelo engrandecimento da classe”.³⁷⁴

Sua propaganda não parou por aí. Flaviano Moreira procurou a mais importante agremiação de artistas e operários de Ilhéus para pedir apoio. Na UPAOI, parece ter conquistado algum apreço pela campanha, já que os associados ilheenses enviaram um ofício para a Sociedade Monte Pio dizendo apoiar a candidatura e anunciando uma visita à sua có-irmã itabunense para discutir o tema.³⁷⁵ Em 13 de dezembro de 1926, os companheiros da União Protetora compareceram a Itabuna e disseram na SMPAI que estavam ali para apoiar o manifesto do candidato do operariado. Porém, o redator da ata nada mais registrou sobre o que conversaram ou debateram.³⁷⁶ Para completar, também não sabemos qual o destino da campanha do marceneiro, já que não encontramos seu nome na lista de votados no resultado das eleições parlamentares de 1927.

Ainda é difícil dizer por que a candidatura de Flaviano Moreira não progrediu entre seus próprios pares, sobretudo, pelo silêncio das fontes. Podemos especular algumas hipóteses. No que tange aos seus companheiros da Sociedade Monte Pio, a situação pode ser explicada pelo descrédito ou pelas ressalvas com que os planos de Moreira eram vistos por seus colegas, haja vista as constantes polêmicas em que se envolvia dentro e fora da agremiação. Além disso, o deputado Salomão Dantas, que havia assumido a liderança do PRB em Itabuna, circulava entre os artistas marcando presença em diversas atividades da

³⁷³ ASMPAI. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 16/11/1926, f. 101-102.

³⁷⁴ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 4/12/1926, p. 1.

³⁷⁵ ASMPAI. *Ofício da União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus para a Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna*, 3/12/1926, f. 1.

³⁷⁶ Idem. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 13/12/1926. f. 102-102v.

associação e contando com o apoio do presidente Elpídio Soares do Rosário.³⁷⁷ Em complemento, há indícios da insatisfação do marceneiro com o intendente Henrique Alves em 1927. Em 21 de abril daquele ano, a imprensa especulava que Moreira andava aborrecido com o coronel por tê-lo preterido de uma das vagas ao conselheiro municipal, e que mesmo as lideranças do PRB, tal como Arthur Nilo de Sant'ana, diziam que ele “está pesado”, referindo-se ao seu desprestígio junto ao chefe municipal.³⁷⁸

O insucesso com as candidaturas para deputado e conselheiro não impediu que o marceneiro continuasse figurando nos quadros do PRB de Itabuna. No plano local, o governo do coronel Henrique Alves dos Reis caiu no desgosto dos seus companheiros de partidos em função das medidas centralizadoras e personalistas, que por sinal, também haviam deixado insatisfeito Flaviano Moreira. Em 1928, desgastado com seus correligionários, o velho chefe foi substituído por Benjamin de Andrade na Intendência Municipal. Naquela oportunidade, outro integrante da Sociedade Monte Pio tentou entrar no mundo da política nas eleições de 1927. O alfaiate Elpído Rosário do Soares se candidatou ao Conselho Municipal, mas obteve apenas 74 votos. Sorte um pouco melhor teve Moreira, que pleiteou novamente o cargo de juiz de paz do primeiro distrito e conseguiu a expressiva votação de 1205 eleitores. Desafortunadamente, quantidade insuficiente para alcançar o primeiro lugar conquistado por Jerônimo Joaquim de Almeida, que teve 1253 votos.³⁷⁹

Na política nacional, Flaviano Moreira e Elpídio Soares do Rosário figuraram entre os nomes que compunha o comitê itabunense pró – Júlio Prestes e Vital Soares, cujo propósito era utilizar a “palavra escrita e falada nos comícios populares e na imprensa, e o alistamento em escritórios que deverão ser imediatamente instalados”.³⁸⁰ Infelizmente, as pesquisas encontraram poucas informações sobre a atuação deste comitê em Itabuna, quase sempre relacionadas às manifestações das lideranças do partido em defesa da chapa situacionista. Numa delas, os defensores da chapa situacionista chegam a tocar na questão social, dizendo que o candidato Júlio Prestes preferia “a política que proporciona ao povo os meios necessários a bem vestir-se e bem alimentar-se, a política que garante o teto ao pobre, que cuida de ministrar-lhes ensinamentos e meios necessários ao trabalho da terra”.³⁸¹ A retórica sobre a questão social justificava publicamente o apoio concedido aos candidatos do governo federal e estadual, mas sobretudo, era a possibilidade de manter boas relações, conseguir

³⁷⁷ ASMPAI. *Livro de atas da diretoria da SMPAI*, 12/5/1927, f. 45v.

³⁷⁸ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 21/4/1927, ano VII, p. 1.

³⁷⁹ Idem. *Jornal de Itabuna*, 30/11/1927, ano VII, n. 275, p. 2.

³⁸⁰ Idem. *Jornal de Itabuna*, 2/10/1929, ano X, n. 464, p. 1.

³⁸¹ Idem. *Jornal de Itabuna*, 30/11/1929, ano X, n. 470, p. 1.

recursos e almejar postos na política que podem explicar melhor a adesão de Moreira e Rosário.

Em julho de 1930, quatro meses depois da eleição presidencial, Flaviano Moreira sugeriu que a Sociedade Monte Pio incorporasse o “Plano Seriado”, que era uma verba pública para a manutenção de escola por entidades beneficentes, que contava com o apoio do senador Pedro Lago e dos deputados João Mangabeira, Simões Filho e Ramiro Berbert de Castro. Noutra oportunidade, o consócio Aquilino Xavier propôs que se telegrafasse para Pedro Lago, congratulando-o pela sua nomeação ao Governo do Estado. A sugestão provocou polêmica na assembleia geral, tendo alguns companheiros se posicionado contra ao envio da correspondência, alegando que os estatutos da entidade proibiam manifestações político partidárias, mas, apesar disso, a proposta foi aprovada. Situação parecida ocorreu quando Moreira propôs novamente que se telegrafasse ao deputado Berbert de Castro em função de sua defesa pela manutenção das subvenções federais no orçamento da união para sociedades beneficentes de classe.³⁸²

Em 1930, Flaviano Moreira se afastava mais uma vez do círculo da Sociedade Monte Pio, dessa vez, para atuar na fundação do Centro Operário Itabunense, do qual fez parte de sua primeira diretoria.³⁸³ Nos governos provisório e constitucional de Vargas, o marceneiro manteve sua participação nos partidos e nas questões ligadas ao movimento dos trabalhadores, escrevendo textos elogiosos sobre a lei de sindicalização e fundando um centro de propaganda eleitoral em prol da candidatura de Juraci Magalhães em 1934, e de José Américo, em 1937.³⁸⁴ Já Leopoldo Freire ocupou cargos relevantes nas sociedades dos artistas até 1929, quando se envolveu em conflitos internos sobre sua participação na filarmônica Amantes da Lira (agremiação musical oponente da Filarmônica Euterpe Itabunense) e terminou sendo eliminado da associação por seus companheiros. Por sua vez, Edgar de Barros e Elpídio Soares do Rosário continuaram sua trajetória como líderes da Monte Pio, tendo o primeiro ocupado o cargo de delegado de polícia na década de 1930 e o segundo atuado discretamente nos círculos políticos de Itabuna.

³⁸² ASMPAI. *Livro de atas da SMPAI*, 13/7/1930. f. 39v-40.

³⁸³ CEDOC/UESC. *A Época*, 20/12/1930, Ano XIII, n. 589, p. 1.

³⁸⁴ CPDOC/FGV. *Boletim eleitoral pró-Juraci Magalhães nas eleições de 1934*. Centro de Propaganda eleitoral dos artistas e operários do Sul da Bahia. 12/8/1934, pp. 1-4.

Um professor defensor das classes humildes

Na Bahia, o movimento operário foi permeado pela atuação de intelectuais ou bacharéis que se dedicavam às causas dos mais humildes. Advogados, médicos, professores e literatos frequentavam as associações onde se ocupavam de auxiliar com sua formação acadêmica na defesa dos interesses coletivos do operariado. Em Salvador, por exemplo, Cosme de Farias e Agripino Nazareth se tornaram referências como militantes em sociedades beneficentes, irmandades religiosas e partidos operários.³⁸⁵ Alguns deles eram, inclusive, sucedâneos do abolicionismo. Este era o caso de Manuel Querino que, desde a década de 1880, atuava em favor da abolição dos escravos escrevendo para jornais e participando da Sociedade Libertadora Baiana, de acordo com Maria das Graças Leal.³⁸⁶ As dificuldades de acesso à educação e os filtros elitistas da sociedade baiana contribuíam para que sujeitos ilustrados atuassem nas diretorias, sobretudo exercendo funções que requisitassem conhecimentos específicos de escrita, oratória e das leis do País. Além disso, não devemos esquecer o fascínio que o ambiente intelectual exercia sobre jovens que postulavam a glória acadêmica e literária, conforme aponta Schmidt, o que tornava as sociedades plataformas potenciais para a exibição pública de vaidade e de ostentação individual.³⁸⁷

Em Ilhéus, intelectuais e bacharéis compuseram os quadros da diretoria de importantes agremiações. Havia uma tendência de reservar o cargo de orador para estes sujeitos. Na União Protetora, o médico João Baptista Soares Lopes foi eleito diversas vezes como orador. Os bacharéis de direito atuavam na assessoria jurídica, quer por questões de conflitos policiais (quando ocorria), que por conta das leis sociais que beneficiavam trabalhadores já na Primeira República. Bom exemplo disso foi o advogado Oscar de Andrade, bastante influente entre os artistas e operários. No entanto, o que mais projeção ganhou nos círculos de trabalhadores foi Nelson Schaun.

Nascido em 10 de abril de 1901, Schaun tornou-se professor e literato muito conhecido no Sul da Bahia. Na década de 1920, organizou um curso particular em que lecionava português e matemática básica, mas também ensinou nas escolas da União Protetora e da Associação dos Empregados no Comércio. Também tinha influência no

³⁸⁵ Para estudos históricos biográficos destes personagens, consultar CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Agripino Nazareth e o movimento operário na Bahia. In. *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 64, 2012; SANTOS, Mônica Celestino. *As trincheiras do major Cosme de Farias (1875-1972)*(Tese de Doutorado). Salvador: PPGH/UFBA, 2011.

³⁸⁶ LEAL, Maria das Graças Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas*. Bahia: 1851-1923. São Paulo: Annablume, 2009, p. 207.

³⁸⁷ SCHIMIDT, Benito B. *Op. Cit.*, p. 219.

Ginásio Castro Alves, um dos poucos estabelecimentos que ofereciam instrução secundária na região. Ao lado de outros intelectuais, participava do Grêmio Olavo Bilac, que se reunia para discutir temas ligados às letras vernáculas e às escolas literárias. Outro campo em que atuou com afinco foi a imprensa, onde começou escrevendo poesias e notas minúsculas, até se tornar redator do *Pequeno Jornal* (1925-1926) e do *Correio de Ilhéus* (1926-1930). Tais credenciais lhe permitiram transitar por entre as sociedades operárias, integrando diretorias e atuando como orador em solenidades políticas.³⁸⁸ Em 1924, já era identificado por ser uma pessoa de “temperamento combativo” e de “inteligência lúcida” em favor de “iniciativas vibrantes”.³⁸⁹

O espaço da imprensa serviu também para que Nelson Schaun escrevesse sobre temas ligados ao mundo do trabalho e da política. Em 1925, fundou uma publicação intitulada de *O Labor*, um panfleto propagandista da Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus em que havia notícias locais, charadas, poesias, anedotas e anúncios comerciais que interessassem à sociedade ilheense.³⁹⁰ Nas páginas do *Pequeno Jornal*, destacava a atuação das agremiações proletárias diante de sua beneficência e da dedicação com o trabalho. Em 26 de junho de 1925, em artigo intitulado *Labor omnia vincit*, defendeu a dedicação ao trabalho e ao progresso.

Aí está uma frase latina ‘muito velha e sempre nova’ [...] traduzamo-la para o vernáculo, para que doutos e indoutos a relembrem e a saibam: ‘o trabalho vence tudo’. E, por isso, [...] vimo-la repetida, gráfica ou oralmente, em muitos artigos e orações arcaicos como em outros congêneres modernos. Tem-nos trazido à razão a evidência de que o trabalho é uma lei na vida e a base inalienável do progresso³⁹¹.

Ao falar do trabalho, Nelson Schaun invocava a ética da laboriosidade como critério de progresso e de reconhecimento social. O texto tinha um tom sociológico que buscava provar que a valorização do trabalhador implicaria no desenvolvimento material e numa “equação social” que inibiria os conflitos e as desigualdades na sociedade moderna.³⁹² Noutros textos de sua autoria, Schaun defendeu a incorporação do operariado na condição de agente do progresso merecedor de leis e direitos que garantissem melhores condições de vida

³⁸⁸ SCHAUN, Maria. *O elo perdido*. Ilhéus, BA: Editus, 1999, p. 62-65. SCHAUN, Maria. *Nelson Schaun merece um livro...* Ilhéus, BA: Editus, 2001.

³⁸⁹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 10/4/1924, ano IV, n. 431, p. 2.

³⁹⁰ Idem. *Correio de Ilhéus*, 25/7/1925, ano V, n. 625, p. 1.

³⁹¹ IGHB. *Pequeno Jornal*, 26/7/1925, ano I, n. 30, p. 1.

³⁹² Idem. *Ibidem*, p. 1.

e trabalho. É com base nessa premissa que ele participou ativamente de campanhas pela regulamentação da jornada de trabalho e atuou nas diversas agremiações de Ilhéus.

A militância nos jornais sinalizava igualmente as simpatias de Nelson Schaun pelo partido controlado por Antonio Pessoa e seus vínculos com o governo municipal e estadual. Em 1926, ele deixou o *Pequeno Jornal* e tornou-se redator do *Correio de Ilhéus*. A mudança gerou polêmica. Em nota, o professor reclamou que Antônio Pitágoras (proprietário e redator do *Pequeno Jornal*) utilizava seu nome em artigos controversos. Em suas palavras, disse que era “oportuna a declaração de que já me desliguei daquele órgão, espontaneamente, até



Figura 15 - Nelson Schaun. Professor, jornalista, oficial da promotoria e do Conselho Municipal, líder de associações laborais e membro do PRB em Ilhéus. Fonte: CEDOC/UESC. Correio de Ilhéus, 1928.

porque os meus labores não me facultam ensanchas para que continue redator do precitado periódico, mormente agora que exerço, por generosa confiança do Exmo. Sr. Senador Antonio Pessoa, digno diretor deste vespertino, as funções de redator do *Correio de Ilhéus*”.³⁹³ A resposta de Pitágoras veio em tom de crítica política à atitude do professor, dizendo ironicamente que sem contar com a “generosa confiança do Exmo. Sr. Senador Antonio Pessoa”, “pelos artigos e notícias” só ele próprio haveria de se responsabilizar. Em complemento, afirmou que “o resto é pura mentira ou simples evasivas que bem as conheço e sei com que fim as emprega o ilustre doutor, professor, promotor e redator”, dando a entender que Schaun se envolvia com os chefes das oligarquias apenas em proveito individual.³⁹⁴

A controvertida ida de Nelson Schaun para o *Correio de Ilhéus* é uma evidência notória de suas escolhas políticas após 1926. Como afirmamos anteriormente, o referido periódico era o órgão oficial de imprensa do Partido Republicano da Bahia e dirigido pelo cel. Pessoa. Por meio dele, os jornalistas tinham acesso aos bastidores do poder, muito diferente do *Pequeno Jornal*, que possuía caráter mais popular, por vezes, com críticas ao governo. Ao assumir o posto de redator do periódico situacionista, Schaun também marca posição nas fileiras do partido pessoísta e na defesa dos governos municipais de Mário Pessoa (1925-1927) e Durval Olivieri (1928-1930) em Ilhéus.

³⁹³ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 11/2/1926, ano V, n. 710, p. 2.

³⁹⁴ IGHB. *Pequeno Jornal*, 19/2/1926, ano II, n. 86, p. 1.

Atuar no *Correio de Ilhéus* também lhe dava expressão de autoridade diante do associativismo operário da cidade. Aliás, ao figurar nas hostes do PRB local, Nelson Schaun passou a ocupar o cargo de oficial contínuo no Conselho Municipal, que por sinal foi presidido pelo cel. Antonio Pessoa, a partir de 1926. Como funcionário do legislativo ilheense, Schaun exerceu a função de secretário nas interlocuções políticas com associações mutualistas, beneficentes e religiosas. Em adição, tornou-se também adjunto da promotoria, o que potencializava o respeito típico de funcionários do poder judiciário. Por outro lado, a condição de preposto da oligarquia que controlava o poder local em Ilhéus lhe conferia respeito diante das sociedades de trabalhadores. Aliás, como já afirmamos, ele já atuava na AECI desde 1924 e, a partir de 1926, desempenhará funções cruciais na direção desta associação. Porém, suas atividades foram mais além.

Em 1926, os carregadores de Ilhéus fundaram a primeira sociedade beneficente da categoria. Naquela oportunidade, Schaun já era identificado por sua proximidade com os interesses do operariado da cidade. Por isso, ao compor a diretoria da recém-criada entidade, um dos atributos lembrados foi ser “um dos mais convictos e decididos amigos das classes humildes”.³⁹⁵ Apesar de a caracterização ter sido feita pelo jornal em que ele era redator-chefe, não podemos negar que sua desenvoltura nas sociedades lhe dava reputação suficiente para ser reconhecido um defensor das “classes humildes”. Outras duas categorias que contaram com a participação efetiva do professor foram as dos motoristas e dos padeiros. Em junho de 1928, ele esteve envolvido na criação do Centro Automobilístico de Ilhéus, que tinha aspectos muito mais de regulamentação e de controle dos profissionais do que de defesa da classe dos motoristas. Ainda assim, foi convidado para auxiliar a fundação e terminou sendo escolhido como presidente da entidade em vista de ser “desprendido pugnador dessas causas que falam dos interesses das classes trabalhistas”.³⁹⁶

A criação da União dos Padeiros de Ilhéus ocorreu na virada de 1928-1929 e Nelson Schaun também esteve envolvido diretamente. Justificando a inserção no contexto de outros “centros adiantados”, informou que os padeiros se “reuniram agora no sentido de organizarem a corporação que lhes defenderá os direitos e lhes cuidará dos interesses”. A fundação da sociedade foi marcada por uma pauta de reivindicação, provavelmente importada de outras cidades,³⁹⁷ em que solicitavam “aos proprietários de padarias, no sentido de que seja supresso

³⁹⁵ Idem. *Correio de Ilhéus*, 4/11/1926, ano VI, n. 814. P. 1.

³⁹⁶ Idem. *Correio de Ilhéus*, 2/6/1928, ano VIII, n. 1051, p. 2.

³⁹⁷ Em Salvador, os padeiros formaram sua sociedade desde 1919 e participaram das greves naquele mesmo ano. Entre os pontos recorrentes na pauta, estava a jornada de trabalho e o serviço aos domingos. Para outras

o trabalho dos padeiros, durante as noites dos domingos”. O manifesto era assinado por 28 operários, que pediram, em paralelo, uma reunião com seus patrões e o reconhecimento da associação que seria criada em 1º de janeiro de 1929. Em função disso, os “operários das padarias” convidaram o professor Nelson Schaun, “invocando-lhe os bons ofícios em prol dessa ideia” e sua postura de “abnegado defensor das classes humildes”.³⁹⁸

Na véspera do novo ano de 1929, os padeiros e Nelson Schaun haviam definido que os trabalhos nas padarias não seriam mais realizados aos domingos e que, a partir de janeiro, às segundas-feiras não seriam vendidos pães novos. A decisão era endossada em reconhecimento à “época em que todas as classes trabalhistas tem já reivindicado a regulamentação da hora do trabalho”.³⁹⁹ Todavia, o movimento encontrou dificuldades para avançar, pois os patrões questionaram a legalidade das aspirações dos trabalhadores das padarias junto à Intendência. Este foi o caso da panificadora Santo Antônio, de propriedade do sr. Erothildes Melo, situada no Pontal, que recorreu ao Código de Posturas Municipais para se opor aos padeiros. Além disso, o *Diário da Tarde* criticou a ação de lideranças do movimento e disse que “ninguém os pode obrigar a não trabalhar aos domingos”. O alvo das críticas era o professor Schaun, já que as considerações partiam do jornal adversário.⁴⁰⁰

A situação ficou mais tensa no domingo, dia 8 de janeiro, quando cerca de 50 padeiros em companhia de Nelson Schaun foram para frente da panificadora Santo Antonio. De acordo com Erothildes de Melo, o objetivo dos manifestantes era “impedir, por qualquer meio, ainda que fosse um meio violento, a fabricação da preciosa massa alimentícia”. Em função disso, o proprietário do estabelecimento chamou a polícia, que guarneceu o estabelecimento, fazendo com que os trabalhadores perdessem o entusiasmo com sua ação. O patrão solicitou auxílio policial também para a noite, pois houve boatos de que os padeiros insatisfeitos poderiam retornar para promover atentados contra a propriedade.⁴⁰¹ Partindo do *Diário da Tarde*, as denúncias do uso de violência eram propositalmente exageradas, pois para os opositores do governo era conveniente embaraçar um sujeito com vínculos com os poderes públicos. Como se vê, apesar de suas ligações com as oligarquias, o professor se envolvia em embates abertos com alguns setores do patronato para defender os interesses dos trabalhadores.

informações, conferir DANTAS, Raul Fernando N. *A luta em torno do pão: a experiência dos operários de padarias em Salvador (1919-1932)*. Monografia de graduação. Alagoínhas, BA: UNEB, 2013, p. 40-41.

³⁹⁸ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 29/12/1928, ano VIII, n. 1136, p. 2.

³⁹⁹ BPEB. *Diário da Tarde*, 31/12/1928, ano I, n. 256, p. 4.

⁴⁰⁰ Idem. *Diário da Tarde*, 2/1/1929, ano I, n. 258, p. 4; 4/1/1929, ano I, n. 260, p. 2.

⁴⁰¹ Idem. *Diário da Tarde*, 8/1/1929, ano I, n. 263, p. 1.

A propósito, em sua resposta sobre o ocorrido na padaria do Pontal, o professor fez questão de ressaltar sua trajetória de educador das principais escolas, de presidente de agremiações de classe, de “porta-voz autorizado desta política de ordem, trabalho e moralidade”, de adjunto da promotoria, de secretário do Conselho Municipal e de jornalista para negar que estivesse “chefiando algum grupo de desordeiro”. Explicou que o que fez foi “só, exclusivamente, pôr-se à frente dos padeiros de Ilhéus no sentido de pleitear, para esses pobres seres humanos, sem garantia, sem proteção de nenhuma espécie, o descanso dominical, porque todos precisam descansar”.⁴⁰² Para Schaun, a atuação no universo da política e da sociedade oligárquica se combinava sem problemas com seu engajamento nas causas operárias, conferindo-lhe até autoridade para se manifestar na defesa dos mais humildes.

Com efeito, a combinação de preposto das oligarquias hegemônicas, associada aos importantes cargos que ocupava no poder judiciário e legislativo, e sua relação com as associações operárias só reforçou o prestígio do qual gozava em Ilhéus. Deste modo, ele se tornou um personagem da política oligárquica ao atar os laços entre o operariado organizado e as lideranças partidárias. Por sinal, ele também contava com companheiros que o auxiliavam nesta função. Este era o caso, por exemplo, do médico e professor Camilo Lellis da Mata. Os dois estavam presentes nas comemorações do aniversário do intendente Mario Pessoa em 1926. Na oportunidade, a UPAOI e a AECI saudaram o chefe local com uma solenidade em que discursaram “em sinal de gratidão pelo muito que tem feito S. Exa. em prol das úteis sociedades”.⁴⁰³

Não por coincidência, foi exatamente nas proximidades do aniversário do cel. Pessoa que correram informações da possível candidatura de Nelson Schaun para deputado estadual pelo PRB em 1926. Em resposta aos “amigos do 7º distrito de Ilhéus”, o professor agradeceu sua indicação para a assembleia legislativa que, segundo ele, se devia a “fidalga generosidade dos meus amigos do grandioso rincão, [...] reduto magnífico de labor honrado e edificante”. A região que reivindicava a candidatura de Schaun no município era o distrito de Ouro Preto, próximo do arraial de Pirangí, um dos logradouros mais populosos de Ilhéus. Mas era também a região em que sua família provavelmente possuía propriedades. Em 11 de setembro de 1926, o *Correio de Ilhéus* trouxe outras informações sobre a candidatura de Schaun,

⁴⁰² APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 10/1/1929, ano VIII, n. 1140, p. 1.

⁴⁰³ Idem. *Correio de Ilhéus*, 23/7/1927, ano VII, n. 920, p. 1.

informando que correligionários de Itabuna e do interior do município pediam ao líder do partido a inscrição do “digno postulante” a deputado estadual.⁴⁰⁴

Alegando sua curta trajetória, Nelson Schaun publicou uma resposta em que dizia não se sentir pronto para envergar uma candidatura a deputado estadual. No entanto, ele fez questão de reiterar sua gratidão ao chefe cel. Pessoa. Em suas palavras, disse:

Serei sempre fiel a orientação do meu chefe, e, como filho da Bahia, ardoroso defensor da política do trabalho, probidade, inteligência e grandeza, iniciada e mantida pelo Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, o emérito reintegrador do meu estado, no regime da ordem, da moralidade e da garantia dos direitos constituídos dos cidadãos e uma verdadeira segurança das instituições políticas.⁴⁰⁵

De fato, a candidatura de Nelson Schaun não foi homologada pelo PRB nas eleições de 1926. Tal como Flaviano Moreira em Itabuna, o professor esbarrou na dificuldade de empreender uma candidatura nos marcos da política oligárquica da Primeira República. Ainda assim, não deixa de ser notória a forma com que os dois vislumbraram a entrada no universo da política institucional na década de 1920, apesar da predominância de indivíduos oriundos das classes dominantes. Mesmo com o discurso despretensioso, Schaun fincava posições políticas dentro e fora do partido do cel. Pessoa e do governador Góes Calmon.

Em dezembro de 1927, a gestão do intendente Mario Pessoa chegava ao final. Ele seria sucedido por seu cunhado Durval Olivieri entre 1928 e 1930, preservando a hegemonia do cel. Pessoa e a força do PRB em Ilhéus. No último mês de governo, Nelson Schaun liderou uma comissão incumbida de organizar homenagens ao governador municipal que findava seu mandato. Uma das ações foi mobilizar diretores de agremiações para compor o quadro de participantes na solenidade. A União Protetora informou, por meio do secretário Camilo Lellis da Mata, que por unanimidade havia decidido aderir “à manifestação imponente” e que a sociedade “jamais poderia ficar indiferente, ante as provas de reconhecimento que serão prestadas ao grande patriota, que tão grandes serviços de edificantes e altruísticos sentimentos de amor e dedicação lhe têm prestado”. Outrossim, a União dos Estivadores “hipotecou sua solidariedade às homenagens que vão ser prestadas”.⁴⁰⁶ Ao convocar as diversas agremiações da cidade, Schaun pretendia dar um caráter popular para as honrarias remetidas a Mário

⁴⁰⁴ Idem. *Correio de Ilhéus*, 11/9/1926, ano VI, n. 796, p. 1.

⁴⁰⁵ Idem. *Ibidem*.

⁴⁰⁶ Idem. *Correio de Ilhéus*, 15/12/1927, ano VII, n. 982, pp. 1-2.

Pessoa. Isso também indicava seu capital social perante o conjunto do associativismo proletário e a capacidade de traduzi em apoio político.

Em 7 de janeiro de 1928, a solenidade foi realizada com uma passeata que partiu da residência de Mário Pessoa em direção ao palácio municipal, onde foram feitos discursos e realizadas exibições musicais das principais filarmônicas da cidade. O orador oficial da festa, Nelson Schaun ressaltou as obras construídas e a atuação do intendente. Falou das intervenções urbanas realizadas nas avenidas e nas praças, da exportação direta do cacau pelo porto ilheense e do saneamento das contas públicas do município.⁴⁰⁷ Em meio às deferências prestadas, Schaun silenciou as divergências de Mário Pessoa com os carroceiros em 1926 (Vide capítulo 1) e a convivência com a abertura do comércio para além do tempo regulamentar no código de posturas criado por ele.

Em compensação, sua fidelidade partidária lhe permitiu continuar nos cargos de adjunto de promotoria e de secretário do Conselho Municipal na gestão do intendente seguinte, posições que lhe garantiam relativa autoridade junto aos círculos associativos dos trabalhadores. Na Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus, participou de duas campanhas importantes como presidente entre 1928 e 1929: a implantação da Semana Inglesa e a campanha contra a demissão arbitrária nas casas comerciais. Neste período, organizou palestras, manteve contato com outras associações de empregados do País, especialmente a do Rio de Janeiro, motivo pelo qual conseguiu trazer a discussão da lei de férias e da jornada de trabalho de 8 horas para Ilhéus.

Em paralelo à sua atuação no associativismo de trabalhadores, o professor mergulhou num ano agitado por conta das eleições presidenciais de março de 1930. Depois de muito tempo, as oposições de Ilhéus se reorganizaram sob a liderança principalmente de Eusínio Lavigne em torno da Aliança Liberal. Aliás, Lavigne será um dos adversários mais ferrenhos de Schaun, pois vai disputar a simpatia das agremiações operárias nas vésperas do pleito presidencial. Por sua vez, o professor estará ao lado da chapa Júlio Prestes e Vital Soares, que simbolizava a expansão da hegemonia calmonista para a esfera nacional. As classes dominantes que orbitavam em torno da chefia do Cel. Pessoa apoiaram os candidatos oficiais, que teve em Schaun um dos seus principais propagandistas políticos. Em outubro de 1929, o nome dele estava no manifesto publicado pelo Partido Republicano da Bahia como componente das comissões eleitorais responsáveis pelo alistamento eleitoral no município.⁴⁰⁸

⁴⁰⁷ Idem. *Correio de Ilhéus*, 10/1/1928, ano VIII, n. 993, pp. 1-2.

⁴⁰⁸ Idem. *Correio de Ilhéus*, 17/10/1929, ano IX, n. 1251, p. 1.

Esse clima de rivalidade movimentou a cidade em torno dos debates e dos comícios que revelam a atuação de setores do operariado em tempos de coronelismo.

A hora e a vez dos comícios

Nas vésperas das eleições de 1930, o clima de animosidade política envolveu chefes dos partidos, associações de trabalhadores e imprensa em Ilhéus. Os “*meetings*”, como eram chamados os comícios, aqueceram as discussões em torno da chapa Júlio Prestes – Vital Soares e da Aliança Liberal desde outubro de 1929. Realizados em logradouros públicos, tratava-se intensos debates entre oradores dos dois grupos políticos, acompanhados de perto por um público excitado com o concorrido pleito eleitoral. Em 15 de dezembro de 1929, por exemplo, os aliancistas promoveram comício na Praça Luiz Viana, um dos principais lugares do centro de Ilhéus, que ganhou contornos de tumulto. Entre as falas de Guilherme de Andrade, representando a candidatura oposicionista, e de João Amado, defensor dos conservadores, “os ânimos chegaram a exaltar-se”, como noticiou o *Correio de Ilhéus*. “Viu-se na praça até gente que nunca tomou parte em *meetings*, nem jamais se alistou em batalhão político”.⁴⁰⁹ registrou o jornal, no que talvez tenha sido umas das disputas mais concorridas da República brasileira até então.⁴¹⁰

Em Ilhéus, havia movimentações de grupos políticos desde 1928. Havia 16 anos que a oligarquia comanda pelo cel. Pessoa estava no poder municipal. Por isso, os adversários do velho chefe deram passos no sentido de criticar a hegemonia estabelecida. A abertura do *Diário da Tarde* por Eusínio Lavigne, Francisco Dórea e Carlos Monteiro foi uma iniciativa decisiva. Inaugurado em 10 de maio de 1928, o jornal se tornou instrumento de crítica política diária contra as ações das municipalidades e de debate com o *Correio de Ilhéus*.⁴¹¹ A outra medida foi criar o Centro de Cultura Democrática (CCD). Congregando membros da Associação Comercial, Associação de Agricultores, fazendeiros e banqueiros, a agremiação era liderada também por Eusínio Lavigne, acompanhado de sua esposa Odília Teixeira Lavigne, José de Araújo Góes, Leones Fonseca, Henrique Devoto e Enoch Carteador.⁴¹²

⁴⁰⁹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 17/12/1929, ano IX, n. 1275, p. 1.

⁴¹⁰ Vários livros de memórias citam as eleições de 1930 como uma das mais concorridas da I República. Cf. PEREIRA FILHO, Carlos. *História e fatos de Ilhéus*. Ilhéus: CEPLAC, 1981. p.78-79; PEREIRA FILHO, Carlos. *Terras de Itabuna*. Rio de Janeiro: Elos, 1960, p. 88; SILVA CAMPOS, João da. *Crônicas da capitania de São Jorge dos Ilhéus... Op. Cit.*, p. 648-649, 655-657. Nestes casos, deve-se salientar o olhar condescendente dos autores com o período em que Eusínio Lavigne esteve no poder, marcando uma narrativa apologética do chefe político.

⁴¹¹ Cf. LAVIGNE, Eusínio G. *Meus 87 anos e outros assuntos*. Salvador, 1971, p. 69-70.

⁴¹² BPEB. *Diário da Tarde*, 13/8/1928, ano I, n. 146, p. 1.

O manifesto de criação da CCD afirmava que seus objetivos eram contribuir com a formação política em Ilhéus, dizendo – timidamente, mas com preconceito – que a organização seria “genuinamente popular, destinada a ensinar os direitos políticos dos cidadãos brasileiros e a criar no país um ‘instinto de reformas sociais’, correspondente à sua cultura”. Seus membros seriam chamados de “legionários democratas”, cuja “missão” seria instruir, educar e trabalhar a “massa popular” para um novo tempo.⁴¹³ Fundado por chefes políticos aliados do poder, é bem provável que a ideia de “reformas sociais” refletisse os anseios de catalisar apoiadores para um projeto visando às esferas de poder local.

Efetivamente, A CCD se tornou a expressão da emergência de Eusínio Gaston Lavigne como principal nome de oposição em Ilhéus no fim dos anos 1920. Nascido em 1883, formou-se na Faculdade de Direito da Bahia em 1908. Era descendente de duas das famílias mais aristocráticas do Sul da Bahia, de um lado os Sá, que nos remete aos latifundiários portugueses de tempos coloniais; e de outro, de imigrantes franceses que chegaram ao Brasil no século XVIII. Em seu favor, a família Lavigne cunhou a memória de terem sido os primeiros agentes da cacauicultura na região. Contra si, pesava o passado escravista de seus pais e avós, fortemente acusados pelos adversários políticos – incluindo aí o cel. Pessoa, que pousava de abolicionista – de serem exploradores de negros cativos.⁴¹⁴ Não por acaso, Eusínio Lavigne rememorava os laços de cordialidade e de solidariedade com escravos imperavam nas propriedades de suas famílias para defender seus ancestrais.⁴¹⁵

Do mesmo modo que defendia sua família das acusações de terem sido escravocratas cruéis, Eusínio Lavigne também se destacou por sua proximidade com causas populares. Em seus escritos, dizia que seus parentes garantiam os salários de seus empregados e que, pelo menos três trabalhadores de seu pai, tornaram-se fazendeiros com saldos acumulados. Embora reconhecesse que “houve crimes e tomadas de roças por escrituras falsas”, tais fatos seriam “exceção”, e não “regra”.⁴¹⁶ Tais argumentações nos oferece uma visão de como Lavigne compreendia as questões sociais no Sul da Bahia. Em paralelo, seu desempenho de advogado de pessoas pobres contou para que fosse reconhecido e estimado em Ilhéus e Itabuna, principalmente nos primeiros anos após sua formatura. Enfim, sua trajetória política e social

⁴¹³ BEPB. *Diário da Tarde*, 27/5/1929, ano II, n. 373., p. 2.

⁴¹⁴ Cf. MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauêira. In. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaría... Op. Cit.*, p. 762-763.

⁴¹⁵ Cf. LAVIGNE, Eusínio G. “Conferência Perante Amigos da Academia de Letras de Ilhéus”. In: *Paz e Humanismo*. Ilhéus, s.d.

⁴¹⁶ LAVIGNE, Eusínio G. *Meus 87 anos e outros assuntos... Op. Cit.*, p. 125-126.

foi crucial para que se constituísse numa das principais figuras de oposição ao cel. Pessoa em fins da década de 1920.

Filho das oligarquias aristocráticas aliadas do poder, bem instruído e reconhecido advogado, Eusínio Lavigne sabia que qualquer projeto de oposição não poderia menosprezar a força coletiva e emergente dos trabalhadores. Neste caso, os estatutos da CCD definiam seu senso de reforma social a partir da “catequese dos princípios democráticos e práticas referentes aos dever cívico, aos direitos políticos dos cidadãos e às organizações econômicas das classes populares”.⁴¹⁷ Sem dúvida, a questão social aparecia sob o olhar condescendente dos de cima, retendo a ideia de que cabia aos líderes da oposição o papel de “catequizar” as “classes populares”, menosprezando a capacidade de pensar e de agir dos subalternos. Para Lavigne e os diretores da CCD, orientar os trabalhadores significava incorporá-los às pretensões política de um segmento da classe dominante que estava exilada do poder local desde 1912.

Nesse sentido, a escolha da União Protetora para divulgar o programa do Centro de Cultura Democrática era muito oportuna. Era a maior e mais organizada sociedade proletária da cidade, contando com mais de uma centena de sócios. Em sua justificativa, Araújo Góes explicara a seleção da UPAOI em razão de ser a “grande instituição operária” de Ilhéus. No final de maio de 1929, Felício de Araújo, Alfredo Muritiba e Nazário Araújo convidaram “todos os operários desta terra” para uma assembleia geral na Praça 2 de julho, cuja finalidade era discutir os “assuntos em defesa de interesses palpitantes para todo o operariado ilheense – sob o ponto de vista nacional de sua unificação imprescindível [...] à semelhança do que já estão fazendo nos grandes centros trabalhistas”.⁴¹⁸

A reunião na União Protetora teve como atração a palestra de J. Araújo Góes, membro do CCD, com o tema “A Divisão das Classes Trabalhistas”. Era um discurso preparado para tocar em pontos sensíveis do mundo do trabalho na década de 1920, referindo-se à “luta entre o capital e o trabalho” a partir do lucro extraído das empresas e o salário pretendido pelo trabalhador. Em suas palavras, disse que apesar da “distinção entre as classes trabalhistas, o conhecimento do direito político as conduzirá fortalecidas, com o povo, defendidas pela solidariedade resultante da comunhão de interesses, à suprema política”. Não se tratava de nenhuma ideia radical, pois o provável objetivo do palestrante era delimitar a posição do operariado na política brasileira e local. Para ele, convinha sublinhar a importância dos

⁴¹⁷ Idem. *Ibidem*.

⁴¹⁸ Idem. *Diário da Tarde*, 28/5/1929, ano II, n. 374, p. 4.

trabalhadores conhecerem os seus direitos políticos para alcançar o poder, o que deve ter agradado as lideranças da União Protetora, haja vista que o presidente José Ernesto da Silva reconheceu a “alta finalidade do ‘Centro de Cultura Democrática’” e recomendou “que os seus associados aceitem a instrução que ele se propõe a dar gratuitamente ao povo”.⁴¹⁹

Visando agregar trabalhadores da principal associação mutualista de Ilhéus, o CCD também teceu críticas à política nacional. Pelo *Diário da Tarde*, falava-se na baixa participação dos cidadãos nos rumos do País, ao descrever que “em nosso regime [...] é de praxe o presidente escolher o seu sucessor, indicando o nome que deve ser eleito, nome que, de resto, é o nome sempre a ser eleito” e que “no Brasil republicano o povo tem a mínima influência nos seus próprios destinos”.⁴²⁰ Com o CCD, as oligarquias sob a influência de Eusínio Lavigne – aliadas do poder local desde 1912 – buscavam construir um grupo político que lhes representasse, adicionando questões importantes da pauta dos trabalhadores da UPAOI.

O surgimento da Aliança Liberal em Ilhéus foi um instrumento final de coalizão das forças oligárquicas de oposição no município. De acordo com Silva Campos, a propaganda aliancista teve início em 23 de agosto, quando Lustosa de Aragão (político e redator do *Diário da Bahia*) veio a Ilhéus com a finalidade de divulgar o novo partido.⁴²¹ Com efeito, as atividades do partido começaram em outubro de 1929, quando foi composto o comitê local por integrantes do CCD, entre eles, J. Araújo Góes, Francisco Dórea e Eusínio Lavigne, sob a presidência deste último. Na imprensa, foram publicados editais convidando a população para um comício a ser realizado no dia 27 de outubro de 1929 na sede da Associação Comercial de Ilhéus, onde seria constituído o grupo de apoiadores da chapa Getúlio Vargas – João Pessoa.⁴²² Em manifesto, os aliancistas ilheenses justificavam o apoio à candidatura de oposição como “uma atitude de reação contra o vício de se deixar ao arbítrio do Presidente da República o critério da escolha do mais alto magistrado da Nação”. A propaganda ainda buscava se legitimar no amparo popular ao destacar que a candidatura de oposição vinha da “intervenção do povo nas lutas eleitorais” do País.⁴²³

O manifesto do comitê Pró-Aliança Liberal em Ilhéus registrava a participação de lideranças operárias. Na União Protetora, os apoiadores eram Felício Leão, Antonio Soares da Cunha Júnior (ambos artesãos e ocupantes do cargo de presidente na principal) e Alfredo

⁴¹⁹ BPEB. *Diário da Tarde*, 1/6/1929, ano II, n. 377, p. 2.

⁴²⁰ Idem. *Diário da Tarde*, 10/6/1929, ano II, n. 384, p. 2.

⁴²¹ SILVA CAMPOS, João. *Op. Cit.*, p. 647.

⁴²² Idem. *Diário da Tarde*, 26/10/1929, ano II, n. 497, p. 4.

⁴²³ Idem. *Diário da Tarde*, 28/10/1929, ano II, n. 498, p. 1 e 4.

Muritiba (tesoureiro e integrante da diretoria). Além deles, havia a presença de Pedro Ribeiro Filho, ferroviário com posições de destaque na organização da Caixa de Pensão e Aposentadorias da sua categoria; de Abílio Guedes do Rosário, um dos diretores da Associação dos Empregados no Comércio; e de Joaquim Lopes Filho, farmacêutico que atuava em diversas sociedades proletárias. De acordo com Viscardi, a diversidade de atores políticos incorporados na retórica aliancista era um dos trunfos para tornar a campanha eleitoral de seus candidatos mais atraente.⁴²⁴ A inclusão de líderes do associativismo mutualista da cidade provavelmente incrementaria a inscrição de eleitores da base operária e popular em favor dos aliancistas.

O primeiro comício foi promovido pela Aliança Liberal no dia 5 de novembro de 1929, na Praça Luiz Viana. Em cima de um automóvel, três oradores se pronunciaram em defesa dos aliancistas diante de um público calculado em aproximadamente duzentas pessoas. Era praxe que militantes adversários comparecessem ao *meeting*, o que acirrava as rivalidades nos debates. Naquele dia estiveram presentes elementos do PRB, que assistiram aos discursos e, em seguida, tomaram a palavra para defender a chapa Júlio Prestes – Vital Soares. Em defesa do situacionismo, Nelson Schaun destacou a necessidade de “se apoiar aqueles que, de presente, se nos alevantam capazes de prosseguir no trabalho do bem fazer e de estabilizar o Brasil na ordem, na economia e na moralidade”. Para completar, o professor recuperou sua atuação no movimento operário e social de Ilhéus, ao dizer que suas considerações estavam adequadas ao “grande prestígio no seio da população de sua terra, onde sua palavra está acostumada a ser ouvida na defesa dos melhores ideais, das causas mais justas”.⁴²⁵ Aquele seria um dos vários embates que ocorreriam nos meses que antecederam a eleição, e que tiveram como principais rivais Schaun e Lavigne.

Outro comício foi organizado pela Aliança Liberal em 10 de novembro de 1929. Desta vez, além da participação de Eusínio Lavigne, chefe do partido, o *meeting* teve a participação de três personagens atuantes do associativismo operário. Pelo lado da Aliança, Felício Leão disse que as eleições haviam despertado nele o entusiasmo de uma campanha política de moldes “essencialmente democráticos”, e que, por isso, merecia a simpatia e a solidariedade de “todas as classes”. Além disso, o artista da União Protetora concordou com Lavigne ao dizer que “não havia cabimento na exaltação bairristica de que fazem os governistas baianos”. A candidatura do governador Vital Soares despertara uma expectativa regionalista por parte

⁴²⁴ VISCARDI, Claudia M. R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 309.

⁴²⁵ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 12/11/1929, ano IX, n. 1261, p. 1.

dos partidários do PRB, que difundiam a possibilidade do estado obter maior influência no jogo político federal com sua vitória ao lado de Júlio Prestes. Por isso, os aliancistas precisaram rebater o “bairrismo” sob os argumentos de que a chapa de oposição reunia os “melhores governos estaduais” do País.⁴²⁶

No mesmo comício falou também Joaquim Lopes Filho em defesa da Aliança Liberal. Acostumado a frequentar os círculos do operariado, ele destacou o fato de Ilhéus “ter sido, o primeiro [município] do interior da Bahia, a dar exemplo cívico da adesão do movimento democrático” e que, por isso, deveria “consolidar sua posição de vanguardeiro do civismo”. Lopes Filho ainda defendeu a origem popular da candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa, e que tal procedência seria a justificativa para que o povo votasse na chapa de oposição. No entanto, a “chapa oficial” não ficava para trás neste quesito. Ao final do comício, Nelson Schaun retrucou os discursos realizados, fazendo críticas aos membros do comitê ilheense de oposição e defendendo a candidatura Júlio Prestes e Vital Soares.⁴²⁷ Por estas posições, vê-se de que modo os líderes do associativismo operário tomaram partido nos debates político do pleito eleitoral de 1930.

A agenda do comitê da Aliança Liberal em Ilhéus contou com a vinda de uma caravana da capital do País no dia 12 de novembro. Entre os visitantes, estavam Arnaldo da Silveira e João Gustavo dos Santos, representando o Partido Universitário da Bahia; e Isidoro Bispo dos Santos, representante do Comitê Proletário do Rio de Janeiro. Às 7 horas da noite, novamente à Praça Luiz Viana, a atividade foi aberta pelo farmacêutico Joaquim Lopes Filho com apresentação dos membros da caravana. Os discursos enfatizaram a adesão dos ilheenses à campanha liberal, que, segundo eles, era uma das primeiras cidades do interior a se posicionar favorável à causa da oposição. O operário Isidoro Santos falou dos compromissos de Getúlio Vargas e João Pessoa com os trabalhadores. Contudo, o que chamou atenção no *meeting* foi novamente a participação de Schaun como representante da chapa oficial, que gerou desconforto e princípio de tumulto. De acordo com o *Diário da Tarde*, “alguns apartes chegaram mesmo a se tornar imprudentes, dando apartes mais ou menos irritantes ou descabidos” e que “tinha[m] apenas o intuito de confundir, pela algazarra, os oradores do comício, coisas que não convém absolutamente, para que não se abram precedentes desagradáveis pela sua inconsequência e insensatez”.⁴²⁸

⁴²⁶ BPEB. *Diário da Tarde*, 11/11/1929, ano II, n. 508, p. 1 e 4.

⁴²⁷ Idem. *Ibidem*, p. 1 e 4.

⁴²⁸ Idem. *Diário da Tarde*, 13/11/1929, ano II, n. 510, p. 1.

Em 15 de novembro de 1929, o comício havia sido organizado pela “Concentração Conservadora”, conforme se intitulavam os defensores da chapa do PRB, em boa medida para responder aos *meetings* já realizados pelos aliancistas. O local escolhido foi o mesmo – a Praça Luiz Viana – que já se tornara um palco político recorrente da cidade. Os oradores foram Nelson Schaun e Helvécio Marques. Na fala do professor, ele chamou atenção para os atos do governo municipal, a política adotada pelo presidente Washington Luís, os perfis dos candidatos à presidência e à vice-presidência. Neste último quesito, Schaun destacou o papel da Bahia naquelas eleições ao frisar que “com exceção do Sr. Epitácio Pessoa, todos os presidentes e vice-presidentes da República, destes últimos tempos, tem sido sulistas” e concluiu que por “tudo isso o baiano principalmente, precisa apoiar a candidatura do Sr. Vital Soares, porque sobretudo, produz a grande obra de levantar a Bahia ao nível moral em que ela deve estar, no cenário dos negócios do Brasil”.⁴²⁹ A fala de Schaun se propôs a reforçar o argumento de que a vitória da chapa oficial levaria a Bahia para o protagonismo político no governo federal, o que, em sua opinião, justificava o voto dos ilheenses. O debate político sobre o peso dos estados – em especial da Bahia – na Primeira República tornou-se um dos eixos pelo qual se disputou o voto, incluindo os dos cidadãos operários.



Figura 16 - Praça Luiz Viana, Ilhéus, década 1920. Este local era o escolhido para os comícios eleitorais em 1929 e 1930. Fonte: SOUB, José Nazal, 2010.

As disputas políticas ganharam um terreno inesperado nos meses de novembro e dezembro. Em função dos reflexos da crise econômica de 1929 e da baixa dos preços do cacau, houve redução das remunerações financeiras e aumento nos preços dos aluguéis de

⁴²⁹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 16/11/1929, ano IX, n. 1263, p. 1.

imóveis residenciais em Ilhéus.⁴³⁰ Para encontrar soluções, convocou-se uma reunião entre inquilinos e proprietários intermediada pela intendente Durval Olivieri na sede da União Protetora. Realizada em 4 de dezembro, a reunião não teve a presença dos proprietários de imóveis, que se reservaram a enviar representantes. Um deles, por sinal, era Nelson Schaun, que figurava como preposto do cel. Aureliano Brandão. Em contrapartida, diversos integrantes da Aliança Liberal estiveram presentes ao encontro, entre eles, o ferroviário Pedro Ribeiro Filho, o advogado Guilherme de Almeida e o engenheiro J. Araújo Góes.

Em reunião na UPAOI, foram discutidos os problemas econômicos enfrentados pela cidade. Pedro Ribeiro Filho propôs uma comissão para dirigir o movimento contra o encarecimento dos aluguéis e convocar os proprietários para tratar das soluções. Já Araújo Góes propôs que o movimento se ampliasse, segundo ele, “no sentido de que vá o mesmo refletir-se perante os poderes centrais do País, à busca de uma solução ampla, duradoura, produzindo obra consistente, para agora e para o futuro”. A proposição de recorrer ao governo federal possibilitava a discussão sobre a política nacional no debate dos aluguéis de Ilhéus, algo que talvez interessasse aos opositores. Aprovada pelos participantes, a comissão foi integrada pelos citados, além de Humberto Sampaio, Durval Moreno, Fabio Franco como membros da Aliança e Renato Villas-Boas, Nelson Schaun, Aristeo Badaró e Joaquim Cunha pelo Partido Republicano. A divisão igualitária era demonstração das disputas partidária no caso em questão, mas a vantagem ia para os governistas, pois a presidência do grupo ficou com Villas Boas e a secretaria com o professor.⁴³¹

Em novo encontro da comissão pela baixa dos aluguéis, Nelson Schaun levou uma carta do cel. Antonio Pessoa referindo-se à justiça das causas dos inquilinos e comprometendo-se a reduzir o valor dos imóveis que eram de sua propriedade. De acordo com o *Correio de Ilhéus*, em texto de provável autoria do professor, as reivindicações ganhavam a simpatia das “principais autoridades da cidade”, o que era uma “prova” da “defesa das classes trabalhistas”. No dia 13 de dezembro de 1929, o intendente Durval Olivieri publicou uma portaria em que determinava uma tabela de preços para os aluguéis e colocava os poderes municipais como árbitro das divergências que opunham inquilinos e senhorios. A conquista dos inquilinos foi descrita como o “grande exemplo de democracia” advindo do “apoio do governo da cidade”, da “adesão do senador Antonio Pessoa e da atuação da comissão líder” em favor dos mais humildes, cujo resultado foi um “verdadeiro

⁴³⁰ Idem. *Correio de Ilhéus*, 28/11/1929, ano IX, n. 1267, p. 1.

⁴³¹ Idem. *Correio de Ilhéus*, 5/12/1929, ano IX, n. 1270, p. 1.

decreto popular”, dizia a imprensa do PRB. Em tempos de eleição, o partido dos conservadores procurou catalisar as conquistas do movimento.⁴³²

Por sua vez, os aliancistas reuniram a comissão e outros interessados na sede do Centro de Cultura Democrática, onde exaltaram os rumos dos movimentos que conseguiram pressionar os poderes “conservadores” em prol dos interesses dos mais humildes.⁴³³ O tom diplomático das falas não encobriu o ambiente de concorrência eleitoral entre as duas facções. Por sinal, em face da quantidade de adeptos, da agenda movimentada e da realização de comícios, é possível dizer que a Aliança Liberal de Ilhéus se destacava em relação ao movimento político da Bahia, que era amplamente dominado pelo PRB, defensores da chapa Julio Preste e Vital Soares.⁴³⁴

Além dos comícios, os jornais cumpriram tradicionalmente o papel de propaganda eleitoral dos candidatos. No caso da situação, o *Correio de Ilhéus* passou a publicar reiteradas matérias para influenciar os votantes. Uma das medidas tomadas pelos correligionários de Schaun foi colocar na plataforma política da candidatura conservadora questões ligadas à regulamentação do trabalho, elemento considerado um dos “mais difíceis problemas morais e sociais do país”. Destacou ainda os “esforços para que seja votado o Código do Trabalho, não só como obrigação de uma solidariedade humana para com todos aqueles que engrandecem a Pátria, com o seu labor quotidiano, como também para cumprir a obrigação assumida no tratado de Versalhes”.⁴³⁵

As considerações sobre a regulamentação do trabalho sinalizavam que mesmo os defensores do partido situacionista reconheciam as demandas do associativismo operário emergente no disputado pleito presidencial de 1930. Indícios de como os direitos dos trabalhadores estavam em perspectiva antes mesmo da chegada de Vargas ao poder, como sinaliza Viscardi.⁴³⁶ Aliás, o próprio Nelson Schaun havia difundido os avanços das leis sociais nas últimas gestões presidenciais da Primeira República, sobretudo na criação do *Conselho Nacional do Trabalho*, da lei de férias e da regulamentação da jornada de trabalho.⁴³⁷ Era também um sinal da emergência do operariado como um ator coletivo no

⁴³² Idem. *Correio de Ilhéus*, 14/12/1929, ano IX, n. 1274, pp. 1-2

⁴³³ BPEB. *Diário da Tarde*, 18/12/1929, ano II, n. 538, p. 1.

⁴³⁴ SAMPAIO, Consuelo N. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República... Op. Cit.*, p. 170.

⁴³⁵ Idem. *Correio de Ilhéus*. 23/1/1930, ano IX, p. 1

⁴³⁶ VISCARDI, Claudia M. R. Trabalho, previdência e associativismo: as leis sociais na Primeira República. In. *Trabalho, proteção e direitos: o Brasil além da era Vargas*. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2010, pp. 29-61.

⁴³⁷ Trataremos das leis sociais e as sociedades operárias de Ilhéus na Primeira República no capítulo 4.

cenário político, capaz de pressionar as autoridades na conquista de uma legislação social mais sólida a partir de 1930, tal como se refere Castro Gomes.⁴³⁸

O envolvimento dos trabalhadores no concorrido pleito de 1930 pode ser sentido no interior das sociedades mutualistas e beneficentes. Deputados, coronéis e chefes de partidos transitaram pelos grêmios da cidade às vésperas das eleições para prometer subvenções federais aos operários e artistas, que em troca, lhes conferiram diversas homenagens.

No dia 19 de fevereiro de 1930, João Mangabeira pisou em Ilhéus ao som da filarmônica da UPAOI, onde fez discurso sobre os rumos da política brasileira. Dias depois, o deputado federal compareceu à aplicação dos exames de datilografia da Escola Remington gerenciada pela AECI. Ao final das provas, Nelson Schaun tomou a palavra para congratular-se “com os neo-diplomados e aproveitou o ensejo da presença de João Mangabeira, para em nome dos empregados no comércio de Ilhéus, render-lhe mais um preito de sincera gratidão”, o que lhe valeu o título de benemérito. Mangabeira prometeu em sua resposta “ainda mais trabalhar” pelos caixeiros, “cuja eficiência e cujas nobres conquistas bem se percebiam através de mais esse atestado material, a que se assistia naquele momento”.⁴³⁹ Apesar do discurso, não era em vão que o parlamentar presenciava uma simples avaliação na escola dos caixeiros. O clima eleitoral certamente estivera na ordem do dia daquela formatura. Por sua vez, Schaun cumpria mais uma vez o papel de “homem-ponte” entre os trabalhadores e as autoridades políticas da Primeira República.

Quem também desembarcou no porto de Ilhéus foi o deputado Ramiro Berbert de Castro em 25 de fevereiro de 1930. Ao som da Filarmônica da União Protetora, ele foi recebido pelo professor Camilo Lellis da Matta e sua aluna do Colégio da União Protetora, prosseguindo em cortejo que o deixou em seu palacete. Por lá, esperavam-no as lideranças ilheenses do PRB, entre eles, João Mangabeira, cel. Antonio Pessoa, dr. Helvécio Marques e Nelson Schaun, que conforme já se tornara comum, realizou o discurso de homenagem ao parlamentar. Ao se despedir do público que havia o acompanhado desde o porto, Berbert de Castro regozijou-se “pelas grandes vitórias, pelas conquistas morais, políticas e sociais que vem alcançando nestes derradeiros dias, em que se congraçam as forças todas positivas desta zona, notadamente o senador Antonio Pessoa e o deputado João Mangabeira, para a finalidade gloriosa e magnífica da hegemonia”.⁴⁴⁰

⁴³⁸ GOMES, Ângela C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 18-20.

⁴³⁹ Idem. *Correio de Ilhéus*, 25/2/1930, ano X, n. 1305, p. 1.

⁴⁴⁰ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 25/2/1930, ano X, n. 1305, pp. 1-2.

As palavras proferidas por Ramiro Berbert de Castro foram claras quanto ao objetivo da visita dos parlamentares de Ilhéus. A intenção era ir a campo para ganhar as concorridas eleições de 1930. Entenda-se por isso, disputar voto a voto com os adversários da Aliança Liberal, indo a escolas, associações proletárias, hospitais filantrópicos etc. Na União Protetora, o deputado entregou um instrumental no valor de nove contos de réis para a banda da associação, importado da França, assim como uma caderneta de poupança e mil exemplares do seu livro Conferências. Ele ainda passou pela União dos Estivadores de Ilhéus e ofertou um conto de réis para os cofres da entidade.⁴⁴¹

Enquanto isso, os aliancistas enfatizavam a missão de regenerar a política brasileira em suas propagandas eleitorais no *Diário da Tarde*. Eusínio Lavigne escreveu manifestos e cartas em que conclamava o povo “independente e livre” para sufragar a chapa Getúlio Vargas e João Pessoa, em nome “da honestidade, do trabalho e da ordem”. Embora houvesse poucas referências à criação de direitos trabalhistas no programa da Aliança Liberal em Ilhéus, algumas questões importantes eram citadas, tais como a instituição do voto secreto e da instrução popular, em que alegavam se tratar de medidas que combatiam um governo que “degrada o Brasil, equiparando-o a uma confraria de poucos senhores sobre milhões de escravos”.⁴⁴² Em paralelo, os aliancistas continuaram organizando atividades públicas com a participação de correligionários vindos de outros lugares do estado e do País. Em 6 de fevereiro de 1930, João Neves Fontoura informou ao deputado Lindolfo Collor, que havia chegado a Ilhéus com J. J. Seabra, onde foi recebido por mais de cinco mil pessoas no cais do porto (provável exagero), que aclamavam a candidatura liberal. Disse também que, acompanhado de Eusínio Lavigne, havia participado de uma sessão solene do comitê local na União Protetora e que tinha discursado em praça pública “perante grande entusiasmo da multidão de Ilhéus, segunda cidade da Bahia e baluarte da Aliança”. Finalizou comunicando que no dia seguinte partiria para Itabuna.⁴⁴³

Tal como em várias outras partes do País, a chapa Prestes e Soares obteve a vitória nas urnas de Ilhéus. O boletim eleitoral publicado na imprensa situacionista informava que houve 5.001 votos para os vencedores, obtendo Getúlio Vargas o pífio resultado de 13 votos. Esse resultado por si só é forte evidência das fraudes processadas durante o pleito, porque seria difícil pensar que num cenário de agitados comícios, os aliancistas tivessem obtido tão insignificante quantidade de votos. Da parte do *Diário da Tarde*, espalhou-se a notícia de que

⁴⁴¹ Idem. Ibidem, p. 1.

⁴⁴² BPEB. *Diário da tarde*, 26/2/1930, ano III, n. 593, p. 1.

⁴⁴³ CPDOC/FGV. *Telegrama de João Neves Fontoura para Lindolfo Collor*. Ilhéus, 6/2/1930. f. 1.

as eleições haviam sido burladas, relatando que algumas mesas eleitorais continham problemas. É provável também que as fraudes tenham ocorrido de ambos os lados, com uma dose de vantagem para quem ocupava o poder no município. Na prática, as divergências entre conservadores e aliancistas estavam longe de romper com o caráter oligárquico da República brasileira. Antes, como afirma Viscardi, tanto as concorridas eleições como o movimento de 1930 se processaram com “o fim de resgatar as bases do pacto oligárquico que os alçaram ao poder e mantinham sua hegemonia intacta”.⁴⁴⁴

Em Ilhéus, as disputas eram alimentadas pelo desejo de preservar o poder com o partido do coronel Pessoa sob a bandeira dos irmãos Calmon e dos irmãos Mangabeira; e pela crítica dos Lavigne que arregimentavam setores políticos exilados dos postos de comando local desde 1912. Por sinal, foram os personagens políticos do universo da Primeira República que dariam continuidade à construção do poder na Bahia pós-1930, quando os interventores baianos (especialmente Juraci Magalhães) recorreram aos antigos chefes das oligarquias para constituir sua base de sustentação no estado.⁴⁴⁵ Independentemente do resultado das eleições, o que mais interessa é observar como o apoio e os votos dos trabalhadores e das organizações operárias estiveram na pauta dos políticos de ambos os lados da disputa presidencial. Nos estudos históricos sobre o pré-1930, é comum ver a explicação de que restava à “população trabalhadora das fazendas a condição de massa de manobra no jogo político municipal”,⁴⁴⁶ como afirma Gustavo Falcón. De fato, o historiador não só desconfiava do potencial político dos trabalhadores rurais, mas afirmava isso também porque desconhecia (ou subestimava) a gama de sociedades operárias que viviam na zona urbana. As recepções, as visitas e as atuações no interior dos grêmios laborais sinalizavam que cativar uma parcela do operariado era crucial nas vésperas de ir às urnas. Compreender a dimensão dos de baixo sobre as disputas eleitorais nos oferece um ponto de vista diferente sobre a participação do operariado nas questões políticas da Primeira República.

⁴⁴⁴ VISCARDI, Claudia M. R. *O Teatro das Oligarquias... Op. Cit.*, p. 320.

⁴⁴⁵ Cf. SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. O brasileiro aponta que muitos políticos frustrados da Primeira República encontram na Aliança Liberal o espaço para contrapor os partidos da situação até 1930. São esses chefes políticos que mais tarde fariam parte da base de apoio do governo federal pós-revolução, o que segundo o autor, daria a “indispensável continuidade entre a República Velha e os sucessivos estágios da era Vargas”, p. 45.

⁴⁴⁶ FALCON, Gustavo. *Os coronéis do cacau... Op. Cit.*, p. 117.

O republicanismo dos de baixo em tempos de coronelismo

Deputados transitando nas sociedades proletárias, lideranças do operariado se aventurando no interior dos partidos oligárquicos e a participação popular nos comícios eleitorais pré-1930, toda essa movimentação de atores individuais e coletivos nas raias da política oligárquica da Primeira República ainda soa como novidade para historiadores do Sul da Bahia. Em síntese, as narrativas literárias e acadêmicas deram pouca ou nenhuma visibilidade à atuação dos de baixo nas franjas das oligarquias de Ilhéus e de Itabuna até 1930. Reduzidos ao universo rural, Gustavo Falcón, Antonio Guerreiro de Freitas e André Ribeiro não alcançaram o mundo do trabalho e o envolvimento com a política. Nas considerações destes historiadores, a República brasileira era resultado da engenharia das oligarquias nas disputas pela hegemonia. Aos de baixo, restariam apenas o mando e a obediência aos coronéis, cuja atuação política era fechada e ausente. Em paralelo, o conceito de coronelismo é operado de modo a explicar a suposta “incapacidade” dos trabalhadores rurais e/ou urbanos e a afirmação do poder centralizado nos chefes.

Guardando as devidas especificidades dos diversos autores que lidaram com a conceituação deste sistema político, o coronelismo foi um termo cunhado para demarcar as práticas autoritárias, mandonistas e clientelista das classes dominantes do Brasil, cujas origens nos remetem ao poder concentrado nos antigos senhores de terras (quiçá, dos escravos) e sua melhor expressão teria ocorrido na República pré-1930. Nesses termos, Raimundo Faoro afirma que o “fenômeno coronelista não é novo”, mas herdeiro do “patrimonialismo central do Império”.⁴⁴⁷ Os modos de dominação coronelista transformavam a sociedade na expressão de uma só classe, e legavam à população de trabalhadores a subordinação cultural, a postura incontestada à exploração econômica e à ausência da participação política. Em alguma medida, poderíamos dizer que o conceito de coronelismo enlaçava os sujeitos de baixo conforme a peculiaridade de seu tempo histórico tal como a interpretação do populismo cercava os trabalhadores noutras experiências republicanas do País.⁴⁴⁸

José Murilo de Carvalho afirmou que há algum tempo os estudos sobre o coronelismo vem girando em roda e tendo um rendimento decrescente, especialmente em função da operacionalização do referido conceito, além dos de clientelismo e de mandonismo.⁴⁴⁹ Os

⁴⁴⁷ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1977, p. 621.

⁴⁴⁸ CHALHOUN, Sidney; SILVA, Fernando T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009, pp. 25-26.

⁴⁴⁹ CARVALHO, José M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In. *Pontos e bordados: escritos de história e política*, 1998, p. 130-131.

historiadores sociais mostraram que as discussões conceituais rendem muitos livros, mas frequentemente sucumbem às pesquisas empíricas das experiências dos sujeitos e, nesse sentido, a conceitualização de coronelismo padece do mesmo problema. No máximo, podemos entender o coronelismo como expressão de forças hegemônicas, resultado de um sistema político que se constitui por uma complexa rede de relações pautada em autoritarismo, barganha e clientelismo, propriedade fundiária, capangagem, controle e repressão social. Mas convém dizer que isso tudo não descartava a capacidade dos de baixo de se localizar e de se posicionar neste ambiente de forças em ação.

Nesse sentido, a experiência coronelista é a manifestação hegemônica de modos de dominação política e cultural ampliado de fazendeiros, autoridades políticas e patrões que pretendiam imprimir seus interesses e seus valores aos demais sujeitos da sociedade, mas que também se demonstravam alertas e sensíveis às diversas formas significativas de atuação dos trabalhadores que poderiam lhes pressionar ou ameaçar o domínio. É nesse sentido que a força dos coronéis não era um simples jogo de mando e obediência, mas o resultado de constantes negociações e tentativas de incorporação de forças alternativas e emergentes advinda, por exemplo, dos trabalhadores.⁴⁵⁰

O desenvolvimento de associações operárias e a atuação de lideranças provenientes dos mundos do trabalho trouxeram à cena atores diferentes, os quais apresentavam seu poder de mobilização e estabeleciam suas demandas junto aos chefes das oligarquias. E, por isso, não seria possível aos que detinham o poder político e social negligenciar os de baixo, de modo que precisavam incorporar os trabalhadores e suas sociedades no jogo da política da Primeira República. No caso de Ilhéus e de Itabuna, a absorção da prática associativa ocorreu em articulação de interesses e de valores entre o operariado e os partidos ou grupos políticos oligárquicos do Sul da Bahia, azeitada pela barganha de trocas clientelistas (subvenções, cargos, homenagens etc.), reconhecimento social e relações de empatia com os poderes públicos. Não por acaso, os chefes e as autoridades políticas forjavam sua condição de “patronos das causas operárias”. Os trabalhadores em suas agremiações se representavam por bons cidadãos, laboriosos e organizados, por isso, para estabelecer uma política de convivência e de reciprocidade, era preferível aos coronéis e chefes de partidos ter atitudes mais permissíveis e tolerantes com esta parcela dos de baixos.⁴⁵¹

⁴⁵⁰ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979, p. 116.

⁴⁵¹ Thompson recupera a tolerância e a permissividade da *gentry* com a arraia-miúda na Inglaterra do século XVIII, que funcionavam como medida cautelar contra turbulência e conflitos. THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses... Op. Cit.*, p. 222.

O sistema coronelista era o reflexo de como a Primeira República “não era a dos sonhos” de muitos daqueles que criaram expectativas quanto aos direitos advindos da cidadania, como pontuou Maria Isaura Pereira de Queirós. Mas foi no limite dessa República, que não se restringia apenas ao poder dos coronéis, que os trabalhadores das agremiações mutualistas e beneficentes atuaram em aliança com as oligarquias, apoiando-as nas eleições e forjando expectativas de promover candidaturas operárias em Ilhéus e Itabuna (embora sem sucesso). Este comportamento indica que o operariado não assistia as disputas partidárias passivamente, mas que as consumia até onde era possível, explorando as brechas mais rentáveis do clientelismo e calculando sua participação na política vigente, no caso, oligárquica. Queirós aponta que nesse contexto “o voto não é inconsciente, muito pelo contrário resulta no raciocínio do eleitor, e de uma lógica inerente à sociedade a qual pertence”.⁴⁵² De algum modo, podemos estender esta compreensão para além dos períodos eleitorais, alcançando as relações de deferência mútuas trocadas nas solenidades de homenagens às diversas autoridades políticas, em que cada deputado ou intendente tinha sua base de apoio nas agremiações de classe. Essas ações sinalizam as equações políticas que eram computadas pelos operários. No interior das sociedades, as conexões partidárias nem sempre eram encaradas com cordialidades, pois as divisões entre os partidos oligárquicos de algum modo repercutiam entre os companheiros de entidade.

Vale lembrar que a política de convivência e de reciprocidade estabelecida entre os detentores do poder e o associativismo operário não eliminava a hipótese da fraude e da violência na manutenção da ordem coronelística. Isto valia para o caso de forças opositoras que não se adequassem às lógicas do sistema político e social em vigor ou para os mais pauperizados da cidade (desocupados, prostitutas, mendigos, marginais etc.) comumente classificados de classes perigosas. Os trabalhadores abrigados em respeitáveis agremiações contavam com dose maior de tolerância das classes dominantes, que assumiam compromissos para obter seu apoio político.

Em suma, a cultura associativa erguida pelos trabalhadores do Sul da Bahia aponta para os modos pelos quais o republicanismo dos de baixo se infiltrou na política brasileira. Apesar dos episódios de autoritarismo e de exclusão, a Primeira República não era um sistema político tão fechado e intransponível para caixeiros, artistas e estivadores. Havia uma pequena permeabilidade em que o operariado organizado se insinuava por meio de uma política de coexistência e uma economia de favores com os poderosos, práticas que

⁴⁵² QUEIRÓS, Maria Isaura de P. *O mandonismo local na vida política brasileira... Op. Cit.*, p. 168.

certamente contribuíram com a forma de lidar com as autoridades do pós-1930. Essa experiência histórica deixaria olhares acadêmicos e militantes contemporâneos perplexos, mas os trabalhadores e seus grêmios foram muito pouco condescendentes com os esquemáticos, isto é, com aqueles que pensam que a equação de atraso econômico, a miséria dos pobres, a força da autoridade e do latifúndio, o mando dos coronéis resultaria na apatia, na submissão ou na incompetência dos de baixo tocar suas próprias vidas. Considerando-se o fato de que homens e mulheres fazem “sua própria história, mas não a fazem como a querem; não a fazem sob as circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diariamente, legadas e transmitidas pelo passado”.⁴⁵³ entenderemos que, na zona do cacau, eles souberam de forma astuciosa lidar com os limites do republicanismo brasileiro, tecendo alianças políticas, barganhando vantagens com ricos e mantendo uma rede associativa capaz de representar a si mesmos. Como observou Antonio Luigi Negro inusitados sujeitos políticos formaram-se ignorando qualquer licença a ser concedida pela posteridade, pois dispunham, inteligentemente, de uma “percepção aguda da ação política da elite branca e dos aliados possíveis no jogo fechado da política parlamentar”.⁴⁵⁴

⁴⁵³ MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2008, p. 19.

⁴⁵⁴ SOARES, Carlos Eugênio L. *A Negregada Instituição. Os Capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de editoração, 1994. *Apud* NEGRO, Antonio Luigi, “Paternalismo, Populismo e História Social”. In: *Cadernos AEL*, v. 11, n. 20/21, 2004, p. 30.

Na defesa dos sagrados interesses

Em 2 de julho de 1923, as sociedades operárias planejaram fazer um congresso por ocasião das comemorações do centenário de Independência do Brasil na Bahia. Na data cívica importante para os baianos, os organizadores do evento pretendiam se apropriar dos sentimentos patrióticos para justificar a realização do I Congresso de Artistas e Operários do Sul da Bahia. Segundo Flaviano Moreira, as festividades do 2 de julho eram a oportunidade para que a classe “coesa num vibrante grito, procure com os seus esforços se amparar, forçando pelo caminho justo despertar a vontade oficial”. Relacionar a data cívica com o evento demarcava uma forma de enobrecer e legitimar a iniciativa dos trabalhadores utilizando os símbolos da luta pela liberdade baiana como inspiração dos anseios da classe. Outrossim, dialogava adequadamente com um padrão de operariado que se fundamentava nos valores de ordem e de patriotismo para se fazer ouvir perante as autoridades e as classes dominantes de Ilhéus e Itabuna. O evento seria sediado na SMPAI e receberia delegações de associações de trabalhadores das diversas localidades do sul do estado, de Valença a São José do Mucuri, como anunciaram na imprensa.⁴⁵⁵

A organização do congresso começou em março e abril de 1923 nas principais agremiações de Itabuna e de Ilhéus. Na SMPAI, os diretores discutiram a importância do

⁴⁵⁵ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 29/3/1923, ano III, n. 144, p. 1.

evento para congregar trabalhadores de toda a região, cujo “maior desejo era o engrandecimento dos artistas”. Planejaram que a iniciativa contaria com passagens para os participantes, custeadas pela Intendência de Itabuna e com a contribuição de associados da Sociedade Monte Pio.⁴⁵⁶ Em fins de abril, a divulgação do congresso chegou à Ilhéus. Pela imprensa, noticiou-se o encontro para discutir as causas operárias e destacou-se a relevância para a “classe de trabalhadores”, especialmente “o operário agrícola, que constitui, neste e nos municípios desta região do nosso estado, uma classe bastante numerosa e carecedora de toda proteção”. Como sugestão, o *Correio de Ilhéus* propôs que se debatesse a “habitação dos operários agrícolas”, tema pertinente para uma zona majoritariamente rural.⁴⁵⁷

Em 12 de abril de 1923, os organizadores publicaram os temas para apresentação de teses no Congresso. Entre elas, estavam:

- 1) A lei de acidentes no trabalho e sua aplicação no Sul da Bahia;
- 2) Instrução dos artistas e seus filhos em escolas noturnas criadas pela classe nas cidades e vilas;
- 3) Salário hora e mês;
- 4) Assistência Médica;
- 5) Socorros públicos;
- 6) A data do Trabalho;
- 7) Higiene;
- 8) Combate às moléstias contagiosas;
- 9) Combate às bebidas alcoólicas e aos abusos de excitações;
- 10) Unificação da classe no Sul da Bahia;⁴⁵⁸

Os temas propostos indicam que os sócios do associativismo operário de Itabuna e de Ilhéus estavam atentos às demandas do operariado brasileiro. Nas primeiras décadas do século XX, sindicatos, associações mutualistas e partidos operários reivindicaram uma série de direitos concernentes à jornada de trabalho, saúde do trabalhador, remuneração e instrução. Em paralelo, sobretudo a partir de 1919, leis sociais foram criadas em benefício de trabalhadores, tal como a lei de acidentes no trabalho. Estas questões estavam presentes nos temas apresentados para o I Congresso de Artistas e Operários do Sul da Bahia, o que demonstra a sintonia com a pauta do mundo do trabalho no Brasil.

Infelizmente, o congresso não se realizou, apesar dos esforços verificados. Também não temos informações sobre os motivos que teriam impedido a concretização do evento.

⁴⁵⁶ ASMPAI. *Livro de atas da diretoria da SMPAI*, 12/4/1923. f. 6.

⁴⁵⁷ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 17/4/1923, ano III, n. 282, p. 2.

⁴⁵⁸ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 12/4/1923, ano III, n. 283, p. 2.

Todavia, as notícias de um encontro para tratar de questões dos trabalhadores são indícios do grau de mobilização alcançado pelas associações em Ilhéus e Itabuna. Sinal de que compartilhavam o acúmulo dos debates sobre direitos dos operários num contexto em que o Estado iniciava tímidas demonstrações em favor da criação de leis sociais. O episódio da tentativa de organizar o congresso serve de introdução para a principal preocupação deste capítulo que é analisar as diversas formas de defesa dos interesses dos trabalhadores promovidas pelas sociedades mutualistas nos anos 1920. Importa aqui entender como ocorreu a chegada das notícias sobre a publicação de leis do trabalho pelo governo federal; como as campanhas operárias e as greves foram capazes de pressionar uma sociedade marcada pela fama do poder quase absoluto dos coronéis e de intransigência dos patrões.

Leis, direitos e civilização no Sul da Bahia

Em 14 de julho de 1925, o ferroviário José Correia de Queiróz escreveu uma carta ao deputado federal Wanderley Araújo Pinho agradecendo sua colaboração para obter esclarecimentos junto ao Conselho Nacional do Trabalho (CNT) sobre os procedimentos da Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP). Queirós explicava que a informação trouxe um “grande contentamento entre os empregados desta Estrada”, visto que os funcionários viviam desapontados com a ideia de que não poderiam gozar de todos os direitos da lei 4.682, referente ao funcionamento das CAP dos ferroviários. Ele contou que “um advogado dos mais conceituados de Ilhéus e consultor jurídico da Caixa de Pensões”, ao ser consultado a respeito dela, disse que “para que o empregado possa gozar das vantagens do art. 42º, mister se faz que tenha mais de 10 anos na mesma estrada”. Como a maioria dos trabalhadores da Estrada de Ferro de Ilhéus - Conquista possuía serviços prestados em outras estradas e possuía menos que dez anos na companhia atual, muitos funcionários ficaram inconformados. Por esse motivo, Queiróz havia resolvido apelar para o deputado Pinho, que trouxe a notícia da inexistência desta restrição.⁴⁵⁹

A carta de José Queiróz foi escrita no momento em que o Estado brasileiro criou medidas legais para o mundo do trabalho, nos anos 1920. As autoridades da Primeira República formularam uma legislação social no bojo das pressões internas e das exigências internacionais. No plano nacional, as duas primeiras décadas do século XX foram tempos em que o operariado brasileiro avançou no associativismo de classe e promoveu greves por

⁴⁵⁹ IHGB. *Carta de José Correia de Queiróz ao deputado Wanderley Pinho*, Ilhéus, 14/7/1925. f. 1. Fundo Wanderley Pinho, série correspondências. DL1483/004.

melhores condições de trabalho e aumento salarial. Em paralelo, o fim da Grande Guerra e a Revolução Russa levaram os órgãos internacionais a exortarem à criação de medidas institucionais para a regulamentação das relações de trabalho, visando, sobretudo, conter o acirramento dos conflitos estabelecidos entre capital e trabalho. Foi nesse contexto que surgiu a Lei de Acidentes no Trabalho em 1919, aprovada pelo Congresso Nacional.⁴⁶⁰ Em Ilhéus, as notícias sobre a criação das leis sociais chegavam através dos jornais e de intelectuais (especialmente advogados) presentes nos círculos associativos dos operários.

Embora as leis fossem promulgadas pela Presidência da República, parte delas precisava de regulamentação, que muitas vezes demorava a acontecer. Enquanto não se tinha esclarecimento sobre como a lei funcionaria, as informações corriam sob muita especulação e desencontro. É provável que as queixas de José Correia de Queiróz se refiram ao advogado Oscar de Andrade, bacharel que também atuava como consultor na UPAOI. Dias antes da carta enviada pelo ferroviário, Andrade comentava que o CNT iria “modificar a lei que regulariza a situação dos ferroviários, criando-lhes dificuldades em vez de minorar-lhes as condições”. Segundo ele, o governo majoraria a contribuição mensal e, mais, inclinava-se a “negar-lhes o direito à restituição” quando não mais fossem empregados da estrada de ferro,⁴⁶¹ informação esta que combinava com os boatos de que ferroviários não gozariam do direito adquirido em outra empresa.

Foi esta informação passada pelo advogado Oscar de Andrade que provocou descontentamento entre os empregados da EFIC. Apesar dos equívocos, as cartas e as notícias sobre as leis sociais indicam que os trabalhadores não estavam alheios às medidas criadas pelo governo federal para o operariado nos anos 1920. Ao buscar esclarecimentos com parlamentares, eles se inteiravam do funcionamento da legislação a fim de aplicá-la entre os empregados da principal empresa de transporte do Sul da Bahia. Em paralelo, novas informações eram publicadas na imprensa sobre a regulamentação da lei. Entre elas, falava-se da realização do congresso ferroviário no Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1925. Nele, discutiu-se com o desembargador Aaulfo de Paiva pontos importantes da CAP dos ferroviários, como a contribuição dos empregados em 3% dos vencimentos mensais, a tabela de pagamento para aposentados, a eliminação da restrição de idade para entrada nas caixas de

⁴⁶⁰ Cf. VISCARDI, Claudia M. R. Trabalho, previdência e associativismo: as leis sociais na Primeira República. In. *Trabalho, proteção e direitos... Op. Cit.*; GOMES, Ângela de C.; SILVA, Fernando Teixeira da. *A justiça do trabalho e sua história*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2013. Para um histórico detalhado da justiça do trabalho no Brasil, conferir a introdução a esta obra.

⁴⁶¹ IGHB. *Diário do Povo*, 1/6/1925, ano I, n. 4, p. 1.

pensão e o estabelecimento do tempo de serviço em 30 anos para obter os benefícios previdenciários e a vitaliciedade dos direitos do beneficiário.⁴⁶²

A CAP e o CNT previam formas de assistência previdenciárias e um órgão fiscalizador dos direitos laborais. As caixas de pensão foram aprovadas pela lei 4.682, em 24 de dezembro de 1923, conhecida também pelo nome Lei Eloy Chaves, parlamentar responsável pela sua proposição no Congresso Nacional. Ela previa o pagamento de aposentadorias, pensões e indenizações para vítimas de acidente de trabalho. Cobria-se também custos com serviços médicos e auxílio jurídico. Os recursos obtidos para a caixa seriam obtidos com a contribuição de 3% do vencimento mensal de cada empregado; de 1% da renda anual da empresa; e da soma devida do aumento das tarifas ferroviárias das empresas, previstas nas leis federais. A princípio, a lei atendia apenas aos empregados das companhias de trens. Para Claudia Viscardi, a Lei Eloy Chaves, além de ser o resultado do acúmulo da cultura associativa mutualista entre os operários, também era o sinal de maior envolvimento do Estado com as questões sociais.⁴⁶³ Igualmente, o historiador Samuel Souza destaca o CNT como órgão consultivo do governo para assuntos relacionados ao trabalho e à previdência social, especialmente as CAP criadas em 1923.⁴⁶⁴

Os funcionários da EFIC acompanhavam as deliberações da categoria nos grandes centros e, ao mesmo tempo, se articulavam para a criação de sua própria caixa previdenciária. A criação da CAP dos ferroviários do Sul da Bahia foi realizada em julho de 1925, tendo ficado sob a direção do contador João Brito.⁴⁶⁵ O nome foi escolhido no referido congresso, por influência do deputado Wanderley Pinho, com o qual os empregados da companhia mantinham contato desde o período em que este foi fiscal do governo da estrada de ferro em Ilhéus, entre 1919-1920. Ao adentrar o legislativo federal, tornou-se um dos interlocutores para intermediar os interesses dos ferroviários na capital do País. A partir de 1926, as CAP foram estendidas para outras categorias, tais como portuários, marítimos e professores. Em Ilhéus, houve a criação da caixa de aposentadoria dos portuários, que abrigava os funcionários da Companhia Industrial de Ilhéus, empresa responsável pela gerência do porto da cidade, o que mostra que também outras categorias fizeram usos da legislação social criada na Primeira

⁴⁶² Idem. *Diário do Povo*, 17/7/1925, ano I, n. 32, p. 1-2.

⁴⁶³ VISCARDI, Claudia Maria R. Trabalho, previdência e associativismo: as leis sociais na Primeira República. In. *Trabalho, proteção e direitos: Op. Cit.*, p. 46-50.

⁴⁶⁴ SOUZA, Samuel F. “A questão social é, principalmente, uma questão jurídica”: o CNT e a judicialização das relações de trabalho (1923-1932). In. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009, p. 225-226.

⁴⁶⁵ IGHB. *Diário do Povo*, 19/7/1925, ano I, n. 34, p. 2.

República. De acordo com os relatórios apresentados até 1928, 14 funcionários tinham se aposentado e o total da receita havia alcançado 193 contos 743 mil e 730 réis.⁴⁶⁶

O desenvolvimento da cultura associativa operária foi decisivo para que as informações sobre as leis sociais dos anos 1920 alcançassem parte dos trabalhadores. No capítulo 2, observamos que algumas agremiações assumiram entre seus objetivos a função de acompanhar os direitos atinentes à classe trabalhadora, como foi o caso da SMPAI, da UPAOI e da SUOEI. Foi talvez no interior da União Protetora que José Correia Queirós tenha ouvido as primeiras notícias sobre a Lei Eloy Chaves, através do advogado Oscar de Andrade, que atuava como consultor naquela organização. As agremiações também organizavam eventos para debater os direitos do operariado. Este foi o caso da proposta de realização do I Congresso de Artistas e Operários do Sul da Bahia, apresentada por Flaviano Moreira em 1923. Apesar do encontro não ter sido realizado, ficou registrado que entre os interesses de discussão estava a lei de acidentes no trabalho, a jornada de trabalho e a remuneração básica do trabalhador.

As sociedades operárias aproveitavam seus calendários festivo e militante para promover discussões sobre os direitos conquistados. Uma das datas mais utilizadas era o 1º de maio. Por sinal, apesar de ser reconhecida internacionalmente como feriado, ela só foi respeitada pelas autoridades municipais a partir de 1923, quando os sócios da SMPAI enviaram ofício ao cel. José Kruschewsky, pedindo a retratação do poder municipal por não ter obrigado as casas comerciais a fecharem suas portas, “desrespeitando o 1º de maio, dia este que por lei foi consagrado ao trabalho do operariado pelo presidente da República”.⁴⁶⁷ Em resposta, a intendência admitiu a falta e pediu desculpas por não ter cumprido com a obrigação de paralisar as atividades comerciais do município.⁴⁶⁸ Naquele mesmo ano, o *Correio de Ilhéus* informou sobre uma palestra na União Protetora sobre o dia do trabalho, reiterando que as comemorações eram reconhecidas como feriado estadual desde 1919 e que deveriam representar para “todas as classes [...] uma época de harmonias e progressos, e despertar entusiasmos nos nossos corações”. A notícia concluía que o proletariado era o “imane fator do progresso universal” e que, sendo assim, cumpria “glorificar a data [...] e render homenagens às classes operárias”.⁴⁶⁹

⁴⁶⁶ Dados extraídos do *Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, 1927, p. 296, Disponível em www.brazil.crl.edu, acessado em 25/7/2014, e do APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 25/4/1929, ano IX, n. 1182, p. 2.

⁴⁶⁷ ASMPAI. *Livro de atas da assembleia geral da SMPAI*, 6/5/1923. f. 48.

⁴⁶⁸ Idem. *Livro de atas da diretoria da SMPAI*, 23/5/1923. f. 8v.

⁴⁶⁹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 1º/5/1923, Ano III, n. 287, p. 1.

Em Ilhéus, a programação do 1º de maio de 1926 ganhou notoriedade por uma iniciativa mais incisiva dos trabalhadores da União Protetora. Os operários e os artistas deliberaram que a partir daquele dia, seriam instituídas 8 horas de serviço diário no município. A inauguração da nova jornada seria realizada na estação da Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista, dividida em dois turnos: de 7 às 11, e de 12:30 às 16:30, conforme estabelecia a própria companhia ferroviária. Ainda como parte das celebrações, haveria passeata cívica pelas ruas da cidade, com saída da sede da UPAOI e acompanhada pela Filarmônica 3 de maio. Para se justificar, o operariado ilheense dizia que “não podiam [...] continuar os trabalhistas de Ilhéus no eterno e condenado regime de labor excessivo, quando seus companheiros de outras partes já efetuaram a reivindicação dos seus direitos” e que por isso, “a exemplo dos outros povos civilizados, compreendeu a grande necessidade de instituir [...] o princípio do direito que prerroga [*sic*] o tempo diário de trabalho de 8 horas, realizando desse jeito, uma das maiores conquistas contemporâneas”.⁴⁷⁰

É importante ressaltar a perspicácia de utilizar o 1º de maio para mobilizar os trabalhadores em torno da regulamentação da jornada de trabalho de 8 horas. Em atividades de visibilidade pública, as associações operárias reafirmavam a laboriosidade – o trabalho como instrumento de distinção – para legitimar sua dignidade em forma de direitos. Por tudo isso, o dia do trabalho se tornava propício para difundir as expectativas de melhores condições de vida e de trabalho. Simultaneamente, cabe salientar a sagacidade de se apropriarem dos valores de civilização para justificar a nova carga horária diária. Comumente utilizado para justificar intervenções dos poderes públicos, neste caso, o princípio de civilização foi revestido de ambivalência para fundamentar os interesses de ter os mesmos direitos que trabalhadores de “outros povos civilizados”.⁴⁷¹

Combinada com valores de civilização, a reivindicação da jornada de trabalho pela UPAOI foi reconhecida até mesmo pela imprensa das classes conservadoras. Por isso, em tom de elogio, o *Correio de Ilhéus* publicou uma nota que destacava o papel dos trabalhadores e suas demandas. Dizia que

melhor e mais eloquente homenagem não podiam, as classes trabalhadoras, prestar ao dia que se lhes consagra, do que essa demonstração viva do seu justo regozijo por marcarem na senda luminosa de sua vida honrada e

⁴⁷⁰ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 24/4/1926, ano VI, n. 739, p. 1.

⁴⁷¹ Cf. CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*, vol. 1, 2008, p. 39. Certeau destaca a capacidade dos de baixo de se apropriar de valores das classes dominantes para justificar interesses e reivindicações.

laboriosa, a brilhante conquista moral e sociológica, que chegam de alcançar com instituírem o dia de oito horas de trabalho.⁴⁷²

O tom fraterno do jornal pode ser explicado pela presença de Nelson Schaub em sua redação. No capítulo anterior, falamos do papel que ele cumpria na articulação entre as lideranças do Partido Republicano da Bahia (calmonista/mangabeirista) – rival do PRD (dos ex-seabrista) – e as associações operárias. Neste caso específico, o reconhecimento da causa da jornada de trabalho ganhava o sentido de um paternalismo pelo qual os chefes políticos e seus veículos de imprensa revelavam oportuna benevolência com o “justo regozijo” dos trabalhadores. O fato dos empregados defenderem 8 horas de trabalho sob os auspícios da “civilização” gerava uma pressão favorável. Deste modo, eles procuravam contar com o apreço dos de baixo, ao passo em que passavam a impressão de que os patrões e as autoridades não tinham a sua soberania e vontade desafiadas. Para Sidney Chalhoub, o paternalismo pressupõe “territórios de diálogos”, pautado na ambiguidade de valores em comum. Em tais territórios, “práticas políticas outras que não a aparente submissão ou o antagonismo aberto” são instituídas por “trocas cotidianas diretas entre [...] senhores e dependentes”, sem rompimento das lógicas de dominação.⁴⁷³

Outra lei criada na década de 1920 foi a relativa às férias. O Congresso Nacional aprovou este benefício em 1925. Sua regulamentação rezava que operários, artistas e comerciários teriam direito a descanso de 15 dias por cada ano trabalhado. Apesar disso, a aplicação da lei ocorreu sob muita desconfiança e desrespeito dos patrões. Em Salvador, em 1926, a associação caixeiral da Bahia pressionou os negociantes para que a legislação fosse cumprida, ameaçando fazer denúncias no CNT.⁴⁷⁴ No Sul da Bahia, a primeira notícia encontrada com uma menção à lei foi em janeiro de 1926, no *Correio de Ilhéus*. Na ocasião, o jornal dizia que ela seria “uma das mais proveitosas e relevantes”, pois protegia as “energias dos que trabalham, todos os dias, ao trabalho honrado e edificante da construção do nosso monumental edifício econômico, cívico e moral”. O periódico fazia questão de reiterar que “bem mereciam os operários este favor dos poderes constituídos”.⁴⁷⁵ Novamente, o olhar paternalista e condescendente da imprensa oligárquica combinava direitos do trabalho com

⁴⁷² APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 1/5/1926, ano VI, n. 742, p. 1.

⁴⁷³ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador...* Op. Cit., p. 61.

⁴⁷⁴ Cf. SANTOS, Mario Augusto da S. *Casa e balcão...* Op. Cit., 2009. Santos afirma que após a publicação da lei de férias, os negociantes da Bahia não respeitaram os direitos conquistados de caixeiros. Por isso, a Associação dos Empregados no Comércio da Bahia denunciava constantemente os patrões na imprensa até 1929, p. 45-47.

⁴⁷⁵ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 23/1/1926, ano V, n. 703, p. 1-2.

“merecido favor”, caracterizando a legislação social em produção como concessão das autoridades governamentais para os de baixo.

A aplicação da lei não foi imediata na Bahia ou no Brasil. Isso porque o governo federal concedeu o prazo de 12 meses para que os patrões fizessem o cadastro de seus funcionários na Junta Comercial, órgão que representaria o CNT na fiscalização. No Sul da Bahia, a regulamentação das férias no comércio foi discutida na AECI em fevereiro de 1927. Os caixeiros de Ilhéus pareciam caminhar junto com a categoria da capital, pois informaram esperar da associação coirmã soteropolitana orientações quanto ao funcionamento da lei.⁴⁷⁶ Em 3 de março de 1927, os diretores da AECI publicaram na imprensa os regulamentos da nova lei. Observava que o registro das férias deveria ser realizado em livro especial, em que teria fotografia, dados pessoais e profissionais do funcionário, que deveriam ser encaminhados para o CNT. Ao final, os caixeiros de Ilhéus frisaram que viam “na lei em apreço a maior das aspirações da classe, um legítimo direito, envidando o melhor dos seus esforços para que o comércio dessa zona, no mais justo reconhecimento aos seus dedicados auxiliares, cumpra fielmente os dispositivos do regulamento”.⁴⁷⁷

Houve outra nota sobre a regulamentação da lei de Férias em maio de 1927. Desta vez, a AECI informava que o governo havia prorrogado o prazo para cumprimento das obrigações da legislação, depois de ter ouvido entidades patronais de São Paulo. Em contraponto, comunicou, o grêmio caixeiral da capital “tem sabido cumprir com o seu dever, acorrentado aos encontros das grandes necessidades de uma classe numerosa”.⁴⁷⁸ numa forma de dizer que estavam alertas para defender o direito conquistado. Pelos relatórios anuais e pelos jornais, as associações comerciais de Ilhéus e de Itabuna se mostraram simpáticas à lei de Férias. A de Ilhéus, por exemplo, diagnosticava que “nada mais do que justo e equitativo do que premiar-se desta maneira os auxiliares do comércio, um dos maiores fatores do progresso nacional”.⁴⁷⁹ Por sua vez, Martinho Conceição, presidente da agremiação dos comerciantes de Itabuna, enviou para a união dos caixeiros do Rio de Janeiro telegrama com “seus sinceros parabéns pela sanção das férias aos empregados no comércio, pretensão justíssima desta classe”.⁴⁸⁰

A postura cordial das associações comerciais não correspondia aos problemas encontrados na aplicação da lei de férias no Sul da Bahia. De acordo com o *Pequeno Jornal*,

⁴⁷⁶ Idem. *Correio de Ilhéus*, 10/2/1927, ano VI, n. 853, p. 2. 19/2/1927, ano VI, n. 857, p. 1.

⁴⁷⁷ Idem. *Correio de Ilhéus*, 3/3/1927, ano VII, n. 861, p. 2. O mesmo documento pode ser encontrado no IGHB. *Pequeno Jornal*, 2/3/1927, ano III, n. 214, p. 1-2.

⁴⁷⁸ Idem. *Correio de Ilhéus*, 10/5/1927, ano VII, n. 889, p. 1.

⁴⁷⁹ BPEB. *Relatório da Associação Comercial de Ilhéus – Exercício 1926-1927*. Itabuna: Tipografia D’A Época, 1927, p. 52.

⁴⁸⁰ BN. *A noite*, 23/1/1926, p. 4.

as principais cidades do sul do estado – Valença, Caravelas, Itabuna e Ilhéus – não respeitavam o direito adquirido dos caixeiros. Informou que, não obstante as várias tentativas da AECI para que a Associação Comercial da cidade interviesse junto aos patrões para regularizar a concessão de férias, pouco havia sido feito. Por fim, a notícia dizia que a única empresa que respeitava a “nova legislação” era a Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista, em função da CAP dos ferroviários, “instituição de cunho oficial e obrigatório”.⁴⁸¹ As caixas de aposentadorias tinham fiscalização mais frequente por serem monitoradas pelo CNT, órgão diretamente ligado ao governo, e pela vigilância dos beneficiários com a aplicação dos seus direitos nas empresas em que atuavam.⁴⁸²

Supomos que o motivo pelo qual o *Pequeno Jornal* tenha denunciado o desrespeito à lei de férias seja sua proximidade com a AECI. José F. de Oliveira, redator-chefe, era um dos membros daquela agremiação, de modo que acreditamos que acompanhasse o modo displicente com que os patrões lidavam com a legislação recém-criada. Em 2 de dezembro de 1927, nova matéria foi publicada, contendo alguns questionamentos que deveriam passar pelas cabeças daqueles que faziam parte da agremiação dos comerciários. Dizia dos esforços que o grêmio caixeiral realizou para exigir o cumprimento da lei, que “não é, absolutamente, cumprida em Ilhéus, fato que tão profundamente fere os interesses, principalmente dos empregados no comércio”. Em decorrência disso, perguntava:

Onde, pois, entre nós, se encontra esse registro?

Qual o estabelecimento comercial, ou industrial que já procurou cumprir estes dispositivos?

Diz o artigo 12, que ao ‘Conselho Nacional do Trabalho compete a fiscalização e imposição de multas’. Por que então, não procura o Conselho Nacional do Trabalho, fazer cumprir a lei, fiscalizando-a ou fazendo fiscaliza-la, impondo multa aos infratores?⁴⁸³

Por último, a notícia citava o artigo 15 da lei de Férias para afirmar que cabia aos interessados comunicar ao CNT a falta de cumprimento de qualquer dispositivo. Em função disso, estimulava os caixeiros de Ilhéus a fiscalizar os estabelecimentos comerciais, enviando cartas e telegramas ao Governo Federal. A pesquisa não encontrou documentos que sinalizasse possíveis denúncias dos empregados, mas, sem dúvidas, eles se mostravam cientes dos novos direitos que lhes assistiam e fizeram pressão para ver seus benefícios aplicados na

⁴⁸¹ IGHB. *Pequeno Jornal*, 30/11/1927, ano III, n. 306, p. 1.

⁴⁸² Em alguns casos, as CAP se tornaram também órgãos de representatividade dos trabalhadores, extrapolando as funções previdenciárias, abordando questões de fiscalização dos direitos alcançados. Cf. FRACCARO, Gláucia Cristina C. *Morigerados e revoltados: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)* (Dissertação de Mestrado). Campinas, SP: Unicamp, 2008.

⁴⁸³ Idem. *Pequeno Jornal*, 2/12/1927, ano III, n. 307, p. 1.

prática. Talvez até mesmo por meios bem menos polidos. Cabe enfatizar que o engajamento dos operários na defesa das novas leis sociais não se limitava apenas às leis de férias.

Ao final da década de 1920, a cultura associativa dos trabalhadores do Sul da Bahia vislumbrava voos mais pretensiosos no que tange ao fortalecimento das agremiações e à criação de uma pauta de direitos. No capítulo anterior, falamos da iniciativa da UPAOI de promover uma assembleia com diferentes categorias de trabalho de Ilhéus em junho de 1929. A convocatória da atividade anunciava que entre os “interesses palpitantes” estava a questão do “bem-estar material e moral” do operariado, o que nos faz pensar que o debate sobre os direitos do trabalho estivesse na ordem do dia. No entanto, noutra ocasião isso foi expresso claramente.

Aproveitando as festas da Independência, a União Protetora convocou as agremiações da classe trabalhadora do Sul da Bahia para uma reunião. O objetivo era promover um encontro para unificar a classe em “defesa de seus direitos e interesses no ambiente da harmonia e da paz”. Os organizadores diziam que “nenhuma outra data seria propícia para a escolha definitiva de nossa bandeira, como esta em que comemoramos o 107º aniversário de nossa independência”, argumento que mostrava a preocupação em azeitar o evento com valores de civismo e de patriotismo. A memória da emancipação brasileira era revertida numa memória positiva que visava garantir o beneplácito das autoridades policiais e autenticar as boas intenções do operariado. Ao mesmo tempo, o convite enfatizava que a reunião seria “um passo definitivo para o despertar do operariado que dorme insolente sobre o seu valor, ignorando a força imensa do seu poder na esfera mundial”.⁴⁸⁴

A reunião contou com a presença de quase 200 pessoas e com representantes da Colônia de Pescadores Z 10, da SMPAI, da SUOEI, da AECI, além da própria UPAOI, entidade que sediava o evento. O balanço das atividades reforçou o sentido político do encontro das associações operárias do Sul da Bahia em pleno 7 de setembro ao afirmar que sendo “uma comemoração cívica à data da independência, foi também o primeiro passo dado pelas classes trabalhistas de Ilhéus e de Itabuna em favor da Convenção Operária Sul Baiana”. A deliberação principal foi sobre a realização de um novo encontro no dia 15 de novembro na sede da Sociedade Monte Pio em Itabuna, agendada igualmente para outra data de simbolismo cívico brasileiro – Proclamação da República –, o que reforça o uso de valores hegemônicos

⁴⁸⁴ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 29/8/1929, ano IX, n. 1232, p. 4.

para referendar os interesses dos trabalhadores.⁴⁸⁵ Neste novo encontro, a pauta de debate seria constituída dos seguintes pontos: “Higiene – Legislação – Unificação da Classe – Defesa Social – Política de classe – Fusão das sociedades operárias do sul”.⁴⁸⁶

Infelizmente, a convenção operária prevista para o dia da República em 1929 não aconteceu. Os esforços empreendidos para consolidar as organizações proletárias esbarravam também nas dificuldades de executar tarefas e compromissos mais audaciosos. Apesar destes limites e fragilidades, é possível dizer que ao menos ficaram as informações de que as leis e os direitos sociais rondavam os interesses da prática associativa operária de Ilhéus e de Itabuna. Em comentário para o *Diário da Tarde*, João Guimarães escreveu que o século XX era o “século do trabalho” e fez referência ao fato de os Estados Unidos terem tido um candidato presidencial oriundo do universo operário – Alfred Smith –, que defendia medidas legislativas benéficas ao operariado, tais como o salário mínimo, oito horas de trabalho, seguro maternidade e assistência médica custeada pelos cofres públicos.⁴⁸⁷

Na defesa de instrumentos jurídicos que pudessem regulamentar as relações entre capital e trabalho, o associativismo laboral compartilhava valores culturais das classes dominantes para justificar seus direitos, tal como os ideais de civilização que circulavam no Brasil nas décadas iniciais do século XX. Essa atitude lhe possibilitava reivindicar o quinhão de cidadania inscrito no cerne do projeto civilizador republicano. Num texto revestido de ambiguidade, Nelson Schaun elogiava o governo de Washington Luís ao dizer que a legislação da CAP “representava uma das maiores conquistas político-sociais do País, a exemplo do que tem se verificado em vários centros civilizados do velho e do novo mundo”.⁴⁸⁸ O professor fazia política a partir das demandas dos trabalhadores e, ao seu modo, demarcava os anseios por direitos dos de baixo em um tempo de República oligárquica e excludente.

De modo geral, ferroviários, caixeiros e demais operários demonstravam estar sintonizados com a movimentação do Estado brasileiro em favor de benefício aos de baixo em fins da Primeira República. Mais do que isso, faziam intercâmbio com companheiros e autoridades de Salvador e do Rio para se inteirar dos melindres da lei e, conseqüentemente, sua aplicação no Sul da Bahia. Para o historiador Samuel Souza, foi “a pressão dos

⁴⁸⁵ Cf. BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro. In. *Culturas de classe... Op. Cit.*, p. 98-99. O autor sinaliza a capacidade dos trabalhadores de se apropriar de diferentes formas de valores muitas vezes pertencentes aos grupos hegemônicos.

⁴⁸⁶ BPEB. *Diário da Tarde*, 9/9/1929, ano II, n. 458, p. 1; 10/9/1929, ano II, n. 460, p. 4.

⁴⁸⁷ Idem. *Diário da Tarde*, 5/9/1928, ano I, n. 165, p. 2.

⁴⁸⁸ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 27/4/1929, ano IX, n. 1183, p. 1.

trabalhadores para garantir o funcionamento dos direitos adquiridos” que “modificou a forma de ação das instituições do Estado”.⁴⁸⁹ No caso dos ferroviários, isso refletiu no crescimento do número de associados de 261 para 330 indivíduos entre 1927 e 1929, indicador importante de como os funcionários da estrada de ferro fizeram valer suas conquistas sociais.⁴⁹⁰ Em defesa de seus interesses, as sociedades de trabalhadores pressionaram também poderes públicos municipais para confecção de leis que melhorassem as condições de trabalho em Ilhéus. Veremos melhor como isso se processou com a campanha pela Lei Humanitária.

A Lei Humanitária: a jornada de trabalho dos caixeiros e a Semana Inglesa

A efervescência econômica de Ilhéus e de Itabuna nas três primeiras décadas do século XX animou o gosto dos negociantes pelos lucros. As casas comerciais mais importantes do estado possuíam filiais nestas cidades, como, por exemplos, Wildberger & Cia, Costa & Ribeiro, F.Stevenson & Co. Ltda., Ayre & Cia e G. H. Duder. As empresas mais ricas negociavam a exportação do cacau para a Europa e América do Norte, mas também realizavam atividades bancárias e vendas de produtos importados. Boa parte destas possuía capital estrangeiro investido. Por isso, em 1923, o estadunidense T. E. Elliott escreveu que em Ilhéus havia muito dinheiro na década de 1910 e diagnosticava mais prosperidade para o comércio do cacau para os anos 1920.⁴⁹¹ A partir do momento que a cacauicultura despontou como a principal atividade econômica do estado, a questão do horário de funcionamento do comércio foi tema de divergência entre patrões, autoridades e empregados.

Em função da inexistência de um dispositivo jurídico específico para o trabalho no início do século XX, a legislação que dava conta de regulamentar o comércio era o Código de Posturas Municipais. Em 1905, a Intendência de Ilhéus determinou que o horário de fechamento das casas de negócio seria às 21 horas da noite no verão, e às 20 horas no inverno, e omitia-se sobre a abertura dos estabelecimentos. Dizia também que os negociantes eram obrigados a fechar suas portas ao meio dia nos domingos e no feriado de 15 de novembro.⁴⁹²

⁴⁸⁹ SOUZA, Samuel F. *Op. Cit.*, p. 229. Cf. também sua tese de doutorado : SOUSA, Samuel F. *Coagidos ou subornados: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930* (Tese de Doutorado). Campinas, SP : Unicamp, 2007, p. 35-37.

⁴⁹⁰ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 29/5/1930, ano X, n. 1340, p. 2.

⁴⁹¹ ELLIOTT, L. E. *Brazil: today and tomorrow*. New York: Macmillan Company, 1922, p. 255. O autor escrevia que a construção da Estrada de Ferro aumentou o potencial econômico das zonas cacauíferas da Bahia entre a I Guerra e o pós-guerra. “During the war and the post war booms this was a notable freight carrier and the profit marker, for the plantation cacao tributary to the line have yielded unprecedentedly large crops at a time when every ounce of cocoa in the world has been called for at high prices. The isolated little Ilhéus rolled in unexpected money in 1915-1916, and prospered again in 1919”.

⁴⁹² CEDOC/UDESC. *Código de Posturas Municipais de Ilhéus*. Ilhéus: Tip. D’A Lucta, 1908. pp. 25-26.

Pouca coisa foi alterada pela lei de Posturas aprovada em 1924. Nesta, o artigo 265 determinava que nos dias úteis o comércio não deveria permanecer aberto depois das 20 horas e que as fábricas e as oficinas (salvo as padarias) funcionariam até às 18 horas. Em complemento, o artigo 264 proibia a abertura de estabelecimentos comerciais e industriais aos domingos, feriados nacionais e estaduais, e no dia do padroeiro da cidade. Havia exceções para barbearias, confeitarias, bilhares, botequins, café e restaurantes, os quais podiam se conservar abertos até às 22 horas.⁴⁹³ Como se vê, as leis municipais não eram nada favoráveis aos trabalhadores até meados dos anos 1920, pois em geral permitiam que as atividades se desenrolassem por dez ou doze horas de trabalho. Apesar disso, havia queixas de patrões no sentido de ampliar o tempo de funcionamento do comércio.

Em 1915, o Conselho Municipal de Itabuna debateu o horário do comércio, defendendo a ampliação do tempo. De acordo com os conselheiros, “lavradores e negociantes dos distritos rurais, pelos seus negócios e transações, [...] só pela noite podiam fazer suas compras” e, por isso, determinavam que se “concedesse licença provisória para abrirem suas casas às 7 horas e fechar às 20 horas” a fim de atender as “justas reclamações do comércio”.⁴⁹⁴ Deste modo, vê-se que o critério para a definição da jornada diária do comércio era estipulada pelos interesses dos negociantes em prejuízo dos empregados que teriam que trabalhar por 13 horas. Por acréscimo, a Intendência de Itabuna também definiu que seria facultativo aos comerciantes abrirem suas portas nos feriados nacionais, caso estes caíssem aos sábados em 1916.⁴⁹⁵

Na década de 1920, as insatisfações com a carga e o tempo de trabalho excessivos no comércio surgiram na imprensa. Em 1922, Valério dos Anjos questionava no *Jornal de Itabuna* o fato de o poder municipal desobedecer à lei que ordenava o fechamento do comércio em feriados nacionais e dias santificados. Fazer esta crítica não era fácil para o contexto histórico em que vivia, pois sempre havia a possibilidade de ficar mal visto pelos empregadores. Em função disso, ele pediu que não o tomassem “por um desses vadios, que andam folheando o calendário, à procura de um dia feriado ou santificado para gozar o descanso”. O fato é que Valério dos Anjos demonstrava conhecer algo de legislação, pois questionava o que valia mais: a lei federal, que estabelecia o feriado para todos os serviços profissionais, ou a lei municipal que permitia que patrões e negociantes abrissem seus

⁴⁹³ APEB. *Código de Posturas do Município de Ilhéus*. Salvador: Tipografia Oficial do Estado da Bahia, 1925, p. 60-61.

⁴⁹⁴ APMIJD. *Livro de atas do Conselho Municipal de Itabuna (1915-1918)*. Ata da sessão ordinária da 1ª reunião do Conselho Municipal. 16/8/1915, p. 15.

⁴⁹⁵ Idem. *Livro de atas do Conselho Municipal de Itabuna (1915-1918)*. 23/10/1916. s/p.

empreendimentos. Por fim, ele observou que sob o pretexto de que o feriado cairia num dia de sábado, a fiscalização “consente que o comércio abra suas portas, como se fosse num dia comum, como tem acontecido e consta-me, acontecerá no dia 13 de maio”.⁴⁹⁶

O questionamento de Valério dos Anjos é apenas um brevíssimo sinal do polêmico tema da jornada de trabalho no comércio que envolveu patrões e empregados no Sul da Bahia. Apesar disso, vê-se que a lei era um instrumento de invocação de justiça para os trabalhadores perante as autoridades. O descontentamento com os proprietários e os agentes fiscais figurava na imprensa regularmente. Em junho de 1923, houve reclamações sobre a frouxidão da fiscalização e a tolerância com a abertura de casas comerciais até tarde em Itabuna. A denúncia dizia que “há meses está a merecer atenção da fiscalização municipal o abuso aqui de alguns negociantes que conservam abertas as portas de seus estabelecimentos comerciais, até tarde, num flagrante desrespeito às posturas municipais”.⁴⁹⁷

Em sentido oposto, os empregadores recorriam regularmente aos poderes políticos para solapar o direito ao descanso dos seus funcionários. Em 1923, os negociantes ilheenses lamentavam que naquele ano a maior parte dos feriados caísse aos sábados. De forma irônica, o *Correio de Ilhéus* afirmava que a semana teria dois domingos, o que oferecia aos “cábula inveterados, uma notícia que lhes devem causar profunda satisfação por uma coincidência infeliz”. Ao fim, concluiu que quem não gostaria da “extravagância do calendário é o comércio, cuja vida sofrerá as consequências de tamanha vadiação”.⁴⁹⁸ No sentido de criticar a quantidade de feriados, os patrões e a imprensa recorriam à ética da laboriosidade dos sujeitos em contraponto aos adjetivos pejorativos de vadiagem para os que não trabalhassem ou contestassem a carga demasiada de serviço. Por isso, o uso do termo “cábula”, que designava aqueles que faltam ao trabalho ou deixam de cumprir algum dever, sob algum pretexto ou sem motivo de força maior.⁴⁹⁹ Daí é possível entender as precauções de Valério dos Anjos ao questionar as autoridades de Itabuna sobre o cumprimento dos feriados.

Com efeito, o cotidiano dos caixeiros no Sul da Bahia era marcado por uma carga horária de, em média, doze ou treze horas de serviço diário. Havia apenas um curto período de 45 minutos para o almoço, quase sempre feito no local de trabalho. Um dos registros que permitem ter uma noção do tempo trabalhado é o relatório da Guarda Noturna das duas cidades. A Guarda Noturna era uma segurança paralela à Guarda Municipal e à Força Pública,

⁴⁹⁶ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 11/5/1922, ano II, n. 98, p. 2.

⁴⁹⁷ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 19/6/1923, ano III, n. 308, p. 2.

⁴⁹⁸ Idem. *Correio de Ilhéus*, 17/5/1923, ano III, n. 294, p. 1.

⁴⁹⁹ Verbete Cábula: 1. Preguiçoso; 2. Manhoso. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. *Minidicionário de língua portuguesa*. 2010.

mantida pelas associações comerciais de Ilhéus e de Itabuna. Sua função era vigiar os estabelecimentos durante a noite para evitar arrombamentos e roubos. Qualquer ação realizada nas lojas era registrada em relatório, entre elas, o momento em que os proprietários e os funcionários entravam e saíam do serviço. Em Itabuna eram relatadas várias entradas e saídas de funcionários após as 20 horas. Por exemplos, no dia 17 de setembro de 1922, a Loja A Brasileira foi aberta às 23 horas por um de seus empregados; no dia 30 do mesmo mês, novamente o mesmo estabelecimento era aberto após tempo regulamentar por um empregado, desta vez 20 horas e 30 minutos. Dois dias depois, um dos trabalhadores da Drogaria Azevedo abria o estabelecimento às 20 horas.⁵⁰⁰

Em Ilhéus a situação não era diferente. Por diversas vezes a Guarda assinalou casas fechando suas portas após o limite previsto no Código de Posturas. No dia 23 de janeiro de 1925, o escritório da Wildberger & Cia foi fechado às 21h20min pelos seus funcionários. Outra casa de exportação que também encerrava suas atividades tarde era F. Stevenson & Cia. Famosa por ter se tornado uma das companhias mais lucrativas com a exportação de cacau,



Figura 17 - Fachada do edifício da firma F. Stevenson & Cia, em Ilhéus, 1928. Fonte: BPEB. FOLGUEIRA, Manuel R. *Álbum artístico, comercial e industrial da Bahia*, 1930, p. 358.

seus empregados fecharam o estabelecimento às 21h55min em 28 de fevereiro de 1925. Do mesmo modo, a firma Hugo Kauffman & Cia, às 22h50min em 25 de fevereiro; e às 22h15min no dia 28 do mesmo mês.⁵⁰¹ Na longa lista produzida pela guarda constam desrespeitos de outras casas comerciais, o que mostra a frequência com que a jornada de trabalho adentrava a noite.

A situação vivenciada pelos caixeiros chegava a causar alguma sensibilidade na imprensa. Em 1928, *A Época*, periódico do chefe político Gileno Amado, apoiou a criação da Associação dos Empregados no Comércio de Itabuna ao destacar a “vida insípida que, por natureza, lhe corta todos os estímulos. Vai de manhã para o trabalho, tem

⁵⁰⁰ CEDOC/UESC. *Jornal de Itabuna*, 23/11/1922, ano III, n. 126, p. 2.

⁵⁰¹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 19/2/1925, ano V, n. 560, p. 2.

pequena folga ao meio dia para o almoço e só se vê livre às 19 horas”. Obviamente a reportagem não levava em consideração a prática convencional dos patrões liberarem seus funcionários bem mais tarde da noite, como vimos anteriormente. Para o jornal, diante do extenuante ritmo de trabalho, a categoria caixeiral não tinha “ânimo de procurar seu desenvolvimento intelectual frequentando uma aula noturna ou entregando-se à leitura instrutiva”.⁵⁰²

As denúncias sobre a extensa jornada de trabalho no comércio ocorriam até nos distritos de Ilhéus. Em Água Preta, por exemplo, os caixeiros denunciaram ao Intendente Mário Pessoa que os patrões exploravam seu trabalho aos domingos. Na carta, a “mocidade caixeiral” dizia que o descumprimento da ordem pública resultava na “perspectiva e ameaça de se ver tolhida do gozo justo e merecido do descanso dominical”. Por este motivo, alimentava a confiança no “clarividente espírito” de seu destinatário na “esperança de serem atendidos”. De acordo com o *Correio de Ilhéus*, a Intendência exonerou o comissário do distrito José Fernandes dos Santos e tomou providências para que fossem obedecidas as disposições da lei que determinava o fechamento do comércio.⁵⁰³ Convém dizer que, neste caso, os empregados se apropriaram da legislação municipal para defender o direito ao descanso e o respeito ao tempo de trabalho: a prática de usar a lei como instrumento de reivindicação ia se difundindo entre os trabalhadores na década de 1920, no Sul da Bahia.⁵⁰⁴

As denúncias recorrentes sobre o desrespeito do horário do comércio forçou a criação de leis pelos poderes públicos de Ilhéus. Em junho de 1926, a Intendência instituiu uma multa de 20\$ (vinte réis) para os proprietários que abrissem suas portas aos domingos e feriados, fosse por motivo de serviço extraordinário de arrumação, de recebimento ou de embarque de mercadorias. De acordo com a determinação, ficava expressamente proibida a venda de qualquer produto nesse período, sob pena da multa ser dobrada e de a licença comercial ser cassada. Na opinião do *Correio de Ilhéus*, a multa tinha três objetivos: primeiro, “moralizar o comércio, reprimindo o mau costume de certos negociantes inescrupulosos e desleais que se prevaleçam da licença para efetuarem transações no domingo e feriados”; segundo, “defender os interesses da comuna” captando recursos de proprietários que aumentavam seus lucros com a abertura em dias de folgas; e terceiro:

⁵⁰² CEDOC/UESC. *A Época*, 20/10/1928, ano XI, n. 436, p. 1.

⁵⁰³ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 16/7/1925, ano V, n. 608, p. 1.

⁵⁰⁴ Cf. LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli N. *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2006, p. 11. Para as historiadoras, a lei e a justiça se configuraram em recursos que poderiam ser apropriados na luta contra a exploração e em defesa dos direitos conquistados por parte dos trabalhadores.

Proteger os empregados porque, não raro, são eles obrigados a trabalhar aos domingos, até a vendagem de mercadorias e outros misteres que podiam ser exercidos nos dias úteis, como acontece com algumas casas desta praça, cujos empregados não tem descanso nem ao menos nos dias de folga, para se não dizer depois da horas legais dos dias úteis, por isso que muitas dessas referidas casas fechara às 19 horas e continuam, porta a dentro, um intenso movimento até muito tarde, numa verdadeira opressão à liberdade e aos direitos dos desprotegidos auxiliares.⁵⁰⁵

Publicada no *Correio de Ilhéus*, a medida foi retratada como uma concessão benemérita do intendente Mário Pessoa em favor dos caixeiros. Novo indício de como os chefes políticos lidavam com os interesses dos de baixo em tom paternalista na Primeira República. Dito isso, os poderes públicos e a lei eram tomados como espaços de mediação para a conquista de direitos por parte dos empregados no comércio. A AECI abria uma frente de diálogo com os patrões, mas, ao mesmo tempo, fazia do legislativo e do executivo do município um espaço de negociação para tratar as reivindicações da categoria, prática similarmente adotada por outras agremiações de caráter beneficente e reformista da Primeira República no Brasil.⁵⁰⁶

Após sucessivas denúncias, os caixeiros iniciaram uma campanha mais sistemática pela jornada de trabalho no comércio. Em 1928, a AECI defendeu a instalação da “Semana Inglesa”. O objetivo era estabelecer a carga de 44 horas semanais de serviço, com o encerramento das atividades comerciais ao meio-dia de sábado. A medida foi tomada durante as comemorações do carnaval daquele ano, período em que os empregados teriam uma folga para aproveitar as festividades. Auxiliados por Nelson Schaun, a agremiação caixeiral apelou para que as principais casas de comércio de Ilhéus seguissem “os povos civilizados, notadamente os povos da velha e gloriosa Europa, [que] têm reconhecido os direitos das classes trabalhistas, instituindo a chamada SEMANA INGLESA”. Visando as folias de momo, eles desejavam que as atividades fossem encerradas no sábado ao meio dia e retomadas apenas na quarta-feira de cinzas, “a fim de que, na trégua inteira do carnaval, possam, os seus auxiliares, gozar o descanso necessário”, argumentavam os diretores.⁵⁰⁷

⁵⁰⁵ Idem. *Correio de Ilhéus*, 17/6/1926, ano V, n. 761, p. 1.

⁵⁰⁶ BATALHA, Claudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In. *Brasil Republicano... Op. Cit.*, p. 179. O autor contrapõe-se a noção de Estadania, termo cunhado por José Murilo de Carvalho, e defende que a mediação entre capital e trabalho exercida pelo Estado influenciou organizações operárias de cunho beneficente, positivista e reformista a verem nos espaços institucionais de poder um campo aberto de debate e de negociação por direitos sociais na Primeira República.

⁵⁰⁷ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 18/2/1928, ano VIII, n. 1010, p. 2. Grifos originais.

Ao que parece, as empresas atenderam o pleito dos caixeiros durante o carnaval, muito embora nem todo “alto comércio” tenha aderido. O fato é que a campanha pela Semana Inglesa em Ilhéus se estendeu para além das festas carnavalescas. De março de 1928 em diante, a AECI contou com Nelson Schaun em sua diretoria, o que contribuiu para que as notícias do esforço pela regulamentação do horário do comércio chegassem à imprensa em detalhes, sendo publicadas listas de casas comerciais que seguiam o modelo inglês de funcionamento. Em paralelo, houve também acusações contra negociantes que não adotaram o sistema. Nesse sentido, censuravam, tanto a “absoluta falta de solidariedade com os seus colegas”, quanto o “franco menosprezo aos direitos e interesses de seus abnegados auxiliares”.⁵⁰⁸

As críticas se destinavam ao chamado pequeno comércio, composto por retalhista, bares, restaurantes, cafés, secos e molhados. Estes estabelecimentos não abriam mão de funcionar aos sábados a tarde, em virtude da grande movimentação de operários, lavradores e moradores das circunvizinhanças que se dirigiam à cidade no dia da feira livre. Por isso, registravam-se casos em que “empregados deixavam seu trabalho às 21 horas, e, às vezes, mais tarde”, tendo de “voltar às 6 horas da manhã, ainda sonolentos e, na maioria, depauperados pelo excesso de trabalho”.⁵⁰⁹

Não demorou a que a Semana Inglesa fosse desrespeitada amplamente em Ilhéus. Nelson Schaun dizia que apenas duas firmas cumpriam com o horário acordado com a AECI: a F. Stevenson & Cia e a Wildberger & Cia, o que contribuía para o “flagrante prejuízo dos interesses da classe”. Ele ainda prometeu publicar pelo *Correio de Ilhéus*, os nomes das casas comerciais que violavam o compromisso assumido. Esta promessa não foi cumprida pelo presidente da agremiação. Quem fez a denúncia foi o *Pequeno Jornal*, por meio do qual foi possível saber que alguns proprietários eram, inclusive, reincidentes no desrespeito à jornada de trabalho dos caixeiros, como era o caso de Lottefalah Diab. Em resposta, o comerciante sírio declarou ter tornado seu único empregado sócio de seu empreendimento, justificando que quem “assim procede, não pode ser mau patrão”.⁵¹⁰

Não seria demais pensar que tal iniciativa fosse um meio de camuflar o aproveitamento do trabalho extra de funcionários. Em função disso, os diretores da AECI disseram ter arquivado a declaração de Diab para “algum tempo em que for desempregado o seu auxiliar e, em caso desse não ser reembolsado em seu percentual, ser movida ação

⁵⁰⁸ Idem. *Correio de Ilhéus*, 22/3/1928, ano VIII, n. 1023, p. 1.

⁵⁰⁹ Idem. *Ibidem*, p. 1.

⁵¹⁰ Idem. *Correio de Ilhéus*, 27/3/1928, ano VIII, n.1028, p. 2.

judiciária”. No entanto, houve caso mais grave, como o que envolveu o negociante Emílio Chauí, acusado de coagir os seus auxiliares, “com ameaça de por para fora os seus empregados, que assim se viram obrigados a, de público, a fazerem sua defesa [do patrão], capciosamente, com o justificado receio de serem desempregados”.⁵¹¹

A questão da Semana Inglesa ficou travada entre abril e setembro de 1928. Nesse intervalo, o acordo firmado com as casas de exportação foi sistematicamente quebrado pelos negociantes. Em outubro, a AECI e a Associação Comercial de Ilhéus discutiram a implantação da Semana Inglesa, que resultou na intervenção dos poderes municipais em relação ao caso. Em 9 de outubro, a agremiação caixeiral aprovou em assembleia o envio de um “ofício ao Conselho Municipal, no sentido de que seja posta em execução a lei reguladora da espécie, parecendo que, desta vez, será um fato o fechamento do comércio às 18 horas”.⁵¹²



Figura 18 - Edifício da Wildberger & Cia em Ilhéus, 1928. Fonte: Folgueira, Manuel Rodrigues, *Álbum artístico, comercial e industrial da Bahia*, 1930, p. 356.

No dia 10 de outubro, o principal tema do Conselho Municipal foi o horário de funcionamento do comércio de Ilhéus, conforme solicitação da representação produzida pela associação dos caixeiros. Parte das discussões foi relatada pelo *Correio de Ilhéus*. De acordo com o periódico, a iniciativa foi bem

recebida pelos conselheiros, que através do presidente do legislativo Antonio Pessoa, havia salientado a utilidade da medida “para os laboriosos empregados, que sofrem o horror de quase quinze horas de trabalho, por dia, enquanto todas as classes trabalham oito e dez horas, apenas, diariamente”. Propriedade do próprio cel. Pessoa, o jornal destacou a sensibilidade do chefe político com a causa dos “moços do comércio” ao falar de sua “digna e louvável atitude em favor da sorte dos empregados, patrocinando eficazmente a lei em questão”.⁵¹³ Aliás, é oportuno reiterar o fato de Nelson Schaun ser ao mesmo tempo seu redator e presidente da AECI nesse período, o que nos dá motivo suficiente para suspeitar do uso político da causa dos trabalhadores para promover o líder do seu grupo oligárquico.

⁵¹¹ IGHB. *Pequeno Jornal*, 30/3/1928, ano IV, n. 346, p. 2.

⁵¹² APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 11/10/1928, ano VIII, n. 1106, p. 1.

⁵¹³ Idem. *Correio de Ilhéus*, 13/10/1928, ano VIII, n. 1107, p. 1.

Lutar por direitos em negociação com os poderes institucionais foi uma das características do movimento caixeiral de Ilhéus. Aliás, nesse quesito, os empregados no comércio refletiam práticas semelhantes às experiências de outros colegas no País. Luís Eduardo de Oliveira destaca que os caixeiros de Juiz de Fora recorreram ao poder legislativo para ter o domingo de folga entre 1903-1905.⁵¹⁴ De modo parecido, Osvaldo Maciel relata que um dos traços das campanhas pela jornada de trabalho no comércio de Maceió foi agir com “pressão moral e poder de negociação”, de modo a comprometer autoridades com as reivindicações da categoria.⁵¹⁵ Ao estudar a campanha dos caixeiros do Rio de Janeiro, Fabiane Popinigris assinala que a questão do fechamento das portas no comércio “passava pelo fato de que a prática e a mentalidade de cunho paternalista não haviam desaparecido com o fim da escravidão” e que coube aos “proletários de casaca” lidar com as regras que ordenavam aquelas relações para delas extrair o máximo proveito em seu favor.⁵¹⁶

Em Ilhéus, a AECI negociava seus interesses no terreno moral e institucional próprio das classes dominantes. Para tanto, exploravam o clientelismo típico da cultura política da Primeira República, aproximando-se de líderes oligárquicos que advogassem a causa dos caixeiros. Por isso, usufruir do paternalismo era um meio ambivalente de encontrar brechas na ordem política para viabilizar os interesses da categoria. Não por acaso, dias depois da aprovação da lei, os dirigentes da AECI, liderados por Nelson Schaun, publicaram uma moção de apoio ao Conselho Municipal. Em especial, agradeciam aos “srs. Edis valioso benefício especializando, com justiça, o nome do Exmo. Sr. Senador Antonio Pessoa, preclaro presidente da nossa casa legislativa, porque foi S. Exa. o elemento imediato dessa obra inestimável”⁵¹⁷ Posto desta forma, a ação do chefe oligárquico convertia a rede de pressões que havia se tornado a causa dos caixeiros numa política de reciprocidade que possibilitava às autoridades figurar em alianças com trabalhadores.⁵¹⁸

No entanto, atuar nas brechas do paternalismo dos coronéis de Ilhéus não foi o suficiente para garantir a aplicabilidade da Semana Inglesa. Instituída pelo Conselho Municipal através da lei 357, ficava determinado o encerramento das atividades comerciais às 18 horas dos dias úteis e ao meio-dia de sábado. Todavia, muitas firmas não respeitaram a

⁵¹⁴ OLIVEIRA, Luís Eduardo. *Os trabalhadores e a cidade...* Op. Cit., p. 293.

⁵¹⁵ MACIEL, Osvaldo Batista A. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. Recife: Ed. da UFPE, 2011, p. 267.

⁵¹⁶ POPINIGRIS, Fabiane. *Proletários de Casaca...* Op. Cit., p. 125 e 152.

⁵¹⁷ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 16/10/1928, ano VIII, n. 1108, p. 2.

⁵¹⁸ Cf. ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e a aristocracia da corte*, 2001, p. 50-51. Elias analisa que reis e príncipes das nobrezas europeias estavam inscritos numa rede de pressão constante e, por isso, o poder que figurava absoluto, na prática era regulado por uma política de dependência recíproca que equilibrava as tensões com indivíduos e grupos diversos da sociedade.

nova determinação legal. A AECI denunciou que os estabelecimentos continuavam abertos além do meio-dia de sábado, apesar da legislação aprovada. Em especial, a diretoria da entidade destacou a loja dos senhores Hugo Kauffmann & Cia por funcionar “até tarde, quando, em verdade, nada justifica esse procedimento, tanto mais que nenhum vapor existe no porto para que atendidas sejam as necessidades urgentes”.⁵¹⁹

Em revide à implantação da Semana Inglesa, os negociantes recorreram aos poderes públicos para que fosse flexibilizada a lei 357. A Associação Comercial de Ilhéus solicitou que a Intendência autorizasse “o funcionamento do comércio varejista local nas vésperas de dias feriados e aos sábados até às 20 horas”. Francisco Dórea, presidente da entidade patronal, salientou que fosse levado em “apreço os inúmeros pedidos que nos têm dirigido consócios nossos e comerciantes”, os quais se justificavam pelo demasiado prejuízo com a nova determinação. A resposta do executivo reconhecia as necessidades dos patrões, mas afirmava não poder intervir no direito obtido pelos empregados.⁵²⁰

A campanha contra os patrões, em paralelo, continuou com novas manifestações na imprensa contra aqueles que mantinham seus estabelecimentos abertos depois das 18 horas. Havia informações de firmas que baixavam suas portas, mas continuavam “pesadamente a marcha de seus trabalhos por dentro, prejudicando, assim, não somente a sorte dos empregados, mas, sobretudo, os próprios interesses daqueles colegas que, nobremente, cumprem com a palavra empenhada”. Por contraste, a AECI elogiava as casas que cumpriam a Semana Inglesa, tais como a F. Stevenson & Cia, uma das poucas exceções na cidade, conforme o *Correio de Ilhéus*.⁵²¹

As queixas se dirigiam também contra a Associação Comercial de Ilhéus. Em nota, a agremiação caixeiral disse que a aplicação da Semana Inglesa era a “salvação da sorte dos empregados no comércio”, mas que merecia as críticas dos comerciantes porque tinha trazido prejuízos “à ganância e aos interesses reservados de certa gente sem alma, sem humanos sentimentos como demonstrou o movimento posto em prática por três ou quatro dos negociantes desta praça que encontraram no presidente da Associação Comercial, e somente neles, odiento porta-voz”. Em acréscimo, os diretores da AECI zombaram da iniciativa de Francisco Dórea de procurar o intendente da cidade, visto que o mesmo não teria poderes para mudar uma lei criada pelo legislativo. Nesse sentido, diziam que a ação de Dórea era típica de

⁵¹⁹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 20/10/1928, ano VIII, n. 1110, p. 2.

⁵²⁰ BPEB. *Relatório da Associação Comercial de Ilhéus – Exercício 1928-1929*. Itabuna: Tipografia D’A Época, 1929, p. 19. Documento também pode ser encontrado em BPEB. *Diário da Tarde*, 7/11/1928, ano I, n. 214, p. 4.

⁵²¹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 25/10/1928, ano VIII, n. 1111, p. 2.

quem tinha “ingerência em todas as questões sociais e políticas desta terra, sem, contudo, autoridade ou direito para tanto” e demonstração de “crassa ignorância em coisas de lei”.⁵²²



Figura 19 - Ambiente interno da F. Stevenson & Cia em Ilhéus, 1928. Fonte: FOLGUEIRA, Manuel Rodrigues. *Álbum artístico, comercial e industrial da Bahia*, 1930, p. 359.

É claro que foi preciso perseverança para que a jornada de trabalho no comércio fosse instituída e respeitada pelos patrões. Aliás, ao guardar os interesses da categoria, os caixeiros mostraram capacidade de abraçar a legislação em seu favor. Auxiliados por Nelson Schaun, aqueles trabalhadores conseguiram reagir às investidas da principal sociedade das “classes conservadoras” da região, colocando a lei embaixo do braço e defendendo o direito conquistado ao denunciar os negociantes que desrespeitavam a Semana Inglesa. Às vésperas do dia do caixeiro, a agremiação da categoria distribuiu vários boletins à população para anunciar que o “sistema de fechamento do comércio às 20 horas do sábado foi terminantemente abolido por força da própria lei”.⁵²³

Os empregados no comércio justificaram seus interesses apropriando-se dos ideais de civilização valorizados pelas classes dominantes. Num dos textos publicados no *Correio de*

⁵²² Idem. *Correio de Ilhéus*, 6/11/1928, ano VIII, n. 1116, p. 1.

⁵²³ BPEB. *Diário da Tarde*, 29/10/1928, ano I, n. 209, p. 1.

Ilhéus, de provável autoria de Nelson Schaun, a regulamentação do horário do comércio era anunciada como um ato de civilidade e de dignidade da “Lei Humanitária” que:

Tanta proteção veio trazer aos empregados no comércio, até hoje, a classe mais desprotegida, mas sem garantias e, também, mais abnegada que há, ainda agora, neste momento formoso de grandes reivindicações. Foi compreendendo esse princípio sociológico da proteção mútua e da liberdade individual, na sua mais ampla acepção, para o efeito, mesmo, da liberdade coletiva que o pensamento legislativo deste município, a exemplo do que se já fez em outros centros civilizados, regularizou a hora do trabalho para os infelizes e desprotegidos empregados no comércio⁵²⁴.

Ao referir-se à lei 357 como ato humanitário, os caixeiros da AECI se apropriavam de um terreno moral e ideológico das autoridades políticas e dos ricos para justificar a nova jornada de trabalho no comércio. O discurso ambivalente do jornal expressa o paternalismo em que o direito conquistado aparece como concessão ou beneficência do “pensamento legislativo” (poder do qual o cel. Antonio Pessoa era o presidente) para os de baixo, o que passa a impressão de que a “vontade senhorial” tenha sido consentida. Contudo, a ambiguidade opera também no sentido de pensar que, incorporando valores da ideologia senhorial, os caixeiros conseguiam perseguir seus objetivos – jornada de trabalho – no cerne mesmo dos rituais de dominação.⁵²⁵ Prática semelhante já havia ocorrido em outros cenários, tais como em Maceió, Juiz de Fora e Rio de Janeiro, em que as campanhas pelo fechamento das casas comerciais combinaram-se com os valores de civilização e com o apoio de autoridades e de intelectuais da cena política partidária do final do século XIX e início do XX.⁵²⁶

O historiador Alexandre Fortes aponta uma questão que parece válida para a AECI. A consagração dos direitos conquistados na esfera legal passava pela luta nos marcos da lei e da ordem do republicanismo excludente do Brasil.⁵²⁷

Em Ilhéus, os caixeiros fizeram, inclusive, o jogo do clientelismo ao render homenagens ao cel. Pessoa do PRB. Era o que restava para buscar a consolidação da

⁵²⁴ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 8/11/1928, ano VIII, n. 1117, p. 1.

⁵²⁵ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis... Op. Cit.*, p. 64. Chalhoub afirma que no enredo da dominação paternalista, os subordinados eram capazes de dialogar com seus superiores, perseguir seus objetivos e afirmar suas diferenças, ainda que sob os rituais da dominação senhorial. Era uma “arte arriscada”, pois poderia não sobreviver à tirania e à violência senhoriais, mas muitas vezes, era o recurso único para que os de baixo pudessem pautar seus interesses.

⁵²⁶ Cf. MACIEL, Osvaldo Batista A. *A perseverança dos Caixeiros... Op. Cit.*, p. 246-245; OLIVEIRA, Luís Eduardo. *Os trabalhadores e a cidade... Op. Cit.*, p. 273-274; POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de Casaca... Op. Cit.*, pp. 126-127.

⁵²⁷ FORTES, Alexandre. Os direitos, a lei e a ordem. In. *Direitos e justiça no Brasil... Op. Cit.*, p. 344.

regulamentação da jornada de trabalho dos empregados e escapar da humilhação e da exploração de seus patrões.

O artifício de recorrer aos princípios de civilidade e à prática de reivindicar não ficou reservada aos diretores da associação caixeiral. Cartas eram enviadas também por funcionários desconhecidos para denunciar o desrespeito dos patrões. Em carta anônima, um caixeiro argumentava que os comerciantes violavam “uma disposição legal, clara e terminante prejudicando-nos, a nós pobres empregados no comércio, que somos obrigados a trabalhar meia ou uma hora a mais, segundo o arbítrio dos patrões, mais ou menos gananciosos”. Ele ainda considerava que diante desta situação, “um empregado como é o que vos dirige estas linhas, trabalha mais do que o mais humilde operário. E ainda patrões inescrupulosos exigem maior dispêndio de nossas energias”.⁵²⁸ Adotando um olhar de contraposição do caixeiro ao “humilde operário”, a missiva indicava que a campanha pela Semana Inglesa trouxera a prática de postular garantias de trabalho e de fiscalizar os patrões.

A implantação da Semana Inglesa foi a mais importante ação coletiva da AECI desde sua fundação em 1920. Por isso, no dia 28 de outubro de 1928, a categoria se reuniu na sede social da agremiação para enaltecer e valorizar as conquistas, numa “solenidade que bem revelava a nova simpática orientação da classe que acaba de se reorganizar para a defesa impretérita dos seus direitos”. Na prática, os caixeiros ganharam novo fôlego em seu associativismo ao travarem embate com os patrões em favor da jornada de trabalho.

Doravante, a luta pela regulamentação do horário do comércio de Ilhéus continuou sendo uma demanda (quicá, ainda seja uma pauta extremamente atual). Em janeiro de 1929, poucos meses depois da conquista notável ainda apareceram notas sobre casas comerciais que fechavam depois das 18 horas, especialmente na Rua D. Pedro II, acusadas de cerrar as portas “meia hora e às vezes mais” tarde. Por acréscimo, a AECI recorria frequentemente a Intendência Municipal para que ordenasse à fiscalização “a máxima energia de ação para que seja respeitada a lei humanitária”.⁵²⁹ Na luta por direitos, os empregados não estavam sozinhos. Em paralelo, outras categorias também se mobilizaram para a “defesa dos sagrados interesses”, tais como os ferroviários da Estrada Ilhéus - Conquista, tema do tópico a seguir.

⁵²⁸ BPEB. *Diário da Tarde*, 29/12/1928, ano I, n. 256, p. 4.

⁵²⁹ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 17/1/1929, ano VIII, n. 1143, p. 1.

Na defesa dos sagrados interesses: manifestações e greves em Ilhéus

Até onde se sabe, o Sul da Bahia presenciou poucas greves nos anos 1920. Do que foi possível levantar, foram apenas duas paralisações. Duas delas ocorreram exatamente na Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista (EFIC), conhecida também por “*State*”. Em 1924, os carroceiros fizeram uma parede em função das determinações impostas pela administração da companhia ferroviária sobre a atividade de carga e descarga. No dia 2 de janeiro o superintendente Francis Reginald Hull baixou uma portaria alterando o procedimento de carga e descarga de mercadorias dos trens da companhia. Entre as medidas, estabelecia-se que as encomendas para Água Preta fossem despachadas somente as segundas, quartas e sextas-feiras, e para Sequeiro de Espinho apenas nas terças, quintas e sábados. Também determinou que as mercadorias fossem recebidas pelos funcionários da Estrada de Ferro quando estivessem com nota de expedição, contendo a quantidade e a natureza da mercadoria levadas. Caso houvesse mais de uma carroça no transporte do frete, deveria haver dois documentos de expedição, sendo que o próprio carroceiro deveria levar à balança as mercadorias a serem pesadas.⁵³⁰



Figura 20 - Chegada do trem a estação de Ilhéus, 1928. Fonte: FOLGUEIRA, Manuel Rodrigues, *Álbum artístico, comercial e industrial da Bahia*, 1930.

Na prática, além de limitar os dias de atuação dos carroceiros, a administração da ferrovia estabeleceu novas exigências para o despacho de mercadorias que refletia sensivelmente no aumento da carga de trabalho, sem reajuste salarial. Após a publicação da portaria, os carroceiros insatisfeitos paralisaram as atividades e se organizaram para contestar a

medida da *State*. Não sabemos ao certo em que dia os trabalhadores decidiram pela paralisação, pois as poucas notícias sobre o episódio foram publicadas apenas no dia 8 de janeiro, quando o semanal *Correio de Ilhéus* voltou a funcionar após as festas de ano novo de 1924. O certo é que naquele mesmo dia 8 haveria uma assembleia da categoria na sede da

⁵³⁰ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 8/1/1924, ano IV, n. 391, p. 2.

Sociedade União dos Estivadores para a qual estavam convidados os carroceiros e os patrões.⁵³¹

No encontro, os carroceiros em greve pautaram suas discussões em torno da necessidade de aumento das remunerações e da instalação de uma sociedade denominada União dos Condutores de Veículos. Nesse sentido, foi eleita uma diretoria,⁵³² responsável por levar aos negociantes a proposta de preço das carroçadas, cujos valores, para os fretes urbanos, seriam de 1\$500 réis em imóveis térreos e 2\$000 réis em prédios de andares superiores. As fontes também dão conta de que alguns comerciantes se prontificaram a um acordo em que a nova tabela da carretagem seria de 1\$200 réis para casas térreas e de 1\$500 com piso superior. Infelizmente, a documentação disponível não informa o efeito de tal atitude.⁵³³ No entanto, a greve dos carroceiros indica os entraves que rondavam os carregadores que trabalhavam direta e indiretamente com a Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista.

Em 1927, foi a vez dos ferroviários paralisarem os trabalhos em Ilhéus e Itabuna. Esta última pode ter sido a maior greve até aquele momento no Sul da Bahia republicana, realizada numa das empresas mais prestigiadas da sociedade regional e, seguramente, a que abrigava o maior contingente de trabalhadores urbanos na região. Até 1928, a Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista era considerada a mais bem conservada pelo governo da Bahia.⁵³⁴ Os relatórios de 1928 da CAP da categoria informavam 294 funcionários inscritos, sendo 16 da administração e almoxarifado, 86 do setor de tráfego, 78 da locomoção e 114 na via permanente.⁵³⁵ Boa parcela deste universo estava inserida na UPAOI.

Apesar das referências positivas, a EFIC era alvo frequente de reclamações sobre as condições de suas locomotivas e sobre acidentes de trabalho. Em 18 de junho de 1924, o operário João Macedo foi esmagado por um das composições após manobra na estação de Itabuna. Socorrido pelos companheiros, o trabalhador faleceu no dia 22, no hospital Santa Cruz. De acordo com *O Dia*, a “triste e miserável sorte” dos operários da *State* era consequência do “material que precisa de reforma e não se faz, deixando que os pobres empregados sejam vítimas de carros sem as competentes buchas”.⁵³⁶

⁵³¹ Idem. Ibidem, p. 2.

⁵³² Composta por Artur Guedes Chagas (presidente), Príamos José de Lemos (tesoureiro), José Rosário da Silva (secretário) e Antonio Mendes dos Santos (procurador).

⁵³³ Idem. *Correio de Ilhéus*, 10/1/1924, ano IV, n. 392, p. 1.

⁵³⁴ APEB. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Governador do Estado Francisco Marques de Góes Calmon, pelo secretário da Agricultura Nelson Spínola Teixeira – Quatriênio 1924-1928*. Bahia, 1928, p. 60.

⁵³⁵ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 27/4/1929, ano IX, n. 1183, p. 1.

⁵³⁶ IGHB. *O Dia*, 28/6/1924, ano V, n. 261, p. 2.

As reclamações se referiam também aos maus tratos dos gerentes da EFIC. O *Pequeno Jornal*, por exemplo, noticiou que a “inglesada” que administrava a empresa perseguia qualquer funcionário brasileiro que desse conta do trabalho pesado a que estavam submetidos, com “ameaças de demissão e outras penas [...] aos nossos patrícios”. Para ilustrar as acusações, a notícia narrou um caso de exploração ocorrido na “*State*”: uma composição de trem de lastro havia partido de madrugada com funcionários para carregar lenha a ser queimada como combustível no distrito de Urucutuca. Retornaram a Ilhéus por volta das 15 horas, quando os “homens cansados, extenuados pela atividade desenvolvida e pela fome, [...] receberam a ordem de descarregar a lenha sem demora e sem refeição”. Em função disso, os trabalhadores desaprovaram a ordem e demonstraram sua insatisfação. Para o jornal, foi o que bastou para que “um inglezote recém-chegado impusesse a demissão pela parada do trabalho [...] sem apelação e nem agravo”. Outrossim, ordenou que o serviço da descarga da lenha fosse realizado pela turma dos recebedores e dos embarcadores da estação.⁵³⁷

De acordo com o *Pequeno Jornal*, era por esses motivos que os chefes da ferrovia promoviam perseguição a seus trabalhadores, a fim de evitar que “saibamos das vergonheiras e deslates [*sic*] que se desenrolam nos atos da administração da companhia inglesa que se organizou para ser o espantinho e o pesadelo da lavoura e do comércio”.⁵³⁸ Importa dizer que a questão da nacionalidade se torna assídua nas críticas contra as precárias condições de trabalho e a postura da administração da empresa. A antipatia devotada às atitudes dos ingleses era fomentada pela imprensa de Ilhéus, especialmente quando a companhia tomava medidas que afetavam o comércio e os produtores rurais. No entanto, veremos que, assim como nas paredes dos ferroviários de 1909 estudadas por Robério Souza, os valores de identidade nacional (patriotismo) se combinaram com os interesses da classe trabalhadora durante a greve dos ferroviários da Ilhéus - Conquista em 1927.⁵³⁹

A imprensa se queixava também das locomotivas antigas que faziam o eixo Ilhéus a Itabuna, pois diziam que eram “um verdadeiro perigo para as propriedades e moradores à margem da linha da “*State*” no raio urbano, assim como aos transeuntes que lhe passem ao alcance dos vômitos das fagulhas”. Havia uma das locomotivas apelidada de “mãe da estrada” por ser antiga, não possuir tampa em sua chaminé e soltar uma “chuva de fogos” durante a sua passagem. Criticando os administradores estrangeiros, o *Pequeno Jornal* dizia que “do alto do seu pombal os ingleses assistem impassíveis, carrancudos, a devastação produzida pela

⁵³⁷ IGH. *Pequeno Jornal*, 5/1/1927, ano III, n. 195, p. 1.

⁵³⁸ Idem. *Ibidem*, p. 1.

⁵³⁹ SOUZA, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre... Op. Cit.*, p. 150.

esbodegada máquina”.⁵⁴⁰ Em 1927, os maus tratos dos gerentes ingleses, as condições precárias da ferrovia e a reivindicação de reajuste salarial se tornaram justificativas para a deflagração da greve.

Em maio de 1927, os empregados das ferrovias baianas se levantaram em diversas greves que atingiram a capital e o interior. As primeiras paralisações ocorreram no sistema da Companhia Este Brasileiro em suas duas principais estradas: Central da Bahia e Bahia – São Francisco. De acordo com José Raimundo Fontes, o descontentamento com as condições de trabalho e com os baixos salários era demonstrado há algum tempo pelos funcionários da companhia, o que levou a administração a elaborar um quadro de salários com valores mínimos e máximos para as diárias e os ordenados, a jornada diária de 8 horas e o pagamento de horas extras. Apesar da aprovação do Ministério da Viação, os diretores da ferrovia continuaram pagando os salários antigos, motivando os funcionários a cruzarem os braços, em Salvador, a partir de 9 de maio.⁵⁴¹

Entre 10 e 22 de maio, o movimento grevista ganhou força na capital e no interior. Das cidades de Alagoinhas e Bomfim, além dos distritos de Aramari e Periperi, os funcionários telegrafaram aos colegas da capital reafirmando seu comprometimento com a parede até que se alcançassem os seguintes pleitos: aumentos relativos dos ordenados até 30%; e depósito de oitocentos reis na Caixa de Aposentadoria dos operários. Posteriormente, foi anexada à pauta a saída do superintendente Edmon Oliveira da administração da empresa. Outro fator em favor dos grevistas foi a troca constante de informações com os ferroviário de Aracaju. Nesse intervalo, as negociações entre a comissão de greve e os administradores da companhia não lograram êxito, o que gerou uma pressão cada vez maior da imprensa e de entidades patronais para que o governo interviesse no conflito.⁵⁴² Em 17 de maio, os empregados de São Félix e de Cachoeira também aderiram ao movimento. Dias antes, as primeiras notícias chegaram também ao Sul da Bahia pela imprensa, tratando dos impactos no comércio de gêneros de primeira necessidade e da “atitude calma, mas irredutível” dos grevistas.⁵⁴³

Informações detalhadas da greve chegaram com os ferroviários da Este Brasileiro ao porto de Ilhéus em 20 de maio de 1927. Em busca de solidariedade, os paredistas da capital

⁵⁴⁰ Idem. *Pequeno Jornal*, 5/1/1927, ano III, n. 195, p. 1.

⁵⁴¹ FONTES, José Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista – 1888-1930*(Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 1982, p. 200.

⁵⁴² Idem. *Ibidem*, pp. 201-204.

⁵⁴³ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 14/5/1927, ano VII, n. 891, p. 1. Outras notícias podem ser encontradas em CEDOC/UESC. *A Época*, 14/5/1927, Ano X, n. 101, p. 1.

reuniram-se com os funcionários ilheenses e distribuíram boletins explicativos dos motivos da paralisação realizada em Salvador e em Aracajú, conforme transcrevemos abaixo:

ALERTAS, CAMARADAS!

Apelo dos ferroviários da Este Brasileiro aos seus colegas da “Ilhéus à Conquista”.

Irmãos, as empresas de estradas de ferro, no momento atual, exploram-nos impiedosamente. Dão-nos um salário ridículo em troca de um trabalho árduo. Aos nossos rogos de aumento não atendem enganando-nos com promessas falazes, irrealizáveis. Assim, pois, decretamos greve pacífica para a reabilitação de nossos direitos. Dela não cederemos um passo sem a vitória.

Felizmente contamos com o apoio dos nossos colegas de todas as linhas da “Este Brasileiro”, o que reforça as nossas convicções e nos garante o triunfo. Queremos também, o apelo de todos vós, da “Ilhéus à Conquista”, que sois, como nós, explorados sem dó nem piedade.

Declarai-vos em greve pacífica, unindo-vos, todos, sem discrepância, e sereis vitoriosos.

ABAIXO A TIRANIA!

VIVA O OPERARIADO!⁵⁴⁴

Em reunião na UPAOI, os ferroviários aceitaram a convocação dos colegas da capital. Ficou combinado que a paralisação seria deflagrada na madrugada de 23 de maio, uma segunda-feira, quando um trem de carga deveria partir em viagem. Do lado oposto, os diretores da Estrada de Ferro cientes das primeiras movimentações, encontraram-se na sede da empresa para debater a possibilidade de greve, tendo percorrido os departamentos, as oficinas e as locomotivas para vistoriar o ambiente.⁵⁴⁵

Às 7 horas da manhã, a estação de Ilhéus já estava em polvorosa com os empregados da ferrovia de braços cruzados, além de passageiros e curiosos que também se aglomeravam no local. Notificado do ocorrido, o superintendente Francis Hull procurou os grevistas e pediu que dessem partida no trem das 8 horas. Houve recusa, embora dois engenheiros ingleses tenham feito fogo e dado sinal de partida da locomotiva. Logo em seguida, ocorreu uma conferência entre uma comissão de ferroviários de todas as sessões (à exceção dos funcionários do escritório central), acompanhada do advogado Edgar Lyra, de José F. de Oliveira (redator do *Pequeno Jornal*), e dos diretores da companhia Brown, Hull e Bento Berilo, mais o engenheiro Jayme Guimarães para discutir a paralisação.⁵⁴⁶

⁵⁴⁴ Boletim encontrado em IGHB. *Pequeno Jornal*, 23/5/1927, ano III, n. 239, p. 1.

⁵⁴⁵ Idem. Ibidem.

⁵⁴⁶ Idem. Ibidem, p. 1. Outras informações também foram registradas pelo APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 24/5/1927, ano VII, n. 895, p. 1.

Os prepostos dos ferroviários ressaltaram a atitude pacífica do movimento grevista e a coesão da categoria. O chefe da empresa Bento Berilo disse que a declaração de greve vinha a “ex-abrupto” e, por isso, pedia tempo para resolver a questão do aumento dos ordenados, e que os funcionários voltassem ao trabalho. Os paredistas não cederam e dirigiram a pauta de reivindicações por escrito à empresa. Avisaram também que manteriam a paralisação até que a resposta dos patrões fosse encaminhada. No documento entregue aos chefes, os funcionários da *State* disseram:

Numa atitude toda pacífica e abandonando desde hoje pela manhã os nossos serviços, vimos pela presente pleitear junto a essa superintendência o aumento de trinta por cento (30%) em os nossos vencimentos, bem como que se converta em ordenado fixo a gratificação que estamos recebendo, vai já por algum tempo.

É força que pondere essa superintendência sobre o que ora se acha exposto, atendendo-se ainda mais à vida sobremaneira difícil neste município, onde com o ordenado presente não podemos por modo nenhum equilibrar a receita com a despesa, isto é, manutenção de nossas famílias.

Assim, nesta atitude permaneçamos todos, com o propósito firme de não comparecermos ao serviço, até que se resolva tão momentoso assunto.

Solucionando que seja por essa superintendência o apelo que ora se faz, firmamos o solene compromisso de voltarmos todos ao trabalho, sem nenhuma alteração, dessa data por diante.

Vai já para mais de um ano igual apelo já se fez a essa companhia, conforme se vê, até o momento, justo apelo este que não foi por ela tomado na devida consideração, motivando deste jeito a presente atitude.

Isto posto, aguardamos, confiantes em breve tempo a solução de tão justo pedido.⁵⁴⁷

As reivindicações dos ferroviários de Ilhéus eram similares a dos colegas de outras regiões da Bahia. No entanto, convém ressaltar que a greve de 1927 não foi apenas um reflexo das mobilizações ocorridas na capital, pois, como se nota na citação acima, havia negociações com os chefes da *State* há pelo menos um ano para tratar da melhoria dos salários. Aliás, vale dizer que as remunerações dos empregados brasileiros eram bem inferiores aos ordenados dos ingleses. A imprensa chamava o quadro de salários de “Tabela da Fome”, pois havia trabalhadores cujas remunerações não alcançavam 100\$000 cem mil réis mensais, enquanto o Superintendente Hull recebia 10 contos de réis (Ver tabela de salário no anexo).⁵⁴⁸

Os grevistas deram também destaque ao perfil pacífico da paralisação, muito embora, desde o princípio, tenham sido fiscalizados pela polícia. No interior do município ilheense e na vizinha cidade de Itabuna, as notícias chegaram com agilidade. Às 14 horas, uma

⁵⁴⁷ Idem. Ibidem, p. 1-2.

⁵⁴⁸ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 26/5/1927, ano VII, n. 896, p. 2.

locomotiva guiada pelo maquinista Raul Souza trouxe a Ilhéus mais de 120 funcionários do interior para engrossar as fileiras da greve. Naquela mesma tarde, os grevistas se encaminharam para o paço municipal, onde procuraram o intendente Mário Pessoa para prestar conta do movimento e solicitar sua intermediação com os patrões.⁵⁴⁹

QUADRO DE SALÁRIOS DA ESTRADA DE FERRO ILHÉUS A CONQUISTA	
ADMINISTRAÇÃO	
Cargo	Remuneração
Superintendente (com casa e criados)	9:500\$000 (208 libras)
Advogados	1:200\$000
Secretário	730\$000
Contador (com aluguel de casa)	1:700\$000
Assistente	800\$000
Almoxarife	530\$000
Escriturários	300\$000
Vigia	110\$000
Servente	145\$000
VIA PERMANENTE	
Cargo	Remuneração
Engenheiros (com casa)	1:600\$000
Assistente	700\$000
Mestre de linha	355\$000
Escriturário	315\$000
Eletricista	330\$000
Apontador	280\$000
Feitores	De 130\$000 a 180\$000
Trolistas	90\$000
Operários	De 8\$000 a 10\$000 diária
Bombeiros	3\$500 diária
Rodantes	3\$300 diária
Encarregado de cerca	3\$000 a 5\$000 diária
TRAFEGO	
Cargo	Remuneração
Chefe (inclusive aluguel de casa)	1:200\$000
Escriturário	280\$000
Agentes de estações	De 180\$000 a 450\$000
Sub Agente	100\$000 a 320\$000
Fiel	300\$000
Fiscal de trens	300\$000
Condutores	130\$000 a 220\$000

⁵⁴⁹ CEDOC/UESC. *A Época*, 29/5/1927, Ano X, n. 103, p. 2.

Conferentes	150\$000 a 300\$000
Bilheteiro	200\$000
Despachante	180\$000 a 300\$000
Faturista	220\$000
Encarregado de bagagem	250\$000
Balanceteiro	200\$000
Manobreiro	150\$000
Estafeta	80\$000
Guarda-chave	3\$300 a 3\$800 diária
Guarda e servente	3\$300 a 3\$800 diária
Guarda-freios	3\$300 a 4\$200 diária
LOCOMOÇÃO	
Cargo	Remuneração
Chefe de locomoção (com aluguel de casa)	1:800\$000
Mestre das oficinas	450\$000
Escriturário	300\$000
Mestre carpinteiro	300\$000
Ajustadores	5\$000 a 12\$000 diária
Aprendizes	1\$000 a 2\$5000 diária
Torneiros	6\$000 a 10\$000 diária
Ajudadores torneiros	3\$000 a 6\$000 diária
Ferreiros	6\$000 a 10\$000 diária
Malhador	5\$000 diária
Modelador	4\$500 diária
Latoeiro	6\$500 diária
Reparadores	5\$000 a 8\$000 diária
Pintores	4\$500 a 8\$000 diária
Carpinteiros	5\$000 a 8\$000 diária
Operários	3\$500 a 5\$000 diária
Maquinista	140\$000 a 325\$000
Foguista	75\$000 a 150\$000
Limpadores	70\$000 a 110\$000
Vigia	140\$000
Apontador	130\$000

Tabela 5 - Quadro de salários da Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista, 1927. Fonte: APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 1927.

O primeiro dia da paralisação foi encerrado na sede da União Protetora, às 20 horas, quando foi realizada assembleia com objetivo de formar uma comissão de greve dos

ferroviários.⁵⁵⁰ Houve também a formação do bando precatório, grupo que ficaria responsável por angariar fundos. Ao final, houve uma moção de solidariedade de todas as sociedades operárias em apoio à atitude dos paredistas.⁵⁵¹ Nesse sentido, importa enfatizar o papel cumprido no campo das reivindicações pela cultura associativa mutualista tecida no Sul da Bahia. Por sinal, parte dos grevistas era sócia da União Protetora, o que justificava o fato das assembleias serem realizadas naquela agremiação durante as paralisações.

A greve dos ferroviários de Ilhéus contou com apoio da imprensa de Ilhéus e de Itabuna. Em Ilhéus, tanto o *Pequeno Jornal* como o *Correio de Ilhéus* descreveram a paralisação como o instrumento de “defesa dos sagrados interesses” e das “justas reivindicações”, respectivamente. O sentido de expressões como “sagrados interesses” e “justas” aspirações revelava o sentido paternalista da imprensa das classes dominantes em conceder seu apoio às lutas dos de baixo enquanto estes se mantivessem na ordem e sem quebras de hierarquias com as autoridades municipais. Além disso, a presença dos conhecidos Nelson Schaun e de José F. Oliveira facilitou o tom de solidariedade.

Algo em comum nas reportagens eram as críticas aos ingleses da companhia, vistos como os responsáveis por aquela situação de greve. Oliveira falava que “ao passo que assim vinha o trabalho do natural [brasileiro] desvalorizado, restringido seu salário a proporções irrisórias, o pessoal inglês nadava em libras esterlinas, com ordenados nababescos para encargos relativamente pequenos” e justificava que a “chocante desigualdade cavou, dia a dia, o desfecho que hoje assistimos, da greve geral, por parte dos ferroviários nacionais”.⁵⁵² Já Schaun escreveu que na Inglaterra havia várias greves operárias e que “não devia causar surpresa, portanto, aos ingleses que dirigem e exploram a Estrada de Ferro de Ilhéus - Conquista, a atitude dos nossos patrícios, defendendo uma causa justa e nobre, advogando os interesses da família, contra a ganância de seus patrões”.⁵⁵³ Sem dúvidas, o patriotismo brasileiro contra os ingleses da EFIC era o amálgama que unia as críticas das classes dominantes à greve dos ferroviários.

Os jornais da capital estamparam as notícias da greve em Ilhéus no dia 24 de maio de 1927. O *Diário da Bahia*, por exemplo, destacava que a “Estrada Ilhéus à Conquista, que até agora só vai até Itabuna, é inglesa e dá uma renda fabulosa” e que “com a pequena despesa

⁵⁵⁰ A representação foi composta por Theodoro Santos, Ubaldino Oliveira, Deolindo Neves, Durval Dias, Cantídio de Oliveira, José Cerqueira Lima, Archelau Oliveira, Francisco Ferreira, José Vitorino de Souza e Lisandro Melchíades.

⁵⁵¹ IGHB. *Pequeno Jornal*, 25/5/1927, ano III, n. 240, p. 1.

⁵⁵² Idem. *Pequeno Jornal*, 23/5/1927, ano III, n. 239, p. 1.

⁵⁵³ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 24/5/1927, ano VII, n. 895, p. 1.

que tem, fica-lhe um saldo vultoso”, “enquanto os empregados brasileiros têm salários ridículos”.⁵⁵⁴ Para Fontes, a entrada dos trabalhadores da *State* na parede “em muito reforçou as posições dos grevistas da Este Brasileiro”.⁵⁵⁵ Nestas condições, o segundo dia de braços cruzados dos ferroviários de Ilhéus contou com uma programação intensa.

As atividades começaram com uma reunião entre a comissão grevista e a diretoria da Associação Comercial. Desde o início, a entidade patronal intermediou a negociação com a administração da ferrovia, preocupada principalmente em normalizar o tráfego que escoava os produtos agrícolas e comerciais e diminuir os prejuízos financeiros. Após conversa inicial, a comissão de paredistas, o advogado Edgar Lyra e os diretores da ACIOS se dirigiram de automóvel para uma conferência com os trabalhadores. É provável que, nesse encontro preliminar, a comissão tenha negociado uma contraproposta para o fim da greve, a ser discutida com a base. Depois desta assembleia, a nova proposta feita pelos ferroviários ficava estabelecida nos seguintes pontos:

- 1) Conservação incondicional de todos os funcionários e operários grevistas e o cancelamento da suspensão por tempo indeterminado imposta ao maquinista Raul Souza.
- 2) Aumento de trinta por cento (30%) até o ordenado de 300\$; de 20% para mais de 300\$ até 500\$, sendo que ficarão contemplados com o aumento de 30% todos os diaristas;
- 3) O registro do quadro de funcionários da Companhia, nas suas respectivas categorias;
- 4) Chegar ao conhecimento dos grevistas uma comunicação oficial, dirigida pela superintendência, garantindo-lhes clara e precisamente o que ora se pretende;
- 5) No aumento será incorporada a gratificação.⁵⁵⁶

Com objetivo de convencer os administradores da *State*, os ferroviários aceitaram flexibilizar o aumento dos ordenados de acordo com a faixa salarial de cada funcionário. Apesar disso, não houve conciliação e a greve permaneceu. Outra demonstração de antipatia dos chefes da companhia foi a suspensão do maquinista Raul Souza, que havia trazido funcionários do interior do município para a cidade no dia anterior. Para completar, o Superintendente Francis Hull deu queixa à polícia do furto de peças das oficinas em que estavam as locomotivas. Segundo o tenente Crispim, os trabalhadores devolveram as peças ao engenheiro fiscal Jayme Guimarães após as abordagens policiais.⁵⁵⁷

⁵⁵⁴ BPEB. *Diário da Bahia*, 24/5/1927, ano LXXII, n. 116, p. 1.

⁵⁵⁵ FONTES, José Raimundo. *Op. Cit.*, p. 212.

⁵⁵⁶ IGHB. *Pequeno Jornal*, 25/5/1927, ano III, n. 240, p. 1.

⁵⁵⁷ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 26/5/1927, ano VII, n. 896, p. 1.

Diante do acentuado clima de tensão e pouca margem de negociação, os grevistas enviaram telegramas para os deputados João Mangabeira e José Wanderley de Araújo Pinho, Vital Soares, Ramiro Berbert de Castro e Salomão Dantas. Na comunicação diziam que depois de reiterados pedidos de aumento salarial, declararam-se em greve pacífica, aguardando “confiantes providências bancada baiana”. De algum modo, os grevistas fizeram



Figura 21 - Estação de Rio do Braço, de onde Raul Souza partiu com o trem carregado de grevistas para Ilhéus. 1928. Fonte: Folgueira, Manuel Rodrigues, *Álbum artístico, comercial e industrial da Bahia*, 1930.

uso de certo poder de pressão sobre parlamentares que buscavam o apoio operário em época de eleições. Escreveram também para o Conselho Nacional do Trabalho, apelando aos “altos poderes constituídos” para a solução de seus problemas, procedimento que indica a possibilidade de uso, pelos trabalhadores, dos órgãos de regulamentação do trabalho então recém-implantados na República.⁵⁵⁸

Enquanto as negociações não avançavam em Ilhéus, na vizinha Itabuna os ecos da greve ressoavam. No dia 24, o comércio fechou as portas em solidariedade ao movimento paredista, o que não deve ter sido tão difícil assim, pois a paralisação do tráfego ferroviário praticamente isolou a comunicação por transportes coletivos da cidade. A única estrada rodoviária que ligava os dois maiores municípios estava em péssimas condições e não havia tantos “auto-ônibus e caminhões da ‘Sul Baiana’” capazes de dar “vazão ao aumento do número de passageiros”. Em paralelo, circulou a notícia de que os diretores da SMPAI se organizavam para ir até Ilhéus, auxiliar na “resistência à ganância dos ingleses”.⁵⁵⁹ Era outra demonstração do envolvimento do mutualismo operário do Sul da Bahia com as greves ferroviárias.

Ao entrar no terceiro dia de paralisação, 25, a causa dos ferroviários tinha ganhado a simpatia popular e mobilizado indivíduos das mais diversas categorias. Prova disso é que uma caminhada em prol do movimento contou com a participação ativa da AECI, da SUOEI e da UPAOI; das agremiações recreativas Grêmio Olavo Bilac, Satélite Sport Clube, Vitória Sport

⁵⁵⁸ IGHB. *Pequeno Jornal*, 25/5/1927... *Op. Cit.*, p. 2.

⁵⁵⁹ Idem. *Ibidem*.

Club, Flamengo F. Clube, S. Salvador Futebol Club; e da filarmônica Euterpe 3 de Maio. De pavilhões erguidos, as sociedades conduziam faixas com os seguintes dizeres: “Chegou a hora das reivindicações”, “Protegei o Operariado” e “Guerra à Prepotência”. É provável que outras expressões mais fortes tenham sido usadas nas faixas. Isso motivou as críticas do *Correio de Ilhéus*, ao dizer que “podiam ter dispensado os cartazes com linguagem irreverente e violenta contra seus ‘opressores’” e que não condiziam “com a linha de cordura e serenidade com que se vem impondo à pública simpatia os paredistas, desde o primeiro dia de greve”. Na repreensão em si, talvez estivesse contido o receio de que o movimento se radicalizasse e fugisse ao controle das autoridades.⁵⁶⁰ O cortejo que se seguiu até o porto da cidade foi um sucesso para o movimento paredista. Além de ter mobilizado um contingente expressivo, incluindo outras categorias de trabalhadores, os grevistas conseguiram arrecadar 2:460\$000 (dois contos e quatrocentos e sessenta mil réis) em doações.

Enquanto os ferroviários caminhavam pelas ruas da cidade, o intendente Mario Pessoa e o governador Góes Calmon trocavam telegramas sobre a importância de pôr fim à paralisação, sobretudo em função das “graves consequências que o movimento grevista acarretará na vida econômica do estado e nessa região”. Fica claro que o objetivo principal era evitar os prejuízos financeiros dos patrões e dos poderes públicos. Por isso, no dia 26, o chefe da cidade tentou novo acordo com a *State*. Ele convocou uma reunião com seus representantes, mr. Francis Hull, mr. Brown e cel. Bento Berillo, os diretores da Associação Comercial, o presidente do Conselho Municipal, Antonio Pessoa, e o advogado Edgar Lyra. Enquanto conversavam no Palácio da Intendência, os grevistas se aglomeraram na Praça Seabra, sita à frente do Paço Municipal. Após duas horas e meia, não houve avanços na negociação e a frustração tomou conta dos trabalhadores.⁵⁶¹

A imprensa criticou novamente os administradores da Estrada de Ferro. O *Pequeno Jornal* escreveu que o “único culpado pelo estado atual das coisas” era a “irredutibilidade dos diretores da *State*”. Informou que, quando as notícias sobre o fracasso das conversações ecoaram na praça, “as vociferações explodiram incontidas contra os famigerados espoliadores de nossas energias”. A partir daí, organizou-se uma série de atividades que contaram com o apoio de autoridades e associações operárias. A primeira delas ocorreu ali mesmo na Intendência, onde Nelson Schaun da sacada principal “fez vibrar o povo em belo improviso de repulsa às atitudes britânicas”.⁵⁶² O intendente Mário Pessoa teria dirigido “palavras

⁵⁶⁰ Idem. Ibidem, p. 1-2. APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 26/5/1927... *Op. Cit.*, p. 1-2.

⁵⁶¹ Idem. *Pequeno Jornal*, 27/5/1927, ano III, n. 241, p. 1.

⁵⁶² Idem. Ibidem, p. 1-2.

causticantes” e “censurado” o procedimento intransigente dos diretores da companhia. Convém frisar que posicionar-se ao lado dos grevistas era a forma pela qual Pessoa incorporava as bandeiras dos trabalhadores e encenava sua política de coexistência com os “de baixo”, sobretudo porque a greve não pôs a ordem pública em xeque.⁵⁶³

Por volta das 16 horas, do dia 26, outro comício, na Praça Cairú, próxima à estação ferroviária, contou novamente com Nelson Schaun, que, acompanhado dos ferroviários, fez vários discursos e distribuiu boletins falando das injustiças cometidas. Em seguida, novo encontro foi marcado para as 20 horas, na sede da União Protetora. Durante o intervalo, os grevistas procuraram o delegado Crispim para denunciar que alguns engenheiros estavam fazendo manobras imprudentes e danificando o maquinário com a intenção de culpar os ferroviários posteriormente. Em certificado publicado no *Pequeno Jornal*, a autoridade policial reconhecia ter encontrado o chefe da locomoção escondido no carro 13, garantindo realizar rondas periódicas para evitar outros problemas. O acirramento das tensões motivou que trabalhadores recorressem à polícia para garantir-lhes o direito da greve pacífica.⁵⁶⁴

Em assembleia, a comissão paredista anunciou que havia obtido doações dos estudantes do Colégio Ginásio Castro Alves no valor de 50\$000, de moradores do distrito de Rio do Braço na quantia de 190\$000 e do major Jerônimo Ferreira no montante 400\$000. Igualmente, a loja maçônica Regeneração Sul Baiana promoveu um espetáculo no Cine Pery em benefício dos paredistas, o que era um “vibrante atestado da simpatia da causa dos ferroviários”.⁵⁶⁵ Com isso, é possível dizer que as redes de solidariedades se ampliaram, pois a população em geral se afeiçãoou às “justas reivindicações” do operariado da Estrada de Ferro. Finalmente, ficou decidido na assembleia que a comissão grevista acompanhada dos jornalistas José F. Oliveira e Nelson Schaun, dos representantes da União Protetora, Camillo Lellis, da União dos Carregadores de Ilhéus, Ozeas Medeiros, da União dos Estivadores, Honório Antônio Martins (apenas para citar as agremiações operárias), iriam a Itabuna onde entrariam em contato com sociedades operárias, realizariam comícios e passeatas pelas ruas das cidades.

No dia 27 de maio, os grevistas rumaram para Itabuna em montarias. Depois de quase um dia de viagem, os visitantes foram recebidos pelos diretores da SMPAI e acertaram a programação. No do dia seguinte, ocorreu uma assembleia com os grevistas, os representantes de associações operárias, de sociedades recreativas e beneficentes de Ilhéus e de Itabuna, cuja

⁵⁶³ Cf. CHALHOU, Sidney. *Machado de Assis... Op. Cit.*

⁵⁶⁴ Idem. *Pequeno Jornal*, 27/5/1927... *Op. Cit.*, p. 1-2.

⁵⁶⁵ Idem. *Ibidem*, p. 1.

finalidade era buscar o apoio da sociedade de Itabuna para a parede dos ferroviários. Formou-se um bando precatório com três comissões para arrecadar fundos financeiros para o movimento.⁵⁶⁶

Havia muitas lideranças oligárquicas presentes na SMPAI, o que era um sinal de que eles desejavam alimentar alguma proximidade. Da parte do PRD (ex-seabristas), estavam no recinto Gileno Amado, Martinho Conceição (também presidente da Associação Comercial de Itabuna), Antônio Cordeiro de Miranda e Soriano Neto. Pelo lado do situacionista PRB, encontravam-se o advogado Lafaiete de Borborema, o delegado Deocleciano Portela (que representava o deputado estadual Salomão Dantas), além de Flaviano Moreira, Elpídio Soares e Edgar de Barros. Por sinal, as comissões foram compostas por autoridades e intelectuais dos partidos locais, que saíram pela cidade durante o dia de 28 e arrecadaram 1:780\$000 (hum conto e setecentos e oitenta mil réis).⁵⁶⁷ A presença dos chefes políticos indica o relevo que a causa dos grevistas alcançou perante as classes dominantes, forçando-as a demonstrar apoio ao movimento que já se tornava épico para os padrões do Sul da Bahia.

Os ferroviários e demais participantes das atividades do movimento grevista retornaram à Sociedade Monte Pio, às 20 horas. Àquela altura, as notícias do fim da greve já circulavam. Enquanto ocorriam as atividades da caravana em Itabuna, os chefes da EFIC negociavam com o intendente Mário Pessoa e os líderes da comissão grevista para chegar a um acordo. Pela tarde, o telegrama do superintendente Hull comunicando concordância com as reivindicações dos paredistas foi recebido pelos manifestantes na cidade vizinha. Ainda pela noite, na sede da SMPAI houve manifestações de regozijo pela greve vitoriosa. O tipógrafo Eustáquio Bispo, por exemplo, disse que “num atrito entre os interesses de brasileiros e ingleses, venceu, felizmente o pavilhão auriverde – venceram os brasileiros e ao terminar, ergueu um viva aos ferroviários em nome dos tipógrafos”.⁵⁶⁸ Essa foi uma das poucas falas registradas em detalhe na ata, mas é um registro sintomático de que interesses de classe do operariado estiveram conjugados com valores nacionalistas e de como a greve promoveu laços de solidariedade que envolveu diferentes categorias do meio operário.

As comemorações continuaram pelo dia seguinte, 29, domingo, em Ilhéus. Os ex-grevistas retornaram à cidade às 18 horas, onde foram recebidos por ajuntamento reunido na Praça Cel. Pessoa, acompanhados da banda Euterpe Itabunense e dos diretores da União Protetora, da Associação dos Empregados no Comércio, da União dos Estivadores e da

⁵⁶⁶ IGHB. *Pequeno Jornal*, 30/5/1927, ano III, n. 242, p. 1-2.

⁵⁶⁷ ASMPAI. *Livro de álbum social da SMPAI*, 28/5/1927, f. 56-57.

⁵⁶⁸ Idem. *Ibidem*. f. 59.

Sociedade Monte Pio de Itabuna. Em cortejo, os trabalhadores fizeram trajeto até a casa do intendente Mário Pessoa e, de lá, para as sedes da Protetora e dos Estivadores. A imprensa de Salvador estimou que cerca de duas mil pessoas estivessem presentes nas comemorações.⁵⁶⁹ Com a greve vitoriosa, não faltou quem quisesse levar os créditos políticos da vitória dos ferroviários. Por isso, à frente da residência do intendente, o farmacêutico Joaquim Lopes Filho agradeceu em nome dos empregados da *State* ao chefe da comuna os “bons ofícios para terminação da greve” e disse que Pessoa havia sido “integralmente favorável às suas aspirações”. Comportamento semelhante teve Nelson Schaun, que, além de render reiteradas homenagens ao prefeito da cidade, arrogou, no *Correio de Ilhéus*, ter sido “líder do movimento grevista”.⁵⁷⁰

Não é estranho que os chefes políticos quisessem angariar os louros da vitória do movimento grevista no Sul da Bahia. Aldrin Castellucci afirma que as facções oligárquicas trataram a grande greve de 1919 em Salvador como “um movimento justo, legítimo e pacífico”, pois vislumbravam a possibilidade de contar com o apoio da classe operária em tempos de eleição.⁵⁷¹ Em acréscimo, o historiador Luciano Guimarães se refere às preocupações das autoridades políticas com o envolvimento do operariado com as “ideias perniciosas”, como se referiam as classes dominantes ao socialismo e ao anarquismo.⁵⁷² Em Ilhéus, estes dois fatores devem ter se combinado, pois a postura de cordialidade e de solidariedade refletia os interesses de manter o movimento dentro dos limites da ordem e da lei apreciados pela vontade senhorial.

O envolvimento dos chefes das oligarquias com a luta dos ferroviários ocorria no campo de um paternalismo que pretendia controlar os passos do movimento associativo e evitar sua radicalização. O uso político pós-greve refletia a preocupação de garantir que a vitória da greve não rendesse apenas aumento de salário para os trabalhadores, mas também votos e gratidão conformados numa política de coexistência e reciprocidade. Igualmente, os grevistas sabiam em que terreno político atuavam, como se nota no agradecimento publicado na imprensa dias após o término da greve.

⁵⁶⁹ BPEB. *Diário da Bahia*, 31/5/1927, ano LXXII, n. 124, p. 1. Também Fontes aponta a mesma fonte. Cf. FONTES, Raimundo. *Op. Cit.*, p. 215.

⁵⁷⁰ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 31/5/1927, ano VII, n. 898, p. 2.

⁵⁷¹ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos... Op. Cit.*, p. 220.

⁵⁷² Cf. GUIMARÃES, Luciano de Moura. *Ideias perniciosas do Anarquismo na Bahia... Op. Cit.* Conferir principalmente o capítulo II, quando o autor aborda as organizações operárias do sindicalismo revolucionário baiano e a preocupação dos chefes políticos com a disseminação de ideias anarquistas.

A comissão central dos grevistas da Estrada de Ferro de Ilhéus a Conquista vem de público, agradecer penhorada, em nome dos seus colegas de movimento, o apoio e solidariedade do povo desta cidade e do de Itabuna, especialmente o Srs. Drs. Mário Pessoa da Costa e Silva e cel. Henrique Alves dos Reis, chefes dos governos municipais, “Associação Comercial de Ilhéus”, “Associação Comercial de Itabuna”, “União Protetora dos Artistas e Operários em Ilhéus”, “Monte Pio dos Artistas de Itabuna”, União dos Estivadores, “Associação dos Empregados no Comércio”, “Liga de Desportos Terrestres” e todos os clubes desportivos de Ilhéus, “Euterpe 3 de maio”, “Euterpe Itabunense” pela ação decisiva que tiveram ao lado dos reclamantes, no momento difícil que atravessaram.

À imprensa das duas progressistas cidades hipotecaram, também, o seu eterno reconhecimento, pelo desassombro com que tomou peito a causa dos oprimidos.

A todos à imorredoura gratidão dos ferroviários da “State”.

Ilhéus, 14 de junho de 1927.

Teodoro Santos, Cantídio Oliveira, Achilau Oliveira, Lisandro Melquíades, José Vitorino, Francisco Ferreira, José Cerqueira Lima, Ubaldino Oliveira, Deobindo Neves e Agrário Nunes.⁵⁷³

Agradecer às autoridades políticas e aos demais talvez fizesse parte do ritual de deferências de um grupo subalterno que joga no campo das classes dominantes para valorizar suas próprias conquistas. Usar a retórica da cordialidade e do agradecimento era uma forma de mostrar a capacidade que os ferroviários tinham de agradar os de cima, apesar de terem feito sua própria greve. Foi a maior paralisação operária do Sul da Bahia na Primeira República de que se tem notícia. Mobilizou não apenas os empregados da Estrada de Ferro, mas conseguiu criar uma esteira de solidariedade que congregou a pluralidade dos trabalhadores (artistas, caixeiros, estivadores, carregadores etc.) e que extrapolou as barreiras regionais, haja vista a participação dos colegas de Salvador nos primeiros dias da greve. Por sinal, na capital da Bahia a greve da Este Brasileiro também foi encerrada com vitória dos ferroviários em 27 de maio.⁵⁷⁴

Convém dizer que a cultura associativa do operariado cumpriu um papel crucial no suporte ao movimento grevista ao mobilizar seus associados e ao participar das atividades de comícios e passeatas que fortaleceram as reivindicações. Aliás, se não adotavam formas de lutas tradicionais do anarquismo e do socialismo revolucionário, os ferroviários da UPAOI mostraram seu empenho em enfrentar a intransigência dos patrões ingleses. Em complemento, souberam mobilizar os sentimentos nacionalistas em favor de suas “justas reivindicações”. A questão da identidade nacional foi um traço importante para que a greve ganhasse a solidariedade da população em geral. Como afirma Alexandre Fortes, não é somente a

⁵⁷³ IGHB. *Pequeno Jornal*, 17/6/1927, ano III, n. 248, p. 2.

⁵⁷⁴ Cf. FONTES, Raimundo. *Op. Cit.*, pp. 213-215.

legitimidade e a justiça das suas causas que levam os trabalhadores a optarem por uma certa forma de luta, mas sim uma ação coletiva capaz de agregar diferentes sujeitos e sentimentos em apoio às campanhas de reivindicação.⁵⁷⁵ Sem desafiar a autoridade policial e sem perturbar a ordem pública, eles paralisaram por completo a Estrada de Ferro e conseguiram, por dentro da rede de poder, desfraldar seus “sagrados interesses”.

Em defesa dos nobres propósitos: campanha caixeiral contra a demissão

A jornada de trabalho e a aplicação da lei de férias foram conquistas importantes para os caixeiros de Ilhéus nos anos 1920, mas havia ainda outras questões que permaneciam em perspectiva. Entre os problemas recorrentes estavam as desconfianças e as ameaças de demissão frequentes por parte dos comerciantes. Entre 1927 e 1929, particularmente, as acusações de furtos e as dispensas de caixeiros ocuparam a pauta da AECI. Na imprensa, as notícias não informavam com precisão quem eram os funcionários e os negociantes envolvidos. Em denúncia discreta, o *Correio de Ilhéus* relatava que “certa firma estrangeira, no maior desrespeito às nossas leis”, “e em negação franca de todos os sentimentos humanos”, havia despedido “violentamente um seu antigo auxiliar, sem causa justificada, sem a menor explicação, sem motivos bastantes”, atirando de maneira “indigna, o pobre pai de família à rua da amargura”.⁵⁷⁶

Noutro caso, os diretores da AECI falaram de um “digno rapaz, arrimo de sua genitora e de mais cinco ou seis irmãos”, funcionário de uma “conceituada companhia” em Ilhéus. Seduzido pelas promessas de maiores vencimentos, aceitou o convite de outro negociante da praça. Trabalhou quatro ou cinco meses em seu novo emprego, “sempre gozando de todo o conceito e de justas deferências” de seu patrão. Eis que no final do mês de maio de 1929, para a surpresa do auxiliar, foi “posto no olho da rua”, como se dizia vulgarmente. Ao indagar seu chefe, nenhuma explicação logrou o “digno moço”, tendo apenas a certeza de que estava despedido. O grêmio caixeiral disse se inteirar de ocorrências análogas em outras partes do País. Citou o caso de uma funcionária que recorreu à justiça contra a demissão no Rio de Janeiro. Por fim, completou que, enquanto na capital da República os chefes eram desafiados no campo do direito, em Ilhéus, os negociantes “inconscientes” achavam que seus

⁵⁷⁵ FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito... a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Porto Alegre: Garamond, 2004. Para Fortes, as greves promovem uma redefinição dos limites, da legitimidade e da legalidade das demandas operárias. Por isso, a definição de estratégias e táticas adotadas nas lutas é crucial para que os trabalhadores possam agregar (ou não) diferentes sujeitos e contar com a solidariedade do restante da sociedade, pp. 269-270.

⁵⁷⁶ AMPIJM. *Correio de Ilhéus*, 1/6/1929, ano IX, n. 1197, p. 2.

trabalhadores viviam “arredados do mundo, relegados da civilização, fora da lei e dos princípios jurídicos”, na base do “manda quem pode”. Ao final, os diretores garantiam: “não ficará, assim, esse caso revoltante”.⁵⁷⁷

Apoiados nos valores de civilização, os diretores da AECI justificavam suas queixas contra as dispensas “sem causa justificada” consumindo os princípios das classes dominantes. Cabe dizer que, apesar do exemplo da empregada do Rio de Janeiro, os próprios caixeiros de Ilhéus já haviam utilizado o campo do poder judiciário para reagir às ações invasivas e opressoras de seus patrões. Em dezembro de 1927, um litígio envolveu Antônio Pereira da Mota, empregado no comércio, residente em Itabuna, e seu patrão Antônio Floriano Domingues Gomez, negociante, espanhol, proprietário do Café Dalva em Ilhéus. No dia 12 daquele mês, o caixeiro denunciou Gomez por invadir a república em que residia (situada a Rua Cel. Paiva, n. 7) e, em sua ausência, abrir a mala e retirar-lhe a quantia de 771\$000, uma navalha e uma pistola Mauser. Outra acusação era que o patrão havia difamado publicamente na imprensa seu funcionário.⁵⁷⁸

A queixa crime narra que Domingues Gomez suspeitava que seu funcionário furtasse dinheiro do caixa havia dois meses. Segundo o patrão, os rendimentos semanais de Antônio Mota não eram o suficiente para que pudesse acumular a quantia encontrada em sua mala e nem fazer aquisições de objetos daquele valor. Àquela altura, o caso já havia parado nas páginas da imprensa. Em 14 de dezembro de 1927, o caixeiro declarou no *Pequeno Jornal* que seu patrão:

No intuito de lesar-me nos meus ordenados acumulados, em sua mão, de 2 meses, e sabendo-me senhor de economias em reserva no valor de 770\$000, inventou que eu estava roubando a casa e sem formalidade legal, na estupidez que o caracteriza como ignorante e analfabeto, furtivamente foi a minha casa de residência, varejou o meu quarto, arrombou, como um gatuno vulgar, a minha mala, e de lá subtraiu a importância em dinheiro de 771\$000.

Felizmente, a polícia de Ilhéus [...] soube coibir e castigar o criminoso, a quem vou dar a desforra nos tribunais, em desagravo ao meu nome, modesto porém honrado, agora ultrajado com a pecha de ladrão por um arrombador e violentador de quartos e malas.⁵⁷⁹

Em sua declaração, Antônio Mota informou que o proprietário do Café Dalva lhe devia salários de dois meses e que possuía o hábito de fazer economias, que tinham sido

⁵⁷⁷ Idem. Ibidem, p. 2.

⁵⁷⁸ APEB. Queixa crime. *Processo crime contra Antônio Floriano Domingues Gomez*. Ilhéus, 23/1/1928. f. 1. Localização: Estante 23, Cx. 803, Doc. 7. Nas notas seguintes, não tem o APEB.

⁵⁷⁹ IGHB. *Pequeno Jornal*, 14/12/1927, ano III, n. 310, p. 1. Documento também anexado ao processo crime.

declaradas ao seu patrão ao entrar no seu emprego. Por último, prometeu recorrer aos “tribunais” para defender-se. Essa narrativa foi publicada na seção paga do *Pequeno Jornal*, o que revela a disposição do caixeiro de dar visibilidade à sua insatisfação na imprensa.

Em resposta, Floriano Domingues Gomez disse que desconfiava da “má conduta” e da “infidelidade” de seu funcionário havia algum tempo. Por isso, procurou o subdelegado Arthur Chagas, o qual lhe orientou a proceder a uma investigação na casa de Antonio Mota. O patrão também informou que custeava o quarto em que residia seu funcionário e que, por conta disso, tinha agido por “boa fé, sem intuítos de violências ou arbitrariedade”, pois considerava que “era o único meio certo de apurar a verdade”, tendo sido acompanhado por outras testemunhas. Por último, disse que tanto a quantia como os objetos haviam sido entregues ao delegado de polícia.⁵⁸⁰

O processo crime contra o proprietário do Café Dalva se tornou muito complexo, pois o principal objetivo de Antônio Mota era denunciar seu ex-patrão por difamação e calúnia. Após ter saído da propriedade de Gomez, ele foi trabalhar em Itabuna. Publicadas na imprensa de Ilhéus, as informações do caso circularam no município vizinho e motivaram ainda mais a abertura da queixa por parte do caixeiro. Por sinal, as testemunhas arroladas no inquérito afirmaram que o fato era de conhecimento público. Contudo, uma das formas encontrada pela defesa do acusado foi inverter os rumos da investigação, passando a questionar o passado profissional do caixeiro. A propósito, entre os depoentes listados pelo advogado do patrão estava o negociante Edylio Ribeiro, conhecido no associativismo de classe, inclusive da AECI. Em depoimento, Ribeiro confirmou que Gomez havia se referido às desconfianças em relação a seu empregado, afirmando que de “uma feita notou a falta de 200\$000 e de outra feita 500\$000”.

Outro que acompanhou as movimentações do processo foi Nelson Schaun. Na ocasião, ele ocupava a função de adjunto da promotoria da comarca de Ilhéus, o que talvez lhe impedisse de atuar como representante da AECI. Antônio Mota também não era associado ao grêmio caixeiral local. Sem contar com o apoio da principal associação da categoria, o denunciante recorreu aos seus antigos patrões em Salvador para atestar sua boa conduta nos antigos estabelecimentos por onde passou. O Armazém Samartim & Diz, declarou que “durante o tempo em que foi nosso empregado nada teve que desabonasse nos cumprimentos

⁵⁸⁰ APEB. *Correio de Ilhéus*, ?/12/1927, ano VIII, n. ?, p. 1. Anexo 4 do Processo crime contra Antonio Floriano Domingues Gomez. f. 1. Localização: Estante 23, Cx. 803, Doc. 7.

de seus deveres”.⁵⁸¹ Do mesmo modo, Vidal Pincel, proprietário da Confeitaria Andaluza, comunicou que Mota “sempre observou boa conduta no tempo em que trabalhou na minha casa comercial, não tendo falta que o desabonasse”.⁵⁸²

Antônio Mota também procurou colegas de trabalho para atestar sua procedência. Aurelino Tedesco afirmou que nunca notou nada que o desabonasse e que sabia da quantia de 400 mil réis fruto das economias de seu colega de casa comercial. Juvêncio da Silva informou que conhecia Mota desde a “Bahia”, e que este era moderado e econômico. Em complemento, informou que seu colega se desfez de um relógio Ômega por 60\$000. Outro caixeiro que declarou o bom procedimento foi Firmo Motta, dizendo que parte dos rendimentos de seu parceiro de profissão vinha das gorjetas de cliente, que podia chegar até 180 mil réis mensais.⁵⁸³ Apesar do pouco tempo na cidade, o ex-funcionário do Café Dalva demonstrava possuir uma lista de coesos companheiros dispostos a desabonar as suspeitas lançadas sobre seu comportamento. Em acréscimo, Antônio Mota ainda apresentou uma declaração de sócio contribuinte da Associação dos Empregados no Comércio da Bahia, que além de servir como mais um documento de atestado de sua idoneidade, mostrava sua experiência com o associativismo caixeiral da capital.⁵⁸⁴ O esforço para certificar sua honestidade é indicador de que mesmo na condição de vítima, o trabalhador do comércio se tornou o principal investigado e responsável por provar a sua idoneidade naquele processo.

Não sabemos dizer por que, mesmo pertencendo à Associação dos Empregados no Comércio da Bahia, os membros da agremiação caixeiral ilheense não tenham se interessado pelo caso. Tendo chegado há pouco tempo em Ilhéus, é provável que Antônio Mota ainda não gozasse do prestígio necessário junto aos membros da AECI ou ainda não reunisse os requisitos exigidos para entrar na associação. De todo modo, buscou a justiça para reparar os constrangimentos sofridos, valendo-se de artifícios alternativos para validar a si mesmo e enfrentar o patrão. Ao se sentir ofendido pela ação de seu empregador, Mota correu para a polícia, mostrando que recorrer às autoridades (até mesmo a policial) era uma das formas

⁵⁸¹ Idem. *Declaração de boa conduta emitida pela Samartim & Diz*. Salvador, 19/12/1927 (Anexo 2). Processo crime contra Antônio Floriano Domingues Gomez. Localização: Estante 23, Cx. 803, Doc. 7.

⁵⁸² Idem. *Declaração de boa conduta emitida por Vital Pincel*. Salvador, 17/12/1927 (Anexo 3). Processo crime contra Antônio Floriano Domingues Gomez. Localização: Estante 23, Cx. 803, Doc. 7.

⁵⁸³ Idem. *Declaração de boa conduta emitida por Aurelino Tedesco*. Pirangí, 27/1/1928 (Anexo 9); *Declaração de boa conduta emitida por Juvência Gonçalves da Silva*. Ilhéus, 28/1/1928 (anexo 8); *Declaração de boa conduta emitida por Firmo Motta*. Ilhéus, 28/1/1928 (Anexo 10). Processo crime contra Antônio Floriano Domingues Gomez. Localização: Estante 23, Cx. 803, Doc. 7.

⁵⁸⁴ Idem. *Comunicado da Associação dos Empregados no Comércio da Bahia*, Salvador, 11/1/1927 (Anexo 6). Processo crime contra Antônio Floriano Domingues Gomez. Localização: Estante 23, Cx. 803, Doc. 7.

utilizadas para defender seus interesses, mesmo num período em que havia frágeis garantias legais de proteção ao trabalhador no Brasil.

No entanto, os esforços de Antonio Mota não foram contemplados pelo adjunto da promotoria. O mesmo Nelson Schaun que defendia os direitos dos caixeiros também foi o que julgou improcedente as denúncias impetradas por Mota, alegando que os documentos juntados pelo querelante não tinham nenhuma importância. Por acréscimo, considerou as declarações apresentadas irrelevantes por se tratarem de negociantes desclassificados em Ilhéus ou “qualquer outra praça”. Schaun até reconheceu que Floriano Domingues Gomez não havia provado que os valores em dinheiro e os objetos encontrados na mala de seu funcionário fossem resultados de furtos em seu estabelecimento. Todavia, ele avaliou que a denúncia de calúnia e de difamação era impertinente, pois o primeiro a tratar a questão em causa na imprensa foi Antonio Mota, quando recorreu às páginas do *Pequeno Jornal*, tornando-a pública.⁵⁸⁵

Outro episódio notório em Ilhéus foi o caso Gromô. Em fevereiro de 1929, a polícia descobriu um caso de furto em série promovido por Almiro Lobo em diversas casas comerciais. Conhecido como Gromô, o acusado era um dos jogadores de futebol mais famosos nas rodas esportivas locais. Segundo o *Diário da Tarde*, Lobo foi descoberto quando furtava a Casa Alberto no dia 13 de fevereiro de 1929. Denunciado à polícia, as investigações concluíram que os alvos de sua “rapinagem” eram cortes e peças de fazendas finas, objetos de luxo e miudezas, tudo depois revendido no distrito do Pontal. As notícias incluíram outras lojas: a Casa Síria, Casa Variedades, Rainha de Ilhéus, Loja América e O Colibri.⁵⁸⁶

O caso tomou maiores proporções quando se especulou que outros colegas caixeiros estariam auxiliando os furtos de Gromô. As investigações da polícia descreviam que Almiro Lobo atuava preferencialmente ao meio dia, quando as casas comerciais funcionavam com menos funcionários, agindo com ajuda de cúmplices. Outra informação era que caixeiros do Pontal adquiriam os produtos furtados, mesmo sabendo da procedência, para revendê-los em outras localidades do município. Quando os primeiros nomes de funcionários circularam pela cidade, muitos suspeitos procuraram a polícia para protestar. É nesse contexto que entra a AECl. Vários sócios recorreram à agremiação para que se constituísse um advogado para auxiliar os associados “atingidos pela pecha infamante”.⁵⁸⁷

⁵⁸⁵ Idem. *Relatório do representante do Ministério Público*. Ilhéus, 22/1/1928. f. 60-62v. Processo crime contra Antônio Floriano Domingues Gomez. Localização: Estante 23, Cx. 803, Doc. 7.

⁵⁸⁶ BPEB. *Diário da Tarde*, 14/2/1929, ano II, n. 293, p. 4.

⁵⁸⁷ Idem. *Diário da Tarde*, 16/2/1929, ano II, n. 295, p. 1.

Almiro Lobo foi preso dias depois do início das investigações policiais no distrito do Banco da Vitória. Em seu depoimento, Gromô informou que Everaldo Farias era um dos caixeiros coniventes com os furtos praticados. Farias era também muito conhecido em Ilhéus, onde era chamado pela alcunha de “Peixinho”. Ele era funcionário dos srs. Nazal e Medauar, e tido “como moço conceituado nos nossos círculos sociais”, em especial na AECI. De posse da informação, o subdelegado Arthur Chagas efetuou sua prisão no mesmo dia, o que gerou a insatisfação de populares presentes à cena. Em reação, o grêmio caixeiral providenciou assistência jurídica. No entanto, o advogado chegou quando Peixinho já prestava depoimento, o que gerou críticas ao presidente da diretoria Nelson Schaun por parte do *Diário da Tarde*, dirigido por seu adversário Eusínio Lavigne.⁵⁸⁸



Figura 22 - Cartão promocional da Casa Variedades, uma das lojas que Gromô teria furtado em 1929. S/i. S/d.

Interrogado, Everaldo Farias relatou que conhecia Almiro Lobo, porque ambos frequentavam as mesmas rodas esportivas da cidade, mas disse que estavam com relações cortadas há meses, por ter impedido que Gromô agredisse sua amásia numa briga. Informou que seus patrões se encontravam cientes das acusações lançadas contra ele e que esperavam

que o delegado apurasse todo o caso. Inquirido pelo subdelegado se tinha dito que guardava uma pistola para aquele que sustentasse a denúncia contra ele, Farias respondeu que “tenho-a para qualquer um que pretenda manchar a minha reputação”.⁵⁸⁹ É adequado lembrar aqui que o subdelegado Chagas era o mesmo que tinha autorizado a invasão do quarto do caixeiro Antonio Mota. As práticas de Chagas refletiam o modo de perseguição policial com que os trabalhadores tinham que lidar frequentemente na Primeira República.

No decorrer das investigações, outros dois caixeiros entraram no rol dos suspeitos de envolvimento com Gromô: Nelson Maynard e Ubaldino Socorro. A defesa dos caixeiros foi feita pelo advogado João Amado e custeada pela AECI. Mesmo assim, o caso policial terminou confundido com as rivalidades políticas de Ilhéus. Isso porque, alfinetando Nelson Schaun, Eusínio Lavigne noticiou pelo *Diário da Tarde* que a sociedade caixeiral não havia

⁵⁸⁸ Idem. *Diário da Tarde*, 18/2/1929, ano II, n. 296, p. 1.

⁵⁸⁹ Idem. *Ibidem*, p. 1.

prestado auxílio aos seus sócios nos momentos mais difíceis do caso Gromô. Em resposta, Schaun explicou que havia passado procuração ao bacharel Guilherme de Andrade, mas que, em função deste ter sido contratado pela Casa Alberto para o mesmo processo judicial, não assumiu o caso e não comunicou à entidade.⁵⁹⁰ Por isso, quando soube do “mal entendido”, passou procuração a João Amado, que já havia assumido a defesa dos envolvidos por solicitação de Everaldo Farias. Mesmo diante das explicações, o pano de fundo dessa situação eram as disputas que se acentuavam entre Nelson Schaun (diretor dos caixeiros e membro do PRB) e Eusínio Lavigne (da oposição local, PRD), que tiveram seu ápice no pleito presidencial de 1930, conforme vimos no capítulo anterior.

Durante as investigações, Nelson Schaun esteve envolvido em nova confusão. No dia 10 de março, o soldado Alfredo Novis encontrou-se com ele no Café Glória, na Praça Cairú, e partiu para a briga. Novis arremessou uma cadeira contra Schaun, mas acertou Dario Passos, outro diretor da AECI. Segundo informações da imprensa, o auxiliar de polícia estava insatisfeito com uma notícia publicada no periódico carioca *A Noite*, que afirmava que ele era um receptor de Gromô em Banco da Vitória. Novis atribuiu a Nelson Schaun a informação veiculada, pois o professor era o correspondente do jornal da capital federal em Ilhéus e estava envolvido na defesa dos caixeiros denunciados.⁵⁹¹

Após tantas confusões, o promotor público Sabino Moreira recebeu o inquérito policial do tenente Chrispim, o qual acusou como cúmplices os três funcionários do comércio citados por Almiro Lobo. O relatório do Ministério Público foi muito criticado na imprensa de Ilhéus, pois, segundo os jornalistas, a denúncia havia sido fundamentada apenas na declaração de Gromô, réu principal do processo. A promotoria descartou até a declaração de Francisco Medauar, que afirmou que o Everaldo Farias era seu funcionário há 5 anos e que “não acreditava ter ele conivência com o furto”.⁵⁹² Diante disso, a sociedade caixeiral preservou o auxílio jurídico a “Peixinho” e a outros dois sócios envolvidos: Nelson Maynard e Ubaldino Socorro. Essa ajuda foi essencial para que em maio o novo advogado de defesa, Mario Bombinho, conseguisse um *habeas corpus* para os processados.⁵⁹³ Infelizmente, não sabemos se uma vez livres do processo judicial retornaram aos seus antigos empregos. Sabe-se apenas que Everaldo Farias tornou-se diretor da AECI nos anos 1930, chegando inclusive à presidência.

⁵⁹⁰ Idem. *Diário da Tarde*, 22/2/1929, ano II, n. 301, p. 1-2.

⁵⁹¹ Idem. *Diário da Tarde*, 11/3/1929, ano II, n. 314, p. 4; e APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 12/3/1929, ano XI, n. 1165, p. 2.

⁵⁹² Idem. *Diário da Tarde*, 26/2/1929, ano II, n. 304, p. 1.

⁵⁹³ Idem. *Diário da Tarde*, 22/2/1929, ano II, n. 301, p. 1.

O caso Gromô foi um episódio sintomático do universo de desconfianças que rondavam os empregados no comércio. As especulações sobre o envolvimento de caixeiros com os furtos de Almiro Lobo encontraram guarida numa sociedade que suspeitava das ações de trabalhadores. Vale a pena afirmar que o representante do Ministério Público assentiu uma denúncia contra Everaldo Farias, Nelson Maynard e Ubaldino Socorro fundamentada apenas no testemunho do principal acusado. Não é exagero dizer que as desconfianças em relação aos trabalhadores eram justificativas utilizadas por patrões para demitir seus funcionários ou constrangê-los (como foi o caso de Antonio Mota), mesmo sem comprovação contundente. Por isso, não era em vão que a AECI se dedicasse a enfrentar a questão das demissões sem causa justificada em 1929.

As “frequentes demissões sem causa justificadas” foram lembradas na assembleia realizada em 3 de junho na AECI. De acordo com os registros, os associados debateram o fato de que os empregados no comércio eram “os únicos elementos trabalhistas que, infelizmente, ainda permanecem entre nós [de Ilhéus], pelo menos, num plano inferior”, isto é, em comparação a outras categorias profissionais. Por isso, “em defesa de nobres propósitos”, os caixeiros decidiram por duas resoluções: recorrer ao Conselho Nacional do Trabalho no sentido de agir “contra esses abusos inqualificáveis de patrões inconscientes” e fazer um “amplo e enérgico apelo ao Congresso Nacional no sentido de ser criada legislação positiva em favor dos auxiliares do comércio”.⁵⁹⁴ A discussão dos sócios da AECI sobre garantias legais contra demissões injustas antecipavam questões que ainda não eram tratadas pela legislação social brasileira. É um sinal de como as associações operárias interpuseram seus interesses de modo a pressionar o Estado brasileiro a redefinir e atualizar os direitos dos trabalhadores ainda no pré-1930.⁵⁹⁵

Na continuidade da defesa dos “nobres propósitos”, conforme salientava o *Correio de Ilhéus*, o tema das demissões injustas retornou à pauta dos caixeiros na assembleia do dia 7 de junho de 1929. Desta vez, o presidente Nelson Schaun destacou que o projeto a ser encaminhado ao Congresso Nacional deveria prever a “indenização da importância correspondente a 6 ou 12 meses de ordenado, pelo patrão, ao empregado injustamente demitido”. Também ficou deliberado que a União dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro representaria os interesses da filial ilheense junto aos “altos poderes da nação”. De acordo com o diretor Abílio Guedes, esta era uma medida que deveria ser imitada por todas as

⁵⁹⁴ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 4/6/1929, ano IX, n. 1198, p. 2.

⁵⁹⁵ FORTES, Alexandre. Os direitos, a lei e a ordem: greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da Primeira República. In. *Direitos e justiça no Brasil... Op. Cit.*, p. 345.

congêneres, porque centralizaria as reivindicações dos caixeiros de todo o País.⁵⁹⁶ Esta atitude sinaliza a capacidade da AECI de se aproximar de outras organizações da categoria, tal como já havia acontecido com a agremiação caixeiral de Salvador no caso da lei de férias. Indica também que, na falta de uma federação sindical nacional, as agremiações espalhadas pelo País tinham nas associações de classe do Rio de Janeiro a referência padrão para representar seus interesses na capital da Primeira República, como sinaliza Maria Cecília Velasco e Cruz.⁵⁹⁷ Por sinal, em dezembro de 1928, Nelson Schaun visitou a União dos Empregados carioca, provavelmente adotando-a como interlocutora para a AECI.

As duas deliberações são indicadores do engajamento dos caixeiros de Ilhéus na luta por direitos. Os sócios da AECI recorriam ao Congresso Nacional para dar demonstrações de que as leis e a justiça podiam ser instrumentos para lutar contra a exploração e a insegurança estrutural. Nesse caso específico, debatiam uma legislação que ainda nem havia saído do papel, como era o caso de uma indenização por demissão sem justa causa. Escolheram a agremiação caixeiral do Rio de Janeiro para representá-los e, ao mesmo tempo, demonstravam força para estabelecer vínculos associativos que dessem conta de defender suas propostas junto ao parlamento. Os auxiliares do comércio de Ilhéus chegavam ao final dos anos 1920 com um associativismo florescente, conectado com experiências de classe variadas, tanto localmente, quanto de outras regiões do País, sintonizados com os anseios de leis para os trabalhadores em todo o Brasil no pré-1930.

A luta por direitos nos limites do republicanismo dos de baixo

No dia do caixeiro de 1929, a categoria tinha o que festejar. Além de ter se tornado uma das associações mais ativas da cidade, seus sócios estiveram à frente das principais campanhas e reivindicações do mundo do trabalho no Sul da Bahia na década de 1920. Apesar disso, queixavam-se regularmente de ser a classe de trabalhadores mais desamparada, conforme vimos acima. Debitada certa insatisfação, Nelson Schaun, na sessão solene, não deixou escapar as lutas pela aplicação da lei de férias, da regulamentação da jornada de trabalho e da campanha contra a demissão arbitrária ao classificar a AECI como uma sociedade vitoriosa.

⁵⁹⁶ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 8/6/1929, ano IX, n. 1200, p. 1.

⁵⁹⁷ Cf. CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. In. *Afro-Ásia... Op. Cit.*, p. 8. Em sua análise, Cruz aponta que as negociações entre governo e sociedade de trabalhadores do Rio serviam de referência para o restante do País. Com efeito, na ausência de uma federação nacional dos operários, as associações cariocas terminavam por aglutinar e representar os interesses de congêneres de outras partes do Brasil frente às autoridades e patrões, como foi o caso do grêmio caixeiral.

No entanto, a festa caixeiral contou também com uma mesura deferente ao cel. Antonio Pessoa.

Ao explicar a “justa homenagem de gratidão da classe caixeiral de Ilhéus”, Schaun lembrou a participação do velho chefe na “efetivação da humanitária lei de fechamento do comércio às 18 horas”. Em réplica, Pessoa disse que desde sua ascensão ao poder, mostrava-se um “espontâneo defensor dos empregados”, que eram “talvez os maiores cooperadores da estabilidade e da riqueza do país”. Sem perceber, o coronel deixava escapar que a importância da classe estava na produção da riqueza e não no fato de serem cidadãos merecedores de direitos. Em reforço aos códigos paternalistas, o líder do PRB afirmava que seus esforços no Conselho Municipal pela “lei humanitária” se deviam igualmente à “laboriosa e digna mocidade do comércio”, especialmente “ao digno e honrado moço, o sr. Nelson Schaun”.⁵⁹⁸

A troca de elogio entre o cel. Antonio Pessoa e os comerciários da AECI é um indício de como a luta por direitos e o paternalismo foram duas faces complementares da agência dos trabalhadores da cultura associativa. Em primeiro lugar, cabe ressaltar a capacidade das sociedades operárias de acompanhar a criação da legislação social pelo Estado brasileiro nos limites da Primeira República. Antenados com as leis que eram publicadas pelo governo federal, os trabalhadores buscavam informações e brigavam para que elas fossem aplicadas – isto também no Sul da Bahia. Para tanto, romperam até as barreiras geográficas, pois trocavam correspondências com autoridades e órgãos públicos das capitais da Bahia e do Brasil para saber de novidades como a Caixa de Pensões e Aposentadorias, e a lei de Férias.

Cabe aqui enfatizar o intercâmbio entre grêmios de trabalhadores de Ilhéus e suas congêneres noutras partes do País. Em conexões regulares com Salvador e Rio de Janeiro, eles demonstravam que não estavam isolados do restante da classe trabalhadora do País. Isso ocorria, sobretudo, com categorias mais organizadas, numerosas e cujo setor econômico era forte, como era o caso dos caixeiros e dos ferroviários (muitos deles sócios da UPAOI). A historiadora Maria Cecília Velasco e Cruz sinaliza que, em geral, o governo ao negociar com os sindicatos cariocas estendia o resultado da negociação para todo o País. Embora a pesquisadora se refira aos portuários, parece que isso era válido para os caixeiros e os ferroviários. Na ausência de federações nacionais de trabalhadores, as sociedades de trabalhadores do Rio se tornavam a referência padrão no pré-1930, ao menos, para os ilheenses.⁵⁹⁹

⁵⁹⁸ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 31/10/1929, ano IX, n. 1257, p. 1-2.

⁵⁹⁹ CRUZ, Maria Cecília V. *Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café*, Rio de Janeiro, 1905-1930. In. *Afro-Ásia... Op. Cit.* Estas questões podem nos

O associativismo operário fez campanhas por melhores condições de trabalho operando com a moral e a ideologia das classes conservadoras em seu favor. Reivindicando o humanismo e a civilidade, os trabalhadores solicitavam a jornada de 8 horas de serviço. Todavia, no caso dos caixeiros de Ilhéus, foi preciso recorrer aos poderes municipais para tentar regulamentar o tempo de trabalho no comércio, numa disputa com os negociantes antes, durante e depois da criação da “lei humanitária”. Em acréscimo, pautou questões que não haviam sido abordadas pelo Estado brasileiro. Ao chamar atenção sobre as demissões sem justa causa, os empregados no comércio já vislumbravam a criação de uma taxa de indenização para funcionários despedidos arbitrariamente. Em conjunto com a agremiação caixeiral do Rio de Janeiro, eles prometiam recorrer ao Congresso Nacional e ao CNT pela garantia dos seus empregos.

Nem sempre foi possível fazer valer a legislação social criada pelo Estado brasileiro na Primeira República. Isto é óbvio. As dificuldades para superar o autoritarismo dos patrões e a ineficiência da fiscalização dos órgãos públicos eram motivos pelos quais as leis muitas vezes não saíam do papel. Contudo, cabe enfatizar o significado que a legislação social pré-1930 teve na mentalidade dos trabalhadores organizados em agremiações. Nesse sentido, parece válido o que aponta John French ao dizer que as leis do trabalho “tornaram-se ‘reais’ nos locais de trabalho somente na medida em que os trabalhadores lutaram para transformar a lei de um ideal imaginário em uma realidade possível futura”, muito embora o autor analise o período Vargas a partir de 1942.⁶⁰⁰ De olho nos direitos, caixeiros, operários e artistas conjugaram esforços pelo reconhecimento de suas conquistas usando os valores morais e ideológicos das classes dominantes. O senso de justiça dos de baixo fundamentava-se num discurso em que os ideais de civilização se convertiam em argumentos que legitimavam a luta por um quinhão de cidadania no latifúndio do coronelismo do cacau.

O que torna a Primeira República um contexto específico é que, diferentemente do aparato institucional e da cultura política do governo Vargas nas décadas de 1930 e 1940,⁶⁰¹ os trabalhadores do Sul da Bahia se apropriaram das exíguas leis e direitos a partir de uma economia de favores (clientelismo) e do consumo de valores culturais e civilizatórios típicos

estimular a ir mais adiante na reflexão sobre o papel que sociedades cariocas exerceram na centralização da pauta de interesses de congêneres do restante do País.

⁶⁰⁰ FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Perseo Abramo, 2001, p. 10.

⁶⁰¹ Cf. GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo... Op. Cit.* Em síntese, ao assumir o poder, Vargas incorporou os mesmos elementos básicos presentes nos discursos operários desde o século XIX. Relida e integrada noutro contexto, a cultura dos trabalhadores foi apropriada pelo Estado, com fartos recursos de poder institucional, p. 26.

das oligarquias e do regime republicano. As agremiações da classe trabalhadora adotavam uma postura ambígua para recorrer aos seus interlocutores políticos, tendo em mente conquistar estrategicamente o apreço dos de cima para suas causas. Operários e caixeiros defenderam seus interesses dentro do terreno moral e ideológico das classes dominantes, encontrando brechas em que podiam fazer dos espaços institucionais um campo de disputa contra os patrões e em favor de seus interesses. A greve dos ferroviários foi certamente um dos momentos em que, diante do acirramento dos conflitos com os chefes da *State*, os operários tiveram que cautelosamente calcular seus passos para cativar o apoio da Intendência Municipal e da Associação Comercial. Não devemos esquecer que a força policial monitorou cada atitude da greve, apesar da postura pacífica adotada pelo movimento. Talvez uma opção por uma radicalização trouxesse mais dificuldades para congregar apoio e alcançar os objetivos.

Por outro lado, cumpre entender a postura de tolerância de lideranças oligárquicas e parlamentares com as causas dos trabalhadores das associações. Em meados da década de 1920, o contingente operário emergia em quantidade e em qualidade no eixo Ilhéus – Itabuna. A cultura associativa operária contribuiu decisivamente para que seus sócios estivessem sintonizados com as causas de suas categorias profissionais e a legislação que surgia. Por isso, os trabalhadores organizados se tornavam uma força de pressão importante no cenário político e eleitoral, especialmente por se tratar de uma parcela da sociedade de razoável escolaridade e engajamento cultural, contra a qual não era possível utilizar a repressão policial ou adotar postura intransigente indiscriminadamente. Por conta disso, pode-se imaginar que intendentess, parlamentares e lideranças oligárquicas estivessem também circunscritos numa teia de pressão, em que desenvolver uma relação de dependência com seus subordinados era extremamente funcional para os modos de dominação.⁶⁰² Talvez fosse com a capacidade de articular uma economia de favores e uma política de reciprocidade com os trabalhadores que os chefes políticos conseguiram equilibrar as tensões e construir os alicerces sociais dos seus governos, assegurando a paz da ordem pública (valor tão caro à “civilização” emergente com a República). Não foi por acaso que a oligarquia Pessoa se mostrou tão compreensiva quando os ferroviários entraram em greve e os empregados do comércio recorreram ao Conselho Municipal.

As mobilizações e as lutas dos trabalhadores do Sul da Bahia nos permitem pensar num associativismo operário que desenvolveu uma cultura política no limite do personalismo

⁶⁰² ELIAS, Nobert. *A sociedade de cortes...* Op. Cit, p. 29.

e da economia de favores da Primeira República. Em Salvador e no Recôncavo baiano, as organizações operárias envolveram-se na política a partir das cisões dos grupos oligárquicos com os quais barganhavam apoio em momentos de embates abertos com os patrões, a exemplo do Centro Operário estudado por Aldrin Castellucci. Este também foi o caso do Sindicato dos Pedreiros e da Construção Civil pesquisado por Luciano Guimarães, que apesar de lutar por “melhorias e direitos de maneira independente”, era frequentemente “cortejado pelas classes dominantes”, com as quais inclusive tinha negócios e relações políticas.⁶⁰³ Robério Souza destacou o quanto os ferroviários da Este Brasileiro “demonstraram conhecer seu poder de pressão junto às autoridades políticas e às forças econômicas e institucionais” nas pioneiras greves de 1909.⁶⁰⁴ Convém analisar os modos pelos quais as associações operárias desenharam formas de atuação consideradas aceitáveis na defesa de seus interesses de classe frente a patrões e governantes. De certa maneira, adotar uma postura pacífica e ordeira talvez fosse essencial para a legitimidade e a legalidade na “defesa dos sagrados interesses”, sob pena de encontrar maiores problemas com as repressões policiais e a perseguição política. Adular o ego paternalista das autoridades e dos patrões era uma forma de preservar a chama – nem sempre ardente – da atitude e da coragem.

Os estudos recentes mostram que os trabalhadores baianos da Primeira República não abriram mão de lutar por seus direitos e de buscar a justiça para satisfazer suas aspirações. Fizeram isso no cerne do que o republicanismo brasileiro permitia até 1930, apropriando-se inclusive do personalismo e das redes de favores típicas da cultura política das oligarquias. Melhor para caixeiros e operários da cultura associativa baiana se faziam greve, pressionavam as autoridades e alcançavam seus objetivos sem precisar ir para a cadeia ou perder seus empregos. De acordo com Alexandre Fortes,⁶⁰⁵ é oportuno pensar que a mobilização do associativismo operário em torno de leis e de direitos nos anos 1920 pode ter gerado um acúmulo preponderante para que no pós-1930 estivessem preparados para outra fase da República, época em que a legislação social tornou-se mais robusta. Saber como isso ocorreu até o governo provisório de Vargas é o interesse do próximo capítulo.

⁶⁰³ GUIMARÃES, Luciano M. *Ideias perniciosas no anarquismo da Bahia...* Op. Cit., p. 215.

⁶⁰⁴ SOUZA, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre...* Op. Cit., p. 111.

⁶⁰⁵ FORTES, Alexandre. Os direitos, a lei e a ordem. In. Op. Cit, p.374-375.

Associativismo operário em anos de incerteza

Em 1º de novembro de 1930, a Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna celebrou a posse da diretoria para o biênio de 1930-1931. Aquele seria um ritual corriqueiro, não fosse pelo fato de que, dias antes, havia ocorrido uma das maiores crises da história da República brasileira. Havia se passado poucos dias da tomada do poder pelos chefes da Aliança Liberal e as incertezas políticas rondavam o País. Para além do ritual associativo, é possível imaginar que muitos dos presentes à solenidade pensassem nos rumos que a República percorreria após o movimento “mudancista” de outubro. Anunciadas as presenças do cel. Claudemiro Pereira, representante do prefeito interino de Itabuna, e do tenente Astôr Badaró, governador militar da cidade, era possível sentir o clima político.⁶⁰⁶

A indefinição em torno das novas autoridades políticas da cidade se expressou na formação da mesa administrativa da reunião. Manoel Vidal, presidente da diretoria da SMPAI, convidou Claudemiro Pereira para ocupar a direção dos trabalhos. Precavido, Pereira disse que, em tal circunstância, devia-se convidar o tenente Astor Badaró, visto que sendo “governador militar da cidade, ninguém melhor do que ele poderia fazê-lo no momento”. Ante a postura cordial do colega, Badaró declinou e manifestou-se já “muito satisfeito”. Decorridos exatos seis dias do 24 de outubro de 1930, muitas localidades ainda não sabiam quem eram os administradores locais. Apesar disso, os que fizeram parte do movimento de

⁶⁰⁶ ASMPAI. *Livro de Álbum Social da SMPAI*, 1/11/1930. ff. 103-105.

outubro apressaram-se em tomar parte das atividades das agremiações operárias em Itabuna.⁶⁰⁷

A solenidade prosseguiu com a posse dos novos dirigentes da SMPAI. Com a palavra franqueada, o advogado Gomes Winther aproveitou para exaltar “o valor do operariado” e congratulava “com ele ante a importantíssima reforma que se vai realizando na política e na administração da República”. Por conta disso, ele também exortou “os operários a pleitear, junto aos novos poderes constituídos, a sua representação nas assembleias estaduais, bem como no Parlamento Nacional”.⁶⁰⁸

Winther era sócio benemérito da agremiação dos artistas, conhecido advogado e também redator do *Jornal de Itabuna*.⁶⁰⁹ Ele sabia que a vitalidade do associativismo operário até os anos 1920 era resultado dos esforços de trabalhadores em busca de amparo e reconhecimento social. Por diversas vezes fora convidado a palestrar sobre o universo do trabalho, tendo, inclusive, publicado uma das conferências proferidas na SMPAI em 1929. Por isso, deve-se considerar que as ideias ventiladas pelo advogado na presença das autoridades do Governo Provisório refletiam, em alguma medida, as expectativas dos trabalhadores quanto aos rumos da República implantada em outubro de 1930. Ainda que fosse cedo para exigir mudanças nas relações entre trabalho e capital, a fala de Winther fez eco às aspirações que, desde a fundação das primeiras sociedades beneficentes e mutualistas no Sul da Bahia, perambulavam na cabeça dos seus consócios. Em geral, identificando-se como dignos trabalhadores, os sócios recorriam regularmente aos poderes públicos em busca de reconhecimento social e de amparo político para suas agremiações nos anos 1920. Sob a ordem que surgia do pós-1930, esperavam manter e, possivelmente, ampliar suas ações, embora o futuro ainda fosse muito incerto.

Foi com a expectativa deste contingente plural e heterodoxo de trabalhadores que o governo de Getúlio Vargas teve que lidar. Até aqui, foi possível observar que artistas, caixeiros, estivadores e demais setores nutriram uma prática associativa na década de 1920. Entre dificuldades e desafios, superaram a fragilidade inerente ao universo do proletariado e teceram um associativismo capaz de lhes garantir alguma proteção diante da insegurança do capitalismo: auxílio mútuo, instrução primária para si e seus filhos, formas de lazer e de sociabilidade. Mais do que isso, extrapolando os limites do mutualismo, construíram

⁶⁰⁷ Idem. Ibidem.

⁶⁰⁸ Idem. Ibidem.

⁶⁰⁹ Para maiores detalhes sobre a vida do advogado Antonio Gomes Winther, conferir: IGHB. *O Intransigente*, 12/12/1931, ano VI, n. 15, p. 4; e CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 15/12/1931, ano IV, n. 1118, p. 4.

campanhas por direitos, fizeram greve por melhores salários e organizaram-se para cobrar a aplicação de leis sociais, conforme vimos nos capítulos anteriores. Como salienta Ângela de Castro Gomes, a dignidade e os valores básicos do trabalho estavam em posse dos trabalhadores, resultado a que chegaram a partir da experiência associativa construída desde o início do século XX. Para a autora, “ao término da Primeira República, já existia um figura de trabalhador brasileiro, embora não existisse um cidadão-trabalhador”.⁶¹⁰

Foi com esta herança que as autoridades do Governo Provisório tiveram de lidar de imediato. As presenças do cel. Claudemiro Pereira e do tenente Astôr Badaró são apenas um episódio inicial e curto de como o relacionamento das autoridades vencedoras com a prática associativa dos trabalhadores tornou-se essencial para os rumos da República no pós-1930. A própria SMPAI se tornaria um palco importante para as autoridades do Ministério do Trabalho anunciar a montagem de uma legislação social durante o Governo Provisório. Em 21 de maio de 1933, o inspetor regional Samuel Henrique da Silveira Lobo registrou a afinidade dos artistas de Itabuna com “o programa revolucionário do Governo Provisório”.⁶¹¹ De 1931 em diante, prefeitos, inspetores e demais autoridades visitaram as agremiações laborais de Ilhéus e de Itabuna para divulgar as leis criadas pelo governo. Destaque especial vai para o decreto 19.770 que instituiu a sindicalização das classes, tido por instrumento que modernizaria o modelo de associação dos operários nas relações entre capital e trabalho, mas que traduzia os interesses dos chefes do pós-1930 de intervir e de regular as forças coletivas do País.

Entre 1930 e 1935, os termos do governo para lidar com a questão social teriam nas sociedades mutualistas o palco necessário para divulgação e intervenção. No entanto, os termos da legislação social em formação eram muito granulados, marcados por muita imprecisão, do que só a partir de 1942 ficaria caracterizado por trabalhismo. Portanto, os trabalhadores nem sempre seguiram um roteiro pré-determinado pelas autoridades do Governo Provisório. Mobilizações e greves, de um lado, e vigilância e repressão policial, de outro, também fizeram parte das tensões e dos conflitos que permearam a relação entre o Estado, os patrões e os trabalhadores no pós-1930. O objetivo deste capítulo é entender de que modo a cultura associativa dos trabalhadores do Sul da Bahia dos anos 1920 lidou com a política social do Governo Provisório. Entre as questões específicas, interessa saber de que forma a legislação social repercutiu no interior das agremiações que aglutinavam homens e

⁶¹⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo... Op. Cit.*, p. 30.

⁶¹¹ ASMPAI. *Livro de Álbum Social da SMPAI*, 21/5/1933. f. 134.

mulheres laboriosos; que sentidos tiveram para o incremento de suas práticas associativas e na luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Ilhéus, “a cidade que mais sabe da revolução”

Instalado o movimento revolucionário em 3 de outubro em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não demorou para que Ilhéus se alarmasse com as notícias que eram transmitidas pelos telégrafos e pelos poucos aparelhos de rádio que havia na cidade. Os boatos corriam soltos, percorrendo os estabelecimentos comerciais, as repartições públicas até chegar às associações de classe, especialmente as dos operários. Havia relatos contraditórios: ora de que os focos rebeldes haviam sido debelados, ora de que o presidente da República e os generais tinham sido presos na capital do País. Por isso, não foi sem um toque de humor que o *Diário da Tarde* ironizou o fato de que Ilhéus era “a cidade que mais sabe da revolução”.⁶¹²

O fato é que depois das eleições de 1930, os chefes do Comitê da Aliança Liberal de Ilhéus haviam aceitado o resultado que dava a vitória para a chapa Júlio Prestes e Vital Soares (este último, aliás, governador da Bahia). Apesar das denúncias de fraudes no pleito de 1º de março, as ações de lideranças oposicionistas, como Eusínio Lavigne, Avelino Fernandes da Silva e Guilherme de Andrade, limitaram-se a críticas contra o governo federal e estadual, cujas reclamações versavam, em particular, ao suposto abandono político da região cacauceira.

Os aliancistas ilheenses só retornaram às atividades com a notícia da morte de João Pessoa, em 26 de julho de 1930. Comovidos com o assassinato do governador da Paraíba, escreveram manifestos em que denunciavam a conivência de Washington Luís com o crime e convocavam a população para comícios. Em evento realizado na Praça Firmino Amaral, Eusínio Lavigne desafiava os adversários políticos a sorrirem “enquanto puderem, com riso trágico e tirano, os esfrangalhadores da consciência nacional. Será a alegria das hienas da República sobre a cova da consciência livre da nação”. Na parte final do discurso, ele ainda prenunciou que o sangue de João Pessoa sanearia “as artérias do povo que a sífilis dos políticos imorais dia a dia a envenena”.⁶¹³

As homenagens prestadas pelo Comitê da Aliança Liberal parecem não ter envolvido as agremiações operárias de Ilhéus, apesar de o *Diário da Tarde* ter se referido à ampla participação popular. Todavia, os comícios realizados pelos aliancistas podem ter dado a oportunidade para que as ideias de um movimento armado pela salvação do País fossem

⁶¹² BPEB. *Diário da Tarde*, 6/10/1930, ano III, n. 769, p. 1.

⁶¹³ BPEB. *Diário da Tarde*, 29/7/1930, ano III, n. 710, p. 1.

ventiladas pela cidade sem muito compromisso. No dia 9 de agosto de 1930, apenas alguns dias após as últimas solenidades prestadas ao ex-governador paraibano, Nelson Schaun criticou as posturas dos que defendiam a “revolução armada” para transformar o Brasil. Ele dizia que era “adepto fervoroso e consciente da revolução de ideias, da reforma da mentalidade, meio único e capaz de resolver os grandes problemas sociais”, obra que ocorreria apenas dentro “dos sãos princípios da democracia”.⁶¹⁴

Apesar dos comícios organizados, as fontes encontradas na pesquisa sinalizam que os membros da Aliança Liberal de Ilhéus não se posicionaram imediatamente a favor da tomada do governo pelas armas, tal como defendiam alguns setores aliancistas sob a influência de Osvaldo Aranha, João Neves Fontoura, Lindolfo Collor e Flores da Cunha. Mesmo depois de iniciada a insurreição, o *Diário da Tarde* – periódico ligado à Aliança Liberal – estampou editorial reticente quanto aos rumos do movimento deflagrado no Rio Grande do Sul em 3 de outubro. O jornal dizia que

por desconhecermos ainda o ideal dessa revolução, não nos abalamos a aplaudi-la ou a condená-la convencidamente. [...] o que nós desejamos não é propriamente uma revolução: é a integração dos princípios do regime que os maus governos só tem feito transviar. Daí não sabermos ainda como ver, como medir e como apreciar os acontecimentos inquietantes que se desenrolam nos estados sublevados e que põe num momento de dúvida e de intranquilidade o espírito nacional.⁶¹⁵

É provável que os integrantes da Aliança Liberal em Ilhéus tenham esperado o desenrolar do movimento armado para então se posicionar. Boa parte dos aliancistas pertencia às oligarquias locais que estavam alijadas do poder municipal desde 1912, e, por isso, viam no movimento revolucionário a oportunidade para “usar o golpe em benefício próprio”, como afirma Skidmore.⁶¹⁶ Não obstante, antes de se lançarem à luta armada, precisavam de tempo para “medir” e “apreciar os acontecimentos inquietantes”.

Àquela altura, as notícias sobre os distúrbios populares com o episódio do Quebra-bondes em Salvador alarmavam a imprensa e as autoridades ligadas ao poder municipal sobre a situação política do País. Sobre o caso, o *Correio de Ilhéus* disse que a Bahia, “que tomava novos rumos no seu progresso e civilização”, acabava de “assistir vergonhosa cena de espíritos violentos e que não estão à altura da hora atual que atravessamos.”⁶¹⁷ Logo em

⁶¹⁴ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 9/8/1930, ano X, n. 1366, p. 1.

⁶¹⁵ BPEB. *Diário da Tarde*, 6/10/1930, ano III, n. 769, p. 1.

⁶¹⁶ Cf. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)... Op. Cit.*, p. 44.

⁶¹⁷ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 7/10/1930, ano X, n. 1391, p. 1.

seguida, o decreto de “Estado de Sítio” era anunciado para orientar a população no combate aos “revoltosos”.⁶¹⁸ Em adição, informavam que o tenente Jubelino Alencar, delegado de polícia, e o tenente José Anselmo, chefe do Tiro de Guerra 500, mantinham-se ao lado das forças legalistas e sob a orientação do intendente Durval Olivieri.⁶¹⁹ Outro anúncio era que “batalhões patrióticos” eram arregimentados em Itabuna e Pirangi, os quais pretendiam se deslocar para Ilhéus afim de fortalecer a defesa da ordem política.⁶²⁰ Havia também a preocupação de que os trabalhadores se contaminassem com as notícias acerca dos avanços dos revoltosos. Nesse sentido, a imprensa legalista dizia que “os boateiros fazem circular notícias tendenciosas, subvertendo a ordem dos fatos, espíritos perversos que procuram minar as classes operárias e os humildes trabalhadores, homens do povo, insinuando-lhes perversas atitudes”.⁶²¹

Apesar do esforço do jornal do cel. Pessoa, a partir do dia 10 de outubro já havia informações mais concretas sobre adesão da Aliança Liberal de Ilhéus ao movimento deflagrado no Rio Grande do Sul e Minas Gerais. No dia 11, em manifesto dirigido aos atiradores de Ilhéus, Eusínio Lavigne convidou-os a defender a “causa revolucionária”, obtendo o apoio da maior parte dos recrutados.⁶²² A partir do dia 16 de outubro de 1930, o tenente José Anselmo já liderava os soldados rebelados contra os batalhões de voluntários e ocupava militarmente os municípios de Ilhéus, de Itabuna e de Barra do Rio de Contas.⁶²³ Infelizmente, não encontramos registros sobre o envolvimento direto das associações operárias de Ilhéus com o movimento de outubro. Há apenas uma breve notícia de que um grupo de empregados no comércio teria atuado em defesa dos aliancistas nos dias tumultuados da Revolução.

O tenente José Anselmo havia participado do levante dos tenentes em Curitiba, em 1924. Naquela oportunidade, ele era o 1º Sargento do 5º Batalhão de Engenharia e havia conhecido o general Juarez Távora. Chegou a Ilhéus em 1927 para ser o instrutor do Tiro de Guerra.⁶²⁴ Segundo o historiador Alexandre Cerqueira Freitas, Anselmo foi atraído para o lado dos aliancistas durante a visita do tenente Joaquim Ribeiro Monteiro, chefe da 2ª seção

⁶¹⁸ Idem. *Correio de Ilhéus*, 6/10/1930, ano X, n. 1391, p. 1-2.

⁶¹⁹ Idem. *Correio de Ilhéus*, 11/10/1930, ano X, n. 1393, p. 1-2.

⁶²⁰ Idem. *Correio de Ilhéus*, 18/10/1930, ano X, n. 1396, p. 1.

⁶²¹ Idem. *Correio de Ilhéus*, 14/10/1930, ano X, n. 1394., p. 1.

⁶²² LAVIGNE, José Léo. *Eusínio Lavigne: paradigma de caráter e honradez*. Ilhéus: reforma agrária e petróleo. Ilhéus, BA: s.i., 2009. p.57-58.

⁶²³ Cf. CPDOC/FGV. *Carta de José Anselmo para o interventor Juraci Magalhães*, 19/1/1933. ff. 5-7. Localização: JM e ig Municípios Ilhéus Pasta LXXXIV – 9.

⁶²⁴ APEB. *Carta de Astor Badaró para o interventor Arthur Neiva*. Anexo 3, 20/3/1931. Fundo: Secretaria de Justiça e Interior, Cx. 3444/60.

do Estado Maior da 6ª Região Militar, no Sul da Bahia.⁶²⁵ Por isso, o Tiro 500 teve atuação decisiva nas ações da Aliança Liberal na região, cujo “trabalho notório dos dignos moços atiradores” com o policiamento dia e noite e “a benefício da ordem pública, nos dias agitados da revolução saneadora do Brasil” foi lembrado por Eusínio Lavigne depois da vitória.⁶²⁶ Dentre as ações dos soldados ilheenses mais lembradas, esteve a vigilância das residências dos chefes aliancistas, entre elas, a do próprio Lavigne.

No dia 25 de outubro de 1930, os telegramas davam conta de que as principais prefeituras do Sul da Bahia estavam sob a direção do movimento revolucionário. Em Itabuna, as tropas assumiram o controle da cidade no dia 28 de outubro, sob o comando do tenente José Anselmo (que já se autodenominava Governador Militar do Sul da Bahia) e do tenente Astor Badaró (que igualmente se autodenominava Governado Militar de Itabuna). Apesar disso, a escolha do novo prefeito foi marcada por um tremendo “quebra-quebra” no salão da Sociedade Monte Pio, motivado pelas disputas dos grupos políticos da Aliança Liberal itabunense. Ao final, foi empossado prefeito o cel. Glicério Esteves de Lima.⁶²⁷ Em Ilhéus, Eusínio Lavigne foi empossado prefeito pelo Tiro de



Figura 23 - Tenente José Anselmo, instrutor do Tiro 500 e liderança militar da Aliança Liberal no sul da Bahia. Fonte: APEB. Ofícios recebidos - Interventoria 1931. Fundo: Sec. Justiça e Interior, caixa 3444/60.

Guerra e por Avelino Fernandes e Guilherme de Andrade, chefes da Aliança Liberal.⁶²⁸ Ainda assim, o poder municipal foi pretendido também pelo tenente Anselmo que criticava duramente o desempenho de Lavigne na administração. Alegava ainda ser o preferido de Juarez Távora para a prefeitura, mas seus planos não obtiveram êxito.

Os dias de transição do governo “decaído” para o “revolucionário” foram marcados pelas denúncias de violência policial contra os grupos que apoiaram a legalidade. Em Itabuna, os soldados dos Tenentes José Anselmo e Astor Badaró emitiram ordem de prisão para acusados de ter recebido dinheiro e armas para formar batalhões patrióticos, como foi o caso de Gileno Amado e Antônio Cordeiro de Miranda. Amado chegou a ir para Salvador prestar

⁶²⁵ FREITAS, Alexandre Cerqueira. *Alcances e limites do movimento tenentistas na Bahia: a conspiração revolucionária de 1930* (Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2010, p. 56.

⁶²⁶ APMIJM. *Livro de petições da Prefeitura de Ilhéus*, 6/12/1930. ff. 35v-36.

⁶²⁷ APEB. *Telegrama do Tenente José Anselmo para o gabinete do governo provisório da Bahia*, 28/10/1930. Conferir também GONÇALVES, Oscar R. *O jequitibá da Taboca. Op. Cit.*, p. 263. Fundo: Secretaria de Governo – ofícios recebidos – Interventoria 1930. Cx. 1851 / Doc. 2021.

⁶²⁸ APEB. *Telegrama de Eusínio Lavigne e Guilherme de Andrade para Major Reis Príncipe*. 25/10/1930. Fundo: Secretaria de Governo – ofícios recebidos – Interventoria 1930. Cx. 1851 / Doc. 2021.

depoimento sobre sua atuação nos dias da Revolução, oportunidade em que negou ter aceitado qualquer quantia dos legalistas.⁶²⁹ Em Ilhéus, vários membros da família Pessoa foram também perseguidos e presos, a exemplo do ex-intendente Mário Pessoa e seu irmão Astôr Pessoa. O coronel Antonio Pessoa se exilou por alguns meses em Salvador e, por isso, escapou da prisão. Por fim, o *Correio de Ilhéus* e o *Pequeno Jornal* foram empastelados na noite do dia 24 e nunca mais voltaram a circular na cidade.⁶³⁰ Era a interrupção de uma hegemonia oligárquica, o “pessoísmo”, que tinha se iniciado em 1912, com a ascensão do seabrismo; sobrevivido à queda da “velha raposa” e terminado com o movimento armado de 1930.

Iniciava-se ali uma fase política conturbada marcada por um governo discricionário, centralizador e corporativista, que lançou olhares especiais para a questão social e o universo dos trabalhadores. Embora não caiba aqui fazer uma análise detalhada das idas e vindas dos interventores que passaram pela Bahia entre os anos de 1931-1935, não é possível deixar de mencionar o “mal-estar” com que as elites políticas baianas receberam a vitória dos liderados por Getúlio Vargas em 1930, como afirma Paulo Santos Silva.⁶³¹ Segundo o historiador, a Revolução de 1930 desfez a acomodação cuidadosamente tecida pelos líderes baianos durante a década de 1920 e ao final da Primeira República, cujo ápice tinha sido a indicação de Vital Soares para vice-presidente da chapa oficial, em aliança com São Paulo. Sem base política ampla na Bahia, os vitoriosos do movimento revolucionário outubrista não possuíam muitos nomes que pudessem assumir a interventoria do estado.⁶³² Mesmo a presença de J. J. Seabra nas fileiras aliancistas não gerou confiança suficiente para alçá-lo ao posto de interventor, conforme pretendia a “velha raposa” baiana. Sem boas cartadas nas mãos, a junta governativa nomeou Leopoldo Amaral em novembro de 1930; e, em seguida, Arthur Neiva, em março de 1931. Ambos eram reconhecidos por suas habilidades técnicas e científicas, mas não tiveram sucesso. Finalmente, em setembro de 1931, a solução encontrada por Vargas e Juarez Távora foi nomear um jovem tenente cearense, que havia tido atuação destacada nos dias da luta armada no Nordeste (incluindo aí a Bahia): Juraci Magalhães. Após a aliança com as

⁶²⁹ GONÇALVES, Oscar R. *O Jequitibá da Taboca... Op. Cit.* p. 141. Ver também o IGHB. *Diário da Tarde*, 18/11/1930, ano III, n. 804, p. 1.

⁶³⁰ Cf. APEB. *Carta de Astor Pessoa para o interventor da Bahia*, 21/3/1931. APEB. *Carta de Antonio Pessoa da Costa e Silva para o interventor da Bahia*, 21/3/1931. Outras correspondências foram enviadas por Astôr e Antonio Pessoa, queixando-se de arbitrariedades praticadas pela polícia e pelos soldados do Tiro 500 entre os dias 24 e 25 de outubro. A documentação pode ser localizada na pasta Secretaria de Justiça e Interior, Cx. 3444/60.

⁶³¹ SILVA, Paulo S. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 23-24.

⁶³² BRITO, Jonas. *A Bahia dos Calmons... Op. Cit.*

lideranças regionais e o enfrentamento sistemático de seus opositores, Magalhães só sairia do poder ante o iminente golpe do Estado Novo, quando rompeu com o presidente da República. Em síntese, a historiadora Consuelo Sampaio se referia ao período dos três primeiros interventores baianos do pós-1930 em três termos: tumulto, confronto e acomodação.⁶³³

No Sul da Bahia, uma vez instalado no poder, Juraci Magalhães aliou-se com oligarquias proeminentes da Primeira República. Em Itabuna, o interventor aproximou-se de Gileno Amado (o mesmo que havia sido denunciado por liderar batalhões patrióticos em 1930), tornando-o secretário da Fazenda do estado e chefe local do Partido Social Democrático (PSD), grupo político situacionista em 1932. Em Ilhéus, ele estabeleceu acordo com Eusínio Lavigne, também ele um membro das oligarquias terras-tenentes de cacau e opositorista de insinuante atuação na Aliança Liberal, conforme vimos. Tornou-se também uma das lideranças mais importantes do governo na região. Por sinal, em boletim distribuído na cidade poucos dias após ter ocupado a prefeitura, Lavigne referiu-se à “obra de regeneração”, “redenção da República” e “uma nova era de liberdade e reivindicações populares” para anunciar o raiar de um “novo Brasil”.⁶³⁴ Era um discurso que pretendia periodizar a Revolução de 1930 como marco divisório da história republicana, cuja memória dos vencedores exorciza o passado recente do “regime decaído” e fazia de seu presente o passo para o futuro de uma “nova consciência”, conforme salienta Edgar de Decca.⁶³⁵ Contanto, os trabalhadores da “cidade que mais sabia da Revolução” demonstrariam que suas experiências passadas se emaranhavam com suas expectativas, defrontando-se ambas com as pretensões do novo regime que naquele instante iniciava sua trajetória.

Humildes, rudes e laboriosos nos dias seguintes à Revolução

Desde finais de 1930, algumas categorias de trabalhadores fundaram novas associações em Ilhéus. Entre elas, destacaram-se os ferroviários, os carroceiros e os motoristas, cujos segmentos estavam parcialmente congregados nas sociedades existentes (principalmente na

⁶³³ SAMPAIO, Consuelo N. *Poder & representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*, 1992, p. 63. Para outras informações, os pesquisadores também podem consultar PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1943*; CARVALHO, Patrícia Carneiro S. M. de. *Juracy Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana* (Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2005.

⁶³⁴ APEB. *Aliança Liberal de Ilhéus ao Povo*, 1930. Também disponível em BPEB. *Diário da Tarde*, 5/11/1930, ano III, n. 794, p. 1.

⁶³⁵ DE DECCA, Edgar S. *O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004. Para o autor, a memória histórica da República foi operada pelos vencedores da Revolução de 1930 para defini-la como um divisor de águas da história do Brasil. O passado anterior ao movimento de outubro é renegado por representar as oligarquias e o autoritarismo, enquanto que o presente é delineado como ressurgimento da nação. Em parte, essa memória histórica forjada pelos vencedores da “Revolução” foi assumida pela historiografia que via em 1930 uma ruptura, silenciando as experiências da I República, p. 71-75.

União Protetora ou na Sociedade dos Estivadores). Na opinião do *Diário da Tarde*, a fundação da “sociedade dos motoristas” e da “união dos condutores de carroça” era admirável por serem “órgãos representativos das classes humildes do povo, mas nem por isso, menos laboriosas e menos significativas no conceito social em toda parte”. Ao final, o jornal louvava que entre seus objetivos estava o de “fundar um colégio para os filhos dos seus associados e instruir um curso noturno”, pois “não temos aqui ainda uma aula para os homens rudes que, entregues ao labor quotidiano, só a noite podem dedicar algumas horas de estudos”.⁶³⁶

Com a chegada de Eusínio Lavigne à prefeitura, o *Diário da Tarde* havia se tornado a folha oficiosa do Governo Provisório em Ilhéus. Por isso, apesar de os editores negarem e professarem sua independência política, aquele jornal expressava em boa medida as opiniões dos que ocupavam o poder municipal. Deste modo, é interessante notar a maneira pela qual se referiu aos motoristas e carroceiros como sujeitos das “classes humildes” e, posteriormente, reparando-os como “laboriosos”. Ao se inteirar da iniciativa daqueles “homens rudes”, as autoridades locais sabiam que ainda tinham que lidar com um associativismo descolado da política sindical do Estado, apesar da iminente publicação do decreto 19.770 em março de 1931. Em verdade, deviam saber muito pouco das ações do governo. O que lhes motivava a fundar suas respectivas agremiações era, sobretudo, o anseio de amparo e de assistência aos mais pobres diante da insegurança estrutural do capitalismo, imitando, de certa forma, a UPAOI, SUOEI e SMPAI. Assim, o tom paternalista da imprensa situacionista realça a intenção de se aproximar da iniciativa de categorias profissionais específicas, indo ao encontro a uma das características mais marcantes do operariado brasileiro desde fins do século XIX – a laboriosidade – cujo valor atribui dignidade à vida de homens e de mulheres trabalhadores.

Uma das primeiras categorias a fundar uma agremiação específica na década de 30 foi a dos empregados da Estrada de Ferro. Em dezembro de 1930, o ferroviário Cantídio de Oliveira convocou seus colegas de trabalho para uma reunião que visava “a organização de uma sociedade de defesa e resistência de classe”. No dia 20 de dezembro, a primeira diretoria da entidade estava eleita, sob o nome de Sociedade Beneficente dos Funcionários da Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista (SFEFIC).⁶³⁷ Entre os diretores, cabe destacar a presença do próprio Cantídio de Oliveira, além de Cândido Lobo e Pedro Ribeiro Filho, ferroviários que frequentavam sistematicamente a União Protetora e a Caixa de Pensões e Aposentadorias da

⁶³⁶ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 31/3/1931, ano IV, n. 911, p. 2.

⁶³⁷ Idem. *Diário da Tarde*, 19/12/1930, ano III, n. 830, p. 1; 24/12/1930, ano III, n. 834, p. 4.

categoria, e que estiveram presentes na greve de 1927. Esses elementos indicam o peso das experiências associativas da Primeira República no desenvolvimento de outras formas de agremiações proletárias, no Sul da Bahia, características do pós-30 (a exemplo do assim chamado “sindicato oficial”). Também indicam uma resposta positiva ao anúncio de uma nova era republicana, na qual os trabalhadores, aparentemente, teriam o seu lugar. Em adição, é oportuno lembrar que Lobo e Ribeiro Filho participaram ativamente do movimento de 24 de outubro, de tal modo que seus nomes figuravam entre os membros do comitê da Aliança Liberal em manifestos distribuídos pela cidade.

Entre fevereiro e março de 1931, foi a vez dos motoristas e dos carroceiros se movimentarem para fundar suas respectivas associações, mas não há muitas informações sobre os motivos desta iniciativa. O que se pode saber é que a primeira reunião ocorreu em 9 de fevereiro, no bairro da Conquista, quando foi formada a primeira diretoria. Entre os que integraram o corpo dirigente estava um velho conhecido dos trabalhadores de Ilhéus: Nelson Schaun, ocupando o cargo de orador.⁶³⁸ Já os carroceiros fundaram sua associação em 29 de março, também sob a influência de Nelson Schaun, acompanhado de Joaquim Lopes Filho e Camilo Lellis da Matta. Os três eram cidadãos frequentes do associativismo operário da década de 1920, agora atuando na formação de novas organizações de classe pós-1930.⁶³⁹

Além dos grêmios recém-fundados, outras importantes organizações reavivaram suas atividades. Entre elas, a AECI. Depois das eleições presidenciais de 1930, a diretoria presidida por Nelson Schaun praticamente paralisou as atividades, o que teria gerado o “niilismo e o pessimismo” no “coração de cada jovem auxiliar do comércio”, conforme escreveu Álvaro Menezes (ex-diretor da AECI) em carta publicada na imprensa. Na opinião de Menezes, era preciso superar as adversidades do passado, pois a categoria era um “elemento necessário e indispensável ao progresso” e o futuro era “imenso”, “empolgante” e “auspicioso”. Para completar, ele ainda defendeu que os caixeiros deveriam “fazer como a República, que agora se pronuncia para dias melhores, com a independência de 24 de outubro!”.⁶⁴⁰ Não sabemos qual o envolvimento político de Álvaro Menezes com o Governo Provisório, mas suas palavras são indícios de como as mudanças na política nacional criaram expectativas e motivações entre parte dos trabalhadores.⁶⁴¹ No dia 10 de janeiro de 1931, a

⁶³⁸ Idem. *Diário da Tarde*, 7/2/1931, ano III, n. 869, p. 4; 9/2/1931, ano III, n. 870; 3/3/1931, ano IV, n. 887, p. 4.

⁶³⁹ Idem. *Diário da Tarde*, 30/3/1931, ano IV, n. 910, p. 4.

⁶⁴⁰ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 12/1/1931, ano III, n. 847, p. 4.

⁶⁴¹ Álvaro Menezes incorporava o discurso dos vitoriosos de 1930 ao dizer que o processo revolucionário tinha um caráter de libertação da experiência da Primeira República. Para saber mais sobre como as autoridades pós-

associação caixeiral realizou uma assembleia cujo ponto principal foi o horário de funcionamento do comércio de Ilhéus.

Apesar das campanhas promovidas nos anos anteriores, a regulamentação da jornada de trabalho ainda era um tema de disputas, em que os funcionários de casas comerciais levavam sempre a pior diante dos comerciantes, em virtude da frouxa fiscalização municipal. Para reverter a situação, o sócio Crisanto Góes propôs uma comissão com seis membros para se entender com o prefeito Eusínio Lavigne e cobrar que fosse “mantido rigorosamente horário do fechamento às 18 horas, estabelecido por lei da prefeitura”.⁶⁴² Conforme estabelecido, os caixeiros entregaram a petição ao prefeito Eusínio Lavigne, cuja justificativa amparou-se na lei municipal 357, a mesma que em 1928 tinha sido promulgada pelo Conselho Municipal após a reivindicação da categoria pela implantação da Semana Inglesa. Pistas históricas de como as leis em benefício do trabalhador cunhadas na Primeira República permaneceram válidas no pós-1930 por bom tempo.

Em contrapartida, a Associação Comercial de Ilhéus também atuou junto aos poderes públicos para revisar o horário de funcionamento do comércio. Os negociantes alegavam que no Rio de Janeiro e em Salvador os estabelecimentos funcionavam das seis às dezenove horas, nos meses de primavera e verão. Por acréscimo, solicitaram que as casas comerciais fossem autorizadas a funcionar até oito horas da noite aos sábados e vésperas de feriado, alegando que nas grandes cidades o trabalho se estendia até dez horas da noite.⁶⁴³

Pela primeira vez após ter assumido a prefeitura, Eusínio Lavigne era acionado para mediar um conflito entre capital e trabalho. Àquela altura, o Governo Provisório já havia criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – o “ministério da revolução” – e, publicamente, prometia lidar com a questão social como uma política pública. Nos limites dos discursos oficiais, tais elementos simbolizariam o projeto “verdadeiramente inovador” do governo, com a presença do Estado regulamentando e fiscalizando as relações entre trabalhadores e patrões no País.⁶⁴⁴ Lavigne tinha uma experiência prévia com aquilo que, na teoria, era formulado com as leis sociais em confecção pelos órgãos governamentais. Em sua resposta, o prefeito de Ilhéus indeferiu a solicitação da Associação Comercial ao mencionar que “os empregados no comércio precisam ou gozam, no exercício dos múltiplos e variados

1930 forjaram uma memória histórica, Cf. GOMES, Ângela de Castro. *Invenção do trabalhismo... Op. Cit.*, p. 193; e DECCA, Edgar de. *O Silêncio dos vencidos... Op. Cit.*

⁶⁴² CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 10/1/1931, ano III, n. 846, p. 1.

⁶⁴³ APMIJM. *Livro de petições da prefeitura municipal de Ilhéus*, 19/1/1931. ff. 15v-16. Documento também reproduzido no CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 21/1/1931, ano III, n. 855, p. 4.

⁶⁴⁴ GOMES, Ângela de C. *Cidadania e direitos do trabalho... Op. Cit.*, p. 23.

deveres, da cultura física, moral e intelectual, que a civilização moderna recomenda aos governos no interesse da eugenia social”. Mesmo assim, concedeu a licença para que as casas comerciais funcionassem até às sete e meia da noite aos sábados, pois estava de acordo com “a própria vontade da comissão de empregados do comércio, quando em conferência” na Prefeitura.⁶⁴⁵

O caso dos caixeiros nos traz a necessidade de fazer um paralelo comparativo (nada enfático, suave) entre as expectativas dos de baixo com a República do pós-1889 com aquelas do pós-1930. Em ambos os casos, os trabalhadores alimentaram algum tipo de esperança por mudanças sociais. A instauração da República no Brasil foi percebida por muitas lideranças operárias, especialmente nos momentos iniciais do regime, como um horizonte de possibilidade e de oportunidades. Havia um sentimento de que os operários poderiam participar da política, instrumentalizando-se a partir da mobilização e da ação da classe trabalhadora em partidos e associações.⁶⁴⁶ Na Bahia, Manuel Querino tinha fé de solucionar os problemas sociais com a inserção política, embora a frustração com a República tenha sido proporcional à sua crença de dias melhores, conforme aponta Maria Leal.⁶⁴⁷ De modo parecido, o mudancismo de 1930 renovou as expectativas de ex-militantes e de líderes operários com a República brasileira, como foi o caso de Evaristo de Moraes,⁶⁴⁸ por exemplo. Em Ilhéus, a AECI também nutriu suas esperanças com o regime de 24 de outubro.

Todavia, as relações entre as associações de trabalhadores e as autoridades políticas do Governo Provisório ainda continuavam marcada pelo *modus operandi* do pré-1930. Não por acaso, Eusínio Lavigne recuperou a “eugenia social” para justificar os interesses dos caixeiros por jornada de trabalho de 8 horas. Em seguida, ele praticou o mesmo itinerário de coronéis e de deputados da Primeira República quando visitou a AECI em janeiro de 1931. Convidado para a posse do biênio 1931-1932, Lavigne proferiu uma palestra que “enalteceu o valor dos núcleos e organizações de classe como aquela [dos caixeiros], dizendo que a sua colaboração era indispensável na grande obra de desenvolvimento social”. Ao final, Álvaro Menezes congratulou-se com os sócios presentes e agradeceu a estima do chefe municipal pelo grêmio

⁶⁴⁵ APMIJM. *Livro de petições da prefeitura municipal de Ilhéus*, 19/1/1931. ff. 15v-16. Documento também reproduzido no CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 21/1/1931, ano III, n. 855, p. 4.

⁶⁴⁶ Para o caso da Bahia, cf. CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República... Op. Cit.*

⁶⁴⁷ LEAL, Maria das Graças A. *Manuel Querino entre letras e lutas... Op. Cit.*

⁶⁴⁸ MENDONÇA, Joseli M. N. *Evaristo de Moraes, Tribuna da República*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007. pp. 54-55.

dos moços do comércio, cuja história era marcada pelos esforços em favor do progresso do País.⁶⁴⁹ Era a mesma cena dos anos 1920, com personagens da nova ordem política.

Noutra ponta da cultura associativa operária, os carregadores do porto também retomaram suas atividades em 1931. No dia 5 de fevereiro, eles se reuniram na sede da União dos Estivadores para escolher a diretoria de 1931-1932, que contava também com a participação de Nelson Schaun e Joaquim Lopes Filho. Desalojado do poder com a queda da Primeira República e sem o *Correio de Ilhéus* para atuar como jornalista, Schaun acentuou seu relacionamento com o associativismo operário, especialmente em segmentos profissionais mais empobrecidos, como os carroceiros, os motoristas e os carregadores, em compensação ao seu contato reduzido com os caixeiros. Como proeminente ator da política derrotada, é bem provável que o professor fosse tratado com ressalvas pelas autoridades municipais do Governo Provisório, em particular por Eusínio Lavigne, com quem rivalizou durante os embates políticos de 1930. Por outro lado, a presença de Joaquim Lopes Filho entre os trabalhadores era um contraponto, pois ele tinha sido membro destacado da Aliança Liberal e, dali por diante, seria um agente importante do governo em Ilhéus.

Em face da retomada das atividades das associações existentes e do surgimento de novas entidades, foi uma questão de tempo para que os trabalhadores e as autoridades do Governo Provisório estabelecessem contatos por causa das demandas do mundo do trabalho, ou por questões políticas institucionais. No que tange a este último quesito, as instabilidades vivenciadas por Lavigne no comando da prefeitura transformaram a solidariedade do associativismo operário em elemento essencial para se proteger das acusações da oposição. Nos três primeiros meses, o prefeito enfrentou denúncias da família Pessoa que enviava cartas frequentes para a interventoria, queixando-se de perseguição policial e de desmandos públicos. Havia também aliados dos tempos da revolução insatisfeitos com os rumos de sua administração municipal. Em fevereiro de 1931, por exemplo, os advogados Odilon Santos e Rui Penalva Farias relataram na imprensa da capital que Ilhéus vivia sob os “abusos ditatoriais” e o “reino da arbitrariedade”.⁶⁵⁰ Os dois bacharéis eram lideranças partidárias do distrito de Água Preta (atual Uruçuca) na Primeira República e, naquele momento, pleiteavam a emancipação política da localidade, cuja iniciativa era sistematicamente menosprezada por Eusínio Lavigne.

⁶⁴⁹ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 26/1/1931, ano III, n. 858, p. 1.

⁶⁵⁰ Idem. *Diário da Tarde*, 26/2/1931, ano IV, n. 883, p. 1.

Diante das críticas, o prefeito recebeu uma demonstração de solidariedade de diversas agremiações proletárias da cidade. Entre elas, estava a recém-fundada sociedade dos ferroviários, cujos diretores enviaram um telegrama ao interventor da Bahia protestando “contra a campanha infamante que elementos antiprogressistas movem contra Eusínio Lavigne”. Segundo Cantídio de Oliveira e Cândido Lobo, a difamação procurava “perturbar a ação administrativa atual do prefeito que em boa hora dirige digna e operosamente os destinos deste município”. Outra organização que também se manifestou em favor de Lavigne foi a AECI, dizendo-se indignada com a campanha de “restauração da política decaída” promovida por Rui Penalva, a “serviço dos vendilhões da Pátria”. Por último, os caixeiros afirmavam que Penalva havia se “esquecido ligeiro da lição de civismo que a mocidade ativa desta terra lhe deu na noite do último dia 15 de outubro”.⁶⁵¹

O sinal de apoio dado pelos ferroviários e pelos caixeiros aponta de que modo os trabalhadores podiam se exprimir e, também, ser expressivos nas relações políticas de Ilhéus. Importa dizer que tal prática não se traduz num simples alinhamento de duas das agremiações proletárias da cidade, mas sim, nas formas com que estes segmentos alimentaram expectativas ao apresentar sua solidariedade ao poder local. Além disso, demonstra que as práticas políticas das sociedades de classe mais tradicionais (UPAOI, AECI E SUOEI), forjadas principalmente no pré-1930, eram operacionais para as agremiações do pós-1930. De certa forma, ao defender o prefeito dos ataques sofridos pela oposição, parte do associativismo operário esperava contar com a reciprocidade do governo quando seus interesses estivessem em jogo.

Nesse sentido, as comemorações do dia do trabalho de 1931 puseram lado a lado os trabalhadores de diversas agremiações e o prefeito de Ilhéus. Como nos anos anteriores, a União Protetora catalisou as demais sociedades laborais para uma programação marcada por solenidades, palestras e confraternização. Amplamente divulgada pelo *Diário da Tarde*, o periódico dizia que “antes de ser uma data do operariado, era uma data da nacionalidade”, cujas “manifestações gerais de regozijo” seriam realizadas pelo “importante grêmio, que é o órgão legítimo das nossas classes trabalhistas”.⁶⁵² Apesar do surgimento de novas sociedades, a UPAOI ainda era considerada a associação mais representativa do operariado da cidade. Por outro lado, não se pode deixar de notar a ponderação do “periódico oficial” em conceber a data simbólica do 1º de maio como uma festividade nacional, numa espécie de esboço de

⁶⁵¹ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 28/2/1931, ano IV, n. 885, p. 1.

⁶⁵² Idem. *Diário da Tarde*, 30/4/1931, ano IV, n. 932, p. 1.

como o Estado se apropriaria do calendário festivo da cultura associativa dos trabalhadores nos anos seguintes.

Na sede da União Protetora, perante uma plateia composta por sócios das agremiações de operários, ferroviários, estivadores, carregadores e carroceiros, a solenidade teve início com a formação da mesa dos trabalhos. Para presidi-la, foi convidado o prefeito Eusínio Lavigne; e para secretariá-la, o professor Nelson Schaun. Coincidentemente (ou não), estavam reunidos dois dos rivais mais ferrenhos nas disputas políticas de 1930. Isso dá uma dimensão de como fazer-se presente nos principais grêmios operários era crucial tanto para os novos chefes da República, quanto para lideranças do regime decaído. Ao tomar a palavra, Lavigne enfatizou a influência das “classes laboriosas”, cuja coletividade não deveria “estar segregada dos círculos gerais”, mas antes “estar perfeitamente integrada na organização da sociedade”, por ser “sua base sólida e indescritível”. O prefeito encerrou seu discurso mencionando o “ideal socialista que agita os povos, conduzindo-os para uma fórmula de harmonia universal e redentora”.⁶⁵³

Não é fácil traduzir qual foi a intenção de Eusínio Lavigne ao se referir sobre ao “ideal socialista” naquele 1º de maio. Famoso por seus predicados intelectuais, ele era também conhecido por ter um perfil humanista, especialmente por seus conhecimentos das ideias socialistas e por ser adepto da religião espírita. Se recorrermos aos seus escritos políticos e memorialísticos, é possível notar que sua crença ideológica combinava a filosofia marxista e a doutrina kardecista, pois, segundo ele, ambos os pensamentos refletiam sobre a evolução da humanidade para um estágio avançado e superior, em que os problemas sociais seriam eliminados.⁶⁵⁴ Falando dos ideais que lhe influenciavam noutra oportunidade, Lavigne escreveu que diante da “sociedade exploradora” e das “injustiças sociais”, considerava-se “socialista, de há muitos anos, desde os tempos de ensino secundário”. No entanto, retocou seu pronunciamento dizendo que “isto não significa, entretanto, que as massas populares devam dirigir, automaticamente a sociedade”, dado que o papel diretivo cabia “aos dirigentes intelectuais, conhecedores das necessidades sociais, e integrados às aspirações populares”.⁶⁵⁵

Ainda que não seja possível saber ao certo quanto de socialismo, espiritismo (e também marxismo) Eusínio Lavigne tinha de fato em mente ao referir-se aos propósitos dos “ideais socialistas”, ele certamente era um dirigente político e intelectual dos trabalhadores,

⁶⁵³ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 2/5/1931, ano IV, n. 933, p. 1.

⁶⁵⁴ Cf. LAVIGNE, Eusínio; PRADO, Sousa. *Os espíritas e as questões sociais*: (interpretação progressista de 'O Livro dos Espíritos'). Niterói, RJ: Renovação, 1955.

⁶⁵⁵ LAVIGNE, Eusínio G. *Paz & humanismo*. 19, p. 81.

que considerava vítimas da exploração, mas também incapazes de ocupar diretamente o poder. Afirmando conhecer suas necessidades, exprimindo com suas palavras as aspirações de uma gente pobre e comum, e integrando a questão social – em tese – a uma nova forma de organizar a sociedade, Lavigne falava e também agia no lugar dos próprios trabalhadores. Deste modo, caberia ao Estado e seus dirigentes, o papel de regular a atuação das associações operárias, quer seja na relação entre capital e trabalho, quer seja na conquista de direitos sociais, ou ainda, na participação política nas esferas institucionais. Em síntese, as palavras de Lavigne naquele 1º de maio de 1931 traduziam as pretensões dos poderes públicos de imbuir-se da tarefa de integrar a coletividade dos trabalhadores na organização da sociedade, visando, sobretudo, administrar a prática associativa forjada na década de 1920 (e que se renovava e se ampliava). Também era seu desejo evitar que opositores do regime decaído se aproveitassem destas entidades para fazer oposição.⁶⁵⁶

Por sinal, cabe dizer que estas concepções políticas e sociais rondavam a cabeça de Eusínio Lavigne desde o início do século XX. Recém-formado advogado na faculdade de Direito da capital em 1909, ele criticava o fato de o Brasil não ter uma legislação operária como se tinha na Europa, que fosse capaz de garantir ao trabalhador condições morais e psicológicas de sobrevivência. Por isso, defendia reformas sociais e, citando Clovis Belviláquia,⁶⁵⁷ enaltecia a urgência de “dar ao proletariado uma força que o ponha em melhores condições para resistir no combate, e protegê-lo contra as explorações abusivas dos mais fortes”.⁶⁵⁸ Dito de outra forma duas décadas depois, Lavigne defendia que o Estado não deveria prescindir da participação popular, mas sim, valorizar o pronunciamento das classes organizadas por meio de seus sindicatos, associações, institutos etc., buscando a solução das injustiças sociais, sem dar espaço para “politicalha ou os pruridos legalistas dos politiqueros apeados da revolução”.⁶⁵⁹

⁶⁵⁶ Eusínio Lavigne era influenciado por concepções políticas e sociais muito próximas a de outras autoridades do Governo Provisório. No pós-1930, antigos militantes dos sindicatos ou simpatizantes das causas operárias foram incorporados ao Ministério do Trabalho, órgão criado para lidar com a emergência dos trabalhadores como ator coletivo no Brasil da Primeira República. Para lidar com a empreitada, socialistas como Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta e Carlos Cavaco adaptaram suas influências ideológicas aos objetivos da política social de Getúlio Vargas. Para entender melhor, consultar MENDONÇA, Joseli M. N. *Evaristo de Moraes, o tribuno da República... Op. Cit.* (Capítulo 7); e SCHIMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa... Op. Cit.*

⁶⁵⁷ Jurista cearense, professor universitário e crítico literário, ele foi um dos autores do projeto do Código Civil Brasileiro durante o período de 1899-1904. Cf. *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, jul/dez. 1958. Disponível em <https://docs.google.com/file/d/0B2B7AGKW01i8SIR0QnZ1OHR5VXVySVhUVFAyaWNjZw/edit>, acessado em 1/2/2015.

⁶⁵⁸ LAVIGNE, Eusínio G. *Paz & humanismo... Op. Cit.*, p. 154.

⁶⁵⁹ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 11/6/1931, ano IV, n. 966, p. 1.

Combinando influências ideológicas diversas, Lavigne se esforçava para convencer os presentes ao 1º de maio dos projetos do governo para a classe trabalhadora. Ao citar oportunamente os “ideais socialistas”, o chefe municipal pretendia destacar seus propósitos de combater as injustiças sociais e defender os trabalhadores da exploração, sobretudo, a partir da política trabalhista em fase de elaboração pelos líderes da República. Naquele dia, Eusínio Lavigne fez o que qualquer autoridade faria, especialmente diante de um público tão seletivo (humildes e rudes, porém laboriosos) e ao lado de um dos seus principais adversários políticos. Fez um discurso que se apropriou de valores e tradições do universo operário – laboriosidade e dignidade – para legitimar o papel do poder público na interlocução com as agremiações trabalhistas e suas demandas históricas.⁶⁶⁰ Argumentou, enfim, que o governo conduziria o operariado aos seus direitos, sem que para isso fosse preciso os próprios operários. Apesar disso, entre o discurso e a ação, como sugere Alexandre Fortes, havia “uma margem de manobra para o movimento operário, que legitimava e ampliava a repercussão de suas lutas, pautadas agora na cobrança da efetivação da legislação”. Os meses de junho e de julho de 1931 mostrariam que não faltariam tensão e conflito na relação entre os trabalhadores e o governo.

Carroceiros e carregadores entre greves e repressão

O ritmo das mobilizações operárias em Ilhéus foi aquecido a partir de junho de 1931, quando questões relativas aos serviços de transporte no porto e no comércio foram discutidas. No dia 24, a União dos Carregadores, por exemplo, informou às autoridades e à imprensa que sua sociedade passaria a representar mais de 217 indivíduos, incorporando funcionários das docas e armazéns. Desse modo, o grêmio estaria organizado em dois setores: seção de carregadores ambulantes, constituída por aqueles que atuam nas ruas e que somavam 63 sócios; e a seção dos trabalhadores das docas e armazéns, composta por aqueles que operavam nas dependências do porto, em número de 217 pessoas. Por fim, o presidente Nelson Schaun declarou que os fins da agremiação eram “defender os direitos e interesses das classes trabalhistas, prestando, além disso, assistência médica e jurídica aos associados na medida das possibilidades da corporação”.⁶⁶¹

⁶⁶⁰ Para Ângela de Castro Gomes, o projeto trabalhista apaga da memória operária as experiências de associativismo e de luta da Primeira República, ao passo que incorpora ao Estado elementos básicos dos valores e das tradições do operariado – laboriosidade e dignidade – para fundamentar o pacto entre trabalhadores e governo no contexto pós-1930. Cf. GOMES, Ângela C. *A invenção do trabalhismo... Op. Cit.*, p. 27.

⁶⁶¹ CEDOC/UDESC. *Diário da Tarde*, 25/6/1931, ano IV, n. 977, p. 4.

Outra categoria que também se reuniu foi a União dos Condutores de Carroça, cuja assembleia em 22 de junho discutiu a regulamentação do exercício da profissão. Em comunicado escrito, Nelson Schaun, que ocupava o cargo de Delegado Especial, argumentava que a organização dos serviços atendia ao “bem da própria saúde desses laboriosos e anônimos trabalhadores”, pois os carroceiros não estavam mais dispostos, a partir do dia 1º de julho, a “tomar ou entregar volumes dentro dos armazéns, tampouco subir escadas, como desumanamente, vinha sucedendo”. Em contrapartida, desejavam que o trabalho de carga e descarga dos produtos fosse realizado pelos carregadores das docas e armazéns, responsáveis por levar as encomendas até as carroças. Acrescentavam que as novas decisões visavam tão somente a “salv guarda da saúde de seus associados e que tudo fará [*sic*] dentro da ordem”. Para concluir, disseram que observariam o “máximo respeito às leis e aos poderes constituídos, sem propósitos de violência ou subversões, esperando assim contar com o apoio necessário de todos, como felizmente contam com o apoio manifesto e valioso do Dr. Prefeito Municipal”.⁶⁶²

Não é difícil notar que carroceiros e carregadores agiam de modo sincronizado para demarcar seus espaços e funções específicas no porto da cidade. Administradora do porto de Ilhéus desde 1923, a Companhia Industrial de Ilhéus obrigava os condutores de carroças a cumprir dupla função ao transportar as encomendas para o porto e descarregar os produtos nos armazéns. Com isso, o que as categorias envolvidas exigiam era o direito de controlar sua atuação profissional, demarcando o campo de funções de carroceiros e de carregadores. Mais uma vez, os trabalhadores recorreram à política institucional para intermediar seus interesses, comprometendo Eusínio Lavigne com suas demandas e deixando claros seus propósitos pacíficos e ordeiros com a sociedade. Apesar disso, a reação dos comerciantes foi rápida e negativa.

Ao tomar ciência do ofício enviado pelos carroceiros e carregadores, a Associação Comercial de Ilhéus reuniu sua diretoria. Os negociantes debateram que as medidas trariam prejuízos para o comércio e, por isso, não poderiam concordar com a determinação das duas associações operárias. Como parte das deliberações, os donos de casas comerciais escreveram dois ofícios: um destinado à Sociedade União dos Carroceiros e outro para a Prefeitura Municipal.⁶⁶³ Para os condutores de carroça, disseram que “a despeito da simpatia que nos inspiram”, e “cujos direitos essa Sociedade ampara”, não seria possível acordar com as

⁶⁶² Idem. *Ibidem*, p. 4.

⁶⁶³ AACIOS. *Livro de atas da Assembleia Geral da Associação Comercial de Ilhéus (1928-1935)*. 29/6/1931. ff. 57-57v.

modificações propostas nas atividades do porto. Em vista disso, achavam melhor que tais medidas fossem transferidas para outra “oportunidade; para quando a situação geral permitir; para quando a lavoura do cacau, mais bem recompensada, puder arcar com mais sobrecarga decorrente da resolução de que VV. Sa. nos dão aviso”.⁶⁶⁴



Figura 24 - Fotografia do trabalho de descarga das sacas nos armazéns do Porto de Ilhéus, década de 1950. Apesar de registrar a cena duas décadas após as greves, o fotógrafo flagrou a permanência das escadas “desumanas” nos armazéns do porto. Fonte: Arquivo Google da Revista LIFE. Fotografia de Walter Sanders. Disponível em <http://images.google.com/hosted/>

Ao prefeito Eusínio Lavigne, os negociantes afirmaram que a decisão dos trabalhadores era “uma medida abrupta” e que “poderá trazer grandes prejuízos materiais”, além da “confusão que trará ao serviço atual”. Em resumo, os diretores da ACIOS defendiam que as modificações nas atividades dos armazéns e das docas do porto sobrecarregariam a lavoura do cacau com o aumento das despesas de pagamento de pessoal, que, segundo eles, aumentava as “tão precárias condições” da economia regional. Como contraproposta à Prefeitura Municipal, os comerciantes pensaram em sugerir que o imposto de licença dos carroceiros fosse barateado, pois reconheciam que era “muito pesado para o momento”.⁶⁶⁵ No entanto, não é possível saber ao certo se esta proposta chegou a ser feita. Em complemento, cabe salientar que os comerciantes simplesmente desprezaram os carregadores, pois não enviaram comunicação para a categoria nem se referiram aos serviços que desempenhavam no porto para a Prefeitura.

⁶⁶⁴ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 30/6/1931, ano IV, n. 980, p. 4.

⁶⁶⁵ Idem. *Ibidem*, p. 4.

Sem acordo, as desavenças entre carregadores e negociantes tornaram-se mais tensas. No dia 1º de julho, os carregadores das docas do porto decretaram greve e reclamaram aumento salarial de 6\$000 para 9\$000 réis diários. Logo se formou uma comissão que se reuniu com o superintendente da administradora portuária Adolpho Lima, contando com a colaboração de embarcadores e agentes da Navegação Baiana e da Costeira. O representante da Companhia Industrial de Ilhéus disse que interessava aos diretores da empresa atender as solicitações dos paredistas, mas que não era possível “resolver de pronto” a questão. Os trabalhadores insistiram na negociação e decidiram por uma contraproposta de reajuste provisório para 8\$000. Ao final da manhã, os patrões aceitaram a nova oferta e houve retorno ao serviço; entretanto, a pendência sobre as modificações nos serviços de carroceiros e carregadores permaneceu.

Naquela mesma semana, circulou nas ruas a convocatória de uma assembleia para unificar a classe trabalhadora de Ilhéus. A reunião ocorreria na sede da União Protetora no dia 8 de julho, às 20 horas. Como se sabe, a intenção de congregar o proletariado da cidade já havia ocorrido noutras oportunidades, mas sempre sem sucesso. Contudo, dessa vez, o engajamento das sociedades operárias estava fortalecido, marcado por um enfrentamento latente com os patrões, o que poderia levar ao êxito. Por sua vez, as autoridades policiais não esperaram o encontro acontecer para tomar providências repressivas. De acordo com a imprensa, o delegado tenente José Anselmo (o mesmo que esteve no comando do Tiro 500 no processo revolucionário) compareceu à sede da “Protetora” no dia 6 de julho, onde encontrou as lideranças organizando a assembleia e determinou a prisão dos presidentes das sociedades que participaram da greve dos carregadores dias antes. Segundo a polícia, a justificativa para a intervenção era que circulava aviso de encontro para “unificação da classe trabalhadora” e, por isso, havia ordens “severas para impedir reuniões cujos fins sejam por ela ignorados”. Tal procedimento torna-se indicador de como as autoridades não descartavam o potencial de fortalecimento do operariado local frente à ordem política e social, mesmo com as demonstrações de entendimento entre o prefeito e as associações laborais. Entre os presos, estava o professor Nelson Schaun, acusado de comunista e de subversivo em função do envolvimento com o movimento paredista.

As notícias das prisões das lideranças repercutiram na cidade com os protestos dos grêmios de carroceiros e carregadores. Em clima de tensão, o prefeito Eusínio Lavigne ordenou que a polícia redobrasse os cuidados “para evitar qualquer perturbação da ordem”. Após algumas horas na delegacia, os detidos foram soltos. As autoridades esperavam que esta

medida serenasse os ânimos, mas, na manhã seguinte, a situação piorou. No dia 7 de julho, as carroças amanheceram paradas em frente aos armazéns do porto. Houve um conflito na porta da firma Wildberger & Cia, quando diretores da ACIOS acusaram os grevistas de ter atacado um caminhão que estava a serviço daquela firma para ser carregado com cacau. Depois disso, os policiais foram distribuídos em várias patrulhas no cais, com ordens para impedir excessos e garantir o acesso ao trabalho aos que não participavam da greve.⁶⁶⁶



Figura 25 - Aviso sobre a assembleia que trataria da Unificação das Classes Trabalhistas publicado na imprensa. Fonte: CEDOC/UESC. Diário da Tarde, 6/7/1931, ano IV, n.984.

O objetivo da greve era, ainda, a regulamentação dos serviços de carroceiros e de carregadores do porto. Exigia-se que as casas comerciais parassem de obrigar os condutores a fazer o descarregamento dos produtos e que passassem a contratar os carregadores devidamente filiados à sua agremiação. Os comerciantes formaram outra comissão e solicitaram que o prefeito intermediasse as negociações. No mesmo dia 7, houve uma reunião com Eusínio Lavigne, os diretores da Associação Comercial e os presidentes das associações em greve. De acordo com o *Diário da Tarde*, outras categorias não entraram na paralisação, mas participaram da negociação para auxiliar um acordo pacífico. Após diálogo, a greve foi finalizada, mas a imprensa não informou se os trabalhadores obtiveram a conquista de suas reivindicações.⁶⁶⁷ O mais provável é que, diante da forte repressão policial, os trabalhadores

⁶⁶⁶ AACIOS. *Livro de atas da Assembleia Geral da Associação Comercial de Ilhéus (1928-1935)*. 6/7/1931. ff. 57v58v. CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 6/7/1931, ano IV, n. 984, p. 4.

⁶⁶⁷ Idem. *Diário da Tarde*, 7/7/1931, ano IV, n. 985, p. 1.

tenham decidido recuar. Um indício que confirma isto é o telegrama dos comerciantes dirigido ao Governo do Estado com “efusivos agradecimentos pelas enérgicas providências que acaba de tomar o delegado tenente José Anselmo, terminando a greve dos trabalhadores carroceiros que tantas ameaças traziam a tranquilidade e vida da nossa cidade”.⁶⁶⁸

Outro sinal dos embates com a polícia foram os telegramas de Nelson Schaun para o interventor Arthur Neiva e para o ministro Osvaldo Aranha, denunciando a arbitrariedade da sua detenção pelo tenente José Anselmo. Na correspondência, ele narrou sua passagem pela cadeia pública sob as acusações que lhe davam “como chefe comunista”, apesar de reiterar que era apenas “um professor da escola normal, vice-diretor do ginásio local, elemento de várias sociedades, membro de tradicional família em Ilhéus, sempre se colocando frente às causas justas e dignas do bem coletivo”. Informou também que o delegado de polícia acusava-o falsamente de se envolver em movimento contra a estabilidade das instituições, efetuando sua prisão de modo irregular e violentamente, enchendo a cidade de pavor e de sobressalto com a Força Pública, o Tiro 500 e o Tiro Pirangí, além de afirmar “textualmente” que pretendia “eliminar minha própria vida”. Ao final, o professor explicava que apenas procurava “sindicalizar as classes trabalhistas dentro da ordem, da lei, de acordo com o próprio Ministério do Trabalho”.⁶⁶⁹

Poucos dias após sua prisão, Nelson Schaun viajou para Salvador alegando temer por sua vida em função das ameaças do tenente José Anselmo. Na capital da Bahia, o professor visitou o *Diário de Notícias* e denunciou novamente as arbitrariedades do chefe de polícia de Ilhéus. Lá, disse ser um líder das classes trabalhistas e que, por isso, procurava sindicalizá-las, “como convém às próprias leis emanadas do Ministério do Trabalho”. Contudo, destacou que por intrigas políticas encararam seu “gesto em benefício do operariado de sua terra, como um passo dado pelo destemido jornalista, para implantação do comunismo naquela região sul do estado”.⁶⁷⁰ Alguns meses depois, Schaun voltou a declarar sua insatisfação com a conduta do delegado de polícia de Ilhéus, ao dizer que, apesar do inquérito verificar que as acusações de comunista eram improcedentes, nada havia sido feito contra as prisões arbitrárias. Em

⁶⁶⁸ APEB. *Telegrama de Misael Tavares para o interventor Arthur Neiva*. 8/7/1931. f. 1. Fundo: Secretaria de Governo, Caixa 1850, doc. 2018.

⁶⁶⁹ CPDOC/FGV. *Telegrama de Nelson Schaun para o ministro Osvaldo Aranha*. 7/7/1931. f. 1. Localização: OA cp 1931.07.07/10; APEB. *Telegrama de Nelson Schaun para o interventor Arthur Neiva*, 8/7/1931. f. 1-2; APEB. *Telegrama do ministro Osvaldo Aranha para o interventor Arthur Neiva*, 9/7/1931. f. 1. Fundo: Secretaria de Governo, Cx. 1850, Doc. 2018.

⁶⁷⁰ BPEB. *Diário de Notícias*, 24/7/1931, ano LVI, n. 8015, p. 1.

conclusão, contou que José Anselmo declarara “não estar ligando importância a doutores nem coronéis, e que sua prisão era motivada por ser um elemento político decaído”.⁶⁷¹

Nelson Schaun não era um comunista nas greves de 1931. Em termos práticos, o que mais incomodava às autoridades de Ilhéus era o fato de ele ser um “decaído” bastante incisivo nos círculos proletários. Sinal de como as disputas oligárquicas da Primeira República estavam bastante presentes nos conflitos sociais em Ilhéus. Apesar de ter buscado o apoio do prefeito Eusínio Lavigne – utilizando um expediente comum da República pré-1930 –, as incertezas do Governo Provisório e os constantes ataques da oposição faziam do professor Schaun um adversário efetivo, capaz de mobilizar a classe trabalhadora contra a prefeitura, ou, em outras palavras, o regime revolucionário em Ilhéus. Deste modo, no primeiro enfrentamento entre os trabalhadores e os patrões, o diálogo de cordialidade dos poderes municipais com as sociedades proletárias cedeu espaço à repressão policial. Como afirma John French, enquanto o governo proclamava leis trabalhistas, a polícia continuou “metendo o pau” quando os trabalhadores lutavam por direitos.⁶⁷²

Apenas uma semana após o fim das mobilizações de carroceiros e de carregadores, e da tentativa de promover uma assembleia de unificação dos trabalhadores, J. Araújo Góes distribuiu um boletim pelas ruas de Ilhéus sobre o movimento e suas associações em relação ao Governo Provisório. O panfleto pergunta:

Que vem a ser essa pretensão, neste momento revolucionário, de organização da forma governativa nacional? Permitam-se indagar de uma coisa: - As classes trabalhistas que se pretendem unificar já tem existência legal, isto é, já foram aprovados seus estatutos e estão completamente registradas? Seria útil saber quais os fins que tem em vista de cada uma delas. Sabem por quê? [...] para que não se incumbam de cargos que devem ser dados ou cometidos aos governos. Os governos, depois da Revolução, não serão mais para prometerem somente; tem de cumprir tudo quanto lhes for ordenado pela comunhão das classes, não apenas as trabalhistas, mas todas aquelas que constituem o povo brasileiro. [...] Para que não pretendam ou não se arroguem no direito de resolver isoladamente assuntos que pertencem a mais de uma classe. As formas de ultimatum que em tais casos costumam tomar as resoluções isoladas tendem a gerar desconfiança, prevenções e até reações que prejudicam de qualquer sorte a harmonia social ou a aproximação entre os irmãos ou os filhos da mesma pátria, sejam quais foram as distâncias que os separam.⁶⁷³

⁶⁷¹ BPEB. *Diário de Notícias*, 6/11/1931, ano LVI, n. 8336, p. 4.

⁶⁷² Cf. FRENCH, John. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos. In. *Direitos e justiça no Brasil... Op. Cit.*, p. 382.

⁶⁷³ APEB. *Ao povo – A constituição das classes e a pretendida unificação das classes trabalhistas em Ilhéus*. 15/7/1931. f. 1. Fundo: Secretaria de Governo, Cx. 1852, doc. 2022.

J. Araújo Góes foi membro da Aliança Liberal em Ilhéus desde a campanha eleitoral de 1930 e, após a vitória do movimento rebelde, passou a integrar o Clube 3 de Outubro local, formado por tenentes que defendiam a centralização estatal e os poderes discricionários do Governo Provisório. Em seu panfleto, Góes manifestava sua preocupação com os rumos do associativismo operário, pois considerava que as organizações proletárias não deviam se arrogar o “direito de resolver isoladamente assuntos que pertencem a mais de uma classe”. Para ele, sem a intervenção do Estado e com a ausência de leis que regulassem seu funcionamento, as sociedades laborais, abandonadas às paixões de seus membros, comprometeriam a ordem política da nação. Nesse sentido, não seria mais qualquer associação de classe o lugar para tratar dos interesses do operariado, mas somente aquelas sob a orientação do governo e dos instrumentos técnicos e jurídicos estariam aptas a intermediar os conflitos entre patrões e empregados. Tal concepção se encaixa nas características do corporativismo proposto pela legislação sindical do Ministério, para a qual, segundo Kazumi Munakata, o significado político era “eliminar qualquer possibilidade de conflitos trabalhistas” e deslocar “o lugar da luta de classe” para a política de colaboração entre as classes mediada pelo Estado.⁶⁷⁴

As leis sindicais e trabalhistas criadas durante o governo discricionário intencionavam desmotivar a mobilização de trabalhadores à deriva do controle do Estado. Não por acaso, a legislação social foi arquitetada para que a base da cidadania corporativista fosse tomada a partir das agremiações sindicais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, como aponta Ângela Araújo.⁶⁷⁵ De todo modo, apesar dos esforços na confecção de instrumentos jurídicos e políticos para regular a cidadania operária, o governo revolucionário não impediu que a circulação e a apropriação de tais mecanismos ganhassem outros sentidos nas mãos de quem estava no movimento operário.⁶⁷⁶ É desta forma que devemos compreender a justificativa de

⁶⁷⁴ MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense 1981, p. 67. Para o autor, a política do Ministério do Trabalho era eliminar a luta de classes, extraindo dos trabalhadores as possibilidades de controle e decisão sobre seu próprio destino, confinando-os ao terreno da incompetência e da politicagem, p. 78.

⁶⁷⁵ No boletim, Góes se aproxima do ideário político defendido pelos tenentes do Clube 3 de Outubro, que defendiam um projeto centralizador e corporativista para as organizações operárias, de modo a vincular os sindicatos ao Estado e torná-los um elo entre o governo e os trabalhadores, sobretudo na questão dos direitos sociais outorgados pelo Ministério do Trabalho. Cf. ARAÚJO, Ângela Maria C. Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil. In. *Do corporativismo ao neoliberalismo: estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*, 2002, pp. 36-37.

⁶⁷⁶ FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Para o autor, o trabalhismo construiu um imaginário que também podia ser apropriado pelos trabalhadores, em que códigos, valores e ideias difundidas pelo Estado ganhavam sentidos próprios para as classes subalternas e podiam ser revertidas em favor de seus interesses, p. 103.

Nelson Schaun ao dizer que defendia os interesses de sindicalização de categorias profissionais, quando reclamava melhores condições de trabalho e incentivava a unificação das classes trabalhistas. Acostumado a atuar como ator da política oligárquica na cultura associativa dos trabalhadores na Primeira República, Schaun esbarrou no novo regime que se equipava com a pretensão de ter o monopólio na mediação entre capital e trabalho.

Na prática, tratava-se também de um conflito entre o modelo de associativismo praticado pelos trabalhadores ao longo da década de 1920 e a sindicalização oficial ainda em vias de ser implantada pós-1930. Na Primeira República, os trabalhadores se organizaram em sociedades mutualistas e beneficentes, buscando amparo e proteção, mas também protagonizando campanhas e paralisações em defesa de seus interesses. Por vezes, pressionaram as autoridades políticas e obtiveram respostas satisfatórias, como foi o caso da greve dos ferroviários de 1927 ou da campanha pela lei da Semana Inglesa. Não obstante, com a vitória da Revolução de 1930, esta experiência associativa do pré-30 (ampliada com novas categorias profissionais) era questionada em suas atribuições em face de um Estado que pretendia incorporar a classe trabalhadora do País, a partir de leis sociais que vinculavam o movimento operário aos órgãos públicos. Nesse sentido, vale o que afirma Alexandre Fortes, quando escreveu que a contradição da política trabalhista do Governo Provisório era ter sido arquitetada por sobre a vitalidade associativa do operariado forjada anteriormente, cuja prática não deixou de “tornar-se o catalisador de conflitos que a doutrina corporativista pretendeu negar”.⁶⁷⁷ Aliás, aquela não seria a última vez que a promoção da lei de sindicalização resultaria em confusão e conflito entre trabalhadores e as autoridades de Ilhéus, conforme veremos com os estivadores a seguir.

Estivadores e conflitos em dias de sindicalização das classes

O término da greve dos carroceiros e dos carregadores, em julho de 1931, não significou o fim dos problemas com os trabalhadores do porto para o Governo Provisório em Ilhéus. Nos meses seguintes, foram os estivadores que se envolveram em contendas internas, que, em paralelo, resvalavam nas relações da categoria com as autoridades políticas do pós-1930. Criada em 1918, a SUOEI passou pelos anos 1920 sem fazer greves e sem enfrentar maiores percalços com as autoridades por questões de trabalho. Nesse intervalo, a associação foi bastante ativa em suas funções de sociabilidade, participando de festividades e de manifestações coletivas com outras categorias profissionais da região, a exemplo do apoio à

⁶⁷⁷ FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito... Op. Cit.*, p. 344.

greve dos ferroviários em 1927. Todavia, a partir de 1931, as disputas internas dos estivadores motivaram o prefeito Eusínio Lavigne e o interventor Juraci Magalhães a interferir na vida da sucursal de Ilhéus.

Em setembro de 1931, a diretoria da união dos estivadores anunciava a eliminação de dez sócios. De acordo com a informação, a medida era fundamentada no capítulo 4 dos seus estatutos, que punia com a perda definitiva de direitos os que ultrapassem, delatassem ou traíssem a diretoria da sociedade, e os que transigissem com empresários em prejuízo dos interesses sociais.⁶⁷⁸ Em resposta, os punidos protestaram alegando que apenas pugnaram por seus “direitos, devido a má distribuição do serviço de carga e de descarga nos vapores que ancoram neste porto”. Ao final, os eliminados apelaram para que os dirigentes revisassem a decisão e readmitissem-nos para “apurar a verdade”.⁶⁷⁹ É bom lembrar que SUOEI funcionava com o sistema *Closed Shop*, isto é, regulamentava o serviço da estiva de modo que apenas os sócios da agremiação pudessem ser empregados no porto de Ilhéus.

Passados mais de dois meses da punição, as desavenças entre a diretoria da União dos Estivadores e os sócios eliminados ainda moviam as discussões internas da agremiação. Os dez consócios punidos tinham sido readmitidos após solicitação do interventor Juraci Magalhães. Mesmo assim, o clima de tensão não diminuiu. Os diretores, então, escreveram uma carta para Juraci solicitando providências, pois os membros reintegrados à corporação, alegavam eles, vinham “perturbando a ordem nos momentos de trabalho, chegando ao ponto de atentarem contra a vida dos seus consócios”. Esperavam também pela presença do Ministério do Trabalho, a quem respeitavam e cumpriram “à risca para a reorganização da classe”.⁶⁸⁰ Ao que parece, alguns líderes da estiva demonstravam ter boas relações com o governo e colaborar com as autoridades do “ministério da revolução”. Aliás, foi na SUOEI que a campanha pela sindicalização das classes começou no Sul da Bahia. Porém, ela ocorreu em meio às divergências internas dos estivadores.

Os delegados Henobaldo Ferreira Café e Sabino Nilo de Moura, membros da sucursal de Salvador, chegaram a Ilhéus para “fazer a propaganda da sindicalização da classe” e “apurar questões internas da sociedade” no dia 22 de novembro de 1931. As impressões dos visitantes sobre a situação da agremiação da estiva local não foram das melhores. Em telegrama, eles informavam da mais “perigosa campanha” que enfrentavam e solicitavam o

⁶⁷⁸ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 1/9/1931, ano IV, n. 1032, p. 1; e *Jornal de Ilhéus*, ?/9/1919, ano VIII, n. 392 (Documento danificado na data).

⁶⁷⁹ Idem. *Diário da Tarde*, 3/9/1931, ano IV, n. 1034, p. 4.

⁶⁸⁰ APEB. *Carta da diretoria da Sociedade União dos Operários Estivadores em Ilhéus ao interventor Juraci Magalhães*. ?/11/1931. f. 1. Fundo: Secretaria do Governo, Cx. 1846, doc. 2009.

apoio do delegado de polícia para intermediar os conflitos. Os delegados de Salvador registraram “as descortesias” e a “desordem” que imperavam na associação, sob os impulsos de sócios que se tornavam “algozes dos trabalhadores”.⁶⁸¹ Eusínio Lavigne também expressou sua preocupação com os estivadores, pois, segundo ele, predominava o “combate partidário” no interior da organização trabalhista, motivado por elementos que exploravam os trabalhadores para fazer oposição ao governo local e estadual.⁶⁸²

Com o auxílio do delegado Leopoldo Braga, Eusínio Lavigne interveio na União dos Estivadores para acabar com as disputas políticas no seio da categoria, em específico, debelar seus possíveis opositores. O prefeito sabia que as desavenças poderiam lhe render mais dificuldades se perdesse o controle de um dos contingentes operários mais importantes da cidade. Em reunião realizada na sua residência, Lavigne convocou os delegados soteropolitanos Café e Moura, além dos diretores locais Querubim Bomfim e Demétrio Loures, para determinar a expulsão dos sócios e pôr fim aos desrespeitos contra os governos do município e do estado. O chefe municipal defendeu a medida dizendo ser necessária, visto que Sabino Moura havia se queixado da “pouca vontade das autoridades [da SUOEI] para resolver a divergência entre os sócios estivadores” e que temia que os mesmo “agissem fora da lei, dada a dissonância”.⁶⁸³

Novamente Eusínio Lavigne não abriu mão de utilizar a força policial para interferir nos rumos do associativismo dos trabalhadores. Porém, desta vez contou com a colaboração dos comissários da estiva da sucursal soteropolitana, que, sob a orientação de Juraci Magalhães, abriram caminho para a intervenção na filial do sul do estado. Nesse sentido, Sabino Moura e Henobaldo Café elogiaram as atitudes enérgicas do prefeito e do delegado Leopoldo Braga, sem os quais não haveria “garantias afim de que cumprissem a missão de justiça no seio estivadores de Ilhéus”.⁶⁸⁴ Esse era um sinal de que, enquanto os representantes da sucursal de Salvador tinham aderido aos propósitos do Governo Provisório na Bahia, os operários da estiva de Ilhéus se debatiam em conflito com a situação política. Não se tratava de adesismos ao governo de uns, ou heroísmos de outros, mas das diferentes das formas que a sindicalização assumiu na Bahia.

⁶⁸¹ Idem. *Telegrama de Henobaldo Café e Sabino Moura para o interventor Juraci Magalhães*. 23/11/1931. f. 1. Fundo: Secretaria do Governo, cx. 1850, doc. 2019.

⁶⁸² CPDOC/FGV. *Carta de Eusínio Lavigne para o interventor Juraci Magalhães*. 26/11/1931. f. 2. Localização: JM e ig Municípios Ilhéus Pasta LXXXIII – 2

⁶⁸³ APEB. *Telegrama de Eusínio Lavigne para o interventor Juraci Magalhães*. 24/11/1931. f. 1 Fundo: Secretaria do Governo, cx. 1850, doc. 2019.

⁶⁸⁴ Idem. *Telegrama de Sabino Nilo Moura e Henobaldo Ferreira Café para o interventor Juraci Magalhães*. 25/11/1931. f. 1. Fundo: Secretaria do Governo, cx. 1850, doc. 2019.

Na tentativa de reparar possível mal-estar com o interventor, a diretoria ilheense afirmou que “jamais pretendeu incentivar desordens ou criar dificuldades com as autoridades” e prometeu que, solucionadas as divergências, os estivadores “nunca contribuiriam para perturbação da ordem e quaisquer desrespeito vossência” no futuro.⁶⁸⁵ Com isso, a SUOEI preservava certas práticas, bastante comuns no pré-1930, de estabelecer laços de dependência e reciprocidade com as autoridades republicanas, só que desta vez com o recém-nomeado interventor Juraci Magalhães. Por sua vez, era muito útil ao novo chefe político da Bahia, bem como ao prefeito de Ilhéus, manter seu canal com uma das principais categorias de trabalhadores do estado.⁶⁸⁶ Do ponto de vista da relação entre associativismo operário e a política, a Primeira República e Governo Provisório pareciam ainda muito entrelaçados historicamente. Prova disso foi a resposta de Magalhães. Em réplica, ele ressaltou sua “amizade” com os que “trabalham pela prosperidade e felicidade de nossa pátria como a União dos Estivadores de Ilhéus”, e que o entendimento alcançado pela categoria era um passo para a “melhoria das condições do proletariado em que se empenha o governo provisório, cumprindo promessa da revolução”.⁶⁸⁷

No entanto, o discurso amistoso e diplomático do interventor era contrastado pelos embates tensos com importantes categorias de trabalho do porto de Ilhéus, tendo por consequência a intervenção policial em 1931. Como afirmam Fernando Teixeira e Hélio Costa, a legislação sindical e trabalhista, logo nos primeiros anos de sua implantação, favoreceu a mobilização e a organização de parte significativa do movimento operário.⁶⁸⁸ Em Ilhéus, antigas e novas associações se agitaram em torno das promessas políticas do Governo Provisório, mas vieram a experimentar de forma dura que o roteiro estabelecido para o proletariado seria disputado com um Estado centralizador e autoritário. Em paralelo, pôr as agremiações operárias na rota da sindicalização das classes não foi tarefa simples. Antes demandou esforços de convencimento e boa dose de pressão policial dos chefes políticos em relação aos portuários, os quais, por sinal, continuaram dando trabalho.

⁶⁸⁵ Idem. *Telegrama da diretoria da Sociedade União dos Operários Estivadores em Ilhéus para o interventor Juraci Magalhães*. 25/11/1931. f. 1.

⁶⁸⁶ Não custa lembrar que a chegada de Juraci Magalhães à Bahia, em 1931, foi marcada por muita desconfiança e falta de apoio por parte das classes dominantes baianas. Portanto, ter créditos com categorias de trabalhadores numerosas e em setor econômico estratégico era muito conveniente para o jovem interventor. Cf. SAMPAIO, Consuelo N. *Poder & representação... Op. Cit.*, p. 75-76. Consultar também a biografia de Juraci Magalhães, em que fala da sua chegada à Bahia. MAGALHÃES, Juraci M. *Minha vida pública na Bahia*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia / Pontes da memória, 2008, p. 59. Ver. Cap. O político.

⁶⁸⁷ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 26/11/1931, ano IV, n. 1102, p. 4.

⁶⁸⁸ SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In. *O populismo e sua história... Op. Cit.*, p. 231.

De acordo com Amélia Maraúx, os estivadores de Salvador discutiam a lei de sindicalização desde 1931. Mas foi somente em 1932, que a diretoria ressaltou a necessidade da categoria se adequar às reformas propostas pelo governo. Além disso, alegaram que as mudanças não trariam nenhum inconveniente, mas sim, vantagens para os seus sócios.⁶⁸⁹ Foi justamente nesse contexto que, indicados pelo interventor Juraci Magalhães, delegados da capital do estado foram destacados para Ilhéus com a finalidade de instruir a sindicalização dos seus colegas do Sul da Bahia.

A interventoria apresentou ao prefeito Eusínio Lavigne a indicação de Henobaldo Ferreira Café para delegado da estiva ilheense em fevereiro de 1932. Juraci Magalhães justificava que era preciso “amparar na medida do possível, todas as organizações de classe”, e que por esta razão, “recomendava mui especialmente o sr. Café”.⁶⁹⁰ No dia 26, o *Diário da Tarde* anunciou a posse do novo chefe da estiva ilheense, cuja designação reiterava os propósitos de “regularizar a atividade no seio da classe” e imprimir um “ritmo novo de paz, de trabalho e de prosperidade”.⁶⁹¹ A nomeação de Café pode ter causado mal-estar em alguns membros da entidade, pois significava uma interferência nos destinos do seu grêmio. Na prática, Juraci Magalhães seguia uma orientação nacional do Governo Provisório, qual seja, procurar se afinar politicamente com grupos de trabalhadores numerosos e em setor estratégico da economia – os estivadores. Esse tipo de interferência seria depois sancionado, legalmente, como intervenção ministerial, na constituição de 1934 e de 1937. Como afirma Maria Célia D’Araújo, o governo varguista negava a política para usá-la de maneira discricionária.⁶⁹²

Quando o novo delegado da estiva de Ilhéus, Henobaldo Café, declarou desejar merecer a confiança de seus colegas, especialmente por ter sido indicado pela União dos Estivadores do Rio de Janeiro e pelo Ministério do Trabalho, ele deixava clara sua orientação pelo governo Vargas. Mais do que isso, ele anunciava a montagem de uma máquina política que tinha nos trabalhadores do porto um elemento importante. Apesar de o operariado em geral ter produzido uma orientação nacional ao seguir as agremiações do Rio de Janeiro na

⁶⁸⁹ MARAUX, Amélia Tereza Santa R. Estivadores baianos: política e sindicalismo no Estado Novo. In. *Estado Novo: as múltiplas faces de uma experiência autoritária*. Salvador: EDUNEB, 2008.

⁶⁹⁰ APEB. *Carta do interventor Juraci Magalhães para Eusínio Lavigne*. 16/2/1932. f. 1. Fundo: Secretaria de Governo, cx. 1859, doc. 2036.

⁶⁹¹ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 25/2/1932, ano V, n. 1175, p. 1.

⁶⁹² ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. Para a autora, o regime de Vargas se arquitetou em face do discurso de fim do conflito político como caminho da ordem social e do desenvolvimento, mas utilizavam-se do poder do Estado para silenciar a pluralidade ideológica e negar a política para a usarem de modo discricionário, p. 13.

Primeira República, parece que esta centralização foi aprimorada pelo Estado pós-1930. No Sul da Bahia, esta movimentação era notória entre os sócios da SUOEI.

Mesmo com apoio oficial do governo e da matriz associativa, Henobaldo Café encontrou dificuldades com os estivadores mais antigos da associação. Em junho de 1932, Antônio Barreto dos Santos, um dos sócios fundadores da SUOEI e conhecido profissional na cidade, foi eliminado dos quadros sociais da agremiação em condições suspeitas. De acordo com a imprensa, o estopim para a expulsão teria sido uma briga entre o referido membro e seu colega Lídio Eduardo Ferreira por questões de trabalho no porto. No entanto, Antônio Santos alegou que Café vinha promovendo perseguições políticas e que a categoria era alvo de explorações em função de “interesses inconfessáveis” desde sua chegada ao município.⁶⁹³ Em complemento, ele contou que sua exclusão tinha sido deliberada num conselho administrativo com menos da metade do quadro associativo. Até mesmo o delegado de polícia Alfredo Souza entrou no caso para defender o filiado proscrito assegurando que se tratava de “um dos que mais trabalharam para a atual prosperidade” da SUOEI.⁶⁹⁴

Àquela altura, a sociedade dos estivadores de ilhéus voltava a figurar na imprensa por causa de suas crises e brigas. O *Jornal de Ilhéus*, periódico criado em 1932 e de propriedade da família Pessoa, aproveitou para noticiar as perseguições promovidas por Henobaldo Café aos antigos ativistas da estiva. Em resposta, o delegado retrucou enfatizando a “transformação que nesta sucursal tem se verificado ultimamente” e que atribuía às críticas a sua administração a “um despeitosinho antigo, que me convém calar”. Ele reiterou que o associado excluído “foi castigado, porque mereceu” e que seus “atos estão sendo examinados pela sucursal da Bahia e matriz do Rio, as quais me delegaram poderes de ação, dentro da nossa lei”, concluiu.⁶⁹⁵

Ao invocar suas boas relações, Henobaldo Café demonstrava que o apoio do Governo Provisório e a autoridade conferida pela sucursal de Salvador e do Rio não eram o bastante para eliminar a crítica dos adversários. No caso de Ilhéus, os problemas do cotidiano de trabalho resvalavam decisivamente no modo pelo qual antigos membros da SUOEI e os delegados adeptos do governo se relacionavam. Com relação ao delegado Café, sua atuação foi tão imprudente que mereceu desaprovação até do tenente José Anselmo. Em carta ao interventor, ele dizia que “aqui tem um delegado da estiva mandado da Bahia que tem

⁶⁹³ CPDOC/FGV. *Telegrama de Antônio Barreto Santos para o interventor Juraci Magalhães*. 28/6/1932. f. 1. Localização: JM c ig Municípios Ilhéus Pasta LXXXIII – 33

⁶⁹⁴ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 23/6/1932, ano V, n. 1273, p. 1.

⁶⁹⁵ Idem. *Diário da Tarde*, 25/6/1932, ano V, n. 1274, p. 4.

implantado a maior desarmonia entre os estivadores” e que a “ordem pública está sujeita a ser alterada a todo o momento por este tal delegado que não atende a ninguém”. Ao final, Anselmo participa que solicitaria ao capitão da segurança pública, João Facó, sua retirada do posto.⁶⁹⁶

Isso foi o que aconteceu pouco mais de dois meses depois. Removido do posto de delegado da estiva em agosto de 1932, Henobaldo Café saiu sem completar o propósito de sindicalizar a categoria em Ilhéus. Ele era a evidência de que apesar das intervenções políticas, das leis trabalhistas e da propaganda oficial acerca dos propósitos do Governo Provisório para o operariado, havia obstáculos para lidar com a cultura associativa operária forjada na década de 1920. Ademais, pode sinalizar que a política trabalhista tenha encontrado mais empecilhos, revelando sua fragilidade nos anos iniciais do pós-1930, para convencer os portuários do interior, como Ilhéus, se comparado com os dos grandes centros (Salvador e Rio de Janeiro). Em suma, este é mais um episódio de como a arquitetura do sindicalismo oficial do Estado não era uma amarra diluidora da ação operária e do modo como os trabalhadores compreendiam sua própria experiência associativa.⁶⁹⁷

Os rumos do associativismo operário no pós-1930

A UPAOI, a SMPAI, a SUOEI e AECI continuaram aglutinando parcela considerável do operariado do Sul da Bahia até 1935. Mesmo as novas associações criadas após 1930 são derivadas do acúmulo da experiência obtida naquelas fundadas na década anterior. Entre os fatores que podem explicar a sobrevivência destes grêmios beneficentes e mutualistas, é possível elencar: o fato de que elas ainda congregavam uma multiplicidade de profissionais, que ia desde artesãos (marceneiros, alfaiates, sapateiros, pedreiros etc.) até funcionários das empresas de transportes ferroviário, rodoviário e urbano; de possuírem sua própria sede social e estrutura mobiliária, o que fazia com que trabalhadores das várias associações recorressem aos seus salões para reuniões; e a rede de assistência que ainda ofertavam aos seus associados, tais como escolas e filarmônicas. Mesmo com o Governo Provisório, as autoridades locais ainda se referiam às antigas corporações beneficentes como representantes “legítimas do operariado”, vide a forma cortês com que Eusínio Lavigne se referiu a União Protetora nas comemorações do dia do trabalho.

⁶⁹⁶ CPDOC/FGV. *Carta do tenente José Anselmo ao interventor Juraci Magalhães*. 28/7/1932. Localização: JM c ig Municípios Ilhéus Pasta LXXXIII – 53.

⁶⁹⁷ SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões... Op. Cit.*, p. 358.

Outro fator que também contribuiu para a persistência das antigas sociedades mutualistas foi o elenco de personagens que transitavam na sua diretoria. Nomes como Camillo Lellis da Matta, Pedro Ribeiro Filho, Joaquim Lopes Filho, Cândido Lobo, Cantídio de Oliveira, José Ernesto da Silva e Nelson Schaun em Ilhéus; e Flaviano Moreira, Manoel Vidal e Elpídio Soares do Rosário em Itabuna, ainda figuravam frequentemente na lista do quadro dirigente da União Protetora e da Sociedade Monte Pio, respectivamente. Isso quer dizer que muitas das lideranças forjadas nos anos 1920 continuaram sendo protagonistas do movimento operário no pós-1930. A forma como encararam a política trabalhista em formação no Governo Provisório é que diferia entre esses líderes, conforme será visto aqui.

É possível, ainda, dizer que a experiência associativa das duas maiores agremiações mutualistas do Sul da Bahia serviu de referência para o aparecimento de outras sociedades na região. Em setembro de 1930, foi fundada a Aliança dos Artistas e Operários de Pirangí (AAOP), cujo objetivo era agregar as diversas categorias profissionais em torno do auxílio mútuo e da beneficência.⁶⁹⁸ Pouco tempo depois, foi criado o Centro Operário Itabunense (COI), em novembro de 1930.⁶⁹⁹ Nesta pesquisa, não foi possível encontrar vínculos entre o COI e sua coirmã soteropolitana (mais famosa e tradicional), embora não se possa descartar que desta última tenha vindo a referência. Esta agremiação tinha, entre seus dirigentes, pessoas que se afastaram das atividades da Sociedade Monte Pio em função de disputas internas. Entre elas, estava Flaviano Domingues Moreira. Já integrante da primeira diretoria do COI,⁷⁰⁰ ele se envolveu em nova briga com os diretores da SMPAI em função de empréstimos de instrumentos musicais, o que motivou seu pedido de eliminação da entidade que havia ajudado a fundar em 1919. Em verdade, Moreira persistia na crítica de que seus companheiros de Monte Pio viviam na inércia política, deixando a entidade alheia às questões do operariado, motivo que deve ter pesado no seu pedido de exclusão. Apesar do constrangimento de parte da diretoria, sua saída foi aprovada, ainda que seu retrato como fundador tenha sido mantido na galeria da associação em respeito à memória institucional.⁷⁰¹

Entre 1931 e 1934, foi na Sociedade Monte Pio e no Centro Operário que as autoridades do Governo Provisório encontraram espaços para divulgar a legislação trabalhista

⁶⁹⁸ APMIJM. *Correio de Ilhéus*, 27/9/1930, ano X, n. 1387, p. 2. APMIAF. *Estatutos da Sociedade Aliança dos Artistas e Operários de Pirangí*, 5/6/1950.

⁶⁹⁹ IGHB. *A Época*, 20/12/1930, ano XIV, n. 589, p. 1.

⁷⁰⁰ A formação da COI era composta por: Assembleia Geral: Armando Pires da Silva (presidente), Arlindo Cardoso (1º secretário), Horácio Pamponet (2º sec.); Diretoria: Antonio Tourinho (presidente), José Nunes Matto Filho (vice), Mariano Ribeiro (1º sec.), José Elias Paim (2º sec.), Flaviano Domingues Moreira (orador), Jerônimo Félix Tourinho (tesoureiro).

⁷⁰¹ ASMPAI. *Livro de atas da assembleia geral da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna*, 14/6/1932. ff. 63v-64.

em Itabuna. O primeiro registro da passagem de agentes do Ministério do Trabalho pela agremiação dos artistas foi em setembro de 1931, quando o inspetor Alberto Jacobina fez uma palestra sobre as comissões mistas de conciliação, que deveriam ser o lugar de resolução dos litígios entre empregados e patrões. Na oportunidade, Jacobina elogiou o “espírito progressista” e chamou atenção para os serviços que aquela entidade estava “fadada a prestar ao País, sobretudo, à República”.⁷⁰²

Em Ilhéus, a divulgação oficial da legislação trabalhista do Governo Provisório se tornou mais significativa a partir de 1932 por meio da imprensa, da visita de agentes do Ministério do Trabalho e da atuação do prefeito Eusínio Lavigne. De acordo com Ângela de Castro Gomes, o período entre 1931 e 1935 foi um tempo de indefinições e embates no que tange à formação do projeto trabalhista, pois as orientações dos órgãos do governo era motivo de dúvidas e rejeições por partes das organizações operárias.⁷⁰³ Aliás, essa incerteza quanto à lei laboral e à sua efetividade foi um dos fatores que levou a greves e confusões entre os trabalhadores do porto. É com o intuito de convencer os trabalhadores das vantagens da sindicalização oficial que os funcionários do Ministério incrementaram sua atuação em Ilhéus, particularmente na União Protetora.

Em novembro de 1932, uma comissão composta de empregados no comércio, ferroviários, estivadores, carroceiros e ganhadores agendou uma assembleia a fim de tratar da sindicalização de suas categorias, baseados no decreto 19.770. Diante da iniciativa, o *Diário da Tarde* elogiou os “vanguardeiros desse movimento trabalhista” por acreditarem que o governo “tem revelado boa vontade para com o operariado nacional, prestando-lhe auxílio para melhoria das suas condições gerais”.⁷⁰⁴ Na assembleia, Humberto Sampaio, presidente da União Protetora, destacou a importância das representações do proletariado e da classe caixeiral se inteirarem da lei de sindicalização em função dos benefícios que poderiam auferir pelo reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho de suas agremiações. Antes do término, ficou deliberado uma comissão composta pelo referido palestrantes, além de Pedro Ribeiro Filho, Cândido Lobo, Geógrafo de Barros Amora e Anísio Lage, cujo objetivo era levar às informações para as agremiações locais atingidas pelo decreto regulador.⁷⁰⁵

Apesar disso, a imprensa não registrou outras atividades concernentes à lei de sindicalização nos meses seguintes. Não podemos descartar o fato de que este processo tenha

⁷⁰² Idem. *Livro de Álbum Social da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna*, 22/9/1932. f. 113.

⁷⁰³ Cf. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo... Op. Cit.*, p. 179.

⁷⁰⁴ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 23/11/1932, ano V, n. 1396, p. 1.

⁷⁰⁵ Idem. *Diário da Tarde*, 25/11/1932, ano V, n. 1398, p. 1.

ocorrido dentro de cada agremiação à sombra dos registros jornalísticos. Infelizmente, não há documentação disponível das sociedades operárias que apontem como se deu o debate deste tema entre os sócios. Além disso, entre janeiro e abril de 1933, a proximidade das eleições para a constituinte pode ter tomado o tempo de autoridades do governo, impedindo maior frequência nos círculos operários. Novos encontros dos trabalhadores, de fato, só foram verificados em maio daquele ano, e, talvez, um dos motivos para a retomada das discussões tenha sido, em acréscimo, a realização de uma inesperada greve dos ferroviários em fins de abril, que quase pôs em xeque o pleito eleitoral de 3 de maio no município.

No dia 27 de abril, um terrível acidente ocorreu nas imediações do bairro Malhado, em Ilhéus, com um trem que vinha do município de Itapira (atual Ubaitaba). Um dos carros da locomotiva descarrilou, resultando no tombamento do vagão de cargas e do carro-breque. Em consequência disso, o maquinista Francisco Esteves (conhecido por Chico) ficou preso embaixo do transporte e o foguista Anísio foi arremessado para fora da máquina. Em meio às ferragens e gritando de dor, Chico só foi removido do local algumas horas depois do ocorrido com ajuda dos seus colegas.⁷⁰⁶

O desastre atraiu a atenção dos populares e dos funcionários da Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista, muitos deles protestando contra os recorrentes problemas com os trens e a linha ferroviária. Com a chegada do fiscal do governo, Jayme Spínola, e do prefeito Eusínio Lavigne, houve forte discussão entre as autoridades e alguns ferroviários, com trocas de acusações sobre os responsáveis pelo acontecimento. Os trabalhadores denunciavam o agente de fiscalização por negligência com as condições precárias do maquinário da empresa. Entre vaias e recriminação da população, Lavigne e Spínola retiraram-se do local após a remoção da vítima que estava presa nas ferragens para evitar os ânimos acirrados.⁷⁰⁷

As informações sobre a deflagração da greve dos funcionários da *State* já circulavam pelo centro da cidade na noite do dia em que ocorreu o acidente. Havia também boatos de que alguns ferroviários estavam dispostos a linchar Jayme Spínola e os ingleses da Superintendência da companhia de trem.⁷⁰⁸ Na manhã seguinte, diante do tráfego paralisado, a polícia foi acionada pelo prefeito Eusínio Lavigne.⁷⁰⁹ Segundo informações de José Anselmo, o tenente Alcino Dórea interveio no movimento paredista, falando que os “tempos dos

⁷⁰⁶ Idem. *Diário da Tarde*, 27/4/1933, ano IV, n. 1520, p. 1.

⁷⁰⁷ CPDOC/FGV. *Carta do tenente José Anselmo para o interventor Juraci Magalhães*, 9/5/1933. ff. 1-2. Localização: JM c ig Municípios Ilhéus Pasta LXXXIV – 47.

⁷⁰⁸ Idem. *Carta do tenente José Anselmo para o interventor Juraci Magalhães*, 29/4/1933. Localização: JM c ig Municípios Ilhéus Pasta LXXXIV – 53.

⁷⁰⁹ APEB. *Telegrama de Eusínio Lavigne para o interventor Juraci Magalhães*, 29/4/1933. f. 1. Fundo: Secretaria de Governo, caixa 1881, doc. 2080.

linchamentos já tinham se passado” e que Ilhéus “era uma cidade civilizada”. De ânimos serenados e prometendo um ato pacífico, a comissão grevista, formada por Cantídio de Oliveira e Cândido Lobo, solicitava que o fiscal do Estado fosse exonerado e que a Superintendência da Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista efetuasse medidas emergenciais para solucionar os constantes acidentes no trabalho.⁷¹⁰

Depois da intervenção policial, a comissão grevista foi convidada pelo prefeito Eusínio Lavigne para uma reunião com o fiscal Jayme Spínola e os gerentes da *State* para fechar um acordo. Neste encontro, foi proposta a realização de reparos urgentes nas linhas e nos trens da companhia, além da promessa de que nenhum grevista sofreria represálias. Lavigne ainda lembrou que era conveniente não comprometer as eleições programadas para o dia 3 de maio em função da paralisação dos trabalhadores, haja vista que trariam sérios prejuízos políticos para o município.⁷¹¹ Sob a desconfiança da comissão paredista, o término da greve foi possível porque além dos compromissos verbais assumidos pela superintendência da empresa e pelo fiscal do governo, os ferroviários acionaram o tenente José Anselmo como fiador (em nome do interventor Juraci Magalhães) para a resolução dos problemas, apesar deste não ter demonstrado autorização por escrito do governador da Bahia.⁷¹²

Passados alguns dias do término da greve dos ferroviários e após ter obtido êxito nas eleições para a constituinte no dia 3 de maio, logo as atenções da administração municipal em Ilhéus retornaram para a sindicalização das organizações proletárias. Em nota publicada no *Diário da Tarde*, o prefeito Eusínio Lavigne destacou que seu governo estava em consonância com a “evolução social”, e que “cabe-lhe também a intervenção direta nos assuntos sociais que atendem aos interesses das classes e da coletividade”. Afirmava também que promovia gradualmente a orientação da “boa política de cooperação das classes com o poder”, “fomentando as sindicalizações”.⁷¹³ Nos dias seguintes à greve dos ferroviários, aquela mensagem evidenciava as preocupações do prefeito com as atitudes do movimento operário que resultaram em tensões e conflitos com os poderes públicos. Defendendo o discurso da conciliação entre empregados e patrões, Lavigne reforçava a concepção do Estado regulador e protetor dos interesses sociais, que incentivava a organização das classes e a defesa da harmonia coletiva, visando apressar a adesão ao sindicalismo oficial em Ilhéus.

⁷¹⁰ Idem. *Telegrama da comissão grevista para o interventor Juraci Magalhães*, 29/4/1933. f. 1.

⁷¹¹ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 28/4/1933, ano IV, n. 1521, p. 1; 29/4/1933, ano IV, n. 1522, p. 1.

⁷¹² APEB. *Telegrama da comissão grevista para o interventor Juraci Magalhães*, 29/4/1933. ff. 2.

⁷¹³ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 13/5/1933, ano VI, n. 1532, p. 1.

Além da propaganda na imprensa, novas passagens de agentes do governo por Ilhéus foram registradas. Em 9 de maio de 1933, o líder operário e funcionário do Ministério do Trabalho Agripino Nazareth visitou a União Protetora para se avistar com diretores e sócios da União dos Estivadores e demais classes. Nazareth era um conhecido militante do movimento operário brasileiro, com atuação destacada na Bahia. Nos anos 1920, ajudara a fundar federações de trabalhadores, jornais e o Partido Socialista do Brasil. Em 1931, ele ingressou no MTIC, a convite do então ministro Lindolfo Collor, primeiro titular da pasta, ajudou a formular a legislação sindical ao lado de uma equipe montada com ex-militantes da Primeira República como Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta, Maurício de Lacerda, Carlos Cavaco e Francisco Xavier da Costa. Portanto, era uma das pessoas mais qualificadas para tratar do tema da sindicalização.⁷¹⁴ Após almoço com a presença de Eusínio Lavigne, Nazareth realizou uma “exposição da situação proletária em face do decreto sindicalizador do governo” e defendeu que os trabalhadores ilheenses procedessem à formação de sindicatos de modo a colaborar com os propósitos do Governo Provisório.⁷¹⁵ Como deliberação da atividade, outras comissões foram criadas para promover a lei de sindicalização pelas associações de classe da cidade.

Ainda no mês de maio, o prefeito Eusínio Lavigne deu continuidade a tal promoção. Procurado pelos operários da construção civil em sua residência, ele se dispôs a auxiliar pessoalmente aquela categoria na regulamentação de uma associação sindical. Em consequência, agendou uma nova reunião na União Protetora para realizar uma instrução pública da lei sindical e formar uma comissão específica para a construção civil, categoria nevrálgica para as obras tanto da empresa particular quanto do poder público. Estendeu a convocação para outras categorias profissionais que se interessassem em se adequar ao decreto 19.770. Em proveito da situação, o prefeito afirmava que sua iniciativa era uma demonstração da “confiança das classes na atual orientação do governo local”, cujo empenho era o de “facilitar que o associativismo” tivesse acesso “às reformas sociais que se modelam nas altas esferas da ação governativa”.⁷¹⁶

Ao promover a sindicalização em sua própria casa, Lavigne encenava sua condescendência com os de baixo, se autoafirmando mediador dos trabalhadores com seus direitos e benefícios, visando retirar destes o protagonismo de sua própria história. O encontro

⁷¹⁴ Sobre a biografia de Agripino Nazareth, conferir CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. In. *Revista Brasileira de História... Op. Cit.*

⁷¹⁵ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 9/5/1933, ano IV, n. 1528, p. 1; 10/5/1933, ano IV, n. 1529, p. 1.

⁷¹⁶ Idem. *Diário da Tarde*, 15/5/1933, ano VI, n. 1533, p. 1.

com os operários da construção civil servia para, em boa medida, confirmar o poder do prefeito, ao menos na ótica de seu próprio jornal – *Diário da Tarde*. Por outro lado, a presença dos trabalhadores é emblemática de quem sabe que há em jogo interesses que lhes beneficiavam diretamente. Em suas cabeças devia passar que melhor do que ficar alheio à sindicalização seria se inteirar dela e calcular o que era possível auferirem de vantagem em prol de suas categorias. Segundo Antonio Luigi Negro, os subalternos ensaiam um jogo com as classes dominantes em que se revela uma “arte da convivência”, isto é, “a prática de – sem serem monólitos – encontrar pontos de equilíbrio e de comunicação, enquanto encarnam diferenças; enquanto calculam as possibilidades e os riscos de expressá-las”.⁷¹⁷ Aliás, esta movimentação também não deixa de ser certa continuidade com as práticas políticas da Primeira República, quando chefes oligárquicos, deputados e intendentes compareciam às sociedades operárias em busca de apoio.

Em 18 de maio de 1933, realizou-se a reunião na União Protetora sob a orientação do prefeito Eusínio Lavigne e de Carlos Monteiro, diretor do *Diário da Tarde*. Para palestrar sobre o tema da sindicalização, compareceu o advogado Salvador de Araújo, também membro do clube 3 de outubro em Ilhéus. Como se nota, era uma atividade específica dos representantes do novo regime de governo com os trabalhadores da cidade. Após esmiuçar os detalhes da lei sindical e orientar as providências necessárias para o reconhecimento do Ministério do Trabalho, ficou definida a criação do Sindicato dos Operários em Construção Civil, que compreenderia as categorias de pedreiros, carapinas, pintores e serventes, muitos deles abrigados na UPAOI. Uma comissão de sócios fundadores ficou responsável pela elaboração dos estatutos e envio para os órgãos federais. Os construtores foram o primeiro segmento da cidade a fundar o sindicato da categoria sob a instrução das autoridades, mas a reunião ainda renderia a manifestação de interesse de carroceiros, ganhadores e trabalhadores das docas. Gradualmente, os diversos grupos operários interagiam com os anunciados “firmes propósitos de apressarem o processo de sua sindicalização” em consonância com as

⁷¹⁷ NEGRO, Antonio Luigi. No caminho de areia. Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949). In. *Tempo*, v. 16, n. 33, 2012, p. 164. Neste artigo, Negro investe na análise das relações entre o governador Otávio Mangabeira e moradores do Caminho de Areia na Bahia da Redemocratização. Numa política de convivência, Otávio reforçava as hierarquias sociais, firmando uma imagem de condescendência com os de baixo, recebendo na sede do poder os pobres soteropolitanos. Em contraste, os subalternos, ao recorrerem ao governador, apostavam alcançar algum ponto de equilíbrio entre as suas demandas e a das elites, calculando as possibilidades de retirar alguma vantagem. Uma década antes, Lavigne e os trabalhadores ensaiavam uma convivência similar, conforme se vê no texto.

“recomendações do Governo Provisório que muito se empenha em tornar bem posta, no Brasil, a questão social”, conforme elogiava o *Diário da Tarde*.⁷¹⁸

Apesar da interferência dos agentes do Estado nas associações operárias, convém dizer que a adesão dos trabalhadores ao sindicalismo oficial era permeada por escolhas e expectativas criadas com a discussão das leis e dos direitos trabalhistas do Governo Provisório. Uma parcela das lideranças das agremiações interpretava a política de sindicalização como a oportunidade para legalizar seus espaços institucionais, fazendo delas instrumentos de fortalecimento dos interesses de classe diante dos patrões. Como cita Fernando Teixeira, os recursos legais destinados a proteger os direitos do trabalhador fomentavam a noção de que as relações de trabalho podiam ser reguladas por parâmetros oficiais e públicos.⁷¹⁹ Essa percepção de que surgia um aparato estatal e legal para normatizar as garantias trabalhistas fomentava a crença de que afinal, a República reconhecia a dignidade do operariado. Nesse sentido, Flaviano Domingues Moreira publicou um texto sobre a sindicalização das classes em que refletia sobre as vantagens de se adotar os novos mecanismos de regulamentação das agremiações operárias.

Já de há muito tempo eu venho me batendo para que o operariado do sul da Bahia que pertence a varias classes, se transforme em sindicatos conforme a profissão de cada núcleo. [...] A sindicalização das classes em nada prejudica as instituições já criadas, como sejam a União Protetora em Ilhéus, e a Monte Pio e o Centro Operário em Itabuna, e muitas outras que por toda parte existem, mesmo porque, são elas instituições de classes várias tendo no seu seio artistas e operários de todas as profissões.

A sindicalização fará, portanto, mais fortes, mais unidas, dando calor a vida, as agremiações já existentes, e tenho pra mim, que, por meio dela desaparecerá este estado mórbido e de frieza em que elas estão presentemente passando, tudo e tudo por falta de entendimento e solidariedade.

A nova lei do trabalho ultimamente criada muito veio a concorrer para o soerguimento da classe dos artistas e operários do nosso país. Os artistas não tem presentemente o direito de dizer que o governo se esqueceu deles, dependendo agora que eles compreendam do seu valor, e se organizem para poder conseguir o seu grande ideal!⁷²⁰

Como se viu, Flaviano Moreira era um militante do movimento operário do Sul da Bahia desde fins da década de 1910, que, por vezes, aparece nas fontes a cobrar dos governos

⁷¹⁸ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 19/5/1933, ano VI, n. 1537, p. 1.

⁷¹⁹ Para Fernando Teixeira da Silva, o tema da dignidade ganhava novos significados entre os trabalhadores na medida em que era reconhecido por uma força política que se atribuía poderes para fazê-lo vingar, capaz de reverter as condições de vida dos trabalhadores a partir destes novos instrumentos jurídicos e institucionais. Cf. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões... Op. Cit.*, p. 356.

⁷²⁰ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 18/5/1933, ano IV, n. 1536, p. 2.

republicanos maior envolvimento com as questões dos trabalhadores. Por isso, não se deve estranhar o modo com que Moreira encara a criação da legislação social como o reconhecimento das demandas operárias pelo governo. Ao final de seu texto, ele ainda enfatizou que o “apreço do governo para com a classe” era um “fato virgem no cenário do mundo. Debitado os exageros, a declaração traduzia a satisfação de parte do operariado em ver os interesses da classe trabalhadora reconhecidos pelo Estado. Para a historiadora Ângela Araújo, o êxito da implantação do sindicalismo corporativista nos anos 1930 deveu-se, em parte, à colaboração de lideranças reformistas com tradição de militância e de representatividade para os trabalhadores, o que não significa necessariamente, sua submissão ou manipulação à orientação do governo revolucionário.⁷²¹ Para Flaviano Moreira, que não chegava a ser um socialista reformista, a legislação social estava associada à dignidade dos trabalhadores,⁷²² os quais podiam conquistar espaços e direitos a partir das possibilidades de interlocução com o governo e seus órgãos, trato diferente do que se dava no contexto da Primeira República, quando os de baixo eram esquecidos, em sua opinião.

Do mesmo modo que Flaviano Moreira, boa parte dos integrantes das agremiações laborais deveria compartilhar a aceitação dos regulamentos de sindicalização das classes em função dos benefícios que poderia trazer. Outro exemplo disso foi Adolfo Lima, presidente da AECI, que destacava que a Caixa de Aposentadorias e Pensões para os comerciários significava “a garantia dos empregados” e a “justa compensação” para as sociedades “encaminhadas dentro da ordem e do trabalho racional”.⁷²³ Nos meses seguintes do ano de 1933, mais três agentes do Ministério do Trabalho passaram pelas agremiações mutualistas do Sul da Bahia, sempre com o aval do prefeito Eusínio Lavigne e a cobertura do diretor de imprensa Carlos Monteiro. Em paralelo, outras categorias registravam a criação de seus sindicatos. No segundo semestre, os carregadores, os carroceiros e os trabalhadores das Docas anunciaram a fundação dos seus respectivos sindicatos e a organização de comissões para elaboração dos estatutos a serem enviados ao governo. Também os estivadores passaram a designar sua sociedade como sindicato, assim como também elegeram seu presidente

⁷²¹ ARAÚJO, Ângela. Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil. In. *Do corporativismo ao neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 50.

⁷²² De acordo com Fernando Teixeira Silva, em face da política trabalhista, muitos trabalhadores viam com satisfação que seus interesses podiam ser tratados por canais institucionais e que parte de seus direitos estavam incluídos na legislação federal. Isso se traduzia num imaginário de dignidade do operariado, por não depender dos laços personalistas ou clientelistas de chefes ou de patrões para lidar com suas questões. Embora o autor trate dos “anos populistas”, consideramos que estes elementos já podiam se encontrar nos discursos de lideranças do movimento operário do Sul da Bahia. Sobre dignidade e trabalhismo, Cf. SILVA, Fernando Teixeira. *A Carga e a culpa... Op. Cit.*, p. 211.

⁷²³ CEDOC/UDESC. *Diário da Tarde*, 10/1/1934, ano VI, n. 1728, p. 2.

Marcelino Sant'anna como representante classista para o Congresso da Constituinte no Rio de Janeiro.

Em carta a Juraci Magalhães, Eusínio Lavigne afirmava que “o bom político, hoje, deve, de preferência, captar a confiança das massas populares do que de um reduzido número de pessoas” ricas mais sem prestígio.⁷²⁴ Em fins de 1933, o prefeito contabilizava o apoio popular adquirido com suas campanhas pela sindicalização e destacou que as boas relações com o operariado foram fundamentais para a vitória do PSD nas eleições para a Constituinte federal. Além disso, Lavigne havia também auxiliado a fundação da Sociedade Defensora dos Pequenos Ocupantes de Terras Urbanas e Suburbanas de Ilhéus, entidade que amparava a causa de populares para viver em terrenos não aproveitados pertencentes a antigos grandes proprietários do município. Por meio dela, muitos cidadãos pobres conseguiram que a prefeitura desapropriasse lotes para a construção de habitações baratas na cidade, o que, sem dúvida, contribuiu para o prestígio político de Lavigne nos anos 1930. Todas estas conhecidas “atitudes em prol dos operários, estivadores e outras classes pobres, por defender-lhes supostos direitos [...] granjeou por parte dos beneficiados grande estima e simpatia” em favor do chefe municipal, relatava um documento sem autoria enviado para o governo da Bahia.⁷²⁵

Todavia, as ações promovidas pelo novo regime do Governo Provisório, vindas do Rio, Salvador ou dos poderes municipais, não imobilizaram os trabalhadores no Sul da Bahia numa rede de nós cegos e cordas apertadas. Como afirma Alexandre Fortes, mesmo com as intervenções políticas e o uso de medidas policiais repressivas, a prática associativa operária, enquanto reconhecia também tensionava a legislação sindical e seus limites, de modo que, para fazer valer os direitos, pressionavam as autoridades e enfrentavam seus patrões.⁷²⁶ Exemplo disso foram os carroceiros de Ilhéus, que depois de ter anunciado a sua sindicalização, declararam greve em janeiro de 1934, para reajustar os valores de sua remuneração em 2\$000 para os fretes diurnos, e 3\$000 para os noturnos.⁷²⁷ Em 1935, a categoria voltou a pressionar a prefeitura, desta vez, para impedir que os negociantes boicotassem os sócios sindicalizados ao contratar carroceiros sem registro sindical.⁷²⁸

Além dos carroceiros e dos carregadores, outras categorias mais empobrecidas e de pouca atividade associativa fundaram suas agremiações em decorrência da sindicalização das

⁷²⁴ CPDOC/FGV. *Carta de Eusínio Lavigne para o interventor Juraci Magalhães*, 19/12/1933. f. 2.

⁷²⁵ Idem. *Carta sem autoria para o interventor Juraci Magalhães*. 30/6/1933. f. 1.

⁷²⁶ FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito... Op. Cit.*, p. 344.

⁷²⁷ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 2/1/1934, ano VI, n. 1721, p. 1.

⁷²⁸ APMIJM. *Carta de Eusínio Lavigne para o ministro Agamenon Magalhães*, 24/5/1933?. f. 1-2. Documento danificado.

classes. Este foi o caso dos empregados agrícolas do Sul da Bahia. Fundada em 20 de agosto de 1934, no distrito ilheense de Banco do Pedro, a Sociedade dos Empregados Agrícolas (SEA) foi fundada para “proteger, beneficiar e amparar” a classe dos trabalhadores rurais, “fazendo-a gozar dos direitos e privilégios concedidos” pelo governo federal.⁷²⁹ A criação da SEA era respeitada por ser “o único proletariado que, no Brasil, a valer a verdade, ainda se reduz a condições de abandono pela sua falta de coesão e de associação”. Ressaltava-se também que estavam garantidos “pelas leis sociais que a revolução de trinta dotou o país [...] para garantir que o proletariado nacional [...] quer das letras, quer das estrovas e das enxadas” tenha o direito à associação em conformidade com o “sopro vivificador da remodelação e do amparo social” do Ministério do Trabalho.⁷³⁰

Em 15 de novembro de 1934, o SEA passou a se denominar como sindicato e anunciou a conclusão dos seus estatutos, os quais seriam enviados para o Ministério do Trabalho pela sua diretoria provisória composta por José Salles Figueiredo, José Reis Filho e Joaquim da Cunha Filho.⁷³¹ Até o fim de 1934, contabilizou-se mais de 600 trabalhadores rurais filiados, mesmo com a falta de compreensão de alguns fazendeiros, “interessados talvez em combater o surto de desenvolvimento associativo que se verifica em nosso meio”, afirmavam seus diretores.⁷³² Nos anos seguintes, o sindicato dos empregados rurais seria protagonista em várias ações contra a exploração dos fazendeiros, com envolvimento de suas lideranças com a Aliança Nacional Libertadora em Ilhéus. Toda esta movimentação indica que a legislação social do Governo Vargas repercutiu entre os “homens do campo” e que estes a utilizaram para defender seus interesses associativos de classe.⁷³³

Em paralelo, os debates sobre a legislação social contribuíram para que a vitalidade associativa fosse também revertida em participação política. Durante a reconstitucionalização em 1934, surgiram agremiações para mobilizar o operariado em torno das candidaturas oficiais. Em agosto de 1934, Flaviano Moreira escreveu carta a Juraci Magalhães informando sobre a fundação do Centro de Propaganda Eleitoral dos Artistas e Operários de Ilhéus, que estaria sob sua presidência e teria a finalidade de “reunir grande número de eleitores, os quais coesos e firmes estão no propósito de prestigiar o honrado governo de V. Exa. e o Partido

⁷²⁹ CEDOC/UDESC. *Diário da Tarde*, 12/9/1934, ano VII, n. 1925, p. 1.

⁷³⁰ Idem. *Diário da Tarde*, 28/11/1934, ano VII, n. 1988, p. 2.

⁷³¹ Idem. *Diário da Tarde*, 27/11/1934, ano VII, n. 1987, p. 4.

⁷³² Idem. *Diário da Tarde*, 1/12/1934, ano VII, n. 1991, p. 1.

⁷³³ Sobre a luta dos trabalhadores do campo e a historiografia dos anos Vargas, conferir o artigo de DEZEMONE, Marcus. Impactos da Era Vargas no mundo rural: leis, direitos e memória. In. *Revista Perseu*, n. 1, ano I, 2007; WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Social Democrata”.⁷³⁴ Para além dos interesses políticos, Moreira nutria a expectativa de ser contemplado com um cargo político de relevância no governo, repetindo o que havia pretendido em 1926. Assim, noutra correspondência para o interventor, propôs que “um artista tenha entrada na chapa do nosso Partido Social Democrata” entre os candidatos à Câmara Estadual.⁷³⁵ O pleito não foi atendido, mas isso não foi motivo para que desistisse de levar em frente os propósitos do referido centro, pois informou que durante o pleito para escolha do governador constitucional, distribuiu quatro mil boletins entre as sociedades proletárias em “homenagem ao operoso líder”.⁷³⁶

Houve espaços igualmente para militantes do associativismo operário que aderiram a ideologias de oposição ou de crítica ao governo. À esquerda, com o Partido Comunista e a Aliança Nacional Libertadora; e à direita, com a Ação Integralista do Brasil; as velhas e as novas sociedades proletárias abrigaram sócios que adotaram as orientações dos partidos políticos que fugiam da órbita do governo de Getúlio Vargas. Em 1934, o conhecido professor Nelson Schaun candidatou-se à câmara estadual pela legenda “Proletário, Uni-vos”, dando sinais de sua filiação ao Partido Comunista do Brasil.⁷³⁷ Em Ilhéus, ele obteve apenas 32 votos, mas aquele era apenas um breve indício do papel que desempenharia ao lado de outros companheiros na agitação dos sindicatos e movimentos sociais no Sul da Bahia. Este foi o caso do Grêmio dos Professores de Ilhéus que ajudara a fundar ao lado de Themístocles Rocha em 1933, que, dentre as primeiras ações, remeteu carta ao governador do estado “sobre a precária situação dos professores públicos”.⁷³⁸ Não por acaso, a polícia descreveria, em 1935, o ex-representante das oligarquias na Primeira República como “comunista, inteligente e perigoso”.⁷³⁹ Schaun não estava sozinho. Ao lado dele, os autos da polícia política identificaram outros sujeitos que também frequentaram organizações operárias, tal como o ferroviário Cantídio de Oliveira e o líder da sociedade dos agricultores Joaquim Cunha Filho. Toda essa circulação de atores coletivos e individuais fazia da cultura associativa dos trabalhadores de Ilhéus e Itabuna um polo de atração para militantes comunistas,

⁷³⁴ CPDOC/FGV. *Carta de Flaviano Moreira ao interventor Juraci Magalhães*, 12/8/1934. f. 3. Localização: JM c ig Municípios Ilhéus Pasta LXXXVI – 9 / 9 A.

⁷³⁵ Idem. *Carta de Flaviano Moreira ao interventor Juraci Magalhães*, 1/9/1934. f. 1-3. Localização: JM c ig Municípios Ilhéus Pasta LXXXVI

⁷³⁶ Idem. *Carta de Flaviano Moreira ao interventor Juraci Magalhães*, 8/12/1934. f. 1-3. Localização: JM c ig Municípios Ilhéus Pasta LXXXVI

⁷³⁷ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*, 22/11/1934, ano VII, n. 1983; 23/11/1934, ano VII, n. 1984.

⁷³⁸ Idem. *Diário da Tarde*, 11/8/1933, ano VI, n. 1606, p. 1.

⁷³⁹ NEGRO, Antonio Luigi; PRIMO, Jacira. A polícia chegou e o povo sumiu: a ANL, o levante de 1935 e a repressão política. In. *Estado novo... Op. Cit.*, p. 41.

transformando o Sul da Bahia numa zona estratégica para atuação política, como afirma Marcelo Lins.⁷⁴⁰



Figura 26 – Boletim do Centro de Propaganda Eleitoral dos Artistas e Operário de Ilhéus distribuído entre em ao apoio a eleição de Juraci Magalhães para governador constitucional, 1934. Fonte: CPDOC/FGV.

Em menor escala e rivalizando com os vermelhos, os integralistas também promoveram atividades em bairros e sociedades operárias para conquistar alguns adeptos. Alguns nomes conhecidos ingressaram na Ação Integralista Brasileira em Ilhéus, como, por exemplo, o ferroviário Pedro Ribeiro Filho e o médico Camilo Lellis da Matta. Os integralistas contataram os diretores da SMPAI para apresentar os objetivos do partido em janeiro de 1935. Em réplica, o secretário Carlos Toledo disse que as portas da sociedade estavam abertas a todos os cidadãos, “a não ser para os elementos nocivos à ordem e aos interesses da Pátria”. Por isso, “não havendo motivos para supormos que a Ação Integralista

⁷⁴⁰ Cf. LINS, Marcelo da S. *Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)* (Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2008. Lins aponta que o crescimento demográfico, a economia em expansão e o surgimento da vida urbana foram fatores que atraíram militantes do PCB para o Sul da Bahia. No entanto, talvez seja conveniente agregar a estes elementos o vigor do associativismo operário constituído ao longo dos anos 1920 e 1930, cujo acúmulo cultural permitiu a formação de sociedades que indicavam os esforços da classe trabalhadora por sua sobrevivência e pela luta contra a exploração, p. 236.

Brasileira tenha objetivos que não sejam emanados do mais puro e inteiro patriotismo”, “as nossas portas estarão sempre abertas” ao núcleo de Itabuna.⁷⁴¹

No entanto, noutras agremiações, os adeptos de Plínio Salgado enfrentaram combate sistemático de trabalhadores que compuseram uma frente de unidade anti-integralista no Sul da Bahia. Eram comuns os conflitos envolvendo adeptos da ANL/PCB contra os “camisas-verdes” entre 1935-1936. Segundo Marcelo Lins, houve a fundação da União Sindical de Ilhéus, a qual reunia sindicatos que de alguma maneira estavam na órbita do Partido Comunista para “desmascarar os camisas-verdes”. Este era o caso da sociedade de carregadores, de carroceiros, de estivadores e de empregados agrícolas, os quais, por sinal, assinaram manifestos antifascistas dirigidos especificamente aos militantes da AIB.⁷⁴² Aliás, em 8 de agosto de 1935, o professor Nelson Schaun, o ferreiro e encanador Elias Alves de Sousa Moraes, o comerciante Tarcílio Oliva de França e o funcionário público Vicente Tourinho, todos militantes comunistas, foram acusados de envolvimento na explosão da sede integralista em Ilhéus.⁷⁴³

Enfim, o intuito do Governo Provisório de sindicalizar o operariado não era em vão. Ao chegarem ao governo pós-1930, artistas, operários, caixeiros e estivadores tinham acumulado uma experiência associativa notável, transformando-se num ator coletivo capaz de influenciar as condições políticas e sociais das duas cidades mais importantes do Sul da Bahia. Até a década de 1920, haviam consolidado por si próprios uma cultura associativa com base na identidade de laboriosidade em favor da dignidade dos trabalhadores, motivo pelo qual usava essa respeitabilidade para alcançar direitos, seja em alianças com as oligarquias que estavam no poder, seja por meio de mobilizações de reivindicações contra a exploração e por direitos sociais. Era uma classe trabalhadora emergente e heterogênea ao final da Primeira República, que conseguia mobilizar indivíduos dos mais diversos matizes em torno de uma imagem construída no cerne de suas práticas agremiativas e dentro do que era politicamente possível num contexto, de regime oligárquico, em que o clientelismo e o personalismo imperavam. Práticas políticas, aliás, que não foram liquidadas pelo outubrismo revolucionário. Eles estavam ansiosos por serem reconhecidos pelo Estado através de direitos

⁷⁴¹ ASMPAI. *Livro de registro de correspondência da SMPAI*, 16/1/1935.

⁷⁴² Cf. LINS, Marcelo. *Os vermelhos na terra do cacau... Op. Cit.*, p. 165-166.

⁷⁴³ O ataque à sede integralista é um fato histórico também abordado por Marcelo Lins em sua dissertação de mestrado. No entanto, há farta documentação judicial e jornalística que demandaria um estudo específico e verticalizado do caso. Para os processos judiciais, conferir no APEB. *Processo crime contra Nelson Schaun e outros*, 1936. Localização: Seção Republicana, fundo Judiciário, estante 33, caixa 1178, doc. 5; AN. *Apelação de Nelson Schaun e outros*. 1938. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional, série Apelação. C8.0. APL. 403.

que lhes garantissem boas condições de vida e de trabalho, mas que também lhes possibilitassem participação política.

Sindicato e Associações (1933-1935)	Fundação	Registro MTIC
Centro Operário de Água Preta	21/10/1934	-
Grêmio do Professorado de Ilhéus	10/8/1933	-
Sindicato de Ofícios Vários de Água Preta	-	-
Sindicato dos Alfaiates, Costureiras e Classes Anexas de Ilhéus	15/4/1935	-
Sindicato dos Carpinteiros, Pedreiros e Anexas de Água Preta	14/4/1935	-
Sindicato dos Carregadores do Porto de Ilhéus	8/6/1933	10/10/1934
Sindicato dos Condutores de Bagagens de Ilhéus	3/1/1934	-
Sindicato dos Condutores de Bagagens de Itabuna	-	-
Sindicato dos Condutores de Carroça de Ilhéus	?/8/1933	10/10/1934
Sindicato dos Empregados Agrícolas	20/8/1934	-
Sindicato dos Empregados no Comércio de Ilhéus	-	1937
Sindicato dos Empregados no Comércio de Itabuna	17/11/1934	-
Sindicato dos Empregados no Comércio de Pirangy	7/3/1934	-
Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Ilhéus – Conquista	-	24/4/1935
Sindicato dos Operários em Construção Civil e Ofícios Vários de Itabuna	25/9/1935	-
Sindicato dos Operários em Construção Civil em Ilhéus	18/5/1933	12/7/1934
Sindicato dos Operários em Panificação de Ilhéus		10/10/1934
Sindicato dos Operários Estivadores em Ilhéus	?/6/1933	-
Sindicato dos Trabalhadores das Docas do Porto de Ilhéus	16/10/1933	-
Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Terrestre de Itabuna	17/9/1936	-

Tabela 6 - Lista de Sindicatos e Associações operárias criadas entre 1933-1934 entre Ilhéus e Itabuna.
Fonte: O Intransigente, Jornal Oficial do Município de Itabuna, A Época e Diário da Tarde, 1933-1936.

Ao romper as barreiras de 1930, os trabalhadores da União Protetora, da Sociedade Monte Pio, da Associação dos Empregados no Comércio e da Sociedade União Operária dos Estivadores se defrontaram com um governo que, ao mesmo tempo em que prometia lidar com a questão social como política de Estado, pretendia implantar um projeto trabalhista por sobre a experiência associativa já existente. Eram tempos de reconfiguração dos espaços institucionais dos operários, cujas tradições de solidariedade e organização advinham da Primeira República. Doravante, o Estado pós-1930 se apropriaria de valores e práticas culturais dos de baixo constituídas desde início da República, ressignificando-as em favor da intenção de regular e de intervir nos mundos do trabalho. Todavia, como afirma Antonio Luigi Negro, ao orquestrar o trabalhismo, Vargas e suas autoridades não conseguiriam impedir que seu invento fosse permeável à ação dos trabalhadores.⁷⁴⁴ A uma invenção coube, em alguma medida, uma sua reinvenção. Valendo-se da justificativa oficial da sindicalização, Nelson Schaun levou carroceiros e carregadores a uma tumultuada greve em 1931. Noutro sentido, os estivadores mandaram embora um delegado da estiva a eles enviado com as bênçãos oficiais do interventor Juraci Magalhães e do prefeito Eusínio Lavigne.

Não se pode negar, de todo modo, que, ao levar a campo sua política para o operariado, os chefes do Governo Provisório foram bem-sucedidos. Entre 1931 e 1935, constituíram uma máquina estatal que incorporava porção considerável das aspirações populares com leis trabalhistas, sindicais, previdenciárias e uma justiça especial para dirimir conflitos entre empregados e patrões. Na prática, a legislação social em confecção era encarada como uma oportunidade para alcançar um quinhão de cidadania, de ter o Estado arbitrando em favor dos de baixo diante dos conflitos e de ter um “instrumento para civilizar os patrões”. Como afirma Fernando Teixeira da Silva, “essas imagens podem parecer obsoletas e passadistas, mas instituía uma realidade que servia às noções do que os trabalhadores consideravam que deveria ser e às quais eles frequentemente apelavam”.⁷⁴⁵ Foi deste modo que muitos escolheram ficar ao lado do Governo Vargas, mesmo com o golpe do Estado Novo, mesmo tendo sido este antecedido por violenta repressão desde novembro de 1935, quando sobreveio intensa perseguição política após as insurreições comunistas em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Para outra parcela do movimento operário, o aparato foi canalizado para incrementar suas práticas associativas, transformando seus espaços institucionais em instrumentos para efetivação de direitos e de subversão das hierarquias

⁷⁴⁴ NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. In. *Cadernos AEL... Op. Cit.*, p. 27.

⁷⁴⁵ SILVA, Fernando Teixeira. *A carga e a culpa... Op. Cit.*, p. 8.

sociais, apesar dos riscos de repressão policial quando extrapolavam os contornos pretendidos pelas autoridades governamentais. Não obstante, qualquer ajuntamento proletário despertava a atenção vigilante de delegados de polícia, mesmo no “atrasado” e “distante” Sul da Bahia. Deste modo, o governo que pretendia tratar a questão social como política de Estado, recorreu ao tradicional método da repressão policial quando confrontado com as expectativas e as manifestações dos trabalhadores em Ilhéus. Em suma, este estudo pretendeu apontar a agência dos trabalhadores a partir da sua capacidade de organização e defesa de seus interesses dentro do que era politicamente viável antes e depois de 1930.

Considerações Finais

Sou ferreiro,
Marceneiro e carapina,
Carapina e marceneiro,
Marceneiro e carapina.
Eu te espero lá na esquina,
Dou de lado até virá,
Vira,
Desvira,
Deixo no mesmo lugá,
Sentadinha no cantinho,
Sem ninguém lhe incomodá.⁷⁴⁶

Os versos acima são cantos de trabalhadores que se atribuíam uma condição profissional qualificada, acreditando, com isso, valorizar-se aos olhos de alguém de outro sexo, segundo Clóvis Caldeira. Apesar da condição de subordinação a que estavam inseridos, artistas, operários e caixeiros desenvolveram uma imagem positiva de si mesmos, fundamentada na crença do labor com marca de distinção social e cultural. Isso destoa de uma compreensão que, durante certo tempo, desprezou ou menosprezou a história dos trabalhadores do Sul da Bahia. Com efeito, espremido entre o poder absoluto do coronelismo e a visão de que os de baixos são eternamente derrotados e excluídos, o estudo histórico da agência de subalternos, de subordinados, de cidadãos pobres e miseráveis ainda está sujeito ao curso da investigação. Nesse sentido, importantes passos têm sido dados na diligência de mostrar a atuação destes atores na região – por sinal, a presente tese de doutorado visou analisar os trabalhadores e sua cultura associativa no contraste com a política da Bahia entre

⁷⁴⁶ CALDEIRA, Clovis. *Fazendas de cacau na Bahia*: documentário da vida rural. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura / Serviço de Informação Agrícola, 1954, p. 51.

1920 e 1934, seguindo esteira aberta por “*Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*” (de Aldrin Castellucci), “*Os vermelhos na terra do cacau*” (de Marcelo Lins), e “*The World Cacao Made: Society, Politics and History, 1822-1919*” (de Mary Ann Mahony).

Aqui, o estudo da questão social no Sul da Bahia é fundamental para sabermos quais eram e o que pensavam as autoridades políticas, a imprensa e os trabalhadores. Vimos que nas décadas de 1910 e de 1920, Ilhéus e circunvizinhanças tornaram-se o principal centro produtor agrícola do estado da Bahia, transformando-se, em paralelo, numa zona atrativa para cidadãos já residentes e migrantes, que se deslocavam em busca de melhores condições de vida. O contingente operário acentuou as preocupações de coronéis e intendentes com a qualidade da mão de obra que aportava na baía do Pontal, o que repercutiu em formas de controle e de repressão social em nome dos preceitos de civilização e de progresso. Era um período em que recaía sobre os pobres e os miseráveis as suspeitas generalizadas de desordem e de insubordinação. Nesse contexto, as autoridades vislumbraram desde mecanismo de filtro para ingresso de pessoas na região, passando pela proibição da atuação de categorias consideradas arcaicas – os carroceiros – até chegar a ações policiais de envergadura – como a campanha moralizadora de 1928 – contra prostitutas, jogadores e vadios. Essas experiências mostram que para além do esplendor e da riqueza gerada pela economia cacaeira, havia contradições e antagonismos latentes na sociedade regional.

Nas décadas finais da Primeira República, o florescimento de uma cultura urbana em Itabuna e Ilhéus proporcionou a formação de práticas associativas por diferentes atores históricos e com diversas finalidades – filantrópica, recreativa, musical, esportiva, religiosa etc. Em específico, deparamo-nos com o surgimento de sociedades de trabalhadores. Interessados em se proteger mutuamente e estabelecer laços de solidariedade contra a pobreza extrema, esse associativismo se tornou um instrumento por meio do qual, artistas, operários e caixeiros demonstravam orgulho por seu ofício e sua dignidade, sobretudo, para se descolar da pecha de “classes perigosas” instituída pelas classes dominantes aos cidadãos pobres e miseráveis. Em torno de suas agremiações, o operariado forjou uma cultura associativa marcada por rituais, símbolos e experiências que traduziam suas respectivas visões sobre os problemas sociais, políticos e econômicos.

O associativismo operário emergiu como uma força coletiva proeminente, da qual, as classes dominantes não podiam mais desprezar. Com efeito, coronéis, fazendeiros e negociantes elaboraram uma política de convivência e de reciprocidade com as agremiações

laborais. Em alguns casos, não apenas toleravam, mas estimulavam o desenvolvimento da cultura associativa. Apresentando-se como condescendentes e defensores das causas operárias, os senhores não só legitimavam seu poder, mas atavam alianças e ambicionavam simpatias populares em tempos de disputas eleitorais. Por sua vez, sempre que julgassem válido, os trabalhadores abrangidos nas sociedades apoiavam os que se diziam interessados nas suas demandas. Eles podiam, ao mesmo tempo, barganhar e pedir benefícios, consumir uma economia de favores e de clientelismo típicos da República brasileira, sem ver nesta relação de reciprocidade uma incoerência, ou uma contradição, com os fins das suas respectivas associações de classe.

Com esforços para superar as fragilidades que rondavam a manutenção das sociedades, aliada a uma identidade de cidadãos laboriosos, os trabalhadores e sua cultura associativa traçaram estratégias sutis e perspicazes de atuar nas brechas da política oligárquica e excludente da Primeira República. Deste modo, foi possível revisar a teoria de que o coronelismo era constituído apenas pelo poder absoluto de chefes e coronéis, e de que, portanto, não havia espaço para os de baixo na arena política oligárquica. Ao contrário, estes se envolviam nas eleições, calculavam que grupo político apoiar e, mesmo que sem sucesso, sonharam com candidaturas operárias a partir do interior da Bahia. Sinal de que as experiências associativas de trabalhadores não estavam restritas aos grandes centros – mormente ao sul e sudeste do País – nem tampouco se limitavam a formas tradicionais de luta e ideologia – anarquismo, socialismo etc – mas estavam abertas a diferente possibilidade de relação política.

A cultura associativa dos trabalhadores proporcionou formas de reivindicação e de defesa dos seus interesses. Diante da exploração e da opressão de patrões, as sociedades de artistas, operários e caixeiros estavam atentos à criação de leis sociais para os trabalhadores ainda no pré-1930. Dois casos específicos ganharam expressão: as Caixas de Aposentadoria e Pensão, regida pela Lei Eloy Chaves, e a lei de férias. Conectados com colegas de agremiações das capitais, notadamente Salvador e Rio de Janeiro, bem como deputados federais eleitos pelo Sul da Bahia, as categorias profissionais se mostravam alertas para que seus direitos sociais fossem aplicados em Ilhéus e Itabuna. Contudo, ao invés de utilizar uma retórica combativa e de enfrentamento com os chefes, eles operavam os valores morais e ideológicos das classes dominantes em seu favor. Foi nesse sentido que, ao justificar a jornada de 8 horas nas empresas e no comércio, os empregados adotaram os princípios de civilização

e de humanismo comuns a classes dominantes, argumentando que seus desígnios nada mais eram do que se equiparar aos centros civilizados e progressistas do País e do mundo.

Quando os ferroviários da Estrada de Ferro Ilhéus - Conquista aderiram à greve de outras companhias de trem da Bahia em 1927, eles recorreram à intermediação das autoridades municipais para que suas “justas reivindicações” e seus “sagrados interesses” fossem atendidos pelos chefes da *State*. Do mesmo modo, associaram o movimento paredista com os valores de nacionalismo, ao dizer que os funcionários brasileiros eram humilhados pelos gerentes ingleses. Isso contribuiu para que o protesto dos ferroviários ganhasse a simpatia da população, da imprensa e de algumas autoridades, muito embora a vigilância policial tenha sido regular durante a paralisação dos trabalhos.

Outra cena da atuação dos trabalhadores e de suas sociedades em defesa de seus interesses foi a campanha pela Semana Inglesa no comércio de Ilhéus em 1928. As aspirações por uma jornada de trabalho de 44 horas levaram os caixeiros a interpelar o Conselho Municipal para criação da chamada “Lei Humanitária” que modificaria o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Em específico, clamavam pelo humanismo das autoridades – traço moral e ideológico dos de cima – para beneficiar os humildes e briosos “moços do comércio”, assim chamados por seus superiores. Apesar de ter contado com o apoio do principal líder político da cidade – cel. Antonio Pessoa – a aprovação da lei 357 foi apenas um passo nas disputas com os negociantes e a Associação Comercial de Ilhéus. Num embate que ganhou as páginas da imprensa, os empregados enfrentaram seus patrões, denunciando quem desrespeitava a lei e pedindo a fiscalização municipal. Por certo, os esforços pelo respeito da carga horária de trabalho estariam na pauta da associação caixeiral nos anos vindouros. O que convém chamar atenção é que, para além da beneficência e do assistencialismo, as sociedades mutualistas tornaram-se instrumentos para aspiração e defesa de direitos do trabalho ainda na Primeira República.

Esse conjunto de experiências da cultura associativa operária no Sul da Bahia nos permite afirmar – sem medo de errar – que os trabalhadores tinham seus próprios valores, recursos e meios para expressar seus anseios diante de chefes e de patrões, e para interferir nas instituições, inclusive escapando de maiores problemas com a polícia ou com a perseguição política das oligarquias. Aliás, entre o mutualismo e a resistência, o operariado sabia dosar as propriedades terapêuticas necessárias para curar cada mal que afligia as categorias profissionais da região. Para eles, não havia contradição entre o favor e a luta, entre o amparo e o protesto, desde que pudessem alcançar os objetivos a que se propunham em suas

sociedades. Nesse sentido, as agremiações operárias de Ilhéus e de Itabuna deram lição de como interpor seus desígnios e perseguir suas metas nos limites do republicanismo oligárquico e excludente. Foi esta energia que serviu de base para que no pós-1930, artistas, operários e caixeiros se preparassem para encarar um Estado mais centralizado e autoritário.

No pós-1930, durante as incertezas do Governo Provisório, as sociedades de trabalhadores e as autoridades políticas mantiveram práticas da Primeira República. Antes mesmo dos funcionários do Ministério do Trabalho chegarem, as diretorias dos grêmios dos carregadores e dos carroceiros queriam promover sua própria sindicalização, fazendo greves que agitaram o porto de Ilhéus em 1931. Em resposta do governo, a polícia prendeu lideranças operárias e interveio nas associações de classe. Havia duas contradições do tempo. A primeira era a forma com que a legislação social em formação se processava nas cabeças de lideranças operárias de diferentes formas – inclusive dissonantes do governo. A segunda é que quando os trabalhadores se mobilizaram, Eusínio Lavigne – prefeito nomeado pelo governo outubrista – não pestanejou em usar da força policial para lidar com a questão social, enquanto proclamava direitos para o operariado. Igualmente foi feito quando os estivadores ilheenses pareciam críticos à sindicalização das classes entre 1931 e 1932. Sinal de que os trabalhadores nem sempre seguiam o roteiro pré-determinado pelo Estado varguista.

Por outro lado, utilizando-se de expedientes típicos do clientelismo e da rede de favores da Primeira República, o prefeito Eusínio Lavigne levou a cabo a sindicalização das classes em sua própria residência. Reatualizado para os tempos do Governo Provisório, Lavigne utilizava a política de convivência e de reciprocidade – tão eficaz na república anterior – para promover a criação de sindicatos em Ilhéus. Oportunamente, ele contou com a adesão de algumas antigas lideranças ao projeto de sindicalização. Tratava-se de líderes ou de militantes das sociedades mutualistas, que desde o pré-1930 reclamavam cidadania e dignidade operária aos governos e que, diante das ações do Ministério do Trabalho, acreditavam ter encontrado um Estado sensível às causas dos trabalhadores.

Em suma, os trabalhadores alcançaram a década de 1930 com uma cultura associativa vigorosa e em expansão. Emergiram como força coletiva alternativa diante do poder dos chefes políticos e dos patrões. Portanto, ao narrar da história do Sul da Bahia, não cabe falar exclusivamente dos coronéis e das oligarquias – seu passado vaidoso. Convém trazer a cena outros personagens, que nos limites do que era a política e socialmente viável, organizaram-se, defenderam-se e se tornaram protagonista de sua própria existência. Se conseguirmos

ouvi-los entende-los, veremos outras narrativas sobre o que despossuídos, subalternos, subordinados – enfim os de baixo – fizeram por suas vidas e pela sociedade em que viveram.

Arquivos e Fontes

AACIOS – Arquivo da Associação Comercial de Ilhéus

Livro de atas da assembleia geral da Associação Comercial de Ilhéus, 1928-1935.

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia

Seção: Biblioteca e referência

Anuário Estatístico da Bahia, 1923.

Anuário Estatístico da Bahia, 1932.

Código de Posturas Municipais de Ilhéus, 1908.

Código de Posturas do Município de Ilhéus, 1925.

Folgueira, Manuel Rodrigues, Álbum artístico, comercial e industrial da Bahia. Bahia, Edição Folgueira, 1930.

Fundo: Secretaria de Governo

Boletim Aliança Liberal de Ilhéus ao Povo, 1930.

Boletim Ao povo – A constituição das classes e a pretendida unificação das classes trabalhistas em Ilhéus. 15/7/1931.

Carta da diretoria da Sociedade União dos Operários Estivadores em Ilhéus ao interventor Juraci Magalhães. ?/11/1931.

Carta do interventor Juraci Magalhães para Eusínio Lavigne. 16/2/1932.

Ofício do diretor Paulino Araújo Góes para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. 14/3/1928.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Vital Henrique Batista Soares pelo engenheiro civil Mario de Souza Dantas, secretário de agricultura, indústria, comércio, viação e obras públicas, 1929.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Governador do Estado Francisco Marques de Góes Calmon, pelo secretário da Agricultura Nelson Spínola Teixeira – Quatriênio 1924-1928.

Telegrama da comissão grevista para o interventor Juraci Magalhães, 29/4/1933.

Telegrama de Eusínio Lavigne e Guilherme de Andrade para Major Reis Príncipe. 25/10/1930.

Telegrama de Eusínio Lavigne e Guilherme de Andrade para Major Reis Príncipe.
25/10/1930.

Telegrama de Eusínio Lavigne para o interventor Juraci Magalhães, 29/4/1933.

Telegrama de Eusínio Lavigne para o interventor Juraci Magalhães. 24/11/1931.

Telegrama de Misael Tavares para o interventor Arthur Neiva. 8/7/1931.

Telegrama de Nelson Schaun para o interventor Arthur Neiva, 8/7/1931.

Telegrama de Sabino Nilo Moura e Henobaldo Ferreira Café para o interventor Juraci
Magalhães. 25/11/1931.

Telegrama do ministro Oswaldo Aranha para o interventor Arthur Neiva, 9/7/1931.

Telegrama do Tenente José Anselmo para o gabinete do governo provisório da Bahia,
28/10/1930.

Telegrama do Tenente José Anselmo para o gabinete do governo provisório da Bahia,
28/10/1930.

Fundo: Secretaria de Justiça e Interior

Carta de Antonio Pessoa da Costa e Silva para o interventor da Bahia, 21/3/1931.

Carta de Astor Badaró para o interventor Arthur Neiva, 20/3/1931.

Carta de Astor Pessoa para o interventor da Bahia, 21/3/1931.

Fundo: Judiciário

Processo crime. Habeas Corpus impetrado por Laudelino Lorens e outros.

Processo crime contra Antônio Floriano Domingues Gomez, 23/1/1928.

APMIAF – Arquivo Público Município de Itajuípe Adonias Filho

Estatuto da Aliança dos Artistas e Operários de Pirangí, 1950.

APMIJM – Arquivo Público Municipal de Ilhéus João Mangabeira

Livro de Petições e Registro da Prefeitura Municipal de Ilhéus, 1930-1933.

Correio de Ilhéus, 1922-1930.

Carta de Eusínio Lavigne para o ministro Agamenon Magalhães, 24/5/???? (documento danificado na data).

APMIJD – Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas

Livro de atas do Conselho Municipal de Itabuna, 1915-1918.

Jornal Oficial do Município de Itabuna, 1932.

ASMPAI – Arquivo da Sociedade Monte Pio dos Artistas

Livro de atas da assembleia geral, 1920.

Livro de atas da assembleia geral, 1921-1927.

Livro de atas da assembleia geral, 1928-1937.

Estatutos da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna, 1920.

Estatutos da Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna, 1929.

Boletim comemorativo com a relação dos sócios fundadores, 1969.

Livro de matrícula dos sócios por residência, 1920-1930.

Livro de atas da diretoria, 1922-1926.

Livro de atas da diretoria, 1926-1928.

Livro de atas da diretoria, 1928-1930.

Livro de atas da diretoria, 1930-1932.

Livro de Álbum Social, 1923-1969.

Livro de registro de correspondência da SMPAI, 1935.

Ofício da União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus para a Sociedade Monte Pio dos Artistas de Itabuna, 3/12/1926.

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

O Comércio, 1920-1924.

Diário da Tarde, 1928-1930, 1932.

Estatuto da União Protetora dos Artistas e Operários em Ilhéus, 1922.

Relatório da Associação Comercial de Ilhéus – Exercício 1926-1927.

Relatório da Associação Comercial de Ilhéus – Exercício 1928-1929.

Diário da Bahia, 1927.

Diário de Notícias, 1931.

CASTRO, Ramiro Berbert. Conferências, 1930 (Brochura).

BONDAR, Gregório. O cacão: a cultura e o preparo de cacão, 1924.

BN – Biblioteca Nacional / Hemeroteca Digital

A Manhã, 1920.

A noite, 1926.

CEDOC/UESC – Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz

Diário da Tarde, 1931, 1933-1935.

Jornal de Ilhéus, 1912-1920.

Jornal A Época, 1917, 1920, 1921, 1923-1926, 1928, 1930.

Jornal de Itabuna, 1921-1930.

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

Boletim eleitoral pró-Juraci Magalhães nas eleições de 1934, 12/8/1934.

Telegrama de João Neves Fontoura para Lindolfo Collor, 6/2/1930.

Carta de José Anselmo para o interventor Juraci Magalhães, 19/1/1933.

Telegrama de Nelson Schaun para o ministro Oswaldo Aranha, 7/7/1931.

Carta de Eusínio Lavigne para o interventor Juraci Magalhães, 26/11/1931.

Telegrama de Antônio Barreto Santos para o interventor Juraci Magalhães, 28/6/1932.

Carta do tenente José Anselmo ao interventor Juraci Magalhães, 28/7/1932.

Carta do tenente José Anselmo para o interventor Juraci Magalhães. 9/5/1933.

Carta do tenente José Anselmo para o interventor Juraci Magalhães, 29/4/1933.

Carta de Eusínio Lavigne para o interventor Juraci Magalhães, 19/12/1933.

Carta de Flaviano Moreira ao interventor Juraci Magalhães, 12/8/1934.

Carta de Flaviano Moreira ao interventor Juraci Magalhães, 1/9/1934.

Carta de Flaviano Moreira ao interventor Juraci Magalhães, 8/12/1934.

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Mensagem do intendente ao Conselho Municipal de Ilhéus. 2/6/1924.

Jornal O Intransigente, 1927-1933.

Diário do Povo, 1925.

O Dia, 1924-1925.

Pequeno Jornal, 1925-1927.

APPJ – Arquivo Público do Poder Judiciário da Comarca de Itabuna

Processo crime contra Sizenando Jesuíno dos Santos, 1927.

Fontes disponíveis na internet

Lloyd, Reginald. *Impressões do Brasil no século vinte*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g00.htm>, acessado em 21/8/2014.

CPDOC/FGV. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, 2012. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acessado em 14/4/2014.

Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1927, p. 296, Disponível em www.brazil.crl.edu, acessado em 25/7/2014

Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, jul/dez. 1958. Disponível em <https://docs.google.com/file/d/0B2B7AGKW01i8SIR0QnZ1OHRSVXVySVhUVFAyaWNjZw/edit>, acessado em 1/2/2015.

ELLIOTT, L. E. *Brazil: today and tomorrow*. New York: Macmillan Company, 1922. Disponível em <https://archive.org/details/braziltodaytomor00elliiala>, acessado em 30/10/2014.

Referências bibliográficas

- ADONIAS FIHO. *Sul da Bahia: chão de cacau*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *Algazaras nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- _____. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AMADO, Jorge. *Cacau*. Rio de Janeiro: Record, 1975.
- _____. *Gabriela, cravo e canela: crônicas de uma cidade do interior*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- _____. *São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro, Record, 1975.
- ANDRADE, José Dantas de. *Documentário histórico-ilustrado de Itabuna*. Itabuna, BA: [s.n.], 1968.
- ARANTES, Érika Bastos. Negros do porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910. In. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, século XIX e XX*. Elciene Azevedo, Jefferson Cano, Maria Clementina P. Cunha, Sidney Chalhoub (orgs.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.
- ARAÚJO, Ângela Maria C. Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil. In. *Do corporativismo ao neoliberalismo: estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*, 2002.
- _____. Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil. In. *Do corporativismo ao neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- AVELINO, Camila B. S. *Novos cidadãos: trajetórias, sociabilidade e trabalho em Sergipe após a abolição (Dissertação de Mestrado)*. Santo Antônio de Jesus: PPGHIS/UNEB, 2010.

- AZEVEDO JÚNIOR, Manoel Ursino T. *Os caminhos de ferro: a história da ferrovia na região cacauceira da Bahia*. Itabuna, BA: Marinete/FICC, 2011.
- AZEVEDO, Elciene. A metrópole às avessas: cocheiros e carroceiros no processo de invenção da “raça paulista”. In. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, século XIX e XX*. Elciene Azevedo, Jefferson Cano, Maria Clementina P. Cunha, Sidney Chalhoub (orgs.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.
- BAIARDI, Amílcar. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauceira da Bahia*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- BATALHA, Claudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In. *Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. Identidade da classe operária no Brasil (1888-1920): atipicidade ou legitimidade? In. *Revista Brasileira de História*, v. 12, n. 23/24, set. 91/ ago. 92.
- _____. *O movimento operário da Primeira República*, 2000.
- _____. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In. *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999.
- _____. Cultura associativa no Rio de Janeiro. In. *Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Claudio H. R. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1987.
- BRITO, Jonas. *A Bahia dos Calmons: um ás no jogo político da I República (1920-1926)* (Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2014.
- CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Ilhéus, BA: Editus, 2006.
- CALDEIRA, Clovis. *Fazendas de cacau na Bahia: documentário da vida rural*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura / Serviço de Informação Agrícola, 1954.
- CARVALHO, José M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In. *Pontos e bordados: escritos de história e política*, 1998.
- CARVALHO, Patrícia Carneiro S. M. de. *Juracy Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana* (Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2005.

- CARVALHO, Philipe Murillo S. *Itabuna – uma cidade em disputa: conflito e tensões urbanas no Sul da Bahia (1930-1948)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições Na Primeira República* (Tese de doutorado). Salvador: PPGH/UFBA, 2008.
- _____. *Industriais e operários numa conjuntura de crise*. Salvador: FIEB, 2004.
- _____. Agripino Nazareth e o movimento operário na Bahia. In. *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 64, 2012.
- _____. A luta contra a adversidade. In. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro, 2010.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na belle époque*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.
- _____; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, p. 31-32.
- COSTA, José Pereira da. *Terra, suor e sangue: lembranças do passado*. Salvador: EGBA, 1995.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. In. *Afro-Ásia*, v. 24, 2000.
- CRUZ, Ronaldo Lima. *Conflitos e tensões: conquista de escravizados e libertos no Sul da Bahia, 1880-1990* (Dissertação de Mestrado). Franca, SP: UNESP, 2012.
- CRUZ, Ronaldo Lima. Da escravidão para o trabalho livre: abolição do cativo e o destino dos libertos no sul da Bahia. In. *Entre o fruto e ouro: escritos de história social do sul da Bahia*. Ilhéus: Ed. Mondrongo, 2014.
- DANTAS, Raul Fernandes N. *A luta em torno do pão: a experiência dos operários de padarias em Salvador (1919-1932)*. Monografia de graduação. Alagoinhas, BA: UNEB, 2013.

- DE DECCA, Edgar S. *O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.
- DEZEMONE, Marcus. Impactos da Era Vargas no mundo rural: leis, direitos e memória. In. *Revista Perseu*, n. 1, ano I, 2007.
- ELIAS, Nobert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e a aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FALCON, Gustavo. Coronelismo de fronteira. In. *Coronéis e oligarquias*. Salvador: Universidade federal da Bahia/Ianamá 1988.
- _____. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Centro Editorial da UFBA/Ianamá, 1995.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1977.
- FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. *Minidicionário de língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 2010.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FOGUEIRA, Manoel B. *O jequitibá da Taboca: ensaios históricos de Itabuna*. Ilhéus, BA: Editus, 1849-1960, 2011.
- FONTES, José Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista – 1888-1930* (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 1982.
- FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito... a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Porto Alegre: Garamond, 2004.
- _____. Os direitos, a lei e a ordem. In. *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2006.
- FRACCARO, Glaucia Cristina C. *Morigerados e revoltados: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)* (Dissertação de Mestrado). Campinas, SP: Unicamp, 2008.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2006.
- _____. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo; Salvador: Hucitec/EDUFBA, 1996.

- FREITAS, Alexandre Cerqueira. *Alcances e limites do movimento tenentistas na Bahia: a conspiração revolucionária de 1930* (Dissertação de mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2010.
- FREITAS, Antonio F. Guerreiro de. *Sá Barreto*. Testemunhos para a história. Ilhéus, BA: Editus, 2001.
- _____. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul* (1536-1940). Ilhéus, BA: Editus, 2001.
- _____; GARCEZ, Angelina R. N. *Bahia Cacaueira: estudos de história recente*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1977.
- FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Perseo Abramo, 2001.
- FRENCH, John. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos. In. *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2006.
- GOMES, Ângela C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- _____; SILVA, Fernando Teixeira da. *A justiça do trabalho e sua história*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2013.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2005.
- _____; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. In. *Tempo*, v. 13, n. 26, Jan-Jun. 2009.
- GUIMARÃES, Antonio S. A. *Um sonho de classe: trabalhadores e formação de classe na Bahia dos anos oitenta*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- GUIMARÃES, Luciano de Moura. *Ideias perniciosas do Anarquismo na Bahia. Lutas e organizações dos trabalhadores da construção civil* (Salvador, 1919-1922) (Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2012. p. 215-216.
- HEINE, Maria Luiza. *Jorge Amado e os coronéis do cacau*. Ilhéus: Editus, 2004.
- HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- JESUS, Ronaldo P. de. Associativismo no Brasil do século XIX. In. *Lócus: Revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2007.
- LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli N. *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2006.

LAVIGNE, Eusínio G. “Conferência Perante Amigos da Academia de Letras de Ilhéus”. In: *Paz e Humanismo*. Ilhéus, s.d.

_____. *Meus 87 anos e outros assuntos*. Salvador, 1971.

_____; PRADO, Sousa. *Os espíritas e as questões sociais: (interpretação progressista de 'O Livro dos Espíritos')*. Niterói, RJ: Renovação, 1955.

_____. *Eusínio Lavigne: paradigma de caráter e honradez*. Ilhéus: reforma agrária e petróleo. Ilhéus, BA: s.i, 2009.

LEAL, Maria das Graças de A. *A arte de ter um ofício: liceu de artes e ofícios da Bahia (1872-1972)* (Dissertação de mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 1995.

_____. *Manuel Querino entre letras e lutas*. Bahia: 1851-1923. São Paulo: Annablume, 2009.

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2011.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

LINS, Marcelo da S. *Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no Sul da Bahia (1935-1936)* (Dissertação de Mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2008.

LINS, Wilson. Mandonismo e obediência. In. *Coronéis e oligarquias*. Salvador: Universidade federal da Bahia/Ianamá 1988.

LUCA, Regina de T. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990.

MAC CORD, Marcel. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

_____; BATALHA, Claudio H. M. *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (século XIX e XX)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

MACIEL, Osvaldo Batista A. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. Recife: Ed. da UFPE, 2011.

MAGALHÃES, Juraci M. *Minha vida pública na Bahia*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia / Pontes da memória, 2008.

MAHONY, Mary Ann. “Afro-brazilians, land reform and the question of social mobility in southern Bahia, 1880-1920”. In. *Afro-brazilian culture and the politics: Bahia, 1790's to 1990's*, 1998.

- _____. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. In. *Especiarias – caderno de Ciências Humanas*, v. 10, n. 18, jul-dez. 2007.
- MARAUX, Amélia Tereza Santa R. Estivadores baianos: política e sindicalismo no Estado Novo. In. *Estado Novo: as múltiplas faces de uma experiência autoritária*. Salvador: EDUNEB, 2008.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- MENDONÇA, Joseli M. N. *Evaristo de Moraes, Tribuno da República*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.
- MENEZES, Moacir Garcia. *Recordações históricas de Itabuna*. Itabuna: Via Literatum, 2005.
- MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense 1981.
- NEGRO, Antonio Luigi, “Paternalismo, Populismo e História Social”. In: *Cadernos AEL*, v. 11, n. 20/21, 2004.
- _____. No caminho de areia. Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949). In. *Tempo*, v.16, n. 33, 2012.
- _____; GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In *Tempo Social*, revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1, junho de 2006.
- _____; PRIMO, Jacira. A polícia chegou e o povo sumiu: a ANL, o levante de 1935 e a repressão política. In. *Estado Novo: as múltiplas faces de uma experiência autoritária*. Salvador: EDUNEB, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O Elo Perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.
- OLIVEIRA, Luís Eduardo de. *Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado em Juiz de Fora e suas lutas por direitos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
- PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias 1889-1930: a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PEREIRA FILHO, Carlos. *História e fatos de Ilhéus*. Ilhéus: CEPLAC, 1981.
- _____. *Terras de Itabuna*. Rio de Janeiro: Elos, 1960.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de M. Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. In. *Tempo*, v. 19, n. 35, Dez. 2013.

- _____. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora da Perseu Abramo, 2002.
- POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.
- QUEIRÓS, Maria Isaura P. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1976.
- REIS, João J. A greve negra de 1857 na Bahia. In. *Revista USP*, n. 18, p. 6-29, ago. 1993.
- _____. De Olho no Canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. In. *Afro-Asia*, n. 24, 2000.
- _____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- RIBEIRO, André L. R. *Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauzeira (1880-1950)*. Ilhéus, BA: Editus, 2005.
- ROCHA, Lurdes Bertol. *A Região Cacaueira da Bahia – dos coronéis à vassoura de bruxa: saga, percepção, representação*. Ilhéus, BA: Editus, 2008.
- SAMPAIO, Consuelo N. *Os partidos políticos na Bahia da Primeira República (1889-1930)*. Salvador: Edufba, 1979.
- _____. *Poder & representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937, 1992*.
- SANTOS, Mônica Celestino. *As trincheiras do major Cosme de Farias (1875-1972)* (Tese de Doutorado). Salvador: PPGH/UFBA, 2011.
- SARMENTO, Sílvia N. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In. *Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Claudio H. R. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- SCHAUN, Maria. *Nelson Schaun merece um livro...* Ilhéus, BA: Editus, 2001.

_____. *O elo perdido*. Ilhéus, BA: Editus, 1999.

SCHIMIDT, Benito B. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Adriana Oliveira da. *Damas da sociedade: caridade, política e lazer entre as mulheres de elite de Itabuna (1924-1962)* (Dissertação de mestrado). Feira de Santana, BA: PPGH/UEFS, 2012.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A Carga e a Culpa: os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*, 2003. p. 190-191.

_____; COSTA, Hélio. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Maria da Conceição Barbosa da C. *Sociedade Montepio dos Artistas da Bahia: o elo dos trabalhadores*. Salvador: SCT-BA/Fundação Cultural, 1998.

SILVA, Mario Augusto S. *República do povo: sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

_____. *Casa e Balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1920)*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Paulo S. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2011.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUSA, Erahsto F. *Subalternos no caminho da modernidade: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do Sul da Bahia (Itabuna, década de 1950)* (Dissertação de mestrado). Salvador: PPGH/UFBA, 2010.

SOUSA, Samuel F. *Coagidos ou subornados: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930* (Tese de doutorado). Campinas, SP : Unicamp, 2007.

_____. “A questão social é, principalmente, uma questão jurídica”: o CNT e a judicialização das relações de trabalho (1923-1932). In. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009. SOUZA,

- Raimundo B. *O livro de Ilhéus: colaboração do município para o progresso geral do estado da Bahia*. Rio de Janeiro: Tip. Lincoln, 1923.
- SOUZA, Robério S. “*Se eles são livres ou escravos*”: escravidão e trabalho livre nos canteiros da estrada de ferro de São Francisco. Bahia, 1858-1863 (Tese de Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2013.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. São Paulo: Paz & Terra, 1989.
- _____. *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Trad. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VISCARDI, Claudia M. R. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. In. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 58, 2009.
- _____. O ethos mutualista: valores, costumes e festividades. In. *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (Séculos XIX e XX)*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2014.
- _____. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- _____. Trabalho, previdência e associativismo: as leis sociais na Primeira República. In. *Trabalho, proteção e direitos: o Brasil além da era Vargas*. Juiz de Fora, MG: Editora da UFJF, 2010.
- _____; JESUS, Ronaldo P. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora. In. *A formação das tradições (1889-1945)*. Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979.
- ZEHTNER, Leo. *Le cacaoyer dans L’Etat de Bahia*, Berlin: R. Friedländer & Sohn, 1914. 1914.
- ZORZO, Francisco Antonio. *Ferrovias e rede urbana na Bahia*. Feira de Santana, BA: Ed. da UEFS, 2001.